

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO**



**A ESTÂNCIA METAMORFOSEOU-SE:
(re) configurações territoriais e expressões da
reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha
(1990-2007)**

JUNGLUTH®

MARCELO CERVO CHELOTTI

**Uberlândia/MG
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARCELO CERVO CHELOTTI

**A ESTÂNCIA METAMORFOSEOU-SE:
(re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização
camponesa na Campanha Gaúcha
(1990-2007)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientador: Profa. Dra. Vera Lucia Salazar Pessôa

Uberlândia/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S729c Chelotti, Marcelo Cervo, 1978-
A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na campanha gaúcha (1990-2007) / Marcelo Cervo Chelotti. - 2009.
288 f. : il.

Orientadora: Vera Lucia Salazar Pessôa.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

1. Geografia agrícola – Rio Grande do Sul - Teses. 2. Espaço agrário - Teses. 3. Camponês – Campanha Gaúcha - Teses. 4. Latifúndio – Rio Grande do Sul – Teses. I. Pessôa, Vera Lucia Salazar. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 911.3:631(816.5)

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

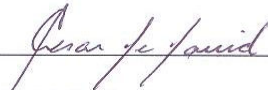
Programa de Pós-Graduação em Geografia

MARCELO CERVO CHELOTTI

A Estância Metamorfoseou-se: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)




Profª Dra. Vera Lúcia Salazar Pessoa (Orientadora) – (UFU)



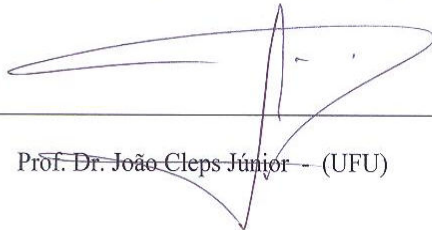
Prof. Dr. Cesar de David (UFSM)



Profª. Dra. Helena Angélica de Mesquita – (UFG-Campus Catalão)



Profª. Dra. Beatriz Ribeiro Soares - (UFU)



Prof. Dr. João Cleps Júnior - (UFU)

Data: 27 / 02 de 2009

Resultado: Aprovado com louvor

*Dedico este trabalho a minha mãe, **Lurdes Cervo Chelotti**, mulher camponesa, que sempre me incentivou estudar, pois esse também era seu sonho! Furtada de continuar seus estudos, em nome da tradição paternalista de meu avô, julgando que mulher não precisava estudar. Mas, com seus filhos tentou mudar e transformar essa realidade, pois diferentemente dos “intelectuais” que olham para o mundo camponês com um exagerado romantismo, ela sempre soube que a vida no campo é feita de muito trabalho, muitas privações e um forte espírito de sobrevivência, vida marcada pela ausência do direito de reclamar. No entanto, sempre mostrou disposição e dedicação em seus afazeres, dividindo seu tempo entre a casa e seus arredores, com as demandas de seus três filhos.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o *dom da vida* e, para isso, tomo emprestado de Gonzaguinha a letra da canção *O que é o que é*, que para mim representa uma prece em homenagem à vida, além de dizer muito sobre a maneira de como encaro a existência...

*Eu fico
Com a pureza da resposta das crianças
É a vida, é bonita e é bonita
Viver, e não ter a vergonha de ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser um eterno aprendiz
Ah, meu Deus, eu sei, eu sei
Que a vida devia ser bem melhor e será
Mas isso não impede que eu repita
É bonita, é bonita e é bonita
Viver, e não ter a vergonha de ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser um eterno aprendiz
Ah, meu Deus, eu sei, eu sei
Que a vida devia ser bem melhor e será
Mas isso não impede que eu repita
É bonita, é bonita e é bonita
E a vida
E a vida o que é diga lá, meu irmão
Ela é a batida de um coração
Ela é uma doce ilusão, ê ô
Mas e a vida
Ela é maravilha ou é sofrimento
Ela é alegria ou lamento
O que é, o que é, meu irmão
Há quem fale que a vida da gente é um nada no mundo
É uma gota, é um tempo que nem dá um segundo
Há quem fale que é um divino mistério profundo
É o sopro do criador
Numa atitude repleta de amor
Você diz que é luta e prazer
Ele diz que a vida é viver
Ela diz que melhor é morrer, pois amada não é
E o verbo é sofrer
Eu só sei que confio na moça
E na moça eu ponho a força da fé
Somos nós que fazemos a vida
Como der ou puder ou quiser
Sempre desejada*

*Por mais que esteja errada
Ninguém quer a morte
Só saúde e sorte
E a pergunta roda
E a cabeça agita
Eu fico
Com a pureza da resposta das crianças
É a vida, é bonita e é bonita...*

Ao meu pai, que demorou a entender que meu lugar não era na Campanha, e sim num mundo que se abria depois daquela porteira.

Aos meus irmãos pelas ausências, pois sair cedo de casa, furtou-me vivenciar momentos importantes em nossa adolescência, sei que compreenderam minhas escolhas, meus caminhos, minha vida.

Aos familiares pelo incentivo. Em especial, a Eva Olibia Gomes Mena pelo conforto espiritual.

Meu reconhecimento a Escola Pública. Desde minha alfabetização em escola rural multisseriada, localizada no alto da coxilha na localidade do Bolicho da Pedra, passando pelo ensino médio, depois graduação, seguindo no mestrado, e chegando ao doutorado, sempre cursei o ensino público. Acredito que eu seja prova viva de como a educação, principalmente, a pública e de qualidade, transforma a vida das pessoas.

Meu carinho para os amigos que permaneceram nos meus muitos lugares de vivência...a infância na campanha de Dom Pedrito, depois Faxinal do Soturno, Santa Maria, Presidente Prudente (SP), Cáceres (MT), Buenos Aires (AR), e aqueles que conquistei em Uberlândia/Triângulo Mineiro.

A professora Vera Lúcia Salazar Pessôa pela parceria que começou em março de 2005, quando ingressei no doutorado apenas com o esboço de um pré-projeto de tese, e que aos poucos, foi sendo moldado, conforme evoluíam nossos diálogos e desafios de trabalhar a temática escolhida. O rigor com os prazos, com o texto, com a apresentação do trabalho sempre foi uma exigência, que para muitos é um problema, mas para mim foi um porto seguro. Entre a correção dos textos, sejam para eventos, revistas ou mesmo para a tese, sempre roubávamos um tempo para falar da vida, da família e agora dos sobrinhos. Muitos falam que existem conflitos geracionais, mas esqueceram de dizer que os mais novos devem aprender a escutar os mais velhos, pois é assim que são transmitidas as experiências e a partir delas construímos as nossas.

Agradeço, também, aos colegas de república. Meu carinho à Patrícia F. de Matos que me recebeu em seu apartamento na antiga 40, seu apoio foi fundamental para minha adaptação em Uberlândia. Ainda no mesmo condomínio, mudei-me para o apartamento de Roberto Barboza Castanho, e apesar de sermos amigos desde os primórdios de 1997, nunca tínhamos morado juntos. Mais tarde, mudei-me para as proximidades do Campus Santa Mônica, quando comparti moradia com a Joelma C. dos Santos e Marcelo Venâncio. Aqui cabe um adendo, como nós três éramos orientandos da professora Vera, batizei a república de *Organizações Salazar*, pois num mesmo telefonema, a nossa orientadora aproveitava e conversava com os três. E na última fase, não poderia deixar de lembrar-me da Joyce, guria sertaneja.

Mais uma vez, aos membros das *Organizações Salazar* pelos momentos de descontração, pelas horas a fio discutindo os rumos da Geografia, que geralmente eram regados por um bom chimarrão, pois como manda a tradição gaúcha, onde há uma roda de amigos, o chimarrão torna-se um elo de união. O que mais me encantou em todos esses momentos foi o hibridismo cultural, pois poucas vezes presenciei pessoas de lugares tão diversos - um autêntico goiano “de Catalão” e uma paulista da “Alta Sorocabana” - incorporarem em seu cotidiano o hábito de saborear um mate amargo. De tanto dialogarmos sorvendo um chimarrão, chegamos a uma boa conclusão: *o mate não tem nada de amargo perto das surpresas da vida!*

Um especial reconhecimento vai para um grande amigo, que me conhece profundamente, e que apenas pelo olhar detecta meu pensamento. Para mim é um privilégio ter um amigo, que há mais de dez anos me incentiva a galgar sonhos, pois num mundo cada vez mais efêmero, amizade dessa magnitude é precioso diamante. Não tenho palavras para agradecer-lhe. Roberto Barboza Castanho: *família, a gente não escolhe, mas amigos sim.*

Aos membros do Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA), em especial ao professor João Cleps Jr. que sempre esteve disponível para dialogar, seja sobre temas burocráticos da administração federal, ou assuntos ligados à questão agrária brasileira. Destaco que considero importante a contribuição do LAGEA, como espaço de trocas de experiências, sendo um território importante no processo de gestação da tese.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) que me concedeu a bolsa de doutoramento: sem ela seria praticamente impossível concluir a presente pesquisa. Um bom exemplo de aplicação de dinheiro público.

À direção, professores e funcionários do IG que durante minha passagem como professor substituto, e agora como professor efetivo, sempre foram prestativos em minhas solicitações, além do tratamento respeitoso e afetuoso recebido por todos eles.

Aos alunos de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, que durante o ano de 2006 cursaram as disciplinas de Teoria e Método, Geografia da População e Geografia do Brasil Centro-Sul, sob minha responsabilidade. Saibam que aprendi muito com todos vocês, e é essa prática que me motiva a percorrer os caminhos e os descaminhos do magistério.

Ao coordenador, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pelo apoio, atenção e pelos anos de convivência. Saibam que sou muito grato e tenho orgulho de carregar comigo o nome dessa instituição.

À banca examinadora do relatório de qualificação, Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares, Profa. Helena Angélica de Mesquita, e ao Prof. João Cleps Jr, que souberam conduzir suas análises dentro de um verdadeiro espírito pedagógico, apresentando valiosas contribuições, visando a melhoria da tese que ora apresento.

À professora de português, Valéria de Freitas, pelas cuidadosas correções que deixaram o texto mais polido, além da adequação do texto as novas normas da língua portuguesa, vigente desde janeiro de 2009.

Aos *porteños* que conheci e com os quais convivi durante a realização do estágio no exterior. Em especial, aos membros do *Programa de Economías Regionales e Estudios Territoriales (PERT)*, vinculado ao Instituto de Geografía da Universidad de Buenos Aires (AR), principalmente à professora doutora Mabel Manzanal, que me recebeu de braços abertos em seu grupo de pesquisa.

E por fim, agradeço a todos e a todas, sem citar nomes, uma vez que em minha caminhada sempre tive “anjos” que me guiaram estendendo suas mãos. Ser migrante é uma situação contraditória, pois ao mesmo tempo em que necessitamos nos desprender dos antigos lugares, precisamos nos adaptar em outros, e esse processo tornou-se mais suave com o apoio e incentivo de vocês. **MUITO OBRIGADO!**

O gaúcho a pé - o campeiro, que perdeu o cavalo e a distância - não só constitui uma quebra da continuidade do nosso estilo tradicional de vida, como corporifica uma grave falha no que se refere à nossa integração como povo. Pois no momento em que se expandem as etnias germânica e italiana, sem nenhuma restrição ao cruzamento racial, nos faltou cepa crioula para caldear, nos dias de hoje, o novo tipo continentino. Com efeito, aquela brava gente, que ainda alcancei a ver arriscando-se briosamente nas lides do campo, apagou-se em grande parte no marginalismo suburbano. Foi empurrada, como ressaca humana, para os arredores das cidades, à medida que os latifúndios se estendiam vorazmente. E agora a situação está mais difícil, porque já não se trata tão somente do latifúndio pecuário; entrou em cena, enriquecendo-nos, de uma forma dúbia, o latifúndio agrícola, engolindo as pequenas propriedades e trocando milhares de braços de trabalhadores pelas máquinas de fazer tudo. Ora, dirão, são imperativos da época! Valhamos o senso humorístico, numa hora destas, porque se trata de uma das tantas vitórias absurdas do homem moderno. O resultado trágico da gula expansionista dos latifúndios modernos, atualizados, empresariais, sobre as massas camponesas despreparadas, é essa afluência constante de migrantes para as cidades. Mais propriamente para esses conglomerados informes que asfixiam os centros urbanos e nos quais tudo é sub. Sub-alimentação, sub-habitação, sub-emprego, sub-higiene, sub-ensino. Só são superlativos os achaques do corpo e da mente.

Cyro Martins (O mundo em que vivemos, 1983)

RESUMO

A presente tese tem como objetivo central compreender o processo de (re) configuração socioespacial em curso no agrário da Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense/Campanha Gaúcha (RS), a partir do embate entre o espaço latifundiário e os assentamentos rurais que, produzem significativas expressões da reterritorialização camponesa no espaço regional. Para realizar a referida análise, delimitamos o recorte temporal pós-1990 no qual se acentua a luta pela posse da terra no Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, o processo de instalação dos projetos de assentamentos rurais na região. Assim, torna-se evidente uma nova dinâmica territorial em alguns municípios da Campanha Gaúcha, após o processo de reterritorialização camponesa. Nossa metodologia pautou-se na abordagem qualitativa. A partir dessa premissa, procuramos responder os objetivos propostos. No referencial teórico, discutimos a importância da incorporação do conceito de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR) embasados nos estudos sobre as diferentes territorialidades promovidas pelos movimentos sociais no campo. Utilizamos também o conceito de identidade territorial, pois na análise em questão são conceitos que se complementam. Isso se justifica porque identificamos claramente duas identidades territoriais presentes nas expressões da reterritorialização camponesa na região. Detectamos que a configuração territorial da Campanha Gaúcha nesse início de século XXI é bastante complexa em função da heterogeneidade de atores envolvidos na trama territorial, apresentando-se como um espaço regional onde as rugosidades são evidentes, mas com transformações significativas em curso. Estamos, portanto, diante de uma nova territorialidade camponesa que expressa suas manifestações socioculturais por meio de elementos materiais e imateriais, promovendo uma metamorfose no espaço latifundiário regional. A partir dessas novas relações, os camponeses reterritorializados expressam nesse novo território sua identidade territorial. Nesse contexto, o espaço agrário da Campanha Gaúcha não se apresenta tão homogêneo como indicava o discurso da identidade regional do século passado. Embora continue sendo o cerne do espaço latifundiário gaúcho, do tradicional camponês fronteiriço, do arrendatário capitalista da terra, é também palco de novas experiências da territorialização da luta pela terra e expressões socioculturais da reterritorialização camponesa.

Palavras-Chave: Camponês. Latifúndio. Identidade Territorial. Reterritorialização. Espaço Agrário. Campanha Gaúcha.

ABSTRACT

This thesis has as its main objective to understand the process of sociospatial (re) configuration occurring in the Geographic agrarian Mesoregion of the Southwest Rio-Grandense/Campanha Gaúcha (RS), especially from the opposition between the latifundiar space and the rural settlements, producing significant expressions of rural reterritorialization in the regional space. In order to accomplish this analysis, the time focus is limited to after 1990, which highlights the struggle for the possession of land in Rio Grande do Sul, and consequently, the installation process of the projects of rural settlements in the region. Thus, a new territorial dynamics becomes evident in some boroughs of Campanha Gaúcha after the process of rural reterritorialization. Our methodology is guided in a qualitative approach. From that premise, we intend to meet the proposed objectives. In the theoretical framework we discuss the importance of incorporating the concept of Territorialization-deterritorialization-reterritorialization (TDR) in the studies on the different territorialities promoted by social movements in the countryside. We also use the concept of territorial identity, as in the referred analysis these are concepts which are complementary. This is justified because we clearly identified two territorial identities present in expressions of rural reterritorialization in the region. We have detected that the territorial configuration of Campanha Gaúcha in this beginning of the XXI century is quite complex due to the heterogeneity of the actors involved in the territorial plot, presenting itself as a regional space where roughness is evident, but with significant changes underway. Therefore, we are before a new rural territoriality which expresses its sociocultural manifestations through material and non-material elements, promoting a metamorphosis in the regional latifundiar space. From these new relationships, the reterritorialized peasants express in this new territory their territorial identity. In this context, the agrarian space of Campanha Gaúcha does not present itself as homogeneous as demonstrated in the discourse of regional identity of the last century. Although it remains the essence of the Gaúcho latifundiar space, of the traditional border peasant, of the capitalist tenant of the earth, it is also the scene of new experiences nurtured by the territorialization of the struggle for the land, and the sociocultural expressions of the rural reterritorialization.

Keywords: Peasant. Latifundia. Territorial Identity. Reterritorialization. Agrarian Space. Campanha Gaúcha Campaign.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

<i>TABELA 1 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: estrutura fundiária por estratos em 2003</i>	85
TABELA 2 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: municípios, área em Km ² , população urbana e rural, habitante por Km ² e data de criação	99
TABELA 3 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: índice de desenvolvimento socioeconômico hierarquizado por municípios para o ano de 2003	102
TABELA 4 - Rio Grande do Sul: número total de ocupações de terra de 1988-2005	142
TABELA 5 - Rio Grande do Sul: número total de assentamentos, famílias e área (ha) de 1979-2005	144
TABELA 6 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: número de ocupações de 1979-2005	154
TABELA 7 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: número de acampamentos de 2001-2005	155
TABELA 8 - Hulha Negra (RS): nome dos assentamentos, área (ha), famílias, ano e órgão responsável	174
TABELA 9 - Sant'Ana do Livramento (RS): nome dos assentamentos, área (ha), famílias, ano e órgão responsável	175
TABELA 10 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: número total da população residente nos anos de 1996, 2000 e 2007	210

LISTA DE FOTOS

<i>FOTO 1 - Assentamento Esperança da Fronteira/Sant'Ana do Livramento (RS): outdoor localizado as margens da BR 158, área destinada a política de reforma agrária do governo Olívio Dutra (1999-2002)</i>	171
FOTO 2 - Assentamento Nova Santa Rita/ Sant'Ana do Livramento (RS): as residências, pelo menos nos primeiros anos de assentamento, respeitam a arquitetura típica das regiões coloniais, ou seja, casa de madeira, com assoalho, varanda e jardim	242
FOTO 3 - Assentamento Capivara/ Sant'Ana do Livramento (RS): os jardins, tradicionais nas residências coloniais, são os primeiros indicadores de que “essa gente” reterritorializada não é da região da Campanha	242

- FOTO 4 - Assentamento Nova Santa Rita/ Sant'Ana do Livramento (RS): 244
carroção típico da região colonial, foi trazido pelos camponeses sem-terra
- FOTO 5 - Assentamento Capivara/ Sant'Ana do Livramento (RS): a trilhadeira de 245
grãos que era utilizada na região colonial, mantém-se como uma lembrança da época em que a lavoura era a principal atividade da família
- FOTO 6 - Assentamento Figueira/ Sant'Ana do Livramento (RS): tobata é um 245
meio de transporte “adaptado” muito utilizado nas regiões coloniais por sua versatilidade, praticidade e economia.
- FOTO 7 - Assentamento São Leopoldo/ Sant'Ana do Livramento (RS): dia de 246
colheita na agricultura. O chapéu de palha e a ajuda mútua é uma das principais características desses camponeses.
- FOTO 8 - Assentamento Nova Santa Rita/Sant'Ana do Livramento (RS): pecuária 247
leiteira, atividade tradicional entre os camponeses da colônia, ganhando espaços no território da pecuária de corte
- FOTO 9 - Sant'Ana do Livramento (RS): paisagem rural da Campanha 249
- FOTO 10 - Assentamento Bom Será/Sant'Ana do Livramento (RS): residência da 251
antiga estância, com arquitetura encontrada na região, transformada em residência provisória para uma família sem-terra
- FOTO 11 - Assentamento São Leopoldo/Sant'Ana do Livramento (RS): 252
instalações do antigo galpão da estância utilizado para tosquia de ovelhas, transformado e sede regional do MST, local utilizado para mobilizações, reuniões, cursos, área de lazer
- FOTO 12 - BR 293 Dom Pedrito - Sant'Ana do Livramento (RS): vista parcial de 252
um barraco num lote recentemente conquistado, com suas instalações ainda provisórias, localizado em área antes ocupadas pela pecuária de corte extensiva
- FOTO 13 - Assentamento Bom Será/Sant'Ana do Livramento (RS): vista parcial 253
da parte frontal de um lote, ao fundo observa-se outras residências e a paisagem formada por coxilhas
- FOTO 14 - Assentamento Capivara/ Sant'Ana do Livramento (RS): vista parcial 253
de lote, sendo no primeiro plano campo nativo, no segundo residência, no terceiro área destinada a criação
- FOTO 15 - Cidade de Sant'Ana do Livramento (RS): típica construção 254
encontrada no espaço urbano, transformada em sede regional do MST, localizada em área central, observando-se a bandeira do movimento ao centro, da Via Campesina a direita e feira da reforma agrária a direita**

LISTA DE MAPAS

<i>MAPA 1 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: posição geográfica em relação ao Rio Grande do Sul e ao Brasil</i>	24
MAPA 2 - Rio Grande do Sul: mesorregiões e microrregiões conforme o IBGE	39
MAPA 3 - Rio Grande do Sul: Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES)	39
MAPA 4 - Rio Grande do Sul: regionalização geoeconômica	40
MAPA 5 - Rio Grande do Sul: definição das fronteiras políticas	70
MAPA 6 - Rio Grande do Sul: núcleos originais de colonização nas áreas de mata no século XIX	74
MAPA 7 - Rio Grande do Sul: divisão territorial em municípios no ano de 2007	77
MAPA 8 - Rio Grande do Sul: número total de assentamentos por municípios até 2006	145
MAPA 9 - Rio Grande do Sul: número total de famílias assentadas por municípios até 2006	146
MAPA 10 - Rio Grande do Sul: área total (ha) dos assentamentos por municípios até 2006	147
MAPA 11 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: número total de assentamentos e famílias assentadas até 2005	163
MAPA 12 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: área total em hectares ocupadas pelos assentamentos até 2005	164
MAPA 13 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: relação entre situação de domicílio e número total de assentamentos	209

LISTA DE GRÁFICOS

<i>GRÁFICO 1 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: efetivo de bovinos por microrregião no período de 1990-2004</i>	117
GRÁFICO 2 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: efetivo de ovinos por microrregião no período de 1990-2004	118
GRÁFICO 3 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: efetivo de eqüinos por microrregião no período de 1990-2004	119
GRÁFICO 4 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: área cultivada com arroz irrigado por microrregião no período de 1990-2005	122

GRÁFICO 5 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: área cultivada com soja por microrregião no período de 1990-2005 123

GRÁFICO 6 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: instalação de assentamentos de 1981-2005 168

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Campanha Gaúcha: novas relações estabelecidas no espaço agrário no pós-1990 57

QUADRO 2 - Rio Grande do Sul: diferenciação da formação socioespacial 76

QUADRO 3 - Rio Grande do Sul: regiões dos sistemas agrários e categorias sociais predominantes 80

QUADRO 4 - Rio Grande do Sul: atores sociais, definição e concepção sobre a terra 83

QUADRO 5 - Fazenda Southall/São Gabriel/RS: cronologia do processo da possível desapropriação 159

QUADRO 6 - Hulha Negra e Sant'Ana do Livramento (RS): os assentamentos rurais na relação cidade-campo 217

QUADRO 7 - Hulha Negra e Sant'Ana do Livramento (RS): imagens da cidade a partir da instalação dos assentamentos rurais 218

QUADRO 8 - Modelo clássico da identidade territorial camponesa gaúcha 240

LISTA DE FLUXOGRAMA

FLUXOGRAMA 1 - Esquema metodológico da tese 34

FLUXOGRAMA 2 - Campanha Gaúcha: sujeitos territorializados no espaço agrário regional 55

FLUXOGRAMA 3 - Campanha Gaúcha: elementos que constituem sua formação socioespacial 1700-1990 103

LISTA DE DESENHO

DESENHO 1 - Proposta de desagregação do conceito de identidade territorial 229

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. ENTRE O CAMINHO E A TRAVESSIA: a importância da metodologia na pesquisa em Geografia Humana	32
1.1. O esquema metodológico da tese	35
1.2. O problema	36
1.3. O recorte espaço/temporal	36
1.4. A seleção dos dados, das fontes e das informações.	42
1.5. A importância do trabalho de campo	47
1.6. Olhar empírico sobre as novas relações na Campanha Gaúcha	54
1.7. Sem Terra: identificando os sujeitos da pesquisa	61
2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO: a Campanha Gaúcha no contexto do Rio Grande do Sul	68
2.1. Ocupação, colonização e formação territorial do Rio Grande do Sul	68
2.2. A organização do espaço agrário gaúcho: sistemas agrários e grupos sociais	78
2.3. Estrutura fundiária do sudoeste gaúcho: latifúndios e pequenas propriedades	83
2.4. A inserção do granjeiro	93
2.5. O arrendamento da terra: estratégia de reprodução do espaço latifundiário	95
2.6. Características socioespaciais da Campanha Gaúcha	98
2.7. Pampa argentino: das estâncias pecuaristas ao agronegócio da soja	104
2.8. Dinâmica da agropecuária regional no pós 1990	113
2.8.1. A pecuária de corte	113
2.8.2. O cultivo de lavouras	119

3	A GEOGRAFIA DA LUTA PELA TERRA: transformações socioespaciais no “coração” do latifúndio gaúcho	125
3.1	A emergência dos movimentos sociais rurais no Rio Grande do Sul	125
3.2	A formação e territorialização do MST	133
3.3	Os territórios da luta pela terra no Rio Grande do Sul	141
3.4	A luta pela terra na Campanha Gaúcha	149
3.5	Especificidade da territorialização dos assentamentos na Campanha Gaúcha	162
4	EXPRESSÕES DA RETERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NA CAMPANHA GAÚCHA	178
4.1	Considerações sobre o mito da desterritorialização	178
4.2	As expressões da reterritorialização dos sem-terra na Campanha Gaúcha	185
4.2.1	As impressões sobre a chegada	185
4.2.2	A recriação dos territórios de vida	190
4.2.3	As diferentes estratégias de reprodução	193
4.2.4	Arrendamento da terra: estratégia de reprodução?	199
4.3	Assentamentos e a relação cidade-campo: o caso de Hulha Negra e Sant’Ana do Livramento	204
5	O ENCONTRO DE IDENTIDADES: território em transformação e novas paisagens	221
5.1	Considerações sobre identidade e Geografia	221
5.2	Os encontros de duas sociedades rurais: a contribuição clássica de Raymond Pébayle	231
5.3	Reterritorialização e identidade territorial: territórios simbólicos da Colônia imprimindo novas paisagens na Campanha	239
5.4	Território em transformação e novas paisagens	248
5.4.1	A estância metamorfoseou-se em território camponês	248
5.4.2	Novos territórios: a silvicultura ressignificando o espaço latifundiário	255

CONSIDERAÇÕES FINAIS 260

REFERÊNCIAS 275

ANEXOS

Anexo A - Mapa de apoio

Anexo B - Dinâmica da carta

Anexo C - Roteiros de entrevistas

Anexo D - Carta de apresentação

INTRODUÇÃO

Uma resposta se faz necessária para a seguinte pergunta: *o que motiva uma pessoa a investigar determinado tema?* Nossas escolhas não são aleatórias, elas fazem parte de um processo muito mais amplo, carregado de subjetividades, curiosidades e busca de novos desafios. A terra e o campo, a lavoura e a pecuária, a campanha e a cidade, o ficar e o partir, são elementos constituintes de uma geografia subjetiva e como pesquisador, não tenho como desvincular minha prática profissional de meu entendimento de mundo³⁰.

Os processos de des-re-territorialização acompanharam minha vida, desde meus bisavós, imigrantes italianos desterritorializados devido ao processo de industrialização provocado pela revolução industrial na Europa, passando pelos meus avós, camponeses policultores na região central do Rio Grande do Sul, e finalmente meus pais, migrantes que se aventuraram nos campos cercados pelo latifúndio pastoril na Campanha Gaúcha em busca do trabalho numa época em que o processo de modernização da agricultura avançava no estado do Rio Grande do Sul. Na verdade, meus pais eram “sem-terra” impossibilitados de se reproduzirem nas pequenas unidades camponesas das regiões coloniais formadas a partir da imigração italiana no século XIX.

Eu já nasci na Campanha Gaúcha, território de estâncias³¹, tanto que culturalmente tenho mais afinidades com ela do que com a “colônia”. Mas minha trajetória apenas estava começando, pois eu também me desterritorializei, quando aos 12 anos, por “culpa” de minha mãe, que desejava que eu desse continuidade em meus estudos, fui morar com minha avó. Nessa época, final da década de 1980 e início de 1990, fui apresentado aos “colonos sem-terra”³² que estavam chegando a Dom Pedrito, para serem assentados bem próximos da casa

³⁰ Parte da introdução foi redigida na primeira pessoa, pois julgamos importante destacar nossa trajetória acadêmica e também por sugestão da banca examinadora de nosso relatório de qualificação realizado em 05 de dezembro de 2007.

³¹ No Rio Grande do Sul, **estância** (que quer dizer *lugar de estar*) é o estabelecimento rural destinado especialmente à criação de gado bovino, podendo haver também ovinos ou equinos. As áreas plantadas são para manutenção da atividade principal. A estância gaúcha foi criada pelo padre jesuíta Cristóbal de Mendonza quando, em 1634, preocupado com a fome que assolava as Missões, trouxe da Argentina mil cabeças de gado bovino. Este gado foi distribuído em "estâncias", sendo que algumas delas ficavam distantes das Missões. Por essa razão, os índios foram treinados para andar a cavalo, e passaram a ser chamados de "vaqueros". A estância gaúcha tradicional é formada pela casa, onde moram o proprietário (ou patrão) e sua família; pelo galpão (ou galpões), onde vivem os peões e que é um reduto exclusivamente masculino; a casa do capataz, onde este vive com sua família; o potreiro; os currais, para encerrar o gado; o piquete; as internadas, onde o gado é cuidado. As hortas e lavouras não são muito comuns, ou pelo menos, não são muito grandes, pois a preferência do gaúcho é a criação de gado. (<http://pt.wikipedia.org>)

³² No Rio Grande do Sul, o **colono** é o pequeno proprietário de terras que se originou a partir da colonização europeia (alemães e italianos) no século XIX. Diferentemente do colonato, encontrado principalmente em São Paulo, que é uma forma de organização econômica e social rural na qual o trabalhador arrenda uma porção de terra sob condição de destinar parte de sua produção como pagamento ao proprietário.

de meus pais. A partir de então, conheci um mundo muito diferente, pois era filho de pequenos proprietários. Eram pessoas com costumes diferentes dos meus e pude perceber que o mundo era maior que a localidade do “Bolicho da Pedra”³³ onde nasci e fui alfabetizado em escola rural multisseriada.

Ao morar com minha avó, conheci de perto os costumes e tradições dos camponeses descendentes de italianos, um mundo a parte para mim. Foram anos difíceis, pois visitava meus pais somente nas férias de inverno e de verão. Mas se não fosse isso, penso que eu seria mais um sem-terra... A proximidade da casa de meus avós com a cidade de Santa Maria fez com que eu optasse pleitear uma vaga no curso de Geografia na Universidade Federal de Santa Maria. Ao ingressar no curso, fui para a moradia estudantil (Casa do Estudante Universitário/CEU), que para mim foi um “céu” em sentido literal, pois meus pais não tinham condições de pagar aluguel.

Desde que ingressei na Universidade (1997), mergulhei nos estudos, sempre pleiteando uma bolsa de iniciação científica ou monitoria (que era remunerada). Mas como ainda eu estava no início do curso, poucas oportunidades apareciam. Mas nunca desisti... Minha primeira publicação foi sobre manejo de bacias hidrográficas, fruto de um trabalho final de disciplina que, por orientação da professora, publiquei em forma de resumo.

No semestre seguinte, ocorreu seleção para monitoria de cartografia, concorri e passei. As coisas começaram a melhorar. Afinal, era minha primeira remuneração acadêmica, permanecendo por um ano e meio nessa atividade. No início de 1999, ocorreu seleção de iniciação científica para o Laboratório de Estudos e Pesquisas Regionais/LEPeR. Fui aprovado para a vaga, sob orientação da professora Dra. Meri Lourdes Bezzi, com quem permaneci até concluir a graduação, desenvolvendo o trabalho final de curso intitulado: *O espaço agrário constituído pela lavoura orizícola no município de Dom Pedrito (RS)*.

A bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul/FAPERGS foi fundamental para minha manutenção no curso, custeando minhas despesas básicas e, possibilitando a participação em eventos científicos, viagens, dentre outros. Minhas pesquisas abordavam modernização da agricultura, produção familiar e sustentabilidade em alguns municípios da Campanha Gaúcha.

Durante o desenvolvimento do trabalho de campo para os relatórios de iniciação científica, constatei algumas mudanças em curso na área pesquisada. No entanto, elas não despertaram muito interesse no âmbito do laboratório. Ao mesmo tempo em que nos feriados

³³ Pequeno comércio de secos e molhados existente na zona rural. Na contemporaneidade existem poucos bolichos, pois a população é esparsa, e os meios de circulação e locomoção facilitaram o acesso a cidade.

prolongados, eu visitava meus pais em Dom Pedrito, percorria parte considerável da Campanha Gaúcha num trajeto de aproximadamente 300 km.

A cada viagem, percebia, pela janela do ônibus, transformações na paisagem regional, formada até então, por campos nativos explorados com a pecuária e cultivos de arroz irrigado nas áreas de várzeas. Percebia que ao longo das rodovias estavam “pipocando” residências e pequenos cultivos, que na verdade eram assentamentos rurais.

Não podendo desenvolver a temática na graduação, escrevi um pequeno projeto de pesquisa com quinze páginas e submeti-o ao programa de pós-graduação da UNESP/campus Presidente Prudente (SP). Para minha surpresa, fui selecionado para concorrer a uma vaga no curso de mestrado. Após realizar as provas, obtive durante o Encontro Nacional de Geografia Agrária de Goiânia, o resultado de minha aprovação. E lá começava, mais uma vez, minha trajetória de des-territorialização, agora migrando para o interior de São Paulo.

A reterritorialização no “Pontal do Parapanema” foi marcada pela adaptação ao clima mais quente (também em relação às relações pessoais), e sob orientação da professora Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, iniciei minha trajetória no mestrado. Estudar na UNESP e participar do Grupo de Estudos: Dinâmica Regional e Agropecuária/GEDRA foi um salto qualitativo em minha formação acadêmica. Em função da tradição em estudos agrários, encontrei na UNESP um terreno fértil para minhas indagações. Assim, em março de 2003, defendi a Dissertação com o título: *A instalação de assentamentos rurais e inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant’Ana do Livramento(RS)*.

Como na vida tudo é movimento, mais uma vez sofri um processo de desterritorialização ... Seguindo conselhos de Rosângela, optei lançar-me no mercado de trabalho nas margens do rio Paraguai, em Cáceres (MT), onde começa o Pantanal. Minha atuação na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) foi muito marcada pela aprendizagem, aproximando-me de uma realidade bem peculiar. A partir dos inúmeros trabalhos de campo realizados com meus alunos, pude conhecer o “nortão” de Mato Grosso, uma reprodução do modo de vida e cultura “gaúcha” em plena área de transição dos cerrados para a Amazônia.

No entanto, já haviam se passado quase dois anos e era hora de prosseguir na caminhada...Mais um processo de desterritorialização. Eis que surgiu o convite de um amigo dos tempos de graduação para pleitear o doutorado no PPGeo/IG/UFU, uma vez que o programa era novo, com chances de se consolidar, tendo possibilidades de bolsa para os primeiros lugares.

Assim, entrei em contato com a professora Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa que prontamente me atendeu, e ouviu minhas intenções quanto ao doutorado. Como a resposta foi positiva, organizei o projeto e participei da seleção no segundo semestre de 2004. Ao ser aprovado em primeiro lugar, obtive a bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais/FAPEMIG, mudei-me de “*mala e cuia*”³⁴ para o Triângulo Mineiro.

Também destaco a contribuição do LAGEA como espaço para realizar pesquisa e trocas de experiências. Foram importante ao longo desse processo, a minha participação da Associação dos Alunos de Pós-Graduação, que possibilitou conhecer os trâmites internos da universidade, e a minha rápida, mas não menos satisfatória participação como professor substituto no Instituto de Geografia. Não posso me furtar de lembrar os colóquios com a orientadora, marcados pela liberdade de expressão e respeito mútuo, importantes para o desenvolvimento de um trabalho original.

A possibilidade de cursar o doutorado no PPGeo/UFU tornou-se importante na minha formação, na medida em que pude conhecer novos professores e conseqüentemente novos olhares sobre a Geografia, não correndo o risco de “pegar vícios institucionais”, além de vivenciar novas experiências acadêmicas, científicas e culturais.

Destaco, ainda, a realização de um estágio de dois meses no *Programa de Economías Regionales e Estudios Territoriales* (PERT) - Instituto de Geografia/Universidad de Buenos Aires/Argentina, sob orientação da professora Dra. Mabel Manzanal, contribuindo para minha formação acadêmica e ampliando minha compreensão sobre as transformações socioespaciais em curso no Pampa.

Eis que ora apresento minhas reflexões de anos de trabalho, buscando contribuir para novas leituras sobre os espaços regionais, ou melhor, sobre as transformações impostas pela dinâmica da sociedade. Enfatizo que minhas vivências são permeadas pelo regional: *Campanha Gaúcha, Pontal do Parapanema, Pantanal, Triângulo Mineiro...* Acredito que os resultados da pesquisa que ora apresento, reflitam um pouco dessa trajetória.

A meu ver, a Geografia Agrária enquanto área específica é mais do que uma subdivisão da ciência geográfica, ela faz parte do meu universo empírico, do conhecimento adquirido na prática cotidiana a partir dos ensinamentos de minha mãe durante seus afazeres na lida com o feitiço do queijo ou no cuidado com as galinhas, ou na análise de meu pai ao afirmar que um tomate cultivado fora da época não tem sabor. São esses ensinamentos empíricos sobre o tempo das coisas e o ritmo da natureza que, muitas vezes, na academia,

³⁴ Ditado popular gaúcho que significa migrar, mudar, viajar, ir embora com todos seus pertences.

insistimos em rotular de “senso comum”, e que fazem parte de uma Geografia Agrária antes de mais nada subjetiva.

No plano acadêmico, a Geografia Agrária chegou ao século XXI fortalecida por múltiplas correntes interpretativas, legado deixado, em muitos casos, por influências de geógrafos franceses, alemães; longe, portanto, de possuir um discurso unitário na interpretação do campo brasileiro.

Para Ferreira (2002), a maneira de se pensar o agrário sob o ponto de vista geográfico variou durante o século XX, fruto do amadurecimento teórico-metodológico da Geografia brasileira. Nesse sentido, a própria definição de Geografia Agrária ganhou diversas conotações, espelhando os aspectos que marcavam a sociedade em determinadas circunstâncias, podendo-se destacar o valor dado à paisagem como reflexo da ocupação do território e à valorização dos aspectos econômicos da produção agrícola na Geografia Agrária Tradicional; as medidas da agricultura e sua classificação na Geografia Agrária Quantitativa e a significância do social na Geografia Agrária Crítica.

Destacamos que ao nos referirmos às questões teórico-metodológicas da Geografia Agrária nesse início de século XXI, estaremos debruçados na realidade brasileira, reconhecendo que esse ramo da geografia, por muitas décadas, despertou atenção de boa parte dos geógrafos, principalmente, até o momento em que a sociedade brasileira passou a se urbanizar e tornar-se mais complexa. Portanto, a Geografia Agrária brasileira encontra-se influenciada pelas correntes filosóficas do pensamento, produzindo diferentes interpretações sobre o campo brasileiro, seja pela ótica do empirismo lógico, da fenomenologia ou da dialética.

Defendemos, por isso, a idéia de que o momento pelo qual estamos passando é muito fecundo para a ciência como um todo e, por conseqüência, para a Geografia Agrária, uma vez que agora podemos, de acordo com nossas concepções filosóficas, desenvolver pesquisas amparadas numa determinada corrente teórico-metodológica. É essa pluralidade de “olhares” que nos permite olhar o agro brasileiro nas suas mais amplas dimensões, sejam elas econômicas, políticas, culturais ou ambientais.

Embora reconheçamos que na Geografia Agrária exista uma pluralidade conceitual e, conseqüentemente, distintas interpretações sobre as diferentes espacialidades encontradas no campo brasileiro, para o presente trabalho pretendemos discutir a importância da incorporação do conceito de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR) nos estudos sobre as diferentes territorialidades promovidas

pelos movimentos sociais no campo. A partir daí, numa perspectiva geográfica, entendemos que seja uma importante ferramenta teórica compreendermos as transformações socioespaciais em curso no campo brasileiro, como a expansão do agronegócio, a consolidação dos movimentos sociais, dentre outras territorialidades.

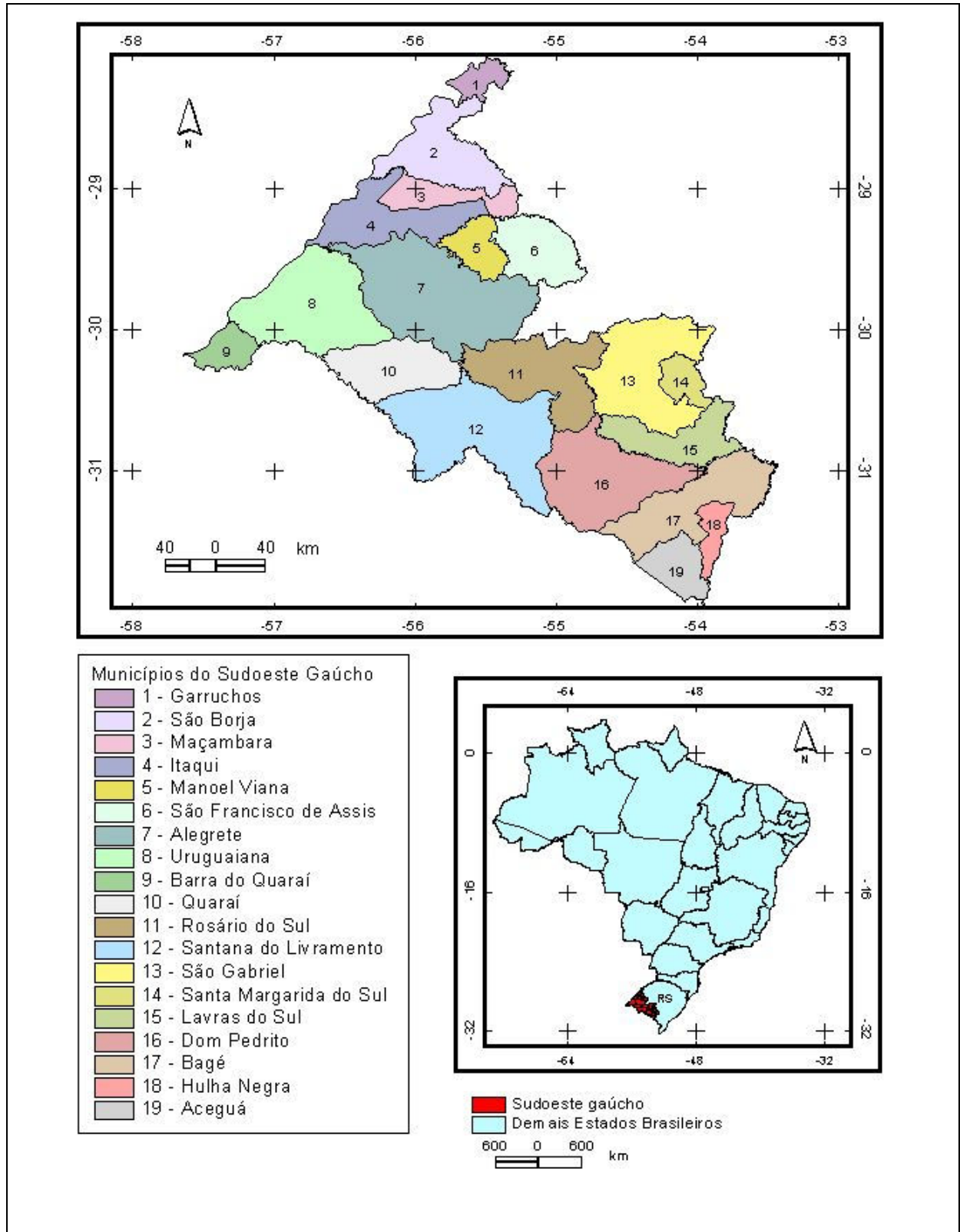
Ao discutir a incorporação dos processos de TDR na Geografia, em especial nos estudos agrários, partimos do reconhecimento da importância do movimento de renovação da Geografia brasileira que, por sua vez, teve seu como marco temporal no ano de 1978, introduzindo uma perspectiva mais crítica na análise da espacialidade dos fenômenos sociais. Assim, alguns conceitos trabalhados na Geografia ganharam maior evidência, podendo-se citar o caso do território e seus desdobramentos, como territorialidade, territorialização.

Além de considerar a importância do processo de desterritorialização, também, julgamos importante incorporar o conceito de identidade territorial, pois para a análise em questão são conceitos que se complementam. Isso se justifica porque identificamos claramente duas identidades territoriais, melhor dizendo, elementos culturais dessas duas identidades territoriais presentes nas expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha. Partimos da premissa de que essas duas identidades territoriais, ou seja, o camponês da Campanha e o camponês da Colônia, até então faziam parte de universos identitários com poucos contatos entre si.

A partir das premissas apresentadas, esperamos ter deixado evidente que nesse começo de século XXI, mais do que nunca, precisamos nos embasar teoricamente em teorias contemporâneas que dêem respostas, ou melhor, interpretações frente um mundo em constante transformação socioespacial. Ao considerar estas premissas, acreditamos que as bases teórico-metodológicas da Geografia Agrária encontrar-se-ão fortalecidas e revigoradas para interpretar as diferentes espacialidades encontradas no campo brasileiro contemporâneo.

Em relação a empiria, nossa investigação privilegiou o trabalho de campo e suas vivências e, em função disso, aos poucos construímos a teoria, na medida em que se apresentavam as evidências empíricas. A tentativa foi de construirmos uma abordagem não dicotômica entre empiria *versus* teoria e, sim, construir uma linha interpretativa que fosse sustentada na sua indispensável interconexão. É por isso que a “teoria” não está posta num capítulo específico, ela dilui-se pelo corpo do trabalho.

Entendemos que toda construção teórica deva ser acompanhada da empiria. Com isso, definimos, como lócus empírico, a Campanha Gaúcha, região localizada no sudoeste do Rio Grande do Sul (Mapa 1 e Anexo A).



Mapa 1 – Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense/Campanha Gaúcha: posição geográfica em relação ao Rio Grande do Sul e ao Brasil. Org.: Chelotti (2006).

Torna-se importante destacar que o espaço regional da Campanha Gaúcha, por várias décadas, constitui-se o principal território da pecuária de corte no estado do Rio Grande do Sul, principalmente, por ser uma expansão do bioma Pampa em território brasileiro. A paisagem formada por campos naturais, estâncias e modo de vida do gaúcho assegurou a essa região fronteira uma identidade regional singular em relação às demais regiões brasileiras.

A modernização da agricultura, que no Brasil começou em meados da década de 1960, incorporou essa região para a produção de arroz irrigado e de soja. A propriedade da terra, no entanto, continuou concentrada nas mãos dos pecuaristas, que passaram a arrendar parcelas de suas estâncias para a lavoura capitalista moderna do arroz irrigado.

As transformações que ocorreram no espaço agrário gaúcho, principalmente após a década de 1960 com o processo de modernização da agricultura, foram responsáveis por profundas transformações socioespaciais, bem como pela grande heterogeneidade de sujeitos territorializados no espaço agrário do Rio Grande do Sul.

Os reflexos do processo de modernização da agricultura no espaço agrário gaúcho foram capazes de expropriar milhares de pequenos agricultores de suas terras, juntamente com a emergência de movimentos sociais no campo brasileiro, em cena no final da década de 1970, associados ao processo de democratização em que se encontrava o país. Assim, a década de 1980 foi marcada pela ascensão e organização de movimentos sociais, principalmente no campo, reivindicando a realização da reforma agrária, adiada com o golpe militar de 1964.

Destaca-se que a maioria dos produtores familiares, expulsos do campo via processo de modernização da agricultura no estado do Rio Grande do Sul localizavam-se, em grande parte, no noroeste e no norte do estado, que constituíam áreas de colonização européia, caracterizadas por uma estrutura fundiária formada basicamente por pequenas propriedades rurais.

Dessa maneira, com o aumento do processo de expulsão no campo, o governo estadual foi pressionado pelos movimentos sociais a realizar desapropriações em grandes propriedades rurais, para o assentamento de parcela desses produtores familiares, que se encontravam organizados em movimentos sociais apoiados pelas igrejas Católica e Luterana.

A emergência dos movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Rio Grande do Sul, exerceu um importante papel na territorialização da luta pela terra. Na medida em que ocorria a territorialização da luta pela

terra, foram incorporados novos elementos à questão regional do Rio Grande do Sul, em especial no sudoeste gaúcho. Assim, os assentamentos rurais implantados durante a década de 1980, localizavam-se próximos às áreas das quais os produtores familiares foram expulsos, ou seja, no noroeste e norte do Rio Grande do Sul.

A partir do final da década de 1980, em alguns municípios da Campanha Gaúcha, foram instalados assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra oriundos, principalmente, do norte do Rio Grande do Sul. Na década de 1990, essa região tornou-se área prioritária para instalação de dezenas de assentamentos rurais pelos governos Estadual e Federal em função do baixo valor de mercado de suas terras. No entanto, tal política de Estado sempre foi repudiada, principalmente, por segmentos ligados ao setor agropecuário capitalista.

Na década de 1990, intensificaram-se os conflitos fundiários entre os sem-terra organizados pelo MST e os latifundiários da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL)³⁵. O resultado desse processo foi a atuação do Estado na aquisição de dezenas de propriedades para a realização de assentamentos rurais. A conquista e a inserção de assentamentos em áreas típicas de pecuária de corte extensiva nessa região fizeram parte do processo de territorialização da luta pela terra na década de 1990.

Verificou-se, portanto, uma *reorientação geográfica*³⁶ nos projetos de assentamentos rurais em direção aos municípios localizados nessa região, pois, até então, os projetos de assentamentos rurais no Rio Grande do Sul restringiam-se ao norte do estado, e desde meados da década de 1970, foram marcados por conflitos fundiários.

A reorientação dos projetos de assentamentos rurais para determinados municípios do sudoeste gaúcho foi impulsionada fortemente pela atuação do MST e pela institucionalização da região como área prioritária para realização da “reforma agrária” durante o governo Olívio Dutra (1999-2002). Como o sudoeste gaúcho caracterizava-se como uma região periférica de crescimento lento no contexto da economia gaúcha, foi institucionalizado como área prioritária para a instalação de assentamentos rurais, de acordo com uma nova proposta de desenvolvimento regional do Governo Estadual, visando à reterritorialização de milhares de trabalhadores rurais sem-terra.

³⁵ A FARSUL é uma entidade de classe que congrega os Sindicatos Patronais do Rio Grande do Sul. A entidade completou em 24/08/2007 oitenta anos de fundação, sendo a mais antiga do país. Historicamente defende os interesses do agronegócio gaúcho, sendo que, na última década, deu atenção especial aos assuntos fundiários, principalmente em relação ao direito à propriedade, tendo em vista as atuantes ações do MST no estado. Destacamos que em outros estados da federação existem outras entidades, como é o caso da União Democrática Ruralista (UDR), que defendem os interesses dos grandes proprietários, mas no Rio Grande do Sul, em função da longa trajetória da FARSUL, não possuem representação.

³⁶ Terminologia utilizada por Navarro, Moraes e Menezes (1999).

Assim, municípios que até a década de 1990 possuíam sua matriz produtiva alicerçada na pecuária de corte (bovinos e ovinos) e na lavoura capitalista do arroz irrigado e da soja, começaram a fortalecer a produção de cunho familiar, por meio da territorialização de milhares de trabalhadores sem-terra, que foram assentados em áreas anteriormente ocupadas pelo latifúndio.

Mais recentemente, no início dos anos 2000, novos interesses econômicos colocaram a região na pauta do dia, quando empresas multinacionais de celulose, apoiadas pelo Governo Estadual, decidiram implantar áreas de florestamento na região. O discurso de que esses novos empreendimentos de empresas multinacionais promoveriam o desenvolvimento regional provocou mobilizações favoráveis e contrárias por parte da sociedade gaúcha.

Diante do exposto, percebemos uma complexa trama de relações sociais no espaço agrário regional da Campanha Gaúcha nesse limiar de século XXI. No entanto, nossa análise deter-se-á no papel desempenhado pelos sem-terra na reestruturação do espaço regional, ultrapassando a esfera socioeconômica e incorporando novas dimensões como a perspectiva sociocultural. Frente às transformações em curso na região, reconhecemos as profundas transformações socioespaciais principalmente a partir da “descoberta” da região para novas atividades econômicas, como a fruticultura empresarial e o florestamento incentivado pelo capital internacional, que produzem um discurso de diversificação da matriz produtiva regional. Esses são elementos que compõem o pano de fundo da questão regional e, por ora, não contemplam os objetivos propostos no presente trabalho.

No âmbito dos estudos sobre as transformações socioespaciais³⁷ promovidas pelos assentamentos rurais, destacam-se alguns estudos como Zamberlam e Florão (1992), Ferrante (2000), INCRA/FAO (1999), Navarro, Moraes e Menezes (1999), Sparovek (2003), Leite et al. (2004), Silva, Fernandes e Valenciano (2006), dentre outros. Mas os novos rearranjos regionais promovidos pelos assentamentos rurais, ainda são pouco estudados numa perspectiva sociocultural. Na esfera socioeconômica, os assentamentos apontam para a possibilidade da construção de novas territorialidades nas regiões onde foram inseridos.

Como aponta a literatura, no que se refere às transformações locais, os assentamentos têm sido *locus* de diferentes experiências no âmbito da reprodução de milhares de unidades de produção familiar e, em muitos casos, têm influenciando na economia local e também no

³⁷ Em muitos trabalhos sobre a relação dos assentamentos rurais com o território é utilizada a nomenclatura “impactos”. Em nosso caso, optamos denominar como transformações socioespaciais.

reordenamento territorial da região. No entanto, no decorrer do processo de reterritorialização desses trabalhadores sem terra, seus antigos espaços culturais são recriados, estando, muitas vezes, distantes centenas de quilômetros de suas regiões de origem. Nessa perspectiva, o que está em jogo é o possível “choque cultural” que a instalação de assentamentos poderá provocar em determinadas regiões.

Portanto, foi a partir de nossa dissertação de mestrado intitulada “A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário de Sant’Ana do Livramento (RS)”, que constatamos que cerca de 90%³⁸ dos camponeses reterritorializados no referido município eram oriundos de outras regiões do estado, e essa realidade é também observada nos demais municípios da região que possuem assentamentos. Na esfera da identidade, o elevado número de migrantes assentados na região representa a incorporação de novas racionalidades, não só produtivas, mas, também culturais, na matriz regional.

Na década de 1990, na medida em que ocorreu a territorialização da luta pela terra na Campanha Gaúcha, evidenciamos que novos elementos socioculturais foram incorporados na questão regional, e historicamente se construiu na sociedade regional, uma forte identidade associada ao espaço latifundiário e a seus elementos simbólicos: modo de vida campeiro, o pampa, a estância, o gaúcho, a criação, dentre outros.

Nessa linha de raciocínio, julgamos importante aprofundar essa análise, considerando que os processos de reterritorialização camponesa em curso na região, estavam permeados por uma forte manutenção da identidade territorial desses sujeitos da reforma agrária, que passaram a expressar no novo território, elementos socioculturais de seus antigos territórios/regiões de vida.

Portanto, a presente tese tem como objetivo central compreender o processo de (re) configuração socioespacial em curso no agrário da Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense/Campanha Gaúcha (RS), principalmente, a partir do embate entre o espaço latifundiário e os assentamentos rurais, que produzem significativas expressões da reterritorialização camponesa no espaço regional.

Para realizar a referida análise, delimitamos o recorte temporal pós-1990 no qual acentua-se a luta pela posse da terra no Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, o processo de instalação dos projetos de assentamentos rurais na região. Assim, torna-se evidente uma nova dinâmica territorial presente em vários municípios da região promovida pela instalação

³⁸ Informações obtidas junto a EMATER, INCRA, MST e Chelotti (2003).

de assentamentos rurais. Destaca-se, porém, que essa nova dinâmica ainda é pouco conhecida e investigada na esfera regional por ser um processo recente, ou seja, pós-1990.

No decorrer do processo de reterritorialização desses trabalhadores, seus espaços foram recriados, embora, muitas vezes, distantes de suas regiões de origem. A reprodução da agricultura familiar nas mais diversas regiões do estado chamou a atenção para a importância desse segmento de agricultores na organização e produção do espaço.

Nesse contexto, a territorialização da luta pela terra redefiniu o papel da agricultura familiar, fortalecendo-a em algumas regiões através da inserção de assentamentos rurais, conseqüentemente, potencializando essa categoria de produtores. O processo de reterritorialização desses agricultores, principalmente em áreas típicas de pecuária de corte, tem potencializado, embora timidamente, a diversificação da matriz produtiva regional, historicamente alicerçada na pecuária e no cultivo da lavoura orizícola.

Na virada do século XXI, o espaço agrário da Campanha Gaúcha não se apresenta tão homogêneo como indicava o discurso da identidade regional do século passado. Embora continue sendo o cerne do espaço latifundiário gaúcho, do tradicional camponês fronteiriço, do arrendatário capitalista da terra, é também palco de novas experiências da territorialização de luta pela terra com instalação de dezenas de assentamentos rurais.

Para responder os objetivos propostos, estruturamos o trabalho em 5 capítulos. Gostaríamos de enfatizar que iniciaremos a discussão com um capítulo específico sobre o caminho metodológico, ou seja, quais foram nossas escolhas para responder os objetivos da tese. Tal escolha justifica-se pela crescente exigência de deixar claro para o leitor o caminho seguido pelo pesquisador. Cada caminho escolhido conduz a um determinado discurso sobre a problemática abordada.

No primeiro capítulo, denominado *Entre o caminho e a travessia: a importância da metodologia na pesquisa em Geografia Humana* procuramos deixar claro os procedimentos metodológicos da tese. Abordamos a cientificidade nas ciências humanas, e, por sugestão de Corrêa (2003), deixamos bem claro para o leitor o nosso problema de pesquisa, o recorte espaço-temporal, além de explicar como ocorreu a seleção dos dados, das fontes e das informações necessárias para responder os objetivos propostos. Outro ponto que destacamos foi a importância de se discutir as premissas do trabalho de campo em Geografia, uma vez que existem poucas reflexões teóricas sobre a temática, diferentemente da Antropologia que possuiu uma longa tradição de registrar, descrever e discutir o trabalho de campo. Seguindo essa influência antropológica, apresentamos uma análise empírica sobre a temática, dando um

“ponta-pé inicial” frente uma discussão maior presente nos próximos capítulos. O capítulo é encerrado com um item que enfatiza teoricamente quem são os sujeitos da pesquisa.

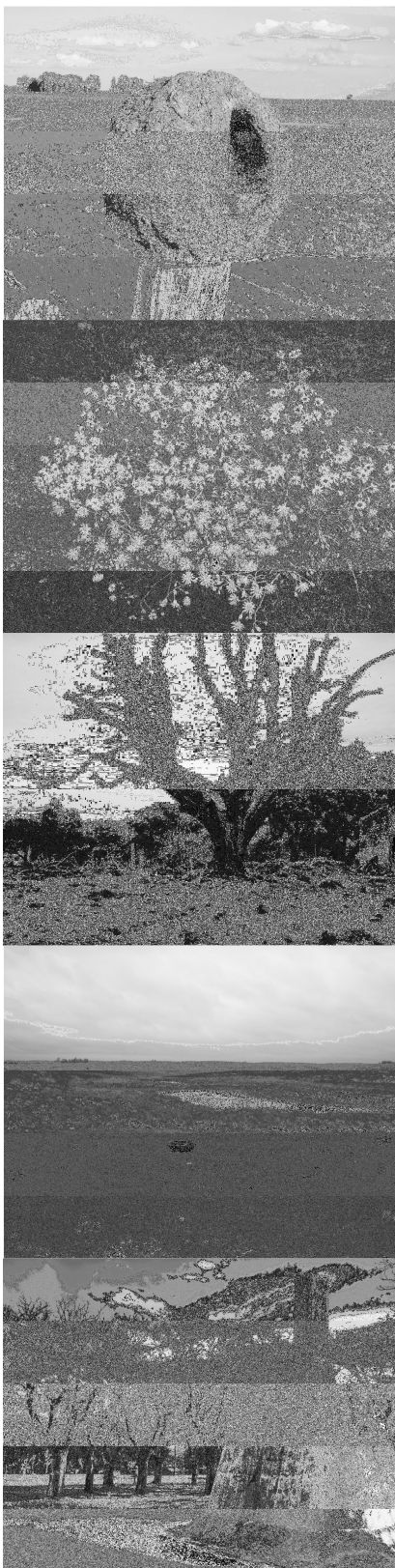
No Capítulo 2, intitulado *A produção do espaço agrário na Campanha Gaúcha* percorremos a geografia do Rio Grande do Sul para compreendermos suas especificidades socioespaciais, além de identificamos os principais sujeitos territorializados em seu espaço agrário, como os latifundiários, os pequenos proprietários e os granjeiros. É importante destacar a formação territorial desigual do espaço agrário gaúcho, que gerou uma nítida dicotomia socioespacial, pois no sul, estão territorializadas as típicas estâncias pastoris e no norte, as pequenas propriedades camponesas. Apresentamos também a dinâmica agropecuária da Campanha Gaúcha, identificando seus principais cultivos e criações, demonstrando que o setor primário é o alicerce da economia regional.

No capítulo 3, *A geografia da luta pela terra: transformações socioespaciais no “coração” do latifúndio gaúcho* demonstramos os condicionantes históricos que possibilitaram, no final da década de 1970, a emergência dos movimentos sociais no campo gaúcho, e seus desdobramentos na luta e conquista de territórios para a reforma agrária. O papel exercido pelo MST foi fundamental na territorialização da luta pela terra, principalmente pelo avanço de suas ações em direção ao cerne do latifúndio gaúcho, ou seja, à Campanha. A partir daí, o foco da luta pela terra no Rio Grande do Sul concentrou-se na Campanha, questionando a histórica concentração da terra nas mãos dos latifundiários. A luta pela terra possibilitou a configuração de uma nova geografia agrária na medida em que dezenas de assentamentos rurais surgiram para reterritorializar os camponeses sem-terra. Esse processo introduziu os camponeses sem-terra como novos sujeitos no espaço agrário regional.

No capítulo 4, *Expressões da reterritorialização dos camponeses sem-terra na Campanha Gaúcha*, apresentamos a discussão sobre o mito da desterritorialização para entendermos como determinados sujeitos sociais são capazes de reconstruir territórios de vida frente pressões e mobilizações sociais, repercutindo em processos de reterritorialização, como é o caso dos camponeses sem-terra assentados na Campanha Gaúcha. A partir dos depoimentos das mulheres, constatamos as dificuldades e o estranhamento do momento da chegada no assentamento, além das estratégias de sobrevivência encontradas pelos mesmos para sobreviverem num território dominado pelo espaço latifundiário. As transformações socioespaciais são perceptíveis na relação cidade-campo quando observamos os camponeses estabelecendo trocas, fluxos e intercâmbios com os centros urbanos localizados próximos dos assentamentos. A luta pela terra ocorre no campo, mas é na cidade que esses sujeitos tornam-se mais evidentes.

No capítulo 5, *O encontro das identidades: território em transformação e novas paisagens* discutimos a importância do conceito de identidade territorial para nossa análise, pois evidenciamos que o processo de reterritorialização foi capaz de aproximar dos universos identitários, ou seja, os camponeses da colônia com os camponeses da Campanha. A partir do regaste de um texto da década de 1970 do geógrafo Raymond Pébayle, identificamos que os encontros entre camponeses agricultores e camponeses pecuaristas ainda são verificáveis, principalmente, na Campanha Gaúcha nesse início de século XXI. Assim, as expressões socioculturais dos camponeses das áreas coloniais são perceptíveis na paisagem da Campanha. Abordamos também as transformações em curso na paisagem do Pampa, pois evidenciamos que além de se transformar em “paisagens da reforma agrária” outros processos econômicos como a silvicultura estão transformando-o em “paisagens de monocultura”. Portanto, a paisagem do Pampa tem se transformado na medida em que reflete a própria dinâmica da sociedade contemporânea.

Partimos da premissa que de nas Ciências Humanas não trabalhamos com respostas/resultados prontos, pois a sociedade é muito dinâmica e complexa. Por isso, no fechamento do trabalho encontram-se as considerações finais, mais do que “conclusões”, são interpretações de uma determinada realidade social. Assim, pontuamos nossas principais reflexões e apontamos possíveis desdobramentos analíticos sobre as transformações socioespaciais em curso no espaço agrário da Campanha Gaúcha nesse início de século XXI.



Chelotti

®

1

É bem mais fácil para alguém falar em flores
Quando o destino fez de pétala seu ninho
É bem mais doce não sentir amargas dores
Tenho mil rosas a enfeitar o seu caminho

Porém nem todos têm destinos semeadores
E a primavera a bem poucos acalanta
Quem nada faz muitas vezes colhe rosas
Deixando apenas os espinhos pra quem planta

Quem planta a terra cala a voz perante o forte
Ergue muralhas de riqueza e vaidade
Se faz a hora de erguemos vozes tantas
Poís se levanta uma nova realidade.

Vamos dar as mãos nesta nova ciranda
Seguimos juntos um porvir bem mais risonho
Onde as injustiças sejam rastros repisados
Já apagadas pela rosa azul dos sonhos.

Vamos dar as mãos e abrir as portas do coração
Pra um amanhã claro e seguro
Embora o ontem tenha sido flores mortas
Poís nunca e tarde pra quem quer plantar futuros.
(Ciranda – João Chagas Leite)

1 ENTRE O CAMINHO E A TRAVESSIA: a importância da metodologia na pesquisa em Geografia Humana

Diversas teorías, objetivos y problemáticas, dentro de cada disciplina y entre disciplinas, han ido conformando una gran variedad de respuestas metodológicas. Cada una con sus propios fundamentos epistemológicos, cada una con sus propios procedimientos explícitos, conocidos, consensurados por aquellos que trabajan en una línea o estilo de investigación. [...] El conocimiento científico siempre es discutible y provisorio, por lo cual requiere para su crítica que se hagan explícitos las teorías y los métodos utilizados. La investigación requiere también reflexionar sobre nosotros mismos; quiénes somos y cuáles son los recursos de nuestros estudios e interpretaciones. Somos conscientes de nuestros valores e intereses y de las limitaciones de nuestras interpretaciones (SAUTU, 2005, p. 24).

1.1 O esquema metodológico da tese

A questão teórico-metodológica é de suma importância no desenrolar da pesquisa científica, pois é ela que apresenta para o leitor as escolhas e caminhos percorridos pelo pesquisador na elucidação e busca da produção do conhecimento.

Sposito (2000) destaca que o nível científico baseia-se na descrição minuciosa, na localização de fenômenos dentro de categorias específicas, conceitos e classes características, considerando-se o conhecimento já produzido anteriormente e as bases teóricas que orientam e direcionam as novas investigações.

Mas, o rigor científico não pode ser confundido como uma verdade absoluta, estanque ou definitiva, pois sua produção estará sujeita as determinadas escolhas teóricas e filosóficas que o pesquisador poderá fazer. Com isso, um mesmo objeto pesquisado pode despertar e produzir diferentes interpretações analíticas.

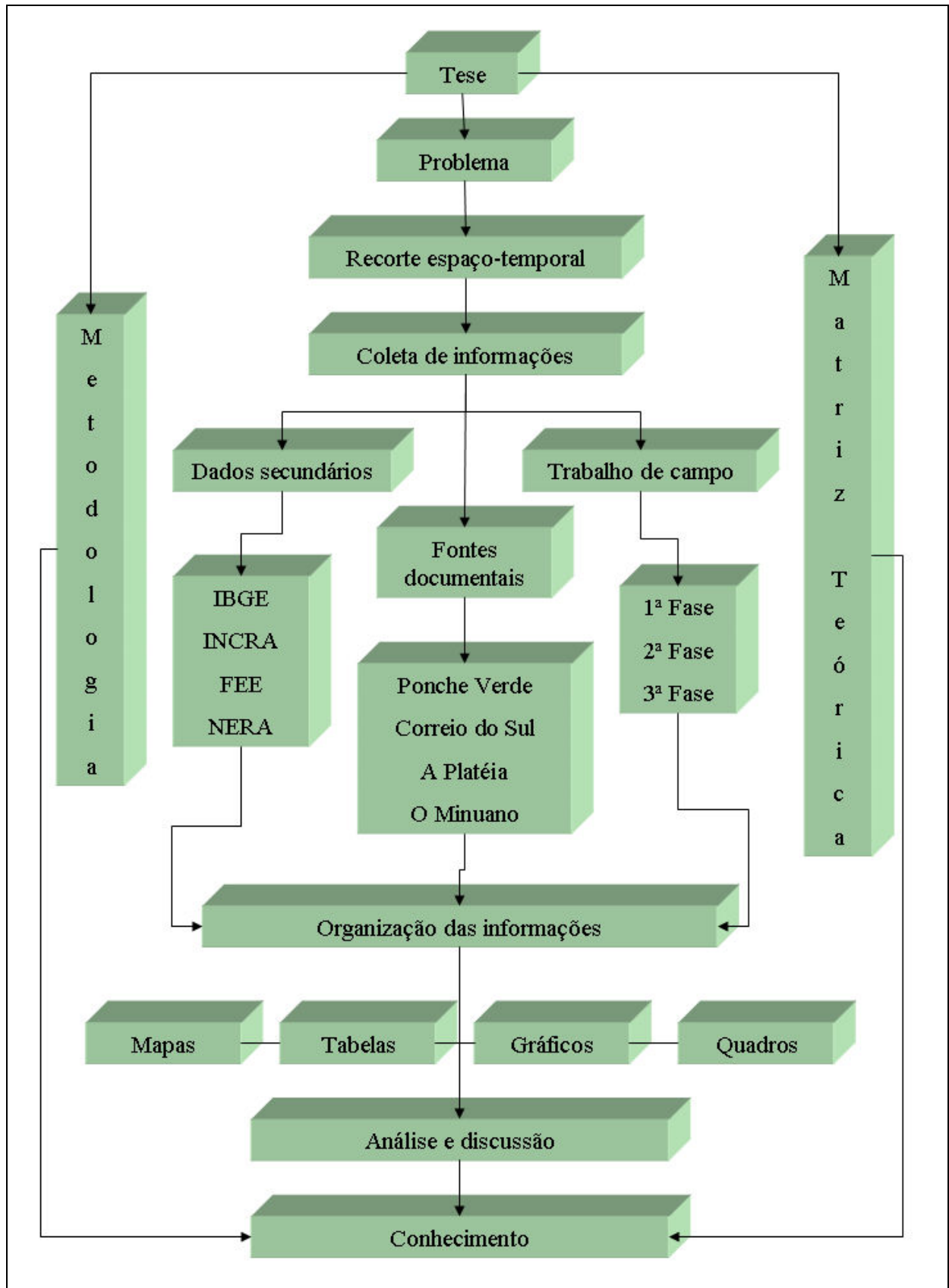
De acordo com Libault (1994), existem quatro procedimentos básicos na investigação científica: (1) atividade compilatória, (2) atividade correlatória, (3) atividade semântica, (4) atividade normativa. Cada uma delas apresenta-se mais intensamente num ou noutro momento da pesquisa, mas todas fazem parte de uma totalidade que só pode ser apreendida, por parte do pesquisador no nível da abstração.

A atividade compilatória refere-se ao trabalho de coleta e de compilação dos dados, textos e documentos, fundamentais para responder à problemática. Nesse momento, além do levantamento bibliográfico, organizam-se os roteiros de entrevistas, e selecionam-se os sujeitos da pesquisa. A atividade correlatória ocorre a partir do momento em que o levantamento dos dados e informações já está realizado, estabelecendo-se parâmetros para a sua homogeneização e posterior correlação entre si. A atividade semântica consiste em combinar as informações coletadas, num momento em que a informação se qualificará como geográfica, produzindo conhecimento, como abordagem racional do problema. E finalmente, a atividade normativa, que consiste na elaboração do raciocínio apoiado numa base teórica, momento em que são realizadas análises e redação, produzindo o conhecimento.

A partir dessas premissas, conduzimos nossa proposta metodológica da seguinte maneira: no primeiro momento apontamos a problemática, no segundo, destacamos o recorte espaço/temporal, no terceiro momento, enfatizamos a seleção dos dados, das fontes e das informações, no quarto momento defendemos a importância do trabalho de campo e, finalmente, no quinto momento, relatamos o olhar empírico sobre as novas relações no espaço agrário da Campanha Gaúcha (Fluxograma 1).

O conhecimento produzido pelas ciências sociais e humanas não pode ser comparado com ciências naturais e exatas que, apoiadas em dimensões mensuráveis, engessam a realidade pesquisada. Portanto, estamos falando de possibilidades de compreensão de uma determinada realidade socioespacial e não de determinismos. Assim, dependendo de nossas escolhas teórico-metodológicas e vivências empíricas produziremos um determinado conhecimento científico. A partir dessa compreensão, concordamos com a afirmação de Boaventura de Souza Santos:

[...] as ciências sociais não dispõem de teorias explicativas que lhes permitam abstrair do real para depois buscar nele, de modo metodologicamente controlado, a prova adequada; as ciências sociais não podem estabelecer leis universais porque os fenômenos sociais são historicamente condicionados e culturalmente determinados; as ciências sociais não podem produzir previsões fiáveis porque os seres humanos modificam o seu comportamento em função do conhecimento que sobre ele se adquire; os fenômenos sociais são de natureza subjectiva e como tal não deixam captar pela objectividade do comportamento; as ciências sociais não são objectivas porque o cientista social não pode libertar-se, no acto de observação, dos valores que informam a sua prática em geral, e portanto, também a sua prática de cientista. (SANTOS, 1987, p. 20-21).



Fluxograma 1 - Esquema metodológico da tese
Org.: Chelotti (2007)

No entanto, isso não significa que nas ciências sociais inexistam um rigor metodológico, pelo contrário, ele é fundamental para uma melhor compreensão da complexa realidade evidenciada nos dias atuais. O importante é não confundirmos rigor metodológico com rigor matemático (cartesiano), pois estaríamos reduzindo a dimensão da realidade pesquisada.

O rigor científico, porque fundado no rigor matemático, é um rigor que quantifica e que, ao quantificar, desqualifica, um rigor que, ao objectivar os fenômenos, os objecturiza. É em suma e finalmente, uma forma de rigor que, ao afirmar a personalidade do cientista, destrói a personalidade da natureza. Nestes termos, o conhecimento ganha em rigor e perde em riqueza [...] (SANTOS, 1987, p. 32).

A Geografia, nos últimos anos, conseguiu formular um importante corpo teórico, produzindo uma importante contribuição para o conhecimento do espaço geográfico. No entanto, o espaço geográfico é uma das dimensões da realidade. Assim, cada vez mais, buscamos também as contribuições de outros ramos do conhecimento, com a intenção de qualificar nossa análise. Mas, o importante, no caso da Geografia, é de entender como ocorre a produção do espaço geográfico.

1.2O problema

Para Corrêa (2003), uma pesquisa deve começar com uma problemática, isto é, devemos lançar um problema sobre um dado aspecto da realidade, sendo que a problematização advém de nossa visão de mundo.

Portanto, começamos afirmando que não há como negar que foram incorporados novos agentes sociais no sudoeste gaúcho, principalmente após a instalação de assentamentos rurais na década de 1990. Os novos agentes, ou seja, os sem-terra, ao recriarem seus espaços de sociabilidade e produção, passaram a “questionar” a identidade construída historicamente alicerçada no espaço latifundiário pastoril. Assim, evidencia-se um re-arranjo no espaço regional.

A partir desses apontamentos, algumas indagações são apresentadas:

1) A instalação de dezenas de assentamentos rurais na Campanha Gaúcha possibilitou o questionamento da identidade regional, passando de uma região de “latifúndios” para uma região de “assentamentos”, num constante processo de conflito no espaço agrário entre os latifundiários, representados pela FARSUL e os sem-terra, organizados pelo MST. Qual o real

significado desse processo em curso para a manutenção da identidade da Campanha Gaúcha frente ao século XXI?

2) A reterritorialização que está ocorrendo representa o diferente, ou seja, a chegada do estranho, reestruturando as tradicionais relações sociais historicamente enraizadas na no espaço agrário regional. Os assentados por serem de outras regiões, conseqüentemente com outra identidade territorial, defrontaram-se com a necessidade de se adaptarem e recriarem seus espaços socioculturais. Até que ponto o discurso de que o “ambiente natural” da Campanha Gaúcha é “inadequado” para a reterritorialização camponesa?

3) Historicamente o camponês fronteiro da Campanha Gaúcha desenvolve suas atividades produtivas à semelhança das estâncias pastoris, ou seja, pecuária de corte de bovinos e ovinos, em suas pequenas extensões de terra. Em relação aos camponeses reterritorializados, é adequado afirmar que eles introduziram uma nova racionalidade produtiva no espaço agrário regional?

4) Nos assentamentos mais recentes, presenciam-se indivíduos da própria região, o que não acontece com os mais antigos. Assentar famílias da própria região tem relação com o “sucesso” da reprodução dos assentados? Nesse sentido, em que medida a origem geográfica, ou seja, a *identidade territorial* do assentado influencia na sua reprodução como produtor familiar?

1.3O recorte espaço/temporal

Outra etapa importante no trabalho, principalmente no âmbito da Geografia, refere-se à clareza do recorte espaço/temporal em que se propõe aprofundar as análises e a pertinência das teorias adotadas.

O recorte espacial, crucial para o geógrafo, mas não exclusivo dele, diz respeito aos limites do espaço a ser estudado e onde localiza-se o tema selecionado [...] O recorte espacial significa a aderência a uma dada problemática, não se tratando de uma escolha arbitrária. O recorte temporal, por sua vez, refere-se ao momento do tempo no qual situam-se nosso tema espacialmente recortado [...] O recorte temporal é fundamental porque delimita e contextualiza o objeto estudado. (CORRÊA, 2003, p. 11-12).

No entanto, Haesbaert (1998) nos chama a atenção para o fato de que nem todo o recorte espacial, produto da regionalização, é uma região em seu sentido estrito, sob pena

desta perder seu rigor conceitual. Nesse contexto, o autor propõe que a regionalização não seja tratada de maneira simplista, como sinônimo de fragmentação, mas como um método para recortar o espaço, de forma analógica ao que se verifica com a periodização, ao recortar o tempo para os historiadores. Ao contrário da história, que utiliza várias escalas temporais para seus períodos, a geografia nem sempre fez da região um simples recorte espacial coerente, independente da escala e dos fenômenos que nela se reproduziram.

Nesse sentido, as primeiras regionalizações do Rio Grande do Sul privilegiaram as características físicas, mais precisamente as características da paisagem. Em estudos na década de 1950, Nilo Bernardes apoiado na Geografia Clássica enfatizava que em linhas gerais, não seria difícil estabelecer para o território rio-grandense uma divisão regional, pois às zonas geográficas naturais corresponderiam, em geral, características homogêneas, combinando a distribuição dos dois tipos de vegetação predominante – mata e campo –, com feições morfológicas principais, que se individualizariam quanto ao tipo de aproveitamento da terra e de estrutura econômica.

Bernardes (1997)³⁹ destacou sua dificuldade em delimitar a Campanha Gaúcha.

Seus próprios limites são bastante vagos. A oeste, em larga faixa marginal ao rio Uruguai, aos terrenos basálticos do Planalto se estendem para o sul e a transição entre as duas regiões se faz suavemente. A única mudança sensível se verifica na queda de altitude: de 350 a 400 metros nas zonas de São Luis Gonzaga e Santiago passa-se a menos de 200 metros nos municípios de São Borja e Itaqui; nos vales, as cotas são mais baixas ainda, via de regra, inferiores a 100 metros. Igualmente, quando se passa da Depressão para o sudoeste, contornando as Serras de Sudeste, não há alterações de estrutura que imprimam um traço peculiar à paisagem, porquanto os terrenos sedimentares infletem-se naquela direção. (BERNARDES, 1997, p. 27-28).

Diversas são as regionalizações sobre a Campanha Gaúcha, tradicionalmente, pautadas em critérios naturais associados aos elementos da paisagem. No entanto, destacam-se três regionalizações mais usuais, sendo elas: a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); a dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) e a Geoeconômica.

A regionalização proposta pelo IBGE (1997) parte da concepção da existência de espaços homogêneos e polarizados identificados segundo critérios de homogeneidade física,

³⁹ Publicado originalmente em dois números (171 e 172) do Boletim Geográfico da Fundação Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística (FIBGE), relativos ao ano de 1962.

humana ou econômica, divididos entre as Mesorregiões Geográficas e as Microrregiões Geográficas.

Mesorregião - é entendida como uma área individualizada, em uma unidade da Federação, que apresente formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Essas três dimensões deverão possibilitar que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Essa identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou. (IBGE, 1997).

Segundo esse critério, o Rio Grande do Sul estaria dividido em sete (7) mesorregiões, sendo elas: Centro Ocidental Rio-Grandense, Centro Oriental Rio-Grandense, Metropolitana de Porto Alegre, Nordeste Rio-Grandense, Noroeste Rio-Grandense, Sudeste Rio-Grandense, e Sudoeste Rio-Grandense; subdividido em 35 microrregiões.

Microrregião - é definida como parte das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades referem-se à estrutura de produção, agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. A organização do espaço microrregional é também identificada pela vida de relações em nível local, isto é, pela interação entre as áreas de produção e locais de beneficiamento e pela distribuição de bens e serviços de consumo freqüente. Assim, a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, envolvendo a produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais. (IBGE, 1997).

Nesse caso, a Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense é formada por três Microrregiões Geográficas: MRG Campanha Ocidental formada a partir dos municípios de Alegrete, Barra do Quaraí, Garruchos, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, São Borja, São Francisco de Assis e Uruguaiana; MRG Campanha Central, formada pelos municípios Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Sant'Ana do Livramento e São Gabriel; e a MRG Campanha Meridional, formada por Aceguá, Bagé, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul (Mapa 2).

Outra regionalização muito utilizada no Rio Grande do Sul, para fins de planejamento estatal, é a dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), em que o estado foi dividido em 24 regiões. Criados em 1994, os COREDES têm por objetivo a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações de governo na região, visando à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição equitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente. De acordo com essa regionalização, a

Campanha Gaúcha é formada pelos municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul (Mapa 3).



Mapa 2 – Rio Grande do Sul: mesorregiões e microrregiões geográficas conforme o IBGE
 Fonte: Moreira (2000).



Mapa 3 – Rio Grande do Sul: Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES)
 Fonte: Moreira (2000).

Numa perspectiva mais acadêmica, a regionalização geoeconômica, proposta por Alonso, Benetti e Bandeira (1994), subdivide o Rio Grande do Sul em três grandes regiões bem distintas entre si: Norte, Nordeste e Sul. Para a realização dessa regionalização, os autores utilizaram dados referentes à formação territorial, através de áreas estatisticamente comparáveis, privilegiando sua permanência ao longo do tempo, caracterizando e identificando essas três regiões conforme seu perfil de produção e desempenho econômico.

[...] deduz-se a existência de três núcleos distintos de interesse econômico no Rio Grande do Sul: um deles consiste no interesse de preservação e desenvolvimento do espaço econômico da estância pastoril; um segundo gravita em torno do espaço econômico relacionado com a agricultura, de grãos com o centro do sistema, e de seu aparato industrial e de comercialização; e um terceiro aglutina os interesses centrados no desenvolvimento de uma indústria dinâmica de característica diversificada. (HEIDRICH, 2000, p. 99, grifo nosso).

Conforme essa regionalização, a Campanha Gaúcha corresponderia à região Sul, identificada e caracterizada, em linhas gerais, pela permanência e existência do espaço latifúndio pastoril (Mapa 4).



Mapa 4 – Rio Grande do Sul: regionalização geoeconômica
Fonte: Heidrich (2000).

Na pesquisa, em função da padronização na coleta de dados e informações, utilizamos a regionalização oficial proposta pelo IBGE, ou seja, que denomina esse espaço regional de Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense (dividida em três microrregiões: Campanha Ocidental, Campanha Central e Campanha Meridional), por acreditarmos ser a mais coerente e atender aos objetivos propostos no presente trabalho. No entanto, chamaremos esse espaço regional de Campanha Gaúcha e não de Sudoeste Rio-Grandense⁴⁰ como propõe a nova classificação do IBGE.

Pampa, palavra de origem quíchua, é o nome dado as planícies de vegetação rasteira que ocorrem no Rio Grande do Sul e nos países do Prata, associado à ocorrência de pastagens que também se denominam savanas, estepes ou simplesmente campo (este termo mais adequado). É usado como adjetivo para distinguir o animal de cara branca e o restante de pelagem de outra coloração: gado pampa, cavalo pampa, cachorro pampa. É utilizado tanto no masculino como no feminino. Já Campanha, que vem de campo, distingue a porção das terras baixas no Rio Grande do Sul, baixas em comparação ao Planalto, dividindo assim o estado sulista em duas metades, sul e norte respectivamente. A Campanha vem a ser a porção do pampa brasileiro. Sua característica principal é a extensa área de pastagem onde se desenvolveu a atividade pastoril de ovinos, vacum e cavalar. (FONTOURA, 2006, p.1, grifo nosso).

No que se refere à escala temporal adotada em nosso trabalho, delimitamos o período correspondente ao pós-1990, quando se verificou uma *reorientação geográfica*⁴¹ na implementação dos projetos de assentamentos rurais em direção a municípios localizados na MRG Metropolitana de Porto Alegre e na Campanha Gaúcha. Antes da década de 1990, os projetos de assentamentos eram realizados quase que exclusivamente próximos às áreas de conflitos fundiários, ou seja, no norte do Rio Grande do Sul, região que, desde o final da década de 1970, foi marcada por intensos conflitos entre sem-terra e proprietários de terras.

Outro fator importante é que, desde o ano de 1997, travaram-se acirrados debates em torno dos índices de lotação da pecuária no Rio Grande do Sul. Isso porque o índice de lotação da pecuária exigido pelo INCRA, para o sudoeste gaúcho, situa-se em torno de 0,8 unidade animal por hectare, ou seja, menos de um animal por hectare e, mesmo assim, passou

⁴⁰ A nosso ver tais denominações são sinônimas. No entanto, a terminologia Campanha Gaúcha possuiu uma maior identificação com historicidade e identidade desse espaço regional, que se formou a partir dos campos nativos do Pampa, daí o nome Campanha.

⁴¹ Navarro; Moraes; Moreira (1999).

a ser contestado pelos pecuaristas por ser considerado um índice muito elevado, segundo as características regionais.

A reorientação geográfica dos assentamentos rurais para os municípios da Campanha Gaúcha foi impulsionada fortemente pela atuação do MST na medida em que deixaram de existir propriedades a serem adquiridas pelos Governos Federal e Estadual em outras áreas do Rio Grande do Sul.

1.4 A seleção dos dados, das fontes e das informações.

A coleta de dados secundários e documentais foi importante para a execução da tese, uma vez que proporcionou suporte para responder os objetivos propostos. Espera-se, com isso, entrelaçar a discussão teórica com a empírica.

A Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense (Campanha Gaúcha) corresponde a cerca de 30% do território gaúcho, e como o processo de instalação de assentamentos rurais não é homogêneo no espaço regional, escolhemos um município mais representativo até o ano de 2007; no caso, Sant'Ana do Livramento, que possuía, até então, 29⁴² assentamentos rurais para ser o *locus* empírico e realização das entrevistas. No entanto, nossa análise leva em consideração o processo como um todo, ou seja, a escala regional do sudoeste gaúcho.

A partir dessa justificativa, foi necessário buscar dados de fonte secundária referentes à produção agropecuária, estrutura fundiária, dados populacionais, número de assentamentos, famílias assentadas, área ocupada em hectares pelos assentamentos rurais instalados no sudoeste gaúcho. Nesse sentido, foi necessário recorrer às informações disponíveis no IBGE, Fundação de Estadual de Economia (FEE)⁴³, INCRA, Comissão Pastoral da Terra (CPT), e Dataluta/NERA/Unesp.

No IBGE, foram coletados dados referentes à Produção Agrícola Municipal (PAM) selecionando o período de 1990 a 2005, destacando as principais lavouras cultivadas na região, como o arroz irrigado e a soja. E, a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), referente ao período de 1990 a 2004, destacando os principais rebanhos existentes, como bovinos e ovinos.

⁴² Jornal a Platéia 10/01/2007 “INCRA confirma 29 assentamento em Sant'Ana, no Dom Camilo”

⁴³ A Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) é uma instituição vinculada à Secretaria da Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul. Instituída em 1973, sua origem remonta ao antigo Departamento Estadual de Estatística (DEE), criado na década de 30. A FEE tem como atribuição elaborar informações estatísticas e análises sobre a realidade socioeconômica gaúcha, além de subsidiar o sistema de planejamento econômico e social do Estado.

Os dados coletados junto na FEE foram os relacionados à população, área em km², densidade demográfica, PIB *per capita* e data de criação dos municípios do sudoeste gaúcho, encontrados no banco de dados do resumo estatístico do Rio Grande do Sul. Também buscamos dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese)⁴⁴. O Idese é um índice sintético, inspirado no IDH, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde.

No INCRA, buscamos informações relativas à estrutura fundiária do ano de 2003, as quais foram agrupadas por Microrregião Geográfica do IBGE, sendo elas: Microrregião Geográfica da Campanha Ocidental, Microrregião Geográfica da Campanha Central e, Microrregião Geográfica da Campanha Meridional.

O banco de dados sobre reforma agrária, DATALUTA/NERA, foi responsável pela disponibilização das informações referentes ao número de assentamentos, famílias, área ocupada em hectares pelos assentamentos, bem como o ano de sua criação, até o ano de 2005. Na Comissão Pastoral da Terra (CPT), obtivemos dados referentes a ocupações e acampamentos até o ano de 2005.

Em relação à fonte documental, buscamos informações em arquivos de jornais da região como o Jornal Ponche Verde localizado no município de Dom Pedrito, e em jornais que possuem edição *on line* com periodicidade diária, sendo um do município de Sant'Ana do Livramento, Jornal A Platéia⁴⁵, e dois do município de Bagé, Jornal O Minuano⁴⁶, e o Jornal Correio do Sul⁴⁷. Essa escolha se deu em função de que, a partir das informações da mídia impressa, poderíamos encontrar elementos que nos auxiliassem na compreensão do processo de instalação de assentamentos rurais na região.

A nossa opção por manchetes de jornais deveu-se à agilidade do fato jornalístico sobre a realidade. No entanto, reconhecemos que na notícia estão embutidos determinados discursos, mas por não ser nosso objetivo, não entraremos nesse mérito. A obra de Berger (2003) é um bom exemplo de análise do discurso jornalístico sobre a questão agrária.

Ao analisar o discurso jornalístico sobre a questão agrária gaúcha, Berger (2003) afirma que o texto jornalístico é uma mediação, pois apresenta o acontecido entre colonos sem-terra para os leitores, deslocando a cena vivida no campo para o universo da cidade e para as

⁴⁴ O Idese varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifique o Estado, os municípios ou os Coredes em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais que 0,800).

⁴⁵ Disponível em www.jornalplateia.com.br

⁴⁶ Disponível em www.jornalminuano.com.br

⁴⁷ Disponível em www.correiodosul.com.br

esferas de poder. No entanto, existem outras mediações que devem ser observadas no processo de produção que orientam a feitura dos textos jornalísticos.

Não foi o sujeito da linguagem o objeto perseguido aqui, mas o sujeito que, construindo sua história (o militante), e o sujeito que, escrevendo a história (o jornalista), se encontram no texto e são conhecidos através dele. **Os sem-terra produzem o “primeiro texto”** para ser “lido” pelos jornalistas que, **interpretando-os através dos “constrangimentos organizacionais”, negociam o “segundo texto”**, para ser lido pelos consumidores do jornal. Podemos afirmar que cada discurso se apresenta a si mesmo de determinada maneira, orienta sua própria interpretação, estabelecendo uma determinada relação com seus leitores. Não é só o contexto que determina o sentido das produções significativas, também estas atuam sobre o contexto, do mesmo modo que só os sujeitos produzem os discursos mas são, também produtos deles. (BERGER, 2003, p. 195, grifo nosso).

Com isso, reconhecemos que ao trabalhar com o fato jornalístico estamos nos baseando num segundo texto, numa leitura/interpretação da realidade observada em campo. No entanto, procuramos captar no texto jornalístico apenas questões pontuais como as mobilizações do MST e dos ruralistas, bem como a instalação de novos assentamentos rurais, a negociação de novas áreas para reforma agrária, ou as intervenções do poder público visando à melhoria das condições de infra-estruturas encontradas nos assentamentos da região.

Mas, a nosso ver, o “ponto alto” na busca de informações sobre o objetivo pesquisado, se deu no momento da imersão em campo, quando nos deslocamos para os mais diferentes assentamentos, procurando entrevistar os verdadeiros sujeitos da pesquisa. Optamos em realizar entrevistas, acreditando ser esse o caminho metodológico mais eficaz para o cumprimento dos objetivos propostos.

No caso das entrevistas, o instrumento básico é o *roteiro* que, embora possa ter questões básicas que se repetem em diferentes situações, deve ter a necessária flexibilidade e adaptabilidade, dependendo do potencial de informações, da experiência e mesmo do comportamento do entrevistado e do entrevistador. Para a elaboração de um roteiro de entrevista é necessário o claro esclarecimento dos objetivos a que se quer atingir com seu uso e a determinação de quem vai proceder ao trabalho. É importante que o próprio pesquisador o realize; caso delegue a tarefa, que proceda ao devido treinamento e troca de informações com quem realize. (MARANGONI, 2005, p. 172-3).

A obtenção de dados de fonte primária foi organizada por meio de roteiros de entrevistas. A entrevista é entendida com o encontro de duas pessoas para que uma delas possa obter as informações desejadas. Utilizamos a entrevista do tipo semi-estruturada para explorar mais profundamente a questão (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Assim sendo, realizamos entrevistas no município de Sant'Ana do Livramento, com o secretário municipal de agricultura, com funcionários da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), com o presidente do Sindicato Rural Patronal, representante do MST, como um dos técnicos da Cooperativa de Prestação de Serviços e Assistência Técnica (COPTec) e com os coordenadores dos assentamentos. No entanto, antes de realizarmos as entrevistas, foram realizadas algumas visitas informais, juntamente com membros da equipe técnica da EMATER e do MST em diferentes assentamentos, visando estabelecer um primeiro contato com os assentados.

Gostaríamos de destacar, no entanto, que durante o desenvolvimento do trabalho de campo tivemos uma maior abertura com as mulheres. Esse fato é importante, porque está implícita uma evidente questão de gênero, uma vez que a casa é sinônimo de espaço feminino, enquanto a lavoura é espaço masculino. Como estávamos procurando informações que ultrapassassem a esfera econômica do lote, encontramos nas mulheres nossas maiores informantes.

Ao dar voz às mulheres tivemos a possibilidade de desvendar outros olhares sobre a reterritorialização camponesa, onde os espaços femininos são considerados como secundários na estrutura produtiva do lote, perpetuando uma tradição patriarcal machista que desconsidera o verdadeiro papel da mulher na propriedade familiar/camponesa.

Os levantamentos de campo nos mostram a existência e reprodução de fortes obstáculos culturais e sociais, além de econômicos, que inibem o pleno exercício da cidadania das mulheres nos acampamentos e assentamentos rurais. **A divisão sexual do trabalho alimenta a invisibilidade do trabalho da mulher e dificulta o acesso à tomada de decisões de ordem comunitária.** As organizações de classe onde se privilegiam as diferenças de gênero supõem caminhos abertos por onde trilhar as mudanças práticas e estratégicas contra a opressão e as suas facetas. **A relativa equidade entre os companheiros e companheiras de luta, observada nos acampamentos, perde significado nos assentamentos, quando a participação feminina se torna surpreendentemente restrita.** O fato da baixa participação das mulheres no ambiente dos assentamentos não representa um comportamento “naturalmente” feminino. Nada existe na natureza das mulheres que as torne menos participativas, se isso ocorre deve-se às barreiras à participação erguidas a partir das relações sociais e de gênero e do código de valores que as sustenta (GARCIA, THOMAZ JR, 2002, p. 270, grifo nosso).

No decorrer da entrevista, optamos realizar a gravação das conversas, com o devido consentimento dos sujeitos pesquisados, a fim de facilitar o diálogo e o posterior registro. Destacamos que ao realizarmos as transcrições, as falas originais foram respeitadas.

É evidente que a sintaxe de qualquer discurso deve ser respeitada para que uma transcrição seja fidedigna. Assim, se o falante comete erros de concordância ou de regência de verbos, por exemplo, deve-se reproduzi-los em qualquer transcrição. Até porque a norma culta da língua é por vezes desrespeitada mesmo nos grupos que se consideram mais eruditos. Transcrever erros de sintaxe não configura, portanto, falta de respeito em relação à fala do outro. Falta de respeito seria corrigi-los. (WHITAKER et al., 2002, p. 116).

Acreditamos que transcrever a fala dos nossos sujeitos é um ato de respeito para com aqueles que abriram as portas de suas casas, de seu local de trabalho, deixando, muitas vezes de lado, seus afazeres por algum tempo. O respeito à fala dos sujeitos pesquisados também visa banir uma visão preconceituosa presente nos textos acadêmicos que se apropriam das falas do homem do campo. Assim, o material coletado a campo, procuramos preservar o conteúdo do discurso dos entrevistados, considerando as sugestões recomendadas por Whitaker.

Estamos preocupados com o homem rural porque ele tem sido a vítima indefesa de transcritores bem-intencionados que julgam estar respeitando seu discurso e conseguem reproduzir apenas a caricatura de sua pronúncia. Em nossa opinião, esse tipo de tentativa de respeitar a fala do outro, como numa dialética negativa, gera desrespeito. Respeitar o entrevistado implica, reproduzir apenas os erros de sintaxe, isto é, as formas peculiares de articulação do discurso. Escrever corretamente o léxico (sem erros ortográficos) nos parece fundamental para reforçar este respeito. (WHITAKER et al., 2002, p. 116-7).

Ao respeitar a fala do sujeito pesquisado, estamos também respeitando seu espaço de referência, uma vez que a sua fala está relacionada com seu espaço de vivência. Como os espaços são dotados de cheiros, cores, sons, emoções, a fala também é um elemento que tem referência com determinados espaços, sejam eles rurais ou urbanos, no que denominamos de diferentes “sotaques”.

Destacamos que para a elaboração dos roteiros de entrevistas (Anexo B), nos norteamos pelos trabalhos: INCRA/FAO (1999), Sparovek (2003), e Leite et al. (2004), além de Chelotti (2003), a fim de levar em consideração as especificidades regionais do sudoeste gaúcho.

De posse do material coletado foi realizada a devida organização e tabulação em gráficos, quadros e mapas. A espacialização de informações, como o número total de assentamentos rurais por município no Rio Grande do Sul e na Campanha Gaúcha contou com apoio do *software* Arcview 3.2 a-ESRI. A partir da montagem de um banco de dados, foi possível realizar a confecção dos nossos mapas temáticos.

ArcView GIS - O ArcView foi desenvolvido pela empresa *Environmental Systems Research Institute* (ESRI) para efetuar análises em ambiente de SIG, trata-se de um dos Sistemas de Informação Geográfica mais populares do mundo. O ArcView GIS é um SIG *desktop* com uma interface gráfica fácil de utilizar, que permite carregar dados espaciais e tabulares, para poder visualizar em mapas, tabelas e gráficos. Inclui ainda as ferramentas necessárias para consultar e analisar os dados, bem como apresentá-los em mapas de elevada qualidade. (ROSA, 2005, p. 87).

Outra técnica que utilizamos durante o trabalho de campo foi o registro fotográfico, que possibilitou materializar as transformações socioespaciais em curso no espaço agrário da Campanha Gaúcha. Não estamos defendendo a técnica pela técnica, porém mais recursos, como o mapa, o gráfico, a tabela, dentre outros dotam a investigação científica de elementos que apresentam com maior detalhamento o objeto estudado.

A técnica da fotografia varia muito pouco em suas modalidades de uso. Sua aplicação nos trabalhos de comunicação e na documentação acadêmica e científica valoriza um ou outro aspecto da expressão da imagem; algumas vezes, a estética é o mais importante e em outras, a didática ou o registro de eventos. **Em Geografia, a imagem ilustra e documenta eventos naturais e sociais que ocorrem num determinado tempo e lugar e deve ser acompanhada de outras informações, como localização geográfica, ângulo de visada, registro da hora e da data e relato do fato observado.** Essas anotações serão importantes na composição dos trabalhos, na verificação dos resultados e no acompanhamento dos fenômenos ao longo do tempo. (JUSTINIANO, 2005, p. 187, grifo nosso).

Ao registrar determinados fenômenos, a fotografia materializa no tempo e no espaço o fenômeno pesquisado. Como exemplo dessa dinâmica, podemos citar o caso de um acampamento de trabalhadores sem-terra que, em função de sua intensa mobilidade espacial, se não fosse registrado por meio da fotografia, dificilmente poderíamos afirmar que tal fenômeno social ocorreu naquele determinado espaço e naquele período histórico.

Esperamos que com essas escolhas, seja possível responder a tese em questão, compreendendo com profundidade as reais transformações socioespaciais promovidas no espaço regional a partir da instalação de dezenas de assentamentos rurais, interferindo na histórica produção socioespacial e na tradicional identidade associada ao espaço regional do sudoeste gaúcho.

1.5 A importância do trabalho de campo

A Geografia por muitas décadas, teve por característica a descrição dos diferentes lugares da superfície terrestre. Para que isso ocorresse, os primeiros geógrafos aventuravam-se em expedições científicas para coletar informações e realizar mapeamentos de lugares inusitados. Portanto, desde o início de seu processo de sistematização como ciência, a Geografia esteve associada à pesquisa de campo fundada numa densa descrição dos lugares.

A pesquisa de campo é de fato um tema muito importante na Geografia, porém, com pouca discussão teórica em nosso meio na contemporaneidade (SUERTEGARAY, 2002, p. 92). A partir dessa afirmação, começaremos a discutir a prática do trabalho de campo, bem como o reconhecimento de sua importância para nossas pesquisas.

Uma primeira pergunta, no entanto nos vem à mente. Como os geógrafos abordam essa questão? Inicialmente, há que se considerar a existência de uma forte dicotomia entre Geografia Humana e Geografia Física, uma vez que ambos os ramos utilizam o trabalho de campo em suas pesquisas. A nosso ver, suas práticas de campo são um pouco distintas, porém não contraditórias. É uma questão de olhar.

Entendemos que as pesquisas de Geografia Humana abordam, em muitos casos, questões que não podem ser mensuradas, pois trabalham com elementos subjetivos, conseqüentemente, o trabalho de campo não pode ter a pretensão de verificação ou comprovação, e sim de apreensão de novas realidades.

Um dos principais registros que se tem sobre a prática do campo na Geografia é abordado por Tricart (1980), ao afirmar que em sua universidade estavam cortando verbas para os trabalhos de campo e que, sem estes, não poderiam se formar bons geógrafos na França.

Tricart (1980) chama a atenção para a forma de obtenção dos dados, pois segundo ele a Geografia Humana estaria mais “privilegiada” em relação à Geografia Física, em função da disponibilidade cada vez maior de dados estatísticos por parte dos órgãos governamentais.

Aparentemente, o trabalho dos economistas, sociólogos e geógrafos parece facilitado. Eles não têm necessidade, como o geógrafo físico, de estabelecer eles mesmos, com meios parcimoniosamente medidos e sempre insuficientes, aos dados que precisam. Dessa maneira eles podem, de imediato, explorar esse tesouro e lançar-se ao tratamento de dados que encontram nas estatísticas. (TRICART, 1980, p. 108).

Nesse caso, torna-me muito evidente, na abordagem do autor, que a Geografia Humana não estava mais fazendo trabalho de campo, em função da facilidade de se obter dados nos meios estatísticos. Essa maneira de fazer Geografia Humana esteve presente em toda uma geração de geógrafos, tanto franceses quanto brasileiros, negavam a prática da pesquisa de campo, por entenderem que esta não passava de empirista. Portanto, não se encaixando dentro dos pressupostos científicos do neopositivismo, principalmente no decorrer das décadas de 1960 e 1970.

No entanto, é o próprio Tricart (1980) que chama a atenção dos geógrafos humanos para o perigo das estatísticas. Conforme o autor, para escapar a este círculo vicioso há uma solução, ou seja, o espírito crítico e a indiscrição, sob forma de trabalho de campo, isto é, inquéritos e observações pessoais.

A dialética baseada no trabalho de campo é, portanto, um elemento, indispensável da percepção objetiva dos dados de base do raciocínio científico; quando ela está ausente, elaboram-se teorias que só têm relações longínquas com a realidade perceptível e que, por esse motivo, não têm qualquer utilidade social, pois não podem orientar a ação. (TRICART, 1980, p. 110).

Na visão do autor, o campo seria o local de buscar informações objetivas. Essa consideração foi realizada num momento histórico que exigia uma ciência objetiva, portanto, o trabalho de campo somente revelaria o perceptível, o visível. Mas, isso não desmerece sua contribuição, no momento em que propõe a ida a campo para confirmar a veracidade dos dados estatísticos; representa um avanço no referencial metodológico da Geografia Humana.

O geógrafo que aprofundou essa discussão foi Lacoste (1985). Para ele, era preciso problematizar politicamente o trabalho de campo e, considerar primeiramente, a responsabilidade do pesquisador face aos homens e às mulheres que ele estuda e cujo território analisa. E isso também se aplicaria aos estudos mais físicos sobre o território, tais estudos não deixam, por isso, de dizer menos respeito da população que ali vive.

Percebemos que a postura de Lacoste (1985) incorpora elementos não abordados por Tricart (1980), como a dimensão social e política da pesquisa e a responsabilidade do geógrafo em trabalhar bem com essas informações coletadas no campo. Assim, o pesquisador teria responsabilidade para com as pessoas envolvidas em seu estudo.

Essa discussão ganhou maior vulto principalmente em decorrência da negligência de alguns geógrafos frente os problemas sociais que estavam ocorrendo em suas áreas de

pesquisa, e que somente descreviam a “bela” paisagem do lugar, sem destacar as mazelas da população que ali residia.

São lançados, portanto, alguns questionamentos sobre a relação pesquisador-pesquisado no âmbito dos estudos geográficos.

A pesquisa conduzida durante meses, senão anos, sobre homens de uma região, de uma aldeia, de um bairro, com tudo que isso necessita de contactos e troca de idéias com os homens não deveria prolongar-se, para o pesquisador, por um sentimento de gratidão face àqueles que o acolheram, que o ajudaram de mil maneiras, inclusive na gênese das idéias científicas do qual ele mais se orgulha: **o pesquisador não foi cheio de amabilidades e cordialidades com eles, apenas porque a ajuda deles lhes era então indispensável?** Não deveria ele sentir-se tocado pelo que lhes pode acontecer após que sua pesquisa termine? Com seu terreno **o pesquisador não deve ter, enfim a não ser relações de pesquisa de reduzir-se no final das contas, a relação de sedução e inquisição?** (LACOSTE, 1985, p. 8-9, grifos nossos).

Com as inquietações de Lacoste, percebemos o amadurecimento da discussão sobre a prática de campo na Geografia, se aproximando das discussões que já vinham sendo realizadas pelas demais Ciências Sociais. Assim, começaram a ser discutidos no âmbito da nossa ciência, elementos como a postura do pesquisador frente o seu objeto. No entanto, ressalvas a parte, a perspectiva de campo do geógrafo não é a mesma do etnólogo. Isso é um item a ser considerado e relevante. Não se trata de incorporar as dimensões das outras ciências, mas de aprimorar o trabalho de campo sob o prisma da Geografia.

Nesse contexto, há que se considerar que, na Geografia, o trabalho de campo é uma dimensão importante da pesquisa, mas não a única, como aborda Lacoste (1985, p. 20).

O trabalho de pesquisa, propriamente dito, a observação no campo corresponde a grande escala e, neste nível, é somente uma parte dos fenômenos que pode ser convenientemente aprendido; outros devem ser antevistos em escala menor e é preciso, para isto, utilizar representações que a pesquisa no terreno não pode fornecer. O trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas.

Se a pesquisa de campo é uma das dimensões para se apreender a produção do espaço geográfico, e se o trabalho de campo é realizado por várias outras disciplinas, existiria, portanto, um trabalho de campo geográfico como enfatizou Kayser (1985)? Dessa maneira, o

geógrafo só se interessaria pela delimitação do espaço, pela relação do homem com o espaço ou a propósito do espaço?

Assim procedendo, ele só poderia obter resultados incompletos, parciais, superficiais, de vez que encararia a relação com o espaço como um componente dentre outros e indissociável destes no campo social. Na verdade seu objetivo é mais amplo do que este, como têm feito os melhores geógrafos (os antigos principalmente) pois trata-se de descobrir dentro de sua complexidade e globalidade, a realidade de um sub-sistema social localizado. Neste caso trata-se de um verdadeiro levantamento de terreno. Se este levantamento deseja atingir o cerne da realidade para coletar elementos necessários à análise e à explicação, ele deverá penetrar nas forças e nas relações de produção, explorar os níveis ideológicos, político e cultural da dinâmica social. Dentro da lógica epistemológica não se pode pretender que isto seja “fazer geografia!” Mas, no entanto, é isto que deve ser feito. (KAYSER, 1985, p. 29).

A discussão sobre a existência de um trabalho de campo geográfico é bastante complexa, pois Kayser enfatiza que este seria um verdadeiro levantamento do terreno. Dadas às proporções, o que ele desconsiderou como não sendo geografia, são nos dias atuais, os temas mais discutidos no âmbito da Geografia Humana. Na verdade, todos os ramos do conhecimento, de uma certa maneira, passaram a abordar temas como ideologia, política, cultura e isso não seria diferente na Geografia contemporânea.

Há que se considerar que a perspectiva de olhar a produção do conhecimento geográfico na visão de Kayser ainda está pautada numa concepção tradicional de Geografia, muito limitada a levantamento de dados e informações sobre determinados espaços, pouco preocupada com elementos não perceptíveis na paisagem.

No entanto, esses geógrafos contribuíram para uma discussão no âmbito de nossa ciência sobre a prática do trabalho de campo, instrumento importante em boa parte das nossas pesquisas. É claro que a Geografia nos últimos anos tem incorporado novas dimensões de análise, com o subjetivo e o imaterial. Algo que esses autores pouco abordaram.

Autores mais recentes, principalmente no âmbito da Geografia brasileira, como Santos (1999), Suertagaray (2002), De David (2002), Thomaz Jr. (2005) discutem o trabalho de campo a partir de diferentes prismas, ora abordando a questão da interferência do método, da relação pesquisador-pesquisado, ora a discussão da própria limitação do trabalho de campo nos estudos geográficos⁴⁸.

⁴⁸ Realizamos um levantamento em alguns periódicos de Geografia no Brasil e não encontramos muitos artigos que reflitam teoricamente sobre o trabalho de campo e sua relação com a ciência geográfica.

A temática do trabalho de campo, portanto, está na pauta da Geografia e, em muitos casos, tem-se mergulhado em seus clássicos para reavaliar suas práticas e aprender com os antigos geógrafos a arte de ir a campo. No entanto, nem sempre foi assim, pois durante o desenvolvimento da geografia quantitativa no Brasil na década de 1970, que tinha base neopositivista, a prática do trabalho de campo chegou a ser negada, pois era considerada resquício de uma Geografia empirista, com pouca linguagem “científica”.

É por isso que Suertegaray (2002) discute o trabalho de campo sobre a perspectiva do método. Para a autora, dependendo do método utilizado pelo geógrafo, sua leitura se dará de maneira diferenciada para um mesmo objeto.

No método positivista, tão conhecido nosso, o campo (realidade concreta) é externo ao sujeito). O conhecimento/a verdade está no objeto, portanto no campo, no que vemos. No método neo-positivista o campo realidade empírica é externo ao sujeito. Agora, nesta perspectiva, o campo como realidade externa é uma construção do sujeito. No método dialético, o campo como realidade não é externo ao sujeito, o campo é uma extensão do sujeito, como é uma outra escala a ferramenta para trabalhar uma extensão do seu corpo, ou seja, a pesquisa é fruto da interação dialética entre sujeito e objeto. No método fenomenológico, o campo é a expressão das diferentes leituras do mundo. É o lugar (da observação e da sistematização) do olhar do outro – daí o método fenomenológico dizer da necessidade de se colocar no lugar de. (SUERTEGARAY, 2002, p. 94).

Estamos nos referindo, portanto, às diferentes formas de fazer Geografia, uma pluralidade de olhares, que podem ser encarados como uma riqueza da nossa ciência, ou como outros preferem, a nossa fraqueza. Entendemos que o método está intimamente ligado às concepções sobre o mundo que o pesquisador possui, não estando nem errado, e também nem correto, são níveis diferenciados de percepções e de verdades.

Nesse contexto, De David (2002) discutindo os limites e as contribuições do trabalho de campo na pesquisa geográfica, deixa bem claro que:

(1) não é possível tomar o objeto de investigação apenas como um campo onde se colhem dados; (2) o outro é diferente no tempo e no espaço; (3) o trabalho de campo constitui um instrumento importante na investigação geográfica, mas não é o único nem apenas o principal e (4) a forma como “ver” o mundo e os outros denota a posição filosófica e ideológica do pesquisador. (DE DAVID, 2002, p. 22).

Assim, toma corpo na geografia contemporânea a discussão entre as possíveis relações que são estabelecidas entre o sujeito e o objeto, ou seja, de que maneira um interfere no outro.

O que mostra, de uma certa maneira, a compreensão de que o método, pelo menos na geografia, influencia no entendimento de tal relação.

Para Thomaz Jr. (2005) torna-se necessária uma discussão que recoloca o debate num patamar teórico, que permita entendê-lo como um momento ímpar na produção de conhecimento alternativo, mediatizado através de uma prática teoricamente orientada, que para o autor é o momento consagrador do exercício da práxis teórica.

Portanto, se a realidade social é complexa, o trabalho de campo torna-se uma eficaz ferramenta para tal compreensão, principalmente, se mergulharmos em elementos alicerçados no vivido dos grupos sociais. Assim, o trabalho de campo passa a se configurar como um momento muito rico no desenrolar da pesquisa científica, mostrando facetas talvez não visíveis, caso não estivéssemos convivendo e dialogando com os sujeitos da nossa pesquisa.

A discussão sobre o trabalho de campo na Geografia se revigora incorporando novas dimensões como o simbólico, o imaterial e não somente se prendendo a elementos da dimensão visível. Portanto, o trabalho de campo está carregado de subjetividades que são trazidas pelo pesquisador, e nem sempre, suas expressões condizem com a “realidade” do seu objeto estudado.

Na Geografia contemporânea, o trabalho de campo deve ultrapassar o imediato, o presente, ou seja, o olhar empírico que por muitas décadas serviu como ferramenta para os geógrafos, pois somente assim a paisagem poderá ser realmente desvendada e interpretada sob a luz do arcabouço teórico com o qual o pesquisador se identifica.

Fica evidente que a diferenciação empírica da paisagem não se determina no plano da escala territorial e sim no nível da contradição social territorialmente expressa (o espaço), na medida em que se levam em consideração, como elementos importantes, as relações sociais que mediatizam o movimento contraditório da sociedade (classes sociais), que ao territorializar-se apresentam-se visíveis na estrutura topológica como paisagem. (THOMAZ JR, 2005, p. 35).

A partir dessas considerações fizemos nossas imersões a campo no decorrer do ano de 2006, tentando desvendar as novas relações estabelecidas no espaço agrário da Campanha Gaúcha no período pós 1990, correlacionado teoria e prática.

Nesse contexto, a nossa *primeira imersão* a campo para a tese⁴⁹ ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 2006, onde foram estabelecidos contatos com os técnicos da EMATER, COPTEC, e coordenação regional do MST. Na oportunidade apresentamos o projeto de

⁴⁹ Destacamos que, no ano de 2002, realizamos imersão a campo, mas para responder os objetivos da dissertação de mestrado.

doutorado em uma reunião dos integrantes do MST. Também, na oportunidade, foi realizado um levantamento fotográfico em alguns assentamentos rurais.

A *segunda imersão* a campo ocorreu em maio de 2006, quando realizamos entrevistas com treze coordenadores⁵⁰ de assentamentos rurais, bem como levantamento de informações em arquivos de museus e levantamento fotográfico. As entrevistas ocuparam, cada uma, um turno, uma vez que até estabelecer o contato e realizá-la, a demanda por tempo era grande. A ida a campo com a extencionista da EMATER⁵¹ possibilitou a aplicação da técnica da carta⁵² com as mulheres dos assentamentos Figueira e Capivara (Anexo C).

A *terceira imersão* a campo ocorreu no mês de outubro do ano de 2006, quando visitamos um acampamento do MST nas margens da BR 293, nas proximidades do trevo da Faxina que concentra vários assentamentos. Na oportunidade visitamos o assentamento Fidel Castro. Depois da visita ao acampamento e ao assentamento, realizamos o retorno a cidade de Sant'Ana do Livramento, onde embarcamos num ônibus que faz o percurso em direção à localidade do Ibicuí da Armada, passando pelo interior do assentamento Fidel Castro. Com isso, pudemos observar a paisagem típica do sudoeste gaúcho, e a nova, construída a partir dos assentamentos. O processo é bastante dinâmico, pois ao mesmo tempo em que observávamos os lotes, presenciávamos a existência de um acampamento do MST. Nessa etapa, também, entrevistamos o secretário municipal de agricultura do município e a extencionista de bem estar social da EMATER.

No próximo item, apresentaremos algumas reflexões obtidas a partir dos primeiros contatos e visitas realizadas nos assentamentos rurais, especialmente, no município de Sant'Ana do Livramento/RS, visando observar as transformações socioespaciais provocados na região após a reterritorialização de trabalhadores sem-terra por meio da luta pela terra.

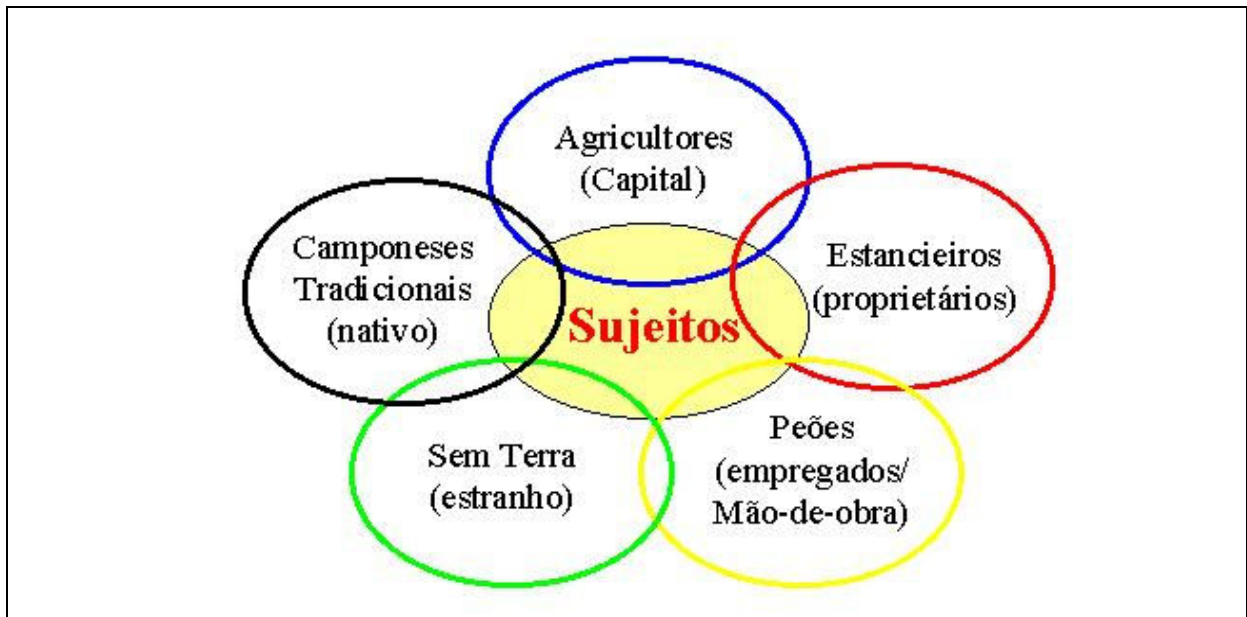
1.6 Olhar sobre as novas relações no espaço agrário da Campanha

⁵⁰ Muitos dos coordenadores não se encontravam nos lotes, e outros não se sentiram a vontade para responder as perguntas. No entanto, percebemos que muitas respostas possuíam uma evidente similaridade.

⁵¹ Durante os cursos ministrados pela extencionista, aproveitamos para dialogar com as mulheres, estabelecendo um contato, mas que posteriormente estendeu-se para o âmbito do lote e da casa. Essas reuniões foram muito importantes na medida em que cada curso agrupava em média cerca de 20 mulheres, facilitando, dessa maneira, a obtenção das informações que buscávamos.

⁵² Dinâmica proposta pelo prof. Dr. Marcelo R. Mendonça/UFG-campus Catalão/GO, tendo por finalidade registrar as vivências dos sujeitos pesquisados, contando numa carta sua trajetória no processo de luta pela terra, conquistas, decepções, e perspectivas.

A inserção dos sem-terra no espaço agrário regional é encarada como um processo em curso que altera as relações sociais entre os sujeitos que ali residem. Com esse novo processo, algumas relações sociais tornaram-se mais complexas, tendo em vista a pluralidade de sujeitos que ali passaram a interagir (Fluxograma 2).



Fluxograma 2 – Campanha Gaúcha: sujeitos territorializados no espaço agrário regional
Org.: Chelotti, (2007).

Assim, tornou-se evidente que a luta pela terra na década de 1990 ampliou e tornou mais complexa as relações sociais entre os sujeitos que atuam no espaço agrário regional, principalmente, entre os proprietários de terra e os sem-terra que se territorializaram. Essa alteração deu-se basicamente em função da contestação da posse da terra. Os demais sujeitos historicamente “pouco” contestaram essa posse.

Uma questão importante a ser destacada é o fato dos sem-terra serem migrantes de outras regiões do Rio Grande do Sul e, numa menor escala, da própria região. Isso, em termos socioculturais, é um fator muito importante, tendo em vista que a identidade cultural do camponês da Campanha não é a mesma daqueles provenientes das áreas coloniais. Dessa maneira, o aspecto cultural deverá ser considerado uma variável importante para a compreensão das novas relações que foram estabelecidas no espaço agrário regional. A reterritorialização dos sem-terra provenientes de outras regiões implica a adaptação ao novo ambiente, às vezes, não muito fácil.

Tem-se, por exemplo, de um lado, o “camponês nativo”, ou seja, o tradicional pequeno proprietário de terras da Campanha, com fortes laços socioculturais com o espaço

latifundiário; e de outro lado, o “camponês migrante sem-terra”, proveniente das áreas coloniais, possuindo outra racionalidade, conseqüentemente uma diferente identidade territorial.

Pode-se dizer, então, que dois espaços culturais distintos foram aproximados através da luta pela terra. Assim, ao mesmo tempo em que os assentados transformam a realidade regional, eles também são transformados, na medida em que ocorrem trocas com os demais sujeitos.

O quadro 1 expressa a sistematização de uma simples pergunta. *O que eu vejo quando estou lá?*⁵³ Nesse caso, o “meu lá” é a Campanha, um espaço regional bem definido dentro do Rio Grande do Sul, em que sua tradicional característica sociocultural está associada à construção de uma identidade regional alicerçada em elementos do espaço latifundiário.

O quesito “o que eu vejo” refere-se a elementos puramente identificados pela empiria, fruto de um primeiro olhar, ou seja, uma mera descrição das coisas, dos objetos, dos sujeitos que interagem na paisagem da região, cenário onde os sujeitos interagem. As relações com a teoria serão realizadas *a posteriori* no desenrolar dos demais capítulos.

A principal, para não dizer imediata, característica da Campanha é sem dúvida sua paisagem formada por campos nativos e relevo levemente ondulado (coxilhas). A própria denominação de “Campanha” é uma alusão à sua principal característica natural, à paisagem de campos.

A apropriação dessa paisagem natural por portugueses e espanhóis ocorreu por interesse, pois eles formaram as estâncias e se dedicaram à criação da pecuária de corte. Ao mesmo tempo em que, nos seus arredores, formaram-se pequenas propriedades exploradas por camponeses que auxiliavam no trabalho da estância. Estabeleceu-se, então, uma forte ligação no âmbito das relações sociais entre o estancieiro e o camponês fronteiriço.

⁵³ Sugestão metodológica proposta pelo Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão (2005) na disciplina Tópicos Especiais em Geografia e Gestão do Território: metodologia do trabalho de campo.

ELEMENTOS	CARACTERÍSTICAS
PAISAGEM	Terra a perder de vista, com relevo suavemente ondulado, pastagens naturais formadas por campos nativos. Aspecto de monotonia. De tempo em tempo, observam-se parcelas cultivadas com arroz, pois o mais usual seria a criação de gado. São observados também, mas não de maneira homogeneia, aglomerações humanas, que são os assentamentos rurais instalados em antigas estâncias.
GENTES DA CAMPANHA	No início do século XXI, encontra-se convivendo no mesmo espaço: Estancieiros; Granjeiros (empresários rurais); Camponês tradicional; Camponês assentado; Peões.
RELAÇÕES SOCIAIS	As relações sociais tornaram-se: Complementares: estancieiro e peão; estancieiro e granjeiro; granjeiro e peão. Contraditórias: estancieiro e sem-terra; granjeiro e sem-terra; peão e sem-terra. Complementares e contraditórias: estancieiro e sem-terra; granjeiro e sem-terra.
ESPAÇO DA PRODUÇÃO	Para os estancieiros e granjeiros, o espaço da produção está exclusivamente vinculado ao mercado. Para os camponeses e os sem-terra o espaço pode ser vinculado ao mercado, mas, apenas para a sua reprodução. E para o peão, o espaço é visto apenas como reprodução.
PRODUÇÃO DO ESPAÇO	A questão escalar e os sujeitos na produção do espaço: O estancieiro produz um macro-espaço (latifúndio); o granjeiro produz o meso-espaço (lavoura moderna); os camponeses produzem o micro-espaço (pequena propriedade ou lote), e o peão produz o intra-espaço (força de trabalho).
ESPAÇO SUBJETIVO	A construção do espaço subjetivo para cada sujeito: Para o estancieiro é a própria identidade da região; para o granjeiro é o poder econômico; para o camponês, a resistência e; para os sem-terra, a luta/conquista; e para o peão, subordinação/sobrevivência.

Quadro 1 – Campanha Gaúcha: novas relações sociais estabelecidas no espaço agrário no pós 1990
Org. Chelotti (2006)

Essa forma bem específica de vida permaneceu inalterada até meados da década de 1950, quando descendentes de imigrantes alemães e italianos migraram para a região em busca de terras para o cultivo do arroz irrigado, estabelecendo novas relações no espaço agrário regional, entre o estancieiro e o granjeiro.

Outro marco nas relações sociais ocorreu no decorrer da década de 1990, quando o MST passou a conquistar dezenas de assentamentos rurais e inseriu mais um novo elemento no espaço agrário regional, ou seja, os sem-terra.

Portanto, no século XXI, os sujeitos passaram a atuar no espaço agrário da Campanha Gaúcha, coexistindo lado a lado: o estancieiro, o granjeiro, o peão, o camponês tradicional e o camponês assentado.

É nesse sentido que o trabalho de campo torna-se uma ferramenta de fundamental importância para identificarmos as transformações em curso, no que se refere às novas

relações estabelecidas no plano da construção de novas relações sociais constituídas pelos sem-terra ao se re-territorializarem na região.

Em função da nossa pesquisa realizada em 2003, identificamos que mais de 90%⁵⁴ dos sem-terra reterritorializados são provenientes de outras regiões do Rio Grande do Sul. No entanto, naquele momento, não era nosso objetivo identificar as transformações socioculturais, e sim entender o processo que favoreceu esses sujeitos a conquistarem um pedaço de chão em pleno território do latifúndio gaúcho. Num segundo momento, em função da nossa nova pesquisa 2005⁵⁵, essa preocupação foi incorporada. Portanto, nosso olhar durante a realização dos primeiros contatos, no decorrer de janeiro e fevereiro de 2006, pautou-se nessas especificidades.

Nesse caso, seguimos a orientação proposta por Foote-Whyte (1990, p. 80), de procurar o líder dos grupos que se estiver estudando, afim de obter não só de seu apoio, mas, também, sua colaboração. Esses líderes ocupam uma posição na comunidade que lhes permite observar melhor do que seus seguidores o que acontece, e que em geral são observadores mais perspicazes do que seus seguidores. Há muito o que aprender com eles.

Nesse caso, tentamos fazer um primeiro contato com os coordenadores do MST, antes do nosso deslocamento para os assentamentos. Assim, participamos da primeira reunião trimestral do setor de produção do MST realizada nos dias 4 e 5 de janeiro de 2006 na sede regional do movimento, localizada na antiga sede da Estância São Leopoldo, assentamento instalado em 1997 no município de Sant'Ana do Livramento.

Na oportunidade, ocorreu nossa apresentação e posterior explanação do projeto de doutoramento, com seus objetivos, metodologia e cronograma de atividades. Assim, solicitamos a colaboração dos líderes ali presentes, para serem os facilitadores de nossa intervenção junto aos colonos sem terra durante as visitas e entrevistas.

Nesse sentido, ocorreu um enorme interesse sobre a temática da pesquisa por parte dos presentes, sendo inevitável o bombardeamento de questões arroladas para minha pessoa. Dentre as mais importantes podemos destacar: *O que te levou a se interessar sobre essa temática?*, *Por que escolheu os assentamentos aqui de Sant'Ana do Livramento?*, *Qual a tua ligação com a Reforma Agrária?*”.

⁵⁴ De acordo com as informações obtidas na EMATER, MST e Secretaria Municipal de Agricultura, aproximadamente 90% dos sem-terra assentados no municípios eram provenientes de outras regiões do estado. Constatamos também esse percentual em Chelotti (2003), durante o trabalho de campo.

⁵⁵ Projeto de tese: “Do latifúndio aos assentamentos rurais: (re)configurações no espaço regional da Campanha Gaúcha/RS” 2005.

Uma das dificuldades fundamentais em uma atividade científica cujo “outro lado” é constituído também por pessoas, sujeitos sociais quase sempre diferentes do pesquisador (índios, negros, camponeses, “populações marginalizadas”, operários migrantes) é o ato de como tratar, pessoal e metodologicamente, uma relação antecedente de alteridade que se estabelece e que, na maioria dos casos, é a própria condição da pesquisa. Algumas ligações de proximidade entre a prática catedrática do passado, a do professor de hoje e a do pesquisador de campo, ajudam a compreender, ora por opor um ao outro, ora por aproximá-los, a questão difícil da *construção do outro* que acontece e dirige o exercício da prática. (BRANDÃO, 1999, p. 8).

Certamente, toda relação pesquisador-pesquisado implica situações conflitivas, pelo seu próprio caráter invasivo. O “estranho bisbilhoteiro” merece desconfiança, pois seu propósito parece pouco recompensador: produzir conhecimento a respeito do objeto estudado. (TURATTI, 2005, p. 22).

A partir dessas indagações, ficou evidente que os coordenadores do MST gostariam de saber nosso posicionamento perante o processo de luta pela terra vigente na região desde meados da década de 1990. Eis que surge uma primeira questão: *a) qual deve ser o nível de envolvimento do pesquisador com a temática a ser pesquisada?* Envolvimento entendido numa esfera mais ampla, que extrapola o mero compromisso com a pesquisa e transfere-se para o campo das idéias, concepção de mundo e de uma certa maneira engajamento político.

Na visão de Lacoste (1985), o pesquisador não deve procurar aproveitar-se de uma pesquisa para envolver-se diretamente nas lutas políticas do grupo que estuda, pois mesmo aqueles que ele acredita ajudar não deixarão de lhe dizer no fim de algum tempo, que ele os embaraça, que ele pretende dirigi-los e que, de toda maneira, um estranho não está diretamente envolvido com aquelas lutas.

Então, seria esse o caminho a ser percorrido? A resposta a ser dada para os líderes do MST se pautaria nas idéias de Lacoste, ou seja, como pesquisador tenho uma afinidade com a temática, acredito na reforma agrária, mas não me peçam para ser militante? Seria essa a resposta para as indagações realizadas?

No entanto há pesquisadores na Geografia Agrária que apontam para uma perspectiva diferente; atuam como pesquisadores orgânicos, engajados politicamente com a temática pesquisada. Nesse caso, não estaríamos correndo o risco de nos transformarmos em “nativos” com apontou Malinowski (1990)?

Nesse sentido, temos muito a aprender com Malinowski (1990) ao propor que saíamos da impessoalidade e partamos para uma pessoalidade controlada, educando o olhar e ouvindo nossa sensibilidade. O pesquisador não precisa “ser” como seus pesquisados. Portanto, a tese

“*ser eles*”, “*ser como eles*” ou “*pensar a partir deles*” cai por terra e o que se sobressai é aprender o ponto de vista do nativo, sua relação com a vida, compreender sua visão de mundo.

Respondido, embora em parte essa nossa primeira indagação, vem à tona uma segunda questão. De que maneira obter informações necessárias para a compreensão dos problemas levantados em nossa pesquisa? B) *Qual deve ser o instrumento utilizado em campo para obter as informações?*

Há algumas evidências empíricas que merecem ser destacadas. As primeiras impressões sobre as transformações socioespaciais ocorridas com os sem-terra puderam ser obtidas em informais conversas com esses sujeitos durante algumas visitas que tinham como objetivo o mero reconhecimento do lugar. Como diriam os geógrafos clássicos, um primeiro levantamento do terreno.

Sobre esse assunto, Foote-Wayte (1990, p. 81-82) constatou em sua pesquisa que as entrevistas formais não eram tão eficazes como a participação cotidiana. Conforme esse autor, na medida em que sentou e ouviu, obteve respostas para as perguntas que nem teria feito se tivesse obtido informações somente através de entrevistas.

Assim, em algumas conversas informais, constatamos entre os sem-terra um enorme estranhamento durante o processo de reterritorialização. Inicialmente, destacaram a paisagem como sendo muito diferente da região de onde provinham que de certa maneira representava uma sensação de liberdade, tendo em vista que os campos são tão abertos que se perde de vista e no local onde residiam anteriormente, o relevo era ondulado, mais íngreme. Essas constatações só foram possíveis em função de dialogar sobre a vida cotidiana desses sujeitos.

É uma observação que pode ser transposta para quem realiza pesquisa de campo. Para este, o familiar, o cotidiano, é o importante, o significativo. E a análise social deve ser feita a partir do que está no cerne da vida das pessoas, do que condiciona sua existência atual e seu futuro, do que o passado fez deles. Daí a importância dos níveis cultural e político. (KAYSER, 1985, p. 35).

É muito importante destacar que essas constatações do cotidiano somente são possíveis de se detectar com a vivência no trabalho de campo; com um conhecimento prévio das características socioculturais da Campanha Gaúcha e do modo de vida tradicional do gaúcho. Nesse caso, adquirem importância no trabalho de campo os detalhes da observação, ao melhor estilo da geografia clássica.

1.7 Identificando os sujeitos da pesquisa

A intenção aqui é deixar clara nossa postura perante o sujeito, não aprofundando a discussão sobre a emergência do movimento social no espaço agrário gaúcho, até porque trataremos desse assunto em capítulo específico. Mas, antes de prosseguir, é bom ressaltar que a luta do MST pela terra no Brasil se faz por meio de ocupações e formação de acampamentos, como estratégia para pressionar o Estado.

Como uma metamorfose em movimento, os trabalhadores renegados pelo capital, do dia para a noite, passam a levar o nome de “sem terra”. É com este nome que as pessoas de fora identificam coletivamente as pessoas nos acampamentos. Desta forma, estes, agora sujeitos históricos, saem do eterno anonimato e passam a ser sujeitos da construção de uma nova história, a partir daquele espaço político conquistado. (BOGO, 2003, p. 218).

Na etapa de acampamento, que pode levar meses ou até anos, antes do assentamento propriamente dito ser conquistado, costumamos chamar esses sujeitos de sem-terra dando uma identidade ao grupo, seja por influência da mídia ou do senso comum. Portanto, a identidade de um determinado grupo social se dá a partir de como os outros os vêem. No entanto, esse grupo é bastante heterogêneo quanto sua origem, formados por pequenos proprietários, arrendatários, posseiros, meeiros, trabalhadores assalariados do campo e também da cidade.

Após a árdua luta e resistência, ficando meses debaixo de lonas com suas famílias, realizando ocupações e enfrentando os latifundiários para pressionar o aparelho estatal, enfim, a terra para realizar o assentamento é conquistada, começando uma nova etapa na luta para permanecer na terra.

Mas, a sua identificação como sem-terra, perde um pouco o sentido após a conquista da terra, sendo uma identificação muito genérica, podendo esconder processos sociais mais complexos, que não são desvendados nessa primeira identificação. A questão mais coerente seria a de identificar histórica e socialmente: quem realmente são os sem-terra? Dentre as denominações mais usuais encontramos: *Agricultores Familiares*, *Produtores Familiares*, *Trabalhadores Rurais*, *Colonos Sem Terra*, *Assentados*, e *Camponeses*. Nesse sentido, vale a pena se aprofundar um pouco essa questão.

Quem são esses sujeitos? Antes de prosseguirmos é bom lembrar que existe uma forte discussão acadêmica a esse respeito, não somente na Geografia Agrária, mas, também, nas demais áreas do conhecimento, principalmente, nas ciências sociais.

Na década de 1990, as análises sobre a expansão do capitalismo no campo polarizaram a Geografia Agrária, principalmente, entre o embate da permanência conceitual do Campesinato e a emergência da Agricultura Familiar⁵⁶. Nesse contexto, a classificação/identificação dos sem-terra também não passou imune, fruto das diferentes abordagens teóricas que os autores utilizaram para explicar sua reprodução social a partir da conquista da terra, ora considerados camponeses, ora agricultores familiares.

Para Martins (1983), as palavras “camponês” e “campesinato” são recentes no vocabulário brasileiro, aqui introduzidas pelo caminho da importação política, designando uma situação de classe. Até então, no Brasil, existiam várias denominações específicas para cada região: *Caipira em São Paulo, Caiçara no litoral paulista, Caboclo em várias regiões, Colonos no Sul*.

A palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contradição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende também a designação de um destino histórico. (MARTINS, 1983, p. 22-23)⁵⁷.

Na década de 1990, propagou-se o termo/conceito de agricultura familiar, principalmente, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pelo Governo Federal. Portanto, o agricultor familiar é aquele em que gestão de sua propriedade rural é feita pela família, onde predomina o trabalho familiar podendo, excepcionalmente, contratar mão-de-obra externa, e os fatores de produção pertencem à família.

O uso da expressão agricultura familiar no Brasil é muito recente⁵⁸. Até dois anos atrás, os documentos oficiais usavam de maneira indiscriminada e como noções equivalentes “agricultura de baixa renda”, “pequena produção”, quando não “agricultura de subsistência”. Da mesma forma, a grande maioria dos textos acadêmicos. (ABRAMOVAY, 1997, p. 73).

Portanto, são essas duas concepções teóricas que têm balizado os trabalhos sobre a reprodução das unidades de produção familiar. Nesse sentido, os assentados, sujeitos da reforma agrária, são camponeses ou agricultores familiares?

⁵⁶ Oliveira, A. U. de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI, 2004.

⁵⁷ Embora em suas obras mais recentes tenha adotado a terminologia agricultura familiar.

⁵⁸ Recente em relação ao documento FAO/INCRA de 1995, o termo Agricultura Familiar foi incorporado na esfera das políticas públicas do Governo Federal.

Esterci et al. (1992) problematizaram em que medida os assentados podem ser pensados a partir dos conceitos que servem para identificar tradicionalmente os pequenos produtores.

[...] é possível ouvirem-se alguns grupos de recém -“assentados” referindo-se a si mesmos como pequenos produtores, procurando estabelecer vínculos político-organizativos com esse segmento maior, ainda que no seu conjunto, nem todos os pequenos produtores passem necessariamente pelos mesmos processos de enfrentamento. [...] De fato, dado que os processos através dos quais se chegam aos “assentamentos” são, na maioria das vezes, politizados/politizadores, é possível que se espere dos segmentos que aí se concentram concepções mais amplas e transformadoras com relação à ordem social. Além disso, a observação, no seu nascedouro, de experiências de organizações coletivas e associativas, faz pensar que o conceito usual de “pequeno produtor” não se aplica a tais casos [...]. (ESTERCI, et al., 1992, p. 8-9).

Numa outra perspectiva, Fernandes (1998) considera que o assentamento é um território onde o camponês encontra-se em processo de recriação social. Assim, os diferentes tipos de movimentos sociais no campo, dentre eles o MST, têm possibilitado a recriação do campesinato, como forma de luta e resistência contra a exploração e a exclusão.

O assentamento é, também, um processo histórico de transição e transformação, de organização do território, do espaço agrário em questão. É nesse processo que o conceito nasceu e cujos significados são reinterpretados a cada experiência das novas lutas que se desenvolvem antes-durante-depois da conquista da terra. Nessa concepção o trabalhador Sem Terra é sujeito coletivo em movimento, espacializando-se na luta pela dignidade humana, pelo direito de participar da construção de seu próprio destino. As noções **trabalhador sem terra e assentamento rural** estão historicamente associadas/relacionadas aos conceitos de **campesinato e pequena produção**. (FERNANDES, 1998, p. 21, grifos no original).

Para o INCRA, o sem-terra assentado constitui num agricultor familiar. A reforma agrária é uma alternativa viável como geradora de emprego e renda frente uma economia globalizada, mas seu êxito está diretamente vinculado ao sucesso da agricultura familiar como um todo. A política fundiária não pode ser trabalhada de forma isolada, necessitando uma forte ligação com as políticas públicas, principalmente agrícolas, voltadas para a construção de um modelo de desenvolvimento rural que fortaleça a agricultura familiar (INCRA/FAO, 1999, p. 7).

Chelotti (2003), trabalha com a denominação de “colonos sem-terra” para designar os sem-terra que foram reterritorializados no município de Sant’Ana do Livramento. Embora a denominação esteja tradicionalmente vinculada aos indivíduos das regiões de imigração (teuto-italianos), utilizamos genericamente essa denominação, visto que também existia uma parcela de trabalhadores provenientes de áreas urbanas.

Na abordagem de Leite et al. (2004), *os trabalhadores sem-terra são transformados em assentados* no momento em que conquistam a terra. A passagem para a condição de “assentado” dá um novo lugar social para essa população e coloca novos atores na cena econômica, social e política local, trazendo consequências não somente para suas vidas, mas para a região.

Os beneficiários diretos dos assentamentos são também bastante diversificados. Do ponto de vista inserção no processo produtivo, encontramos posseiros com longa história de ocupação da terra; filhos de produtores familiares empobrecidos que, sem acesso à terra, optaram pela ocupação como forma para se perpetuarem como produtores independentes; parceiros em busca de terra própria; pequenos produtores atingidos por obras públicas, em especial construção de hidrelétricas; seringueiros que passaram a resistir a desmatamentos que ameaçavam seu modo de vida; assalariados rurais, muitas vezes completamente integrados ao mercado de trabalho; populações de periferia urbana, com empregos estáveis ou não, eventualmente com remota origem rural, mas dispostas à ocupação; aposentados que depositaram no acesso à terra a expectativa de um complemento de renda etc. (LEITE, et al., 2004, p. 21).

Medeiros (2006), na perspectiva da construção da identidade, destaca que os camponeses presentes nos assentamentos rurais constituem comunidades simbólicas geradoras do sentimento de pertencimento na busca de novas raízes, num processo de reterritorialização. Entre erros e acertos uma nova territorialidade vai se construindo, muitos desistem, mas há aqueles que ficam, resistem e começam a construir um novo território, fixando ali sua identidade.

A partir das abordagens supra citadas, constatamos uma multiplicidade conceitual utilizada por diferentes autores para definirem os sujeitos da reforma agrária.

Nossa opção conceitual abarcará a identificação desses sujeitos como *camponês assentado*, embora reconheçamos sua diversidade social, esse termo é o mais adequado. No plano da construção de uma identidade alicerçada em unidades de produção familiar/camponesa, muitas questões deverão emergir, para uns com maior facilidade que para outros. Assim, a racionalidade da unidade de produção familiar no assentamento dependerá, além de sua trajetória histórica como sujeito social, do projeto construído no decorrer do processo de luta pela terra, passando pelo acampamento, mobilizações até conquistar a terra.

O processo de construção da identidade da unidade de produção familiar/camponesa, que é o lote conquistado, não é homogêneo, dado à própria diversidade desses sujeitos, seja geográfica, cultural, ideológica, ou religiosa. Assim, alguns irão optar por trabalhar individualmente, outros de forma coletiva. Embora, reconheçamos que identificá-los como

assentados possa parecer generalização, mas do ponto de vista da identidade do grupo, é o ponto inicial de um longo processo, muitas vezes, difícil de ser construído, porque permeia questões subjetivas inerentes a cada ser humano.

Os assentamentos rurais também são territórios de permanência do homem no campo, espaços que possibilitam a reprodução da unidade de produção camponesa. Enquanto território de luta pela terra, ele é homogêneo, pois todos os indivíduos eram trabalhadores sem terra no tempo de acampamento. No entanto, após sua reterritorialização no assentamento, afloram ou são criadas outras identidades, sejam elas étnicas, religiosas, políticas, dentre outras.

Para Carvalho (1999), devemos considerar os assentamentos como microssistemas sociais muito mais complexos do que imaginamos, onde a multiplicidade de identidades sociais, e de contextualização histórico-sociais são fundamentais para a compreensão nas relações externo-interno. Assim, há que se considerar o assentamento como local de expressão da diversidade da sociedade e não algo externo a ela; o assentamento também é dotado de contradições econômicas, sociais, políticas e ideológicas, pois é constituído de indivíduos, grupos sociais dessa sociedade.

O assentamento, espaço social em reconstrução, possui grupos de indivíduos com múltiplas identidades. Está posto um desafio: como se organizar levando em consideração a identidade social de cada grupo. Carvalho (1999) procurou identificar o conjunto heterogêneo de trabalhadores rurais que usualmente demandam e/ou lutam diretamente pela posse da terra. São eles os: assalariados permanentes e temporários (tanto urbanos como rurbanos); arrendatários rurais; parceiros rurais; moradores agregados; posseiros; quilombolas; filhos de pequenos proprietários rurais, populações ribeirinhas; população extrativista.

Os assentamentos, territórios concretos da luta pela terra, possuem uma unidade e em muitos casos, são frutos da organização política promovida por movimentos sociais. No entanto, dentro desse território co-existem muitas identidades que, em função da especificidade do processo de luta pela terra, ali se encontram. A identidade exerce um papel importante na articulação interna de um assentamento, porque é ela que vai dar o sentido de pertencimento a um coletivo, a um determinado grupo social.

Martins (2003) destaca que a condição de assentado não é suficiente para criar uma identidade individual e social que assegure a inserção positiva do assentado na realidade que o assentamento cria e possibilita. Embora seja fruto da reforma agrária, essa condição não permite afirmar que exista uma identidade construída no assentamento.

A identidade pode ser aquela em que um grupo de indivíduos tem com a política, apego à terra, questão étnica-cultural, religiosa, até a identidade de ex-trabalhadores urbanos.

Por isso, que os assentamentos são cada vez mais *locus* de manifestações de múltiplas identidades. Carvalho (1999) identificou três tipos de identidades sociais mais encontradas em assentamentos rurais: (a) *a identidade social por rede de relações sociais consolidadas historicamente* – estabelecida num longo processo histórico de relações sociais onde as interações sociais face a face, entrecruzada por diversos planos sociais como parentesco, religião, sexualidade, vizinhança e outros; (b) *a identidade social pela origem* – estabelecida por pessoas que têm afinidade geográfica, de uma mesma localidade, município, ou mesmo uma região em particular; (c) *a identidade social pela política* – estabelecida por pessoas que defendem um modelo de organização política e social dentro do assentamento e fazem dele o elemento subjetivo de sua identificação social.

Essa constatação é pouco aceita na esfera do poder público e dos movimentos sociais, que entendem o assentamento como um território homogêneo, tanto na esfera da identidade, quanto das relações sociais. Partem, pois, do princípio que o ato de assentar essas famílias elimina o conflito pré-existente, não reconhecendo outros que poderão emergir após a efetivação do assentamento.

É nesse contexto que ocorrem muitas das diferenciações entre os assentados. Portanto, a mera análise econômica não dá conta de explicar o “sucesso” de alguns assentamentos em detrimento de outros. Por isso, torna-se necessário mais do que nunca, incorporar nas análises sobre o desenvolvimento de assentamentos a questão da identidade, pois é a partir dessas afinidades que os assentados irão organizar-se.

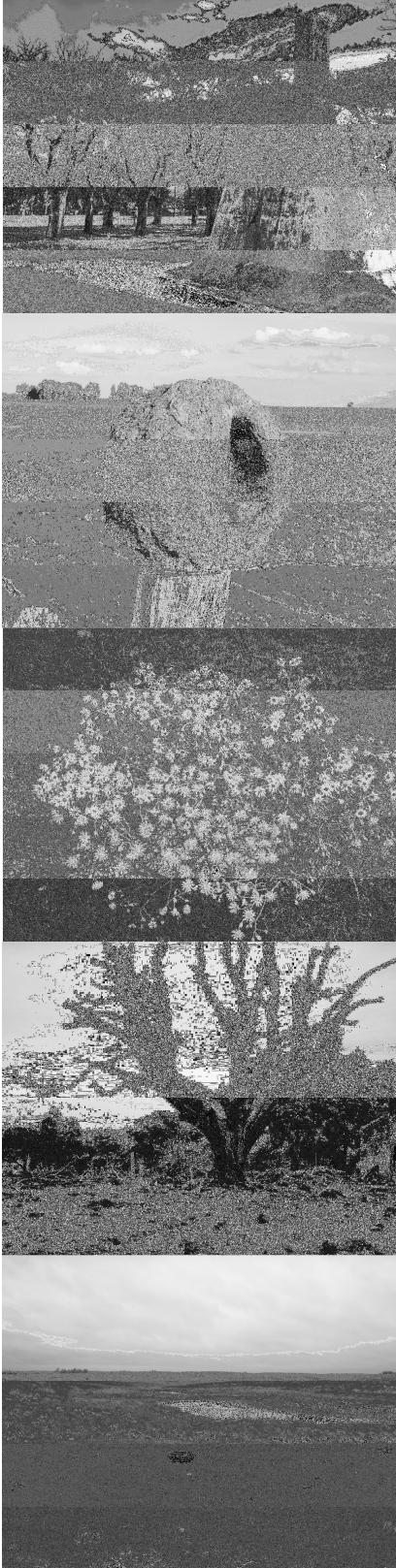
Ao mergulhar no mundo dos camponeses assentados, principalmente no que tange à construção de identidades sociais, constatamos que indivíduos mesmo tendo interesses em comum, em muitos casos, não conseguem construir afinidades no âmbito das relações sociais, idéia de comunidade, ou senso de pertencimento a um grupo maior, e, dessa forma, os conflitos internos ocorrem pela dificuldade no processo de construção da identidade social e individual do assentado.

Ao finalizar esse item, gostaríamos de destacar que construímos o Capítulo 1, organizado em sete tópicos: (1) *o esquema metodológico da tese*; (2) *o problema*; (3) *o recorte espaço/temporal*; (4) *a seleção dos dados, das fontes e das informações*; (5) *a importância do trabalho de campo*; (6) *olhar empírico sobre as novas relações no agrário da Campanha*; e (7) *identificando os sujeitos da pesquisa*.

Portanto, essas foram nossas escolhas metodológicas para a construção da tese, as quais julgamos fundamentais para a construção dos próximos capítulos. Daí a importância desse

capítulo na abertura do presente trabalho, pois acreditamos que a partir dessa estrutura, o leitor ficará situado e compreenderá a construção dos próximos capítulos.

2



Não tenho pressa e nem penso em ter mais pressa
Vou no meu tranco como boi na verga vai,
Esse meu jeito meio rude falquejado
Herdei da vida e um pouco de meu pai.

Trago lembranças das grandes matarias
Das águas puras e das sangas sossegadas
Dos vales férteis, das serras e dos campos
Da natureza que ainda era respeitada.

E sinto cheiro de terra após a chuva
De tantas flores perfumando sem cobrar
Do pão de forno, do apoio e da canjica
Da pitanga, da tuna e do araçá

E há em mim uma saudade latejando
Vozes de pássaros pedindo para cantar
Gritos de bichos, sementes pequeninas
A espera de que possam germinar.

Hoje a ambição fez pousada a minha volta
Plantou desertos em sementes traiçoeiras
Cria enjeitada de um progresso que importamos
Batendo palmas a ganâncias estrangeiras

Só temos pressa e mais pressa pra ter pressa
Receita louca que inventamos pra morrer
De neuroses, de calmantes, pesticidas
Matando a vida que esta doída pra viver.
(Cria enjeitada – João Chagas Leite)

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO: a Campanha Gaúcha no contexto do Rio Grande do Sul

Podemos verificar o duplo caráter da ocupação do RS: de um lado, os estancieiros que possuíam um poder que advinha de seus títulos e de seu dinheiro e que, originalmente, não se deslocaram para assentar família, mas para combater por seu rei e, assim, receber as Sesmarias como recompensa; de outro lado, os antigos caboclos e imigrantes que disputavam as menores e piores terras, onde buscavam, respectivamente, manter e assentar suas famílias. (RAMOS, 1995, p. 53).

2.1 Ocupação, colonização e formação territorial do Rio Grande do Sul

A ocupação da porção subtropical da América pelos portugueses se deu a partir do início do século XVI, ou seja, tardiamente em relação às regiões litorâneas do Brasil colonial. Toda esta vasta região do Brasil meridional permaneceu inexplorada por mais de um século, enquanto que no restante da América portuguesa já se desenvolviam atividades açucareiras.

A exploração colonial procurava riquezas minerais, ou instalava formas de produção agrícola conforme os interesses do capitalismo nascente na Europa, como o caso do açúcar. Como no Brasil meridional não existiam as características exigidas, sua integração deu-se de forma tardia ao sistema colonial português. Outro fator que explica sua tardia incorporação aos interesses portugueses foi o tratado de Tordesilhas em 1494, quando os territórios sulinos couberam à Espanha.

Este território, portanto, ao longo das décadas seria disputado entre Espanha e Portugal. Assim, a oeste, surgiram, nos anos de 1620, as reduções jesuíticas sob influência da coroa espanhola. Somente nos anos de 1700 é que o governo português começou ocupar a faixa litorânea a oeste, doando sesmarias e incentivando a colonização com açorianos. Dessa forma, evidenciam-se duas frentes bem distintas de ocupação territorial; a oeste pelos jesuítas com caráter religioso e a leste pelos açorianos visando expandir o domínio português na região.

Os jesuítas, ao catequizarem os índios, organizaram meios de produção, como o desenvolvimento da agricultura e da criação de gado introduzidos através do estuário do Prata

via Argentina. Estavam lançados, os pilares da organização socioespacial, que, mais tarde, despertariam interesses da coroa portuguesa no território sulino.

Os bandeirantes paulistas procurando uma alternativa à mão-de-obra escrava seguidamente atacavam as missões na busca de índios. Isso fez com que os padres jesuítas migrassem para a outra margem do rio Uruguai, levando consigo os índios, mas deixando o gado que criavam nas reduções. Estes rebanhos abandonados reproduziram-se à solta, formando uma imensa reserva de gado, denominada de “Vacaria del Mar”. (PESAVENTO, 1990).

Em 1680, a coroa portuguesa fundou a Colônia de Sacramento no estuário do Prata, atual Uruguai, um ponto estratégico- militar para enfraquecer o domínio espanhol na região. A partir daí, tomaram conhecimento da existência de imensas reservas de gado e, passaram a extrair seu couro para exportar para Europa.

Aos poucos, os jesuítas voltaram ao Rio Grande do Sul, fundando os Sete Povos das Missões⁵⁹, dedicando-se a criação de gado nas estâncias e, ao cultivo da erva-mate⁶⁰. Com a finalidade de salvar o gado dos saques dos espanhóis vindos do sul, resolveram transferi-los para uma zona de campos cercada de matas, localizada à nordeste, que se tornou conhecida como “Vacaria dos Pinhais” ou “Campos de Vacaria”.

As reduções jesuíticas eram independentes em relação aos interesses portugueses e espanhóis, tornando-se uma ameaça a seus interesses.

Zona economicamente rica e constituindo ameaça política à segurança das monarquias ibéricas, a região dos Sete Povos foi colocada em pauta nas disposições do Tratado de Madri, acertado entre Portugal e Espanha em 1750. Posteriormente, com a generalização do ambiente hostil à Companhia de Jesus, uma vez que ameaçava o absolutismo monárquico dos Estados europeus, os jesuítas acabaram sendo expulsos de Portugal (1579), Espanha (1767) para a América (1768), efetivando-se o confisco de suas propriedades. (PESAVENTO, 1990, p.12-13).

A expulsão dos padres jesuítas causou um movimento de resistência missioneiro-guarani contra a intervenção ibérica na região, resultando na guerra guaranítica, e seu líder mais expoente foi Sepé Tiaraju. Essa batalha ocasionou a dizimação de milhares de índios guaranis e posterior espalhamento desses indivíduos pelo território rio-grandense.

⁵⁹ São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo.

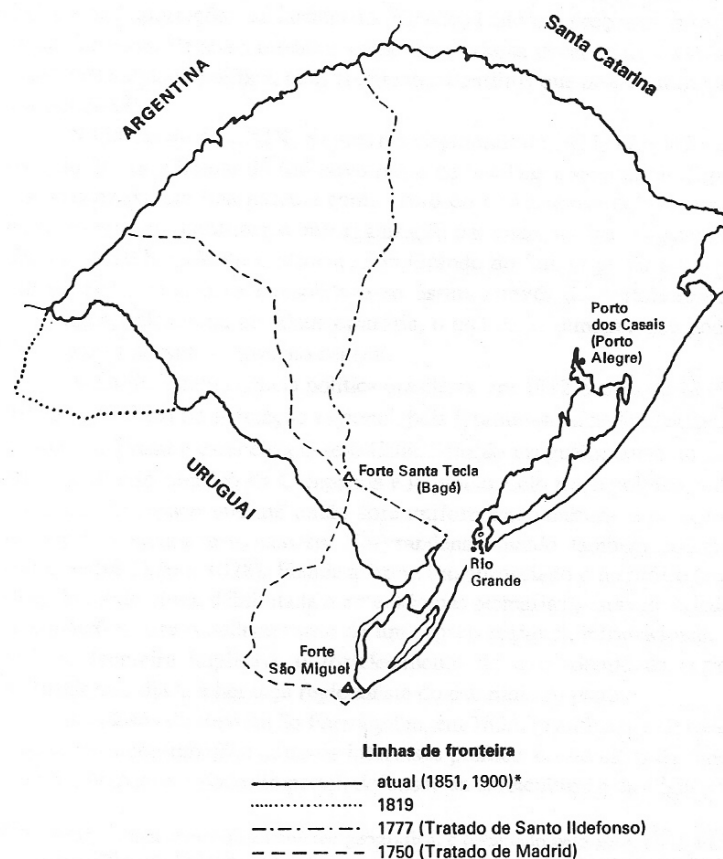
⁶⁰ Inicialmente, o consumo do mate, bebida mágica utilizada pelos pajés, foi reprimido pelos espanhóis. Mais tarde, os jesuítas apoiaram a difusão do seu consumo, sendo distribuída uma cuia de erva por família.

Nesse período, a sociedade luso-brasileira restringia-se somente à faixa litorânea. A fundação de um forte em 1737, na atual cidade do Rio Grande, representou um marco na penetração portuguesa para o interior onde se encontrava o gado deixado pelos guaranis em suas antigas estâncias.

A organização inicial do espaço produtivo deu-se a partir da exploração da courama, pois o gado era caçado para retirada do couro, representando o primeiro grande ciclo econômico do Rio Grande do Sul.

A courama, como atividade econômica principal, dominou até o fim do século XVIII, quando a pecuária começa a se firmar como prática pastoril criatória. O couro não perde contudo sua importância no comércio rio-grandense, mas o mercado é enriquecido pela carne salgada. O estabelecimento estancieiro adquire novas feições produtivas com o charque e o tratamento dos couros. (VIEIRA; RANGEL, 1993, p. 22).

Um acontecimento importante para a configuração das fronteiras do Rio Grande do Sul foi o Tratado de Madri em 1750, quando Portugal trocou a Colônia do Sacramento, pelos Sete Povos, da Espanha (Mapa 5).



Mapa 5 – Rio Grande do Sul: definição das fronteiras políticas
Fonte: Haesbaert, (1988).

Após o Tratado de Madri, foram doadas sesmarias⁶¹ a tropeiros e militares. Os tropeiros eram responsáveis pelo transporte do gado até Sorocaba, interior paulista, onde ocorriam as feiras, que abasteciam as regiões mineradoras. Com isso, existiu uma forte associação entre a expansão do ciclo da mineração, e a necessidade de ampliação do abastecimento de carne e animais de carga, o que despertou interesse dos paulistas no gado existente principalmente na “Vacaria del Mar”.

A partir de 1742, na faixa costeira ocorreu a tentativa de colonização em pequenas propriedades rurais com casais açorianos⁶², na tentativa de desenvolver a agricultura, principalmente do trigo. Mas ao passar do tempo, também passaram a se dedicar a atividade pecuarista, em função do desenvolvimento das charqueadas, muito mais lucrativas.

A agricultura açoriana não conseguiu grande desenvolvimento. Ficou constricta na estrutura sócio-econômica dominante. O poder que se irradiava da estância firmava as bases do amplo ciclo da pecuária, em dimensão espaço-temporal evolutiva. Mesmo assim os açorianos estabeleceram uma segunda linha evolutiva, além dos limites da auto-sustentação e da subsistência regionalizada. Começa a nascer o binômio agricultura-pecuária que identificaria para o futuro a formação sócio-econômica do Rio Grande do Sul. O processo histórico-social estava ganhando o seu segundo circuito de produção. (VIEIRA; RANGEL, 1993, p. 53).

No entanto, as fronteiras ainda não se encontravam delimitadas, enfrentando grande mobilidade. Em 1777, o Tratado de Santo Idelfonso estabeleceu que tanto a Colônia de Sacramento, quanto a de Sete Povos passariam para domínio espanhol, criando os campos neutrais. Mas, isso não significou a paralisação das atividades pastoris, somente freou o domínio português no interior do Rio Grande do Sul.

Em 1807, o Rio Grande foi promovido a “Capitania Geral”, independente do Rio de Janeiro e subordinada diretamente ao Vice-Rei do Brasil. Todo este processo de apropriação militar da terra, como se viu, foi acompanhado da expansão econômica da pecuária sulina, oportunizando o enriquecimento de sua camada senhorial. O fortalecimento dos pecuaristas, contudo, tendeu a se expressar também no plano político-administrativo. (PESAVENTO, 1990, p. 24).

⁶¹ As sesmarias eram terras devolutas, medindo em regra 3 léguas por 1 légua (cerca de 13.000 hectares). O sistema sesmarial perdurou no Brasil até 17 de julho de 1822, quando a Resolução 76, atribuída a José Bonifácio de Andrade e Silva, pôs termo a este regime de apropriação de terras. A partir daí, a posse passou a campear livremente no país, estendendo-se esta situação até a promulgação da lei de terras, que reconheceu as sesmarias antigas, ratificou formalmente o regime das posses, e instituiu a compra como a única forma de obtenção de terras.

⁶² Municípios com colonização açoriana: Mostardas, São José do Norte, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha.

O desenvolvimento do charque rio-grandense impulsionou a riqueza em municípios como Pelotas (localização das charqueadas) e Rio Grande (porto marítimo de escoação), articulando-se uma sociedade latifundiária pecuarista, emergente na política e na economia regional via pujança das charqueadas⁶³. O fortalecimento da economia do charque foi favorecido por alguns fatores fundamentais como:

1) a condição espacial adequada ao rápido crescimento dos rebanhos nos campos do litoral e da campanha do sudoeste deu dimensão econômica às estâncias. A delimitação da propriedade rural e os cuidados com a seletividade dos rebanhos qualificaram a matéria-prima dos campos rio-grandenses. [...] 2) o fator mercado foi importante no desenvolvimento dos saladeiros. O charque era produto destinado principalmente às classes sociais de baixa renda. Até fins do século XIX alimentava os exércitos de escravos nas colônias espanholas e portuguesas [...] 3) o prestígio da classe dos charqueadores, elevada à condição de nobreza inicialmente e, mais tarde, detentora do poder político diretamente ou através de prepostos liberais de não rara qualificação intelectual. [...] 4) o escravismo, sistema que liberou a energia de trabalho nas charqueadas, é indissociável do processo produtivo de salga da carne. O regime escravista nos estabelecimentos saladeiris foi de extrema dureza, contrapondo com o comportamento do senhor-de-escravos nas estâncias. (VIEIRA; RANGEL, p. 30-31).

Embora pouco abordada na historiografia oficial, a escravidão negreira foi utilizada na atividade pastoril das grandes estâncias sulinas, mas fundamental foi sua utilização nas nascentes charqueadas gaúchas. Para Pesavento (1990), o charque proporcionando riquezas, foi capaz de introduzir, em grande escala, o escravo no Rio Grande do Sul.

Zarth (2002) identificou um alto índice de concentração de escravos no Rio Grande do Sul, em 1874, quando a província possuía 21,3% de cativos, índice apenas inferior, em termos proporcionais, ao das províncias do Rio de Janeiro e Espírito Santo. O autor ainda destacou a exportação de escravos do Rio Grande do Sul para a cafeicultura brasileira.

Essas novas interpretações sobre a importância do negro na formação socioeconômica do Rio Grande do Sul confirmam uma questão empírica latente na Campanha Gaúcha, onde se verifica que boa parte dos indivíduos residentes nas periferias desses municípios é

⁶³ A partir de 1779-80 iniciou-se a charqueada no Rio Grande do Sul, favorecida pela seca no nordeste, no entorno de Pelotas, que se encontrava próximo às áreas de campo e saída para o mar. Charqueada era a área da propriedade rural em que era produzido o charque (onde se "charqueia" a carne): uma quantidade de galpões cobertos, onde a carne salgada era exposta para o processo de desidratação. A indústria saladeiril e o ciclo do charque (séc. XIX) deixaram suas marcas no extremo sul do Brasil, tornando Pelotas referência histórica e cultural. Hoje, poucas das antigas charqueadas existem, apenas as instalações, mantidas como marco turístico regional.

descendente de escravos africanos, mas com certo grau de miscigenação, tanto com castelhanos, lusitanos e índios guaranis⁶⁴.

O desenvolvimento das charqueadas intensificou a concessão de sesmarias no sudoeste gaúcho, expandindo as estâncias pastoris e a ocupação da Campanha. Com isso, o Rio Grande do Sul consolidava-se como uma grande área pecuarista, exportando charque para as demais províncias e consolidando o papel dos estancieiros como forte oligarquia regional.

Um acontecimento importante foi a Guerra Farroupilha (1835-1845), um movimento liberal, republicano e separatista que envolveu as elites pastoris, em enfrentamento ao governo central, dada a posição periférica e subsidiária da economia sulina, que era orientada a produzir charque e sofria a concorrência platina. Pesavento (1990) destaca que os gaúchos conseguiram, em função da revolução, a elevação de 25% da taxa alfandegária sobre o charque importado e o direito dos estancieiros escolherem o presidente da província.

Assim, em meados do século XIX, todas as áreas dos campos rio-grandenses encontravam-se ocupadas, inclusive a antiga zona missioneira, havendo a necessidade de um melhor aproveitamento do território com o preenchimento dos vazios demográficos. O Governo Imperial, logo após a independência, necessitava consolidar a posse sobre o território. Por isso, incentivou a colonização das terras devolutas de mata⁶⁵, ou seja, não ocupadas pelo latifúndio pastoril. A colonização não portuguesa, inicialmente se deu pelos alemães (1824) em áreas próximas aos vales dos rios e, posteriormente pelos italianos (1875) na serra e escarpas do planalto (Mapa 6).

A colonização dirigida promovida pelo Governo Imperial possibilitou uma nova dinâmica territorial no Rio Grande do Sul. Com a colonização européia não portuguesa, completou-se a ocupação do Rio Grande do Sul, que se caracterizou pela presença de luso-brasileiros nas áreas de campo, dedicados à pecuária; e os alemães e italianos, nas zonas de matas, com a implantação da agricultura típica de policultura e em pequenas propriedades.

A primeira tentativa de ocupação das áreas de matas, realizada durante o Governo Imperial foi à criação da colônia de São Leopoldo nas proximidades do município de Porto Alegre. Até o ano de 1849, o Governo Imperial não projetou novas áreas de colonização. No entanto, os grandes proprietários de terras, encontraram um negócio lucrativo para suas sesmarias de mata. A venda de pequenas parcelas de terras (lotes) a filhos de colonos que

⁶⁴ No ano de 1875 a população de alguns municípios da Campanha era assim dividida: Bagé 16.952 brancos e 4.816 escravos, Alegrete 16.192 brancos e 2.318 escravos, Sant'Ana do Livramento 8.000 brancos e 2.012 escravos, Itaquí 7.697 brancos e 8.864 escravos, Uruguaina 6.869 brancos e 9.997 escravos (JACQUES, 2000, p. 132)

⁶⁵ Na verdade, existiam caboclos nas áreas florestais, vivendo da erva-mata e da agricultura de subsistência.

necessitavam de terra, tornou-se uma atividade lucrativa. Com isso, expandiu-se a colônia de São Leopoldo, surgindo outras colônias (SALVIA; HANDSCHUNCH, 1974).

Em 1849, o Império concedia às províncias terras devolutas, com o objetivo de colonizar. Nesse momento, fundaram-se as colônias alemãs de Santo Ângelo, Santa Cruz e Nova Petrópolis. Também ocorreu, nessa mesma época, uma aceleração na colonização particular nas áreas próximas às colônias organizadas pelo governo. Assim, as áreas já colonizadas, mas que apresentavam vazios demográficos foram preenchidas por particulares, que fundaram núcleos de colonização, que se estendiam desde o município de Torres até as proximidades de Santa Maria, na região central.



Mapa 6 – Rio Grande do Sul: núcleos originais de colonização nas áreas de mata no século XIX.
Fonte: Nilo Bernardes [1955] (1997).

Outro momento importante na colonização do Rio Grande do Sul foi o período pós 1874 quando o Governo Imperial procurou acelerar a expansão da pequena propriedade com base no trabalho livre, organizando uma série de colônias a serem povoadas por italianos.

Com essa atitude do Governo Imperial, aos poucos, o território gaúcho fragmentava-se. Inicialmente foram colonizadas as áreas de matas localizadas próximas aos grandes vales, onde se localizaram grande parte das colônias alemãs. Posteriormente, em 1874, as escarpas do planalto, áreas mais hostis começaram a ser colonizadas por italianos. Originaram-se dessa época, as colônias de Caxias, Dona Isabel e Conde D'Eu, e Silveira Martins.

A chegada dos colonos alemães constituiu uma cunha transformadora nos hábitos e nas técnicas agrícolas praticadas pela civilização luso-brasileira. Mesmo levando em conta as práticas iniciais açoritas de estabelecimento de chácaras policultoras, nada se assemelhava à colonização teuto-italiana em terras rio-grandenses. Os espaços ocupados pela imigração açoriana não exigiam a dura luta pela conquista de terras à floresta nativa. [...] Os colonos alemães e italianos seguiram os pressupostos da atividade agrícola da Europa, baseada na pequena propriedade, em difíceis condições de sobrevivência. (VIEIRA; RANGEL, p. 74).

Estavam lançados os pilares da propriedade camponesa nas áreas florestais do Rio Grande do Sul. Até finais do século XIX, somente o nordeste do Rio Grande do Sul encontrava-se colonizado por alemães e italianos. As outras áreas de mata do norte e noroeste, principalmente no vale do Rio Uruguai, ainda não haviam passado pelo processo de expansão da colonização.

Com o advento da Constituição Republicana, as terras devolutas passaram ao domínio dos Estados e a estes caberia, então, a tarefa de colonização diretamente ou por concessões a particulares. No Rio Grande do Sul, a ação colonizadora caberia ao Estado em grandes áreas e a particulares, em áreas muito reduzidas. Com isso, surgiram as novas colônias, fruto de uma expansão dos descendentes dos colonos das antigas áreas coloniais, que se encontravam com grande contingente populacional. O Alto Uruguai tornou-se uma área de atração populacional. (SALVIA; HANDSCHUNCH, 1974).

A colonização alicerçada na propriedade camponesa possibilitou uma nova organização no território gaúcho, até então, sob domínio hegemônico do latifúndio pastoril das áreas de campo. Na medida em que as colônias foram implantadas, estradas eram construídas, povoados surgiam, possibilitando uma nova dinâmica nesses espaços. Enquanto isso, nas áreas de ocupação mais antiga (luso-brasileiros) não ocorria uma dinamização tão intensa no espaço como nas áreas coloniais.

A diferenciação socioespacial entre as áreas de estâncias e as áreas coloniais ocorreu em função dos seus distintos sistemas de exploração da terra. Enquanto na estância a criação de gado extensivo era a atividade econômica predominante; nas colônias, cultivavam-se

lavouras. Outro fator importante que deve ser destacado é que a vida em comunidade era muito mais dinâmica nas colônias devido à concentração de população, o que não ocorria nas áreas de estância, devido às grandes dimensões das propriedades e à diferença nas relações de trabalho (Quadro 2).

CARACTERÍSTICAS	COLÔNIA	CAMPANHA
Vegetação nativa predominante	florestas	campos
Forma de relevo	“serras” (vales, cerros)	planície (coxilhas)
Colonização predominante	alemã e italiana (séc. XIX-XX)	Luso-brasileira (séc. XVIII-XIX)
Densidades demográficas	médias e altas (pop. concentrada)	baixas (pop. dispersa)
Rede urbana	melhor estruturada, com predomínio de pequenos núcleos urbanos (muitas vilas e povoados)	mal-estruturada, com predomínio de centros médios (raros povoados e vilas)
Estrutura fundiária	predomínio de minifúndios	predomínio de latifúndios
Atividade agrária dominante	agricultura (policultura), pecuária leiteira e de pequeno porte (suínos, aves)	pecuária de grande porte e rizicultura

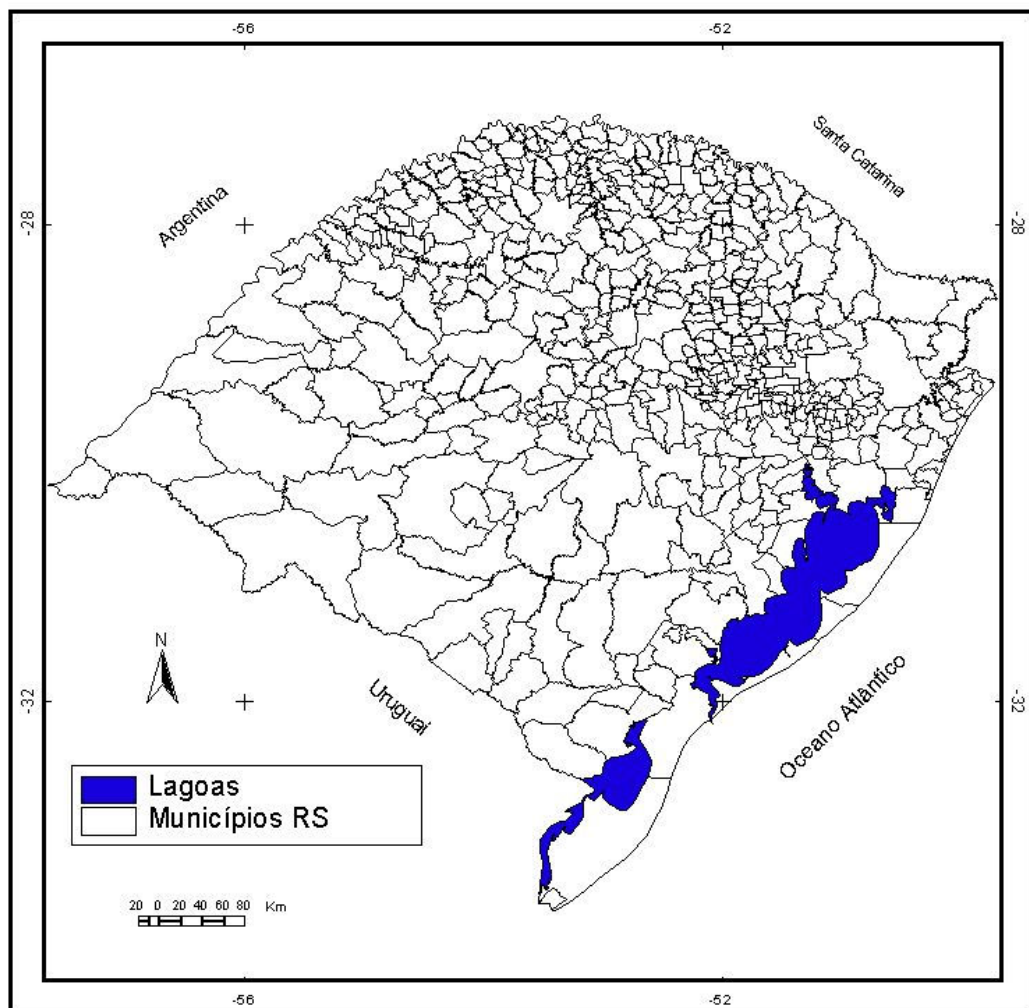
Quadro 2 – Rio Grande do Sul: diferenciação geográfica da formação socioespacial
Fonte: Moreira; Costa (1995).

Os núcleos coloniais, uma vez criados, iam crescendo, se expandindo, tomando corpo administrativo e dando origens a municípios. A área territorial das antigas colônias ia se transformando em municípios com uma subdivisão administrativa muito grande, com a criação de distritos, que eram as antigas pequenas colônias. Estes municípios, por sua vez, iam se desmembrando e dando origem a um grande número de novos municípios com pequena área territorial (SALVIA; MARODIN, 1976).

Os municípios das áreas de campo surgiram no início e meados do século XIX, em função do povoamento mais antigo. Nessa área, a criação de municípios foi realizada de modo muito lento e, com o decorrer do tempo, tendeu a se estabilizar, existindo municípios que desde seu surgimento, nunca sofreram fragmentação territorial. Nesse caso, enquadraram-se os municípios da Campanha Gaúcha com atividade pastoril dominante e com baixa densidade demográfica.

A segunda área compreende a zona da mata original, de ocupação mais recente, com atividade agrícola dominante e alta densidade demográfica. A criação de municípios foi realizada de modo muito mais acelerado. Essa área é caracterizada por possuir um número muito maior de municípios, mas com pequenas áreas territoriais, ocupando um terço da superfície do estado. Tendência que se seguiu até as últimas emancipações em 2000.

Na contemporaneidade, tornou-se evidente a dicotomia da ocupação do território gaúcho, sendo que a Metade Norte alicerçada principalmente na pequena propriedade e no minifúndio possui uma malha municipal muito adensada, enquanto a Metade Sul latifundiária-pecuarista permaneceu com sua malha municipal quase inalterada desde o final do século XIX. Ao observar o mapa 7, correspondente à divisão municipal do Rio Grande do Sul, percebemos claramente que as maiores unidades territoriais correspondem àquelas em que estão nas áreas de campo ao sul.



Mapa 7 – Rio Grande do Sul: divisão territorial em municípios no ano de 2007. Org.: Chelotti, (2007).

Historicamente essas características geraram municípios com grandes extensões territoriais nas áreas de campo, com um número pequeno de unidades político-administrativas. Essa dinâmica permaneceu inalterada até o advento da colonização não portuguesa. Somente a partir de 1824, ocupando as áreas florestais, organizadas em muitos núcleos populacionais, surgiram os primeiros municípios frutos da colonização.

Na década de 1950, Bernardes (1963) evidenciou essas diferenças socioespaciais e de gêneros de vida, que se organizaram no Rio Grande do Sul. “Fazendeiros e colonos apossando-se progressivamente do território, foram, com certa distância cronológica, armando o arcabouço de duas diferentes estruturas econômico-social. Ainda hoje, são bem distintas as sociedades rurais” (BERNARDES, 1963, p. 3).

A dualidade social e geográfica dessas duas sociedades rurais, também, é muito evidente nos apontamentos de Pébayle (1975).

Até o início do século XX, os contatos entre os criadores luso-brasileiros dos campos e os policultores das florestas foram raros. Ou melhor, nada parecia anunciar então novos encontros entre essas duas sociedades rurais tão opostas por suas origens étnicas, por suas tradições culturais e suas mentalidades. [...] Esses homens [os estancieiros] rudes e fatigados das violentas técnicas de pecuária de uma outra época, afeitos a deslocamentos e já curiosos a respeito das novidades técnicas de seus vizinhos do Prata, rejeitam maciçamente o arado, a inovação agrícola e as terras de floresta [...] O colono era a antítese desses gaúchos das Campinas: era o homem da floresta, o agricultor isolado com técnicas ainda predatórias, o pequeno proprietário. (PEBAYLE, 1975, p. 3).

Portanto, as áreas florestais inicialmente desprezadas pela pecuária extensiva, tornaram-se territórios da reprodução camponesa para os imigrantes recém reterritorializados no Rio Grande do Sul. As colônias alemãs e italianas imprimiriam no espaço agrário gaúcho uma nova racionalidade em relação à exploração da terra, pautada na policultura e na pequena propriedade familiar. Áreas de floresta atlântica transformaram-se em territórios camponeses por meio de projetos de colonização estatal e também privados. Em menos de um século, o eixo econômico gaúcho foi invertido e deslocou-se da região latifundiária para regiões alicerçadas na pequena propriedade familiar.

Nesse contexto, a produção socioespacial entre as áreas de estâncias, ao sul e, as de colônias ao norte, possibilitaram uma configuração territorial dicotômica no Rio Grande do Sul. Manteve-se, de um lado, um território latifundiário na Campanha Gaúcha e, por outro, uma territorialização da pequena propriedade camponesa policultora decorrente do intenso processo de colonização ítalo-germânica na região nordeste do Rio Grande do Sul.

2.2 A organização do espaço agrário gaúcho: sistemas agrários e grupos sociais

A ocupação inicial do espaço agrário gaúcho está intimamente relacionada com os grandes tipos de vegetação encontrados no estado, ou seja, as formações campestres, predominantes no sul e as florestais, predominantes no norte.

O viajante que pela primeira vez cruza o Rio Grande do Sul, mesmo leigo não atento aos pormenores da paisagem física e cultural, sente imediatamente os grandes contrastes na ocupação humana: em poucas regiões do Brasil pode-se traçar um limite linear entre paisagens do território rio-grandense [...]. Subindo, por exemplo, a “Encosta da Serra” [...] a frequência das pequenas habitações esparsas, pelo fundo dos vales ou pelas encostas, junto às trilhas e caminhos vicinais, e o grande número de aglomerados rurais e urbanos atestam a existência de uma população densa, vivendo à base de pequenos estabelecimentos agrícolas. Galga-se a borda de Planalto imediatamente alguns quilômetros após, tudo muda: já não há restos de mata nem capoeiras, nem culturas; as habitações escasseiam na paisagem monótona das coxilhas, em que ondeia a vegetação rasteira de gramíneas; algumas reses agrupadas junto às extensas cercas de arame e um outro cavaleiro que surge à beira da estrada, ou à distância no horizonte, indicam que é outra modalidade de ocupação. (BERNARDES, 1997, p. 41).

A apropriação diferenciada da terra ocorreu em dois tempos e dois espaços muito distintos. De um lado, os grandes proprietários, que exploravam os campos com a criação de gado e, detinham o poder político e econômico. E, por outro lado, uma imensa parcela de pequenos proprietários imigrantes que, a partir de meados do século XIX, foram alocados em áreas não ocupadas pela pecuária, passando a se dedicar à policultura.

Mas, apesar do seu surgimento em tempos diferentes, aos poucos ocorreram os contatos entre estancieiros criadores (luso-brasileiros) e colonos agricultores (teuto-italianos), principalmente, na zona de transição entre áreas de campo com as de matas. Para muitos pequenos proprietários, a migração para as proximidades das áreas de campo construiu uma idéia de promoção social, principalmente, a partir da aquisição de parcelas de terras anteriormente na posse de luso-brasileiros pecuaristas.

Postos em contato com a vida urbana tradicional, os filhos dos colonos policultores continuam, entretanto, fiéis à convicção ancestral, segundo a qual a verdadeira riqueza não seria senão a dos bens da raiz. Porque ainda que estejam desaparecendo os velhos mitos da inesgotável fertilidade das terras de florestas, estes novos cidadãos aprendem rapidamente que, no campo, a verdadeira promoção social reside na posse de uma fazenda de pecuária. Também, logo que chegam a um nível de relativo bem-estar, os homens procuram comprar terras. (PÉBAYLE, 1975, p. 21).

Embora, no início da colonização, tenha se construído no imaginário coletivo dos colonos imigrantes, a aspiração de adquirir terras nas áreas de campo, isso não ocorreu para a grande massa de imigrantes e, sim, para um reduzido grupo, principalmente, os mais

capitalizados. Portanto, essas duas “sociedades rurais” até a década de 1970, ainda não tinham construído uma real integração do espaço agrário gaúcho.

[...] por mais interessante que sejam, os contatos espontâneos e já antigos entre fazendeiros e os agricultores rio-grandenses não ocasionaram muita comoção na vida rural tradicional do Rio Grande do Sul. Quase sempre ocasionaram apenas uma expansão dos agricultores e da agricultura no domínio dos criadores gaúchos. Punctiforme, nos campos, reduzida a uma franja relativamente estreita, nos campos com capões, esta expansão não fez nascer, em geral, novas relações de dependência à propriedade rural, pois os agricultores também têm, freqüentemente, comprado as terras aos primeiros ocupantes. Este frágil equilíbrio devia entretanto ser rompido no século XX, época de grandes perturbações na campanha rio-grandense. (PÉBAYLE, 1975, p. 22).

Com isso, a formação do espaço agrário gaúcho se organizou de maneira dicotômica, estruturando-se sob duas formas de organização espacial e racionalidades distintas em relação aos sistemas de exploração da terra; a estância com criação de gado e colônias com a policultura, ambas associadas a distintos ecossistemas, sendo de campo ao sul e florestas ao norte.

Silva Neto e Basso (2005) apoiados na Teoria dos Sistemas Agrários tentaram analisar a evolução histórica e a diferenciação geográfica da agricultura gaúcha. Para os autores, o sistema agrário é determinado por um conjunto de critérios ligados aos seus diferentes componentes ou subsistemas. Tais componentes podem ser agrupados em dois conjuntos delimitados: o agroecossistema e o sistema social produtivo. Os autores delimitaram nove sistemas agrários para o Rio Grande do Sul (Quadro 3).

Regiões	Categorias sociais predominantes
Campanha	Estancieiro
Serras do Sudeste	Arrozeiro
	Estancieiro
Litoral Sul	Agricultor Familiar
	Arrozeiro
Depressão Central	Agricultura Familiar
	Arrozeiro
Colônias Velhas	Arrozeiro
	Estancieiro
Campos de Cima da Serra	Agricultor Familiar
	Estancieiro
Litoral Norte	Empresa de Fruticultura
	Agricultor Familiar
Planalto	Granjeiro
	Agricultor Familiar
Colônias Novas	Agricultor Familiar

Quadro 3 – Rio Grande do Sul: regiões dos sistemas agrários e categorias sociais predominantes
Fonte: Silva Neto, (2005).

A partir do quadro síntese das categorias sociais predominantes em cada sistema agrário do Rio Grande do Sul, podemos constatar a sua diversidade, fruto de uma relação histórica com seus agroecossistemas e mediados pelas transformações que estes passaram, principalmente, após a expansão capitalista no campo.

A Campanha Gaúcha apresenta a maior concentração fundiária, com produção predominantemente de pecuária extensiva desenvolvida em campos nativos. A produção de arroz, embora ocupe uma menor área, é responsável pela dinamização da economia. A pequena propriedade ocupa um papel secundário na economia regional.

A região Serra do Sudeste possui uma produção agropecuária mais diversificada que a Campanha, no entanto, é muito menor a presença do arroz. A pequena propriedade exerce um maior papel econômico, mas se encontra dominada pela presença hegemônica do estancieiro.

A região Depressão Central, formada por grandes planícies aluviais, possibilitou um maior desenvolvimento da cultura do arroz irrigado, em detrimento da pecuária de corte ou outras atividades.

As regiões Litoral Norte e Litoral Sul, em uma estreita faixa de planície sedimentar, apresentam uma produção agropecuária pouco desenvolvida, com exceção do arroz irrigado no Litoral Sul e as produções de arroz irrigado e de frutas tropicais, como a banana no Litoral Norte.

A região das Colônias Velhas, situada ao sul dos Campos de Cima da Serra, com relevo de acentuado declive, apresenta a maior diversidade produção, onde a agricultura familiar é bastante homogênea, com um maior grau de acumulação.

A região Campos de Cima da Serra, situada no extremo nordeste, possui as terras mais altas do Estado. Desenvolve uma pecuária de corte extensiva, com estrutura fundiária concentrada. Alguns municípios dedicam-se à produção empresarial de frutas de clima temperado.

A região das Colônias Novas se localiza a norte e noroeste, com predominância da agricultura familiar, muito dependente da produção de grãos. A estrutura fundiária é bastante fragmentada, com reduzida presença de empregados permanentes.

A região do Planalto é caracterizada por possuir relevo ondulado e solos tipicamente profundos. Predominam as lavouras extensas de grãos, principalmente a da soja no verão e o trigo no inverno. Mas, existem áreas onde se desenvolve a pecuária de corte.

A partir dos sistemas agrários é possível identificar um processo de formação da agricultura gaúcha, dominada por duas formações sócio-históricas contrastantes: uma

relacionada à economia pastoril, consolidada nas áreas de campo natural, e outra, ligada a uma economia agropecuária nas áreas de florestas.

Esta distinção nítida entre as paisagens culturais, no campo e na mata, não é problema específico do Rio Grande do Sul, tendo se esboçado em todo o Brasil, para referirmos-nos somente ao nosso território. Talvez seja aí, no entanto, que se coloca com mais rigidez, quer pela distribuição espacial, quer pela intensidade do contraste assinalado. Posta a questão de outros fatores, parece-nos “a priori” ser este um exemplo clássico de determinismo geográfico, em que as diferenças de ambiente moldaram estritamente duas sociedades. É indispensável, no entanto, um exame mais profundo do problema para caracterizá-lo melhor. (BERNARDES, 1997, p. 49).

A nosso ver, a contradição histórica de acesso à posse da terra, está associada ao conservadorismo da classe latifundiária gaúcha que produziu um espaço agrário, que mesmo inserido dentro de um processo de expansão da modernização, não desconcentrou a posse da terra, pelo contrário, possibilitou o arrendamento e a obtenção de uma renda fundiária ainda mais rentista, desmistificando o discurso de que no Rio Grande do Sul a posse seria mais igualitária do que nas demais unidades federativas do país.

Numa análise mais contemporânea sobre a organização e estruturação do espaço agrário gaúcho, Gehlen (1994) destacou a diversidade social encontrada em seu interior, buscando estabelecer uma relação desde sua formação até as transformações ocorridas com o processo de modernização da agricultura no decorrer da década de 1960.

Nesse contexto, o autor identificou uma diversidade de atores sociais, que se relacionam entre si, muitas vezes, mediados por relações de poder construídas historicamente, sendo eles: os latifundiários, a burguesia rural, o empresariado rural, o semi-empresariado, os colonos minifundiários, os assalariados permanentes e temporários, os índios, os caboclos, os biscateiros e os marginalizados (Quadro 4).

Ao desvendar a diversidade encontrada no espaço agrário gaúcho contemporâneo, Gehlen (1994) colabora com uma nova leitura sobre a historiografia regional, demonstrando suas raízes históricas e os processos sociais imbrincados nesse processo. A partir daí, passamos a compreender questões latentes, como a permanência da concentração da posse da terra nas mãos de determinados grupos sociais e a emergência de movimentos sociais organizados por outros grupos sociais.

ATORES SOCIAIS	DEFINIÇÃO	CONCEPCÃO SOBRE A TERRA
Latifundiários	Atores sociais que surgiram, inicialmente, através de concessões de terra feitas a militares apropriadas em grandes extensões.	Consideram a terra como uma fonte de poder e a usam como meio especulativo. Constituem a oligarquia agrária.
Burguesia rural	Grandes proprietários, excepcionalmente, arrendatários; desenvolvem monocultura, residindo na cidade por desempenhar outras atividades.	Consideram a terra uma fonte de riqueza, espaço de geração de lucros e de acumulação. Acumulação que depende da exploração de trabalho assalariado combinado à intensificação de tecnologia e à especulação sobre preços dos produtos e da terra
Empresariado rural “granjeiro”	Médios proprietários e arrendatários, grupo nascido com a modernização na agricultura, particularmente via trigo/soja. Representa-se como empresário moderno e articulado, está em crescimento social e político.	
Semi-empresariado “colonos fortes”	O trabalho é predominantemente familiar, com modernos critérios de seleção tecnológica de produtos e métodos de produção. Diferenciam-se do produtor familiar clássico pelo seu potencial acumulador e de consumo.	Consideram a terra um espaço de trabalho necessário para a produção social e de realização da cidadania.
Colonos minifundiários	Pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes. Caracterizam-se pela baixa produtividade do trabalho, a quantidade de força de trabalho produtivo e o número de pessoas que divide o orçamento familiar.	
Assalariados permanentes	O traço marcante é a profissionalização da força de trabalho por tarefas e funções, conforme a divisão social e técnica do trabalho.	Consideram a terra um espaço de trabalho que carrega consigo a subjugação do trabalhador pela necessidade de venda de seu trabalho. Esta concepção é resultante da proletarianização de parte da força de trabalho no meio rural.
Assalariados temporários	Sua maior característica são os contratos em períodos de pico do trabalho no campo, plantação, colheita etc...	
Índios	Populações tradicionais excluídas historicamente.	A terra tem significados diferentes segundo a experiência histórica dos atores. Ocupam posições completamente marginal no modelo social vigente, as quais estão em fase de extinção ou em emergência.
Caboclos	Marginalizados em relação aos colonos minifundiários.	
Biscateiros	São semiproletariados, marginalizados do sistema formal de trabalho.	
Marginalizados	Excluídos do mercado formal de trabalho.	
Quilombolas	Historicamente negados na sociedade gaúcha	

Quadro 4 – Rio Grande do Sul: atores sociais, definição e concepção sobre a terra.

Fonte: Gehlen, (1994).

Org.: Chelotti (2007).

2.3 Estrutura fundiária da Campanha Gaúcha: latifúndios e pequenas propriedades

A estrutura fundiária do espaço agrário brasileiro é marcada por grandes desigualdades, coexistindo ao mesmo tempo, a propriedade latifundiária e a pequena propriedade. A sua maior característica é o caráter concentrador da posse da terra, heranças das sesmarias, da lei de terras de 1850 e do processo de modernização da agricultura no decorrer da década de 1960.

Podemos afirmar com segurança que a estrutura fundiária brasileira herdada do regime das capitanias/sesmarias muito pouco foi alterada ao longo dos 400 anos de história do Brasil e, particularmente na segunda metade deste século, o processo de incorporação de novos espaços [...] tem feito aumentar ainda mais a concentração das terras em mãos de poucos proprietários. (OLIVEIRA, 1994, p. 56).

O Rio Grande do Sul não foge a esse processo, principalmente na Campanha Gaúcha onde se configura a maior concentração fundiária do estado, tornando-se efetivamente território do espaço latifundiário gaúcho, emergido a partir da doação de sesmarias para luso-brasileiros militares, objetivando a efetiva ocupação e preservação das fronteiras do Brasil meridional.

O latifúndio, entendido como uma forma de propriedade típica do meio rural brasileiro, caracterizado por exercer padrões de dominação política clientelista e exploração econômica extensiva, de baixa produtividade, tem diminuído em número no Estado, em razão do processo de modernização. Hoje não são muitas as regiões onde é possível identificar um maior número de propriedades com tais características – são por exemplo, as regiões formadas pelo triângulo Cruz Alta – Santiago – São Gabriel e, certamente, em muitos municípios da fronteira [...]. (RIEDL; NAVARRO, 1998, p. 223).

Próximo ao ano de 1850, as áreas de campo estavam praticamente ocupadas, “povoadas” de sesmarias. A estância configurou-se como unidade de produção típica, possibilitando a emergência de uma sociedade agropastoril, denominada regionalmente de estancieiros. Em função de sua importância social e econômica, esses proprietários de terras passaram a ocupar elevados cargos políticos na província. A produção do tradicional latifúndio pastoril gaúcho assentou-se na exploração de uma pecuária de corte extensiva, de bovinos e ovinos, destinada tanto para o mercado interno, abastecendo a região mineradora da colônia, como para o mercado externo sustentado na exportação do charque.

Portanto, essas são as raízes históricas do espaço latifundiário gaúcho, permanecendo quase inalterado até o início do século XXI. Mas, isso não significa que inexistam na região outros padrões de exploração da terra, como a pequena e a média propriedade rural.

Utilizando a classificação do INCRA⁶⁶, podemos encontrar, no sudoeste gaúcho, o minifúndio, a pequena propriedade, a média propriedade e, a grande propriedade. O minifúndio corresponderia às propriedades inferiores a 28 (vinte e oito) hectares; a pequena propriedade de 28 (vinte e oito) até 112 (cento e doze) hectares; a Média Propriedade 112 (cento e doze) hectares até 420 (quatrocentos e vinte) hectares e a grande propriedade, todas aquelas acima e 420 (quatrocentos e vinte) hectares).

De posse de informações do ano de 2003, podemos demonstrar pela divisão por estratos de área encontrados na região, a real dimensão da estrutura fundiária da Campanha Gaúcha nesse início de século (Tabela 1).

Tabela 1 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: estrutura fundiária por estratos em 2003

Estratos de área (ha)	Campanha Ocidental		Campanha Central		Campanha Meridional	
	Total de imóveis	Área total (ha)	Total de imóveis	Área total (ha)	Total de imóveis	Área total (ha)
< de 1	75	43,8	45	24,8	47	27,9
1 a < de 2	178	251,0	163	224,0	95	136,0
2 a < de 5	1.317	4.347,0	709	2.393,3	600	1.999,6
5 a < de 10	1.568	11.437,2	971	7.054,1	736	5.451,1
10 a < de 25	2.916	51.088,7	1.779	30.123,6	1.205	23.939,3
25 a < de 50	2.290	84.754,6	1.305	47.790,0	1.432	39.088,0
50 a < de 100	2.065	161.052,2	1.170	94.536,5	904	65.628,6
100 a < de 200	1.462	211.445,5	818	119.311,0	673	96.057,9
200 a < de 500	1.457	474.834,5	746	244.203,2	676	222.238,0
500 a < de 1000	651	463.830,6	356	256.809,2	339	247.661,4
1000 a < de 2000	259	387.663,7	147	205.846,6	141	199.308,7
2000 a < de 5000	109	334.616,3	49	142.100,8	63	107.138,4
5000 a < de 10000	16	111.633,9	11	725.111,0	2	10.273,9
10000 a < de 20000	0	0	1	13.438,2	0	0

(<) símbolo representando menor que.

Fonte: INCRA, (2003).

Org.: Chelotti (2007).

Ao contrário do que pensa o senso comum, a maioria, ou seja, mais de 60% das propriedades rurais da região são constituídas por pequenas unidades de produção, mas territorialmente ocupando menos de 15% de toda sua superfície. Esse desconhecimento, em parte é explicado pela hegemonia que o espaço latifundiário regional exerceu historicamente sobre a pequena propriedade camponesa.

⁶⁶ **Módulo fiscal:** unidade medida em hectares, fixada para cada município considerando os seguintes fatores: (a) tipo de exploração predominantemente no município, (b) renda obtida com a exploração predominante, (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominem, sejam significativas em função da renda e área utilizada, (d) conceito de propriedade familiar. No caso específico dos municípios do sudoeste gaúcho, o módulo fiscal é de 28 hectares.

Na região, tanto a estância quanto a pequena propriedade, historicamente, desenvolveram a pecuária de corte extensiva, diferenciando-a das demais pequenas propriedades camponesas, emergidas a partir da colonização não portuguesa no Rio Grande do Sul.

Para Fonseca (1994), ocorreu uma hegemonia do latifúndio pastoril sobre a pequena propriedade camponesa na Campanha Gaúcha, reproduzindo no seu interior os meios de produção e costumes da estância, “a pequena propriedade rural é uma reprodução mal acabada, mal feita, da propriedade latifundiária. Sua atividade econômica principal, tal qual na estância pastoril, é a criação extensiva de gado de corte” (FONSECA, 1994, p. 84).

Uma questão é certa sobre esses produtores familiares da Campanha Gaúcha. As características quanto à sua origem, ao tamanho, à localização e aos sistemas de produção, ainda não foram claramente identificados. Na realidade, o que existe é uma gama de estudos e pesquisas sobre os produtores familiares das regiões coloniais do Rio Grande do Sul, como os camponeses da uva na serra gaúcha, do fumo na região central, do pêssego no sul e, dos policultores no Alto Uruguai⁶⁷. No entanto, carecemos, de estudos sobre os pequenos proprietários do sudoeste gaúcho, que histórica e socialmente se reproduziram às margens do espaço latifundiário.

Nesse contexto, vale ressaltar o surgimento da pequena propriedade no Brasil.

Quando a chamada colonização estrangeira foi introduzida em nosso país, no primeiro quartil do século passado, já haviam criado as principais premissas para a formação da propriedade camponesa na agricultura brasileira. A luta secular dos pobres do campo pelo direito de acesso a terra havia alcançado significativas vitórias, abrindo brechas cada vez maiores nos redutos outrora invioláveis do monopólio territorial [...] As invasões dos terrenos virgens ou abandonados por multidões de intrusos e posseiros haviam colocado os senhores rurais diante de um fato consumado: agora já não seria possível deixar de reconhecer a posse como uma forma legítima de ocupação da terra. (GUIMARÃES, 1981, p. 121).

A origem histórica do pequeno proprietário da Campanha se reporta para diversos processos sociais, não sendo um fato recente na região. Tanto no período colonial, como nos séculos XIX e XX, existem registros da presença desses pequenos proprietários situados no entorno do espaço latifundiário. Alguns surgiram pela divisão das estâncias em função de heranças, outros eram agregados, mas não chegando a constituir um estrato social expressivo com identidade cultural distinta, como os seus semelhantes das áreas coloniais.

⁶⁷ TAVARES dos SANTOS, J. V. (1978); ETGES, V. E. (1991); PIRAN, N. (1995).

Evidências históricas sobre a fragmentação da grande propriedade foram encontradas na obra de Jacques (2000) *Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul* publicada originalmente no ano de 1883.

As estâncias são estabelecimentos que têm por fim a criação de gados, especialmente vacum, cavalari, muar e lanígero. São elas mais ou menos amplas, podendo assim chamar-se, conforme o tamanho, que em geral é de uma légua⁶⁸ quadrada de campo em diante, suficientemente povoada de gado, até oito, nove, dez ou vinte léguas de extensão; e antigamente havia estâncias de setenta léguas quadradas de campo, podendo ou não existir soluções de continuidade. **Hoje, porém, as divisões por herança e as vendas de retalhos de campo as têm tornando menores.** (JACQUES, 2000, p. 79, grifo nosso).

O autor prossegue fazendo referências muito claras ao processo de cercamento das terras que ocorreu com o advento da lei de terras de 1850, quando a legitimação da posse ganhou status jurídico, ou seja, o verdadeiro proprietário seria aquele que comprovasse por lei sua propriedade.

Ia-nos passando por alto os “alambrados”, cujo aparecimento e emprego, até questões morais poderia suscitar. E, com efeito, a prática das regras morais teria aqui enfraquecido com o uso nas estâncias do novo sistema de cerca de arame ou alambrados, se não fosse o caráter nobre e generoso dos nossos estancieiros, que já tivemos ocasião de pintar. Dispondo eles do fácil meio, **o arame, para fazerem cercas, poder-se-ia pensar que com os campos tapados ficasse a pobreza da campanha sem poder criar também seu gado; mas não sucede assim;** não há na província um só proprietário de campo que julgue de um modo baixo, degradante e egoísta que as terras e as pastagens foram pela natureza só privilegiadas para seus gados, longe de tão indigno modo de pensar acham-se todas essas almas nobilíssimas: honrando sempre nosso grandioso passado, os exemplos de caridade e virtude dos nossos maiores, nenhum estancieiro deixa de proceder de um modo criativo e por conseguinte moralizado, **acolhendo em seus campos, como agregados, muitas famílias pobres, que não só podem aí prosperar o que é seu, como também o que pertence aos seus benfeitores; e é assim que em cada estabelecimento destes, de distância em distância, encontra-se um rancho ou choupana de um agregado ou posteiro, que reponta os gados da estância e evita que alguém os danifique.** (JACQUES, 2000, p. 90, grifo nosso).

Em suas descrições, fica evidente a existência de uma parcela muito pobre de gaúchos, que permaneceram como agregados no interior da estância pastoril. Ao mesmo tempo em que criavam seus próprios animais, ajudavam o estancieiro no cuidado com os rebanhos,

⁶⁸ 1 (uma) légua equivale a 6 (seis) quilômetros.

mantendo seu domínio territorial legitimado pela lei de terras. A nosso ver, aí residem as origens sociais do campesinato tradicional gaúcho.

Martins (1983) referindo-se às origens sociais do campesinato tradicional durante o Brasil colonial ressalta:

[...] o índio e o mestiço entraram para o rol dos agregados da fazenda, excluídos do direito de propriedade, obrigados ao pagamento de tributos variados, desde serviços até gêneros, segundo a época, as circunstâncias e as condições do fazendeiro. [...] Um terceiro grupo veio engrossar e diferenciar o campesinato durante o período colonial: o dos excluídos e empobrecidos pelo morgadio, regime que tornava o primogênito herdeiro legal dos bens do fazendeiro. Isso fazia dos outros herdeiros uma espécie de agregados do patrimônio herdado com base na primogenitura. (MARTINS, 1983, p. 32).

Nesse sentido, era fundamental para o estancieiro gaúcho a manutenção desses agregados no interior das estâncias, pois além de cuidar da criação e do domínio territorial, em muitos casos, também, eram úteis para a produção de gêneros alimentícios necessários para a reprodução da estância. A estância pastoril transformou-se em um sistema de produção dominante, autossustentável em relação à produção de gêneros alimentícios, cultivados com ajuda de alguns negros, mas, também, pelos agregados e posseiros, quando existiam, ou seja, não se diferenciando em muito da lógica dominante do restante do Brasil.

[...] o que basicamente caracterizava os camponeses brasileiros durante todo esse tempo, como produtores de gêneros alimentícios de consumo interno, “lavoura de pobre” como ainda hoje se costuma dizer. Mas não somente os agregados constituíam o campesinato da época. Também havia os sitiantes. Ambos às vezes se confundiam, porque a condição de posseiro dizia respeito à relação jurídica com a terra, quando o camponês tinha a posse, mas não tinha o domínio. O sitiante era o pequeno agricultor independente, dono de um sítio, um lugar na terra, e não de uma sesmaria. Agregados e moradores eram também, no entanto, tidos como sitiantes, já que sua área de roça no interior da fazenda também era definida como sítio, ou roçado. (MARTINS, 1983, p. 39-40).

Estes fatores históricos explicam, se não na totalidade, em partes, o número expressivo de pequenas propriedades encontradas na região em pleno século XXI, e, em muitos casos, permanecem sem a sua devida titulação⁶⁹.

No entanto, há que se ressaltar uma questão. É indiscutível o papel desempenhado pelo colono imigrante (teuto-italiano) na redefinição do espaço agrário do Rio Grande do Sul,

⁶⁹ Informações orais indicam a existência de inúmeros “campinhos”, como são denominadas regionalmente essas pequenas frações de terra, sem a devida titulação de posse, que, em muitos casos, têm dificultado a aposentadoria desses pequenos proprietários.

principalmente, pela introdução de uma nova racionalidade quanto ao uso da terra e organização socioespacial. Mas, sua chegada também representava uma possibilidade de transformar a terra em mercadoria, tornando-se para muitos latifundiários fonte de especulação e lucro, embora seu assentamento fosse inicialmente em terras chamadas devolutas. Assim, os proprietários de terra localizados próximos aos nascentes núcleos de colonização seriam os mais beneficiados com o passar dos anos, principalmente, com a expansão das colônias agrícolas.

No entanto, vamos voltar à realidade encontrada na Campanha Gaúcha nessa época, pois a mesma encontrava-se dominada pelo espaço latifundiário e por um grande contingente de agregados, posseiros marginalizados da posse da terra, diferentemente dos recém chegados colonos teuto-italianos patrocinados pelo governo imperial.

O capital que o Estado pretenda empregar na importação de colonos achamos muito justo que empregue em colônias nacionais, dando-lhes um certo regulamento. [...] Quantos pobres não há aqui que têm o desejo de trabalhar e adquirir, mas não o fazem por falta de terras? **Os ricos podem apropriar-se de terras devolutas, porque não lhes é penoso gastar algum capital para as despesas de uma tal apropriação**; no entanto o pobre há de ficar sempre pobre, porque não tem meios para apropriar-se, nem o governo lhe protege [...]. (JACQUES, 2000, p. 138, grifo nosso).

O autor posiciona-se contrário aos acontecimentos da época, especificamente, em relação à colonização, por reconhecer que existiam, no próprio Rio Grande do Sul, indivíduos privados da posse da terra, ou seja, muitos posseiros, agregados que aos poucos foram expulsos do interior do espaço latifundiário, na medida em que se estabeleciam relações capitalistas de produção no espaço agrário gaúcho.

Talvez residisse o interesse do império, pois a vinda dos colonos imigrantes estava condicionada à produção de alimentos, ou seja, ao estabelecimento de uma atividade policultora para abastecer as demais regiões, coisa que o “camponês” da Campanha não tinha “tradição” por sua histórica formação pastoril e subordinação aos interesses dos latifundiários.

A referida lei [Lei de Terras de 1850], além de proteger o latifúndio, permitiu ao Estado regular a posse da terra e construir regiões de interesse ao avanço do capitalismo. Algumas dessas regiões, como o Rio Grande do Sul, foram instadas a criar núcleos de colonização estrangeira, a partir da pequena propriedade, a fim de gerar uma economia subsidiária ao centro do país, ligado a grande lavoura de exportação. O descompasso existente entre o projeto do governo brasileiro e as condições regionais de atendê-lo levou à necessidade de constante intervenção do aparelho administrativo [...]. (KLIEMANN, 1986, p. 149).

Pébayle (1975) também aborda a contradição encontrada na raiz da formação do espaço agrário gaúcho, com a exclusão de uma parcela de pequenos proprietários que por décadas, antes mesmo da chegada dos imigrantes alemães e italianos, residiam nas margens do espaço latifundiário.

É então, com os menos favorecidos dos habitantes das campinas de pecuária que os colonos mantêm atualmente relações de trabalho. **São os descendentes paupérrimos de antigos criadores, netos de escravos ou longínquos representantes de tribos indígenas há muito tempo dispersas, aqueles que são denominados “caboclos sem terra”,** numerosos atualmente nas orlas das florestas coloniais, morando em casebres de madeira ou “pau-a-pique” ao longo dos caminhos. Para eles, **as oportunidades de emprego se tornaram tão raras nas fazendas de criação** que foram obrigados a oferecer seus serviços aos colonos da vizinhança, quando não migram para as favelas urbanas. Eles são particularmente numerosos nos campos com capões. (PÉBAYLE, 1975, p. 7, grifo nosso).

Evidencia-se, pois, uma relação muito frágil estabelecida e construída historicamente entre os agregados e o estancieiro, uma vez que era muito forte sua ligação com o espaço latifundiário, numa relação de interdependência e de estratégia de reprodução estabelecida ao longo dos anos, como a prestação de serviços ao “legítimo” proprietário das terras.

A presença do trabalho acessório do camponês é outro elemento componente da produção camponesa. Através do trabalho acessório o camponês pode se transformar periodicamente em *trabalhador assalariado*, recebendo salário por período de trabalho. *Essa transformação periódica constitui-se em fonte de renda monetária que suplementa o rendimento com as culturas em suas propriedades.* (OLIVEIRA, 1997, p. 57, grifos no original)

A sua condição de precariedade e de exploração torna-se evidente, pois para reproduzir-se, os camponeses submetem-se, durante um determinado tempo, à vender sua força de trabalho para o estancieiro, ou mais recentemente para o produtor de arroz irrigado. No entanto, o mais importante nessa questão é a presença do camponês em território tradicionalmente identificado como latifundiário. Nesse aspecto, mais uma vez percebemos a marginalização histórica que sofreu o camponês da Campanha Gaúcha.

Os jovens e os solteiros têm assim freqüentes contatos com o exterior. Migrações sazonais os conduzem, no início do verão, às estâncias de pecuária onde constituem as equipes de tosquiadores de carneiros. No fim do verão podem ser encontrados como ceifadores nos arrozais da Depressão Central ou dos terraços lagunares orientais. [...] Os rapazes buscam trabalho também nas planícies vizinhas, mas raramente conseguem abandonar a condição de operários temporários e itinerantes mal

remunerados. Na cidade, fixam-se nas favelas ainda semi-rurais e fazem biscates. (PÉBAYLE, 1975, p. 9, grifo nosso).

Assim, não é raro encontrarmos o pequeno proprietário da Campanha Gaúcha prestando serviços juntamente com os peões da estância, seja troca ou assalariamento, em épocas de marcação, castração e vacinação do gado bovino, tosquia das ovelhas (corte da lã), reforma ou construção dos alambrados (cercas), limpeza dos campos, dentre outros eventuais serviços. E, em contrapartida, o estancieiro cede equipamentos agrícolas, como trator e arado para o cultivo de pequenas lavouras. Para Martins (1983) “favor com favor se paga”.

A troca concebida como troca de favores era estabelecida com base num código de honra, que regulamentava as relações entre um e outro. Não era troca de coisa por coisa, como ocorre nas trocas comerciais características. Era troca de tudo por tudo. Envolveva, por isso, desde as relações materiais, a cessão da terra em troca de parte dos gêneros alimentícios produzidos, até a trama religiosa e do compadrio, pelo qual o agregado colocava seu filho sob tutela e proteção do fazendeiro-padrinho, tecendo uma teia de relações sagradas de prestação e lealdade recíprocas. (MARTINS, 1983, p. 37).

Diferentemente dos pequenos proprietários policultores das regiões coloniais que criam animais em pequenos cercados, para deixar o restante da terra para o cultivo de lavouras, o da Campanha Gaúcha faz o inverso, desenvolve as lavouras em pequenos cercados, pois o restante da terra é destinado à pecuária de corte. Essa é uma das suas principais diferenças, sem falar no contexto histórico de surgimento.

Em função de sua pequena extensão de terra, é usual entre os pequenos proprietários da região o pastoreio de seu gado nos “corredores” (ao longo dos caminhos e estradas). Assim, parte de sua criação permanece dentro da pequena propriedade e a outra, é remanejada para os pastos localizados ao longo das estradas. Exceto as ovelhas, que por se tratarem de animais de pequeno porte têm uma maior capacidade de lotação por hectare que os bovinos⁷⁰.

Outra característica de sua reprodução é a utilização de parcelas de campos pertencentes a outros pecuaristas, e o pagamento, muitas vezes, é realizado com a troca de serviços. Dentre os cultivos desenvolvidos, destacam-se principalmente o milho, a batata-doce e plantas de barços (moranga, abóbora, mogango), cultivados nas chamadas chácaras, pequeno espaço de terra que é cercado no meio do campo.

Evidências de sua importância também são encontradas em resquícios paisagísticos, como as inúmeras taperas⁷¹ existentes no meio dos campos da região. Hoje, o amontoado de

⁷⁰ Enquanto um hectare de pecuária tradicional é utilizado para criar um bovino, no caso dos ovinos essa relação passa para 10 (dez).

⁷¹ Lugar onde houve habitação, casa com arvoredos em abandono, vem do guarani, peron, pelado.

árvores serve de resguardo para os bovinos que povoam as vastas estâncias que se formaram ou “engoliram” essas pequenas propriedades.

Os trabalhos acadêmicos, ao analisarem a presença da pequena propriedade rural na Campanha Gaúcha, levaram em consideração apenas o caráter jurídico da posse da terra. É por isso que, por muitos anos, não se olhou com maior detalhe para esse seguimento, residindo aí o desconhecimento de sua importância na composição da estrutura social regional.

Fochezatto; Triches; Herrleing (2004) denominam o pequeno proprietário da Campanha Gaúcha de “pecuarista familiar”, um pequeno proprietário rural e produtor mercantil pauperizado, cuja parte maior de sua renda real, talvez seja proveniente da comercialização de gado bovino e ovino e a outra parte, é gerada pelos cultivos agrícolas de subsistência realizados pela família.

Dada à importância da pecuária de corte na reprodução dos pequenos proprietários da Campanha, foram lançadas políticas públicas visando reestruturar e fortalecer esse segmento. Trata-se do programa de fortalecimento da Pecuária Familiar. No Rio Grande do Sul, existem aproximadamente 50 mil propriedades que se enquadram nesse programa. A constatação é de que uma parcela significativa de produtores pecuários, apesar de sua baixa renda, não se enquadram nos critérios das principais políticas públicas destinadas à agricultura familiar, sejam elas do *RS Rural* ou do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

De acordo com a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, no segmento da pecuária familiar, a EMATER vem desenvolvendo subprogramas de capacitação, melhoria da produção e infraestrutura. Por solicitação do Grito da Terra 2004, promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), através do Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER), tem-se investido na aquisição de reprodutores bovinos e ovinos, além de incentivar pólos de ovinocultura de lã.

O modo de produção e de vida, tanto dos pequenos proprietários quanto dos estancieiros, tem laços muito fortes com a criação da identidade regional⁷² alicerçada num tradicionalismo que exalta como ícones, os elementos do passado que constituíram a sociedade regional, seja por meio do discurso do gaúcho guerreiro protetor das fronteiras, ou da estância pastoril enquanto unidade produção dominante.

⁷² Maiores detalhes Haesbaert (1988), Oliven (2006).

No que tange às estâncias, algumas foram divididas com o passar do tempo em função da herança, ou tornaram-se ainda maiores. No entanto, outras foram adquiridas pelos agricultores (gringos) que, a partir da década de 1960, migraram para a região em busca de terras para o cultivo do arroz irrigado, verificando-se a aquisição de “antigas” estâncias principalmente daqueles em que o preço do arroz esteve elevado. Assim, passaram das mãos de seus tradicionais proprietários (luso-brasileiros) para as mãos dos agricultores (de origem teuto-italiana). A partir dessa mudança, algumas estâncias passaram a adotar nova racionalidade produtiva, consorciando lavoura-pecuária.

Mas na década de 1990, em vez de serem adquiridas por pessoas residentes na região, passaram para as mãos de grupos empresariais de outras regiões e, até mesmo de outros estados brasileiros. Por isso, muitas propriedades rurais estão nas mãos de pessoas que não residem na região, apenas desenvolvem a atividade produtiva, seja criação de cavalos crioulos, gado de elite, plantação de uvas finas ou, para o florestamento.

2.4 A inserção do granjeiro

A partir da década de 1960, o desencadeamento do processo de modernização da agricultura, com o avanço do sistema capitalista no campo, o Rio Grande do Sul inseriu-se em um novo contexto produtivo, provocando profundas transformações socioespaciais em sua base agropecuária tradicional.

O norte do estado, genericamente denominado de planalto gaúcho, caracterizado por uma produção familiar típica de policultura e de subsistência, cedeu espaços para cultivos comerciais como trigo e soja. O primeiro destinado ao mercado interno e o segundo para o mercado internacional. Nas áreas de campo da Campanha Gaúcha, ocorreu a expansão da lavoura rizícola irrigada e, em menor escala, a da soja.

Brum (1988) destaca que as transformações que ocorreram no campo brasileiro nesse período e, em especial, no Rio Grande do Sul, promoveram uma grande concentração das terras, levando à expropriação de grande parte dos pequenos produtores familiares. Dessa maneira, a terra tornou-se ainda mais concentrada nas áreas de pecuária, enquanto que, nas áreas de colonização, predominantemente agrícolas, começavam a se concentrar, ocorrendo assim, a formação e consolidação das empresas rurais produtoras de soja e trigo.

Em relação a Campanha Gaúcha, Beskow (1986) enfatiza que a expansão da lavoura moderna se deu com a rizicultura irrigada e de maneira diferenciada em relação às demais

regiões produtoras do país, por apresentar o predomínio de certos fatores, como a alta tecnologia empregada na irrigação, o arrendamento capitalista da terra, o trabalho assalariado, a utilização intensiva de meios de produção de origem industrial, a elevada produtividade e o apoio político-econômico institucional.

O período pós 1960, ciclo de grande expansão da atividade econômica que ficou conhecido como “milagre brasileiro”, marca o início da intensificação da modernização da agricultura no Brasil, com especial destaque para o Rio Grande do Sul, que esteve altamente associado com uma política de crédito rural, a baixos custos em função da política de subsídios.

Com a modernização da agricultura, emergiu no Rio Grande do Sul novos atores sociais, os empresários rurais, não necessariamente proprietários de terra, mas que vislumbraram nela uma fonte de produção de riqueza, espaço de geração de lucros e de acumulação. Nesse caso, destacam-se os granjeiros, que no planalto gaúcho dedicaram-se ao cultivo de soja, trigo e milho e, na Campanha Gaúcha, ao cultivo do arroz irrigado e, em menor escala aos demais cultivos.

A empresa rural é identificada no Rio Grande do Sul como *granja*. Assim sendo, o granjeiro é um proprietário ou arrendatário de áreas médias. Trata-se de um grupo social ascendente, nascido com a modernização da agricultura, particularmente pela via trigo-soja, necessitando de trabalho alheio complementar para viabilizar o sistema produtivo de tipo intensivo. (GEHLEN, 1994, p 161).

Para expansão da lavoura empresarial na região, foram assimiladas terras vinculadas à pecuária tradicional, que com o passar dos anos cedeu substanciais espaços para a lavoura empresarial do arroz irrigado, da soja e do trigo. A década de 1980 foi caracterizada pelo processo de despecuarização espacial que, conforme Bezzi (1985), é decorrente de quatro fatores principais.

(1) a disponibilidade de áreas propícias à agricultura amplamente mecanizada (essa condição favorável deve-se à topografia suave da área e à fertilidade dos terrenos); (2) a necessidade de diversificar a produção, no sentido de proporcionar alternativas ao proprietário da terra face às instabilidades climáticas; (3) a euforia do chamado “milagre brasileiro” que proporcionou grande produtividade [...], (4) a falta de subsídios governamentais a que está relegada a pecuária, fazendo com que o pecuarista, através da cessão do solo, obtivesse outras formas de lucro. (BEZZI, 1985, p. 190).

A partir desse processo, pecuaristas e agricultores, que, até então, formavam duas categorias sociais justapostas por suas origens étnicas, tradições culturais e racionalidade

produtiva formaram uma sociedade de “*agricultores-pecuaristas*”. O consórcio lavoura-pecuária é denominado regionalmente de binômio boi/arroz.

Com o arrendamento de parcelas do espaço latifundiário, os pecuaristas historicamente detentores da posse da terra passaram a complementar sua renda, obtida, até então, da pecuária de corte. A partir daí, reestruturaram-se as relações sociais no espaço agrário regional com o surgimento dos granjeiros. Pode-se, assim, de maneira geral identificar claramente três grupos sociais bem distintos: (1) os proprietários fundiários pecuaristas; (2) os granjeiros arrendatários agricultores e (3) os trabalhadores rurais assalariados.

2.5 O arrendamento da terra: estratégia de reprodução do espaço latifundiário

A propriedade privada da terra no Brasil encontra suas raízes na lei de terras de 1850, ocasião em que a terra tornou-se monopólio de uma pequena parcela da população⁷³. A partir da exploração econômica da propriedade privada, gerou-se a renda da terra, também chamada de renda territorial ou renda fundiária. Assim, no modo de produção capitalista, a terra não tem valor, mas tem um preço, e a compra de uma parcela do território dá ao proprietário o direito de cobrar da sociedade a renda que ela pode vir a dar, ou seja, ele compra a renda capitalizada da terra⁷⁴.

O arrendamento da terra é uma forma de se obter renda fundiária, pois os capitalistas que não possuem terras aplicam capital para fazê-las a produzir. No caso da agricultura brasileira, essa prática é anterior ao processo de modernização que começou em meados da década de 1960 em algumas regiões do país, como São Paulo e Rio Grande do Sul.

Conforme Beskow (1986), o arrendamento capitalista na agricultura brasileira desenvolveu-se originalmente na lavoura orizícola irrigada do Rio Grande do Sul. Podemos dizer, então, que desde os primórdios da inserção da lavoura orizícola baseada na produção para o mercado, esta lavoura esteve altamente associada à pecuária de corte e estas duas atividades começaram a dividir espaços, constituindo uma nova forma de exploração da terra. Assim, durante os períodos de crise da pecuária, uma das alternativas era arrendar parcelas de terra para os orizicultores.

⁷³ Maiores detalhes sobre o efeito da lei de terras de 1850, em Silva (1996).

⁷⁴ Maiores detalhes sobre a renda da terra, em Oliveira (1990).

O pagamento da renda fundiária ao estancieiro (proprietário de terras) se faz de várias maneiras, seja o pagamento de uma quantia fixa pré-estabelecida antes da safra por área arrendada, com sacas de arroz ou em dinheiro, até o estabelecimento de uma porcentagem da produção obtida na área arrendada, também paga em sacas de arroz ou dinheiro.

A Campanha Gaúcha, que historicamente possuía sua base econômica na atividade latifundiária pastoril, inseriu-se em um novo padrão de exploração do solo, ou seja, a agricultura capitalista, sustentada basicamente pela orizicultura. Mas, é importante deixar bem claro que esta nova reestruturação econômica não foi capaz de desestruturar o espaço latifundiário, pelo contrário, o pecuarista usufruiu sua condição de proprietário para arrendá-la.

Percebe-se, assim, que o pecuarista explorava sua terra em duas formas bem distintas entre si, mas que em um dado momento se completavam, pois na medida em que a lavoura era colhida e o arrendamento era pago, o pecuarista voltava a colocar sua criação na área anteriormente destinada a orizicultura, não tendo interesse algum em vender suas terras para os agricultores.

[...] os seguintes fatores contribuíram para uma certa rigidez no mercado de terras destas regiões arroseiras: recebimento de uma elevada renda fundiária pela cessão temporária da terra para o arrendatário de arroz, sem o mínimo gasto e esforço e muitas vezes dentro de uma estrutura de fazenda dedicada a pecuária, em que a relação excedente / valor do patrimônio é baixa [...] recebimento ao término do contrato de arrendamento, das benfeitorias construídas pelo arrendatário, especialmente do açude e demais obras destinadas à irrigação. (BESKOW, 1986, p. 165).

A preservação do espaço latifundiário do sudoeste gaúcho, não corresponde, todavia, a um domínio econômico de mesma ordem, já que a produtividade da pecuária não se compara a da agricultura moderna do arroz irrigado, embora na contemporaneidade sejam atividades complementares. No entanto, vários foram os fatores que condicionaram a preservação desse espaço latifundiário regional.

[...] a importância adquirida pelo latifúndio como base do poder econômico e político, na sustentação de uma fração regional de classe [...], o papel secundário da pecuária na política econômica nacional, o que desestimulava sua transformação em atividade de caráter intensivo [...] a crença que predominou entre os estancieiros e que apenas em parte é verdadeira, de que as áreas de campo não são próprias para a agricultura, e de que a pecuária, sendo menos vulnerável às oscilações climáticas da região, teria maior garantia de rentabilidade. (HAESBAERT, 1988, p. 60).

Portanto, a lavoura orizícola não foi capaz de alterar a estrutura fundiária da Campanha, mas representou um novo “ciclo” econômico, o qual foi capaz de substituir o poder econômico da pecuária em detrimento da lavoura altamente capitalista, que dinamizou a economia regional gerando maiores divisas, embora ocupando menos de 10% da área territorial.

A penetração do capital dos “colonos”, através da empresa rural agrícola ou granja, especialmente no setor orizícola, tem sido agente de mais intensa transformação sócio-espacial da Campanha Gaúcha nos últimos anos. Apesar de manter estreito vínculo com a pecuária intensiva, no sentido de corresponder ao mesmo modelo internacional de desenvolvimento capitalista, ela resultou da expansão da empresa rural implantada por descendentes de imigrantes das várzeas do centro-sul do estado. Estabeleceu assim, a articulação definitiva com a zona colonial rio-grandense e fortalece hoje a vinculação externa da Campanha, como mais um produto voltado basicamente para o abastecimento do centro do país. (HAESBAERT, 1988, p. 63).

Evidencia-se que a lavoura moderna rizícola não foi capaz de alterar a estrutura fundiária da Campanha, pelo contrário, ela acentuou a concentração da terra devido à valorização desta em função da modernização da agricultura. Mas, a lavoura comercial foi capaz de subjugar o poder, vigente, até então da pecuária tradicional em detrimento de uma economia mais dinâmica, no caso, da agricultura, gerando mais impostos e, conseqüentemente, dinamizando a economia regional.

Na verdade, a lavoura empresarial deixa a propriedade praticamente intacta, verificando-se apenas um rearranjo no uso do solo. Portanto, ao expandir sobre áreas inseridas no interior do latifúndio, a lavoura empresarial indiscutivelmente beneficia o grande proprietário rural, canalizando para ele, sob forma de renda da terra, parte do excedente gerado. Assim, é possível que em virtude da valorização progressiva da terra, o latifúndio tenta fortalecer-se, o que levaria ao aprofundamento do processo de concentração da propriedade no meio agrário gaúcho. (BEZZI, p. 1985, p.130).

Apesar da terra se concentrar nas mãos dos pecuaristas, alguns agricultores tornaram-se proprietários, na medida em que conseguiram, com o passar dos anos, adquirir terras antes vinculadas somente à pecuária de corte, e que não resistiram às crises da atividade e tiveram na comercialização uma solução para seus problemas econômicos. Mas, em regra geral, a terra continuou concentrada nas mãos dos latifundiários pecuaristas.

A nosso ver, a concentração da posse da terra na Campanha Gaúcha somente foi questionada a partir da década de 1990, com o avanço dos movimentos sociais no campo,

principalmente o MST, forçando o INCRA a realizar vistorias nas diversas propriedades rurais, em função de baixos índices de produtividades, como será abordado mais à frente.

2.6 Características socioespaciais da Campanha Gaúcha

A paisagem da Campanha Gaúcha particulariza-se no contexto do Rio Grande do Sul. É formada por campos e relevo levemente ondulado, denominado regionalmente de coxilhas. Historicamente, a região, desenvolveu uma atividade socioeconômica alicerçada na pecuária de corte extensiva, com criatórios de bovinos e ovinos e, foi colonizada por militares luso-brasileiros, que possuíam a função de proteger e manter as fronteiras do Brasil meridional.

Sobre as potencialidades paisagísticas dessa região, Ab'Sáber (2003, p. 21-22) destaca:

Área de muitas designações: zonas das coxilhas, região das campinas meridionais, Campanha Gaúcha. E, até mesmo, de modo errôneo e puramente literário, e nitidamente por extensão, região dos Pampas. Área de 80 mil km quadrados, aproximadamente. Margem do domínio das pradarias pampeanas e, ao mesmo tempo, padrão bem individualizado de paisagem do subdomínio das pradarias mistas uruguaias, argentinas e sul-brasileiras. Área ecológica típica de zona temperada cálida, subúmida, sujeita a uma certa estiagem de fim de ano. É o domínio das colinas pluriconvexizadas, as quais a tradição convencionou chamar de coxilhas.

Essa paisagem é uma herança não só de processos fisiográficos e biológicos, mas também sociocultural, uma vez que grupos sociais historicamente apropriaram-se desse ambiente para sua reprodução, estabelecendo uma relação que perdura há três séculos.

A região é altamente beneficiada por cenários naturais. Trata-se, talvez, da mais bela área de colinas do território brasileiro. A Campanha é uma espécie de “país” de horizontes distendidos e desdobrados, a perder de vista na direção das fronteiras “castelhanas” do Uruguai e da Argentina. Destacam-se os tons verdáceos claros, em todos os planos e níveis da topografia de coxilhas. (AB’SÁBER, 2003, p. 22).

Até meados do século XIX, a Metade Sul correspondia em termos de ocupação territorial a área mais povoada do Rio Grande do Sul. A emergência de uma classe latifundiária pastoril ocorreu com a doação de sesmarias, organizados em estâncias. Outro momento importante foi a década de 1960, quando ocorreu a expansão da lavoura moderna, principalmente, do cultivo do arroz irrigado via modernização da agricultura, com parcelas do

espaço latifundiário arrendados para a nova atividade. E, na década de 1990, a intensificação dos conflitos fundiários introduziram, na região, os sem-terra por meio de assentamentos rurais.

A sua herança latifundiária manteve rugosidades na organização do espaço, até o início do século XXI, quando ainda se verificam unidades político-administrativas com grandes extensões territoriais, contrastando com outras áreas do Rio Grande do Sul, principalmente, com as que sofreram forte influência da colonização não portuguesa alicerçada na pequena propriedade familiar.

Na Campanha Gaúcha, destacam-se alguns municípios, como Alegrete, Uruguaiana, Sant'Ana do Livramento, São Gabriel e Dom Pedrito, unidades territoriais que desde a sua criação em meados do século XIX não sofreram desmembramentos político-administrativos, exceto alguns casos isolados como Bagé, de onde desmembraram Hulha Negra e Aceguá; São Gabriel, dando origem a Santa Margarida do Sul; e Uruguaiana, dando origem a Barra do Quaraí, explicando, dessa forma, sua forte ligação com uma formação socioespacial alicerçada na hegemonia do latifúndio pastoril (Tabela 2).

Tabela 2 - Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense: municípios, área em km², população urbana e rural, habitantes por km², e data de criação.

Microrregiões	Área/Km²	Pop. total	Pop. rural	Hab./Km²	Criação
Campanha Ocidental					
Alegrete	7.804,0	84.338	9.246	10,7	1831
Barra do Quaraí	1.056,1	3.866	1.013	4,3	1995
Garruchos	779,8	3.676	2.485	4,5	1992
Itaqui	3.304,0	39.770	4.948	11,8	1858
Maçambará	1.682,8	5.035	3.866	3,3	1995
Manoel Viana	1.390,7	6.995	1.725	5,6	1992
Quaraí	3.147,6	24.002	1.942	8,0	1875
São Borja	3.616,0	64.869	7.592	17,9	1833
São Francisco de Assis	2.508,5	20.810	7.065	8,1	1884
Uruguaiana	5.751,8	126.936	8.380	23,3	1846
Campanha Central					
Rosário do Sul	4.369,7	41.058	4.804	9,3	1876
Santa Margarida do Sul	956,1	-	-	2,4	1996
Sant'Ana do Livramento	6.950,4	90.849	6.377	13,9	1857
São Gabriel	5.019,6	62.249	9.014	12,1	1846
Campanha Meridional					
Aceguá	1.549,5	-	-	3,0	1996
Bagé	4.095,5	118.747	21.478	29,3	1846
Dom Pedrito	5.192,1	40.357	4.606	8,0	1872
Hulha Negra	882,9	5.359	2.944	6,9	1992
Lavras do Sul	2.599,8	8.109	3.273	3,1	1882

Fonte: IBGE, (2000), FEEDADOS, (2007).

Org.: Chelotti (2007).

Em função de ser uma região tradicionalmente de pecuária de corte, sua população é bastante rarefeita. Em relação à densidade populacional (hab/km²), possui os índices mais baixos do estado, principalmente na zona rural, chegando à cifra de menos de 1 hab/km², ou seja, quase um vazio demográfico.

Valverde (1985) referindo-se ao desenvolvimento da pecuária no Brasil, principalmente, nas áreas tradicionais destaca que em função dos seus moldes extensivos e à imensa área por ela ocupada, as fazendas de gado são as principais responsáveis pela população rarefeita e pela predominância dos latifúndios na estrutura fundiária brasileira.

No que se refere à população total, somente dois municípios possuem mais de 100 mil habitantes, Bagé e Uruguaiana, mas as outras municipalidades possuem alto índice de urbanização, exceto os municípios recentemente emancipados, como Barra do Quaraí, Garruchos, Maçambará, e Hulha Negra.

Nilo Bernardes (1997), discutindo as bases geográficas do povoamento do Rio Grande do Sul na década de 1950, já apontava que os municípios do sudoeste gaúcho possuíam uma população predominantemente urbana, tendo em vista, que seu modo de produção pastoril estancieiro não comportava muitas pessoas e, os frigoríficos instalados nas cidades da região necessitavam de mão-de-obra para suas atividades industriais.

A expansão da lavoura moderna na década de 1960 exigiu uma mão-de-obra não existente na região. Isso intensificou o fluxo migratório de pessoas, principalmente, das antigas áreas coloniais, não significando uma mudança estrutural no contingente da população rural, que historicamente sempre foi rarefeito.

Na década de 1990, a Campanha Gaúcha passou por um processo de reestruturação em sua base econômica, acirrando as disparidades socioeconômicas no território gaúcho. A crise que afetou esse espaço regional foi marcada pela abertura dos mercados e expansão da fronteira agrícola para outras regiões do país, afetando diretamente o modelo econômico regional organizado nas grandes propriedades rurais e na produção de bens primários para outras regiões do país.

De acordo com o relatório do Plano de Reestruturação Econômica (1997), esse espaço regional, inserido na região fronteira com o Uruguai e Argentina, sofreu ao longo das últimas décadas, principalmente, a partir de meados da década de 1980, um profundo processo de perda de dinamismo econômico, resultado das dificuldades de inserção nos ciclos de expansão da economia brasileira. Há mais de meio século, portanto, a região que já foi palco de empreendimentos pioneiros no estado defronta-se com dificuldades para seu desenvolvimento econômico e social.

Fatores como a descapitalização da pecuária de corte ao longo dos anos, e a situação desfavorável da produção do arroz irrigado em relação ao Mercosul favoreceram a desaceleração da economia regional⁷⁵, repercutindo diretamente nos índices de qualidade de vida de sua população. Ao observar o Idese, que é o somatório dos índices de educação, renda, saneamento e saúde, os municípios da Campanha Gaúcha, somente aparecem a partir da 49 colocação no contexto do Rio Grande do Sul. Destaca-se que internamente, também, existe uma disparidade entre seus municípios no que se refere a tais índices, o que indicaria a baixa qualidade de vida da maior parte de sua população (Tabela 3).

O Rio Grande do Sul possuía no ano de 2003, 496 municípios, sendo que 19 desses fazem parte do sudoeste gaúcho. Ao observarmos a colocação desses municípios no contexto do estado, apenas cinco encontravam-se abaixo da 100 colocação e os demais, acima; muitos, próximos aos últimos lugares.

Schneider e Fialho (2001), em estudo sobre o desenvolvimento agrário e as desigualdades regionais, afirmam existir dois tipos de pobreza rural Rio Grande do Sul, uma denominada de “pobreza histórico-estrutural” e outra, de “pobreza colonial”.

Nesse contexto, os municípios da Campanha Gaúcha enquadram-se na categoria de pobreza histórico-estrutural, sendo a mais intensa e está relacionada à concentração fundiária e às formas de ocupação em que predomina o assalariamento. Os municípios incluídos nessa categoria possuem os piores índices de desenvolvimento social e de qualidade de vida do estado.

A formação socioespacial da região está historicamente associada à doação de sesmarias como estratégia de consolidação das fronteiras do Brasil meridional, pois com a formação das estâncias emergiu uma classe latifundiária pastoril. Na década de 1970, o espaço agrário reestruturou-se via inserção da lavoura moderna, principalmente, devido à expansão dos cultivos de arroz e soja. Ao entrar a década de 1990, o espaço regional passou por significativas transformações na medida em que ocorreu a penetração do MST na região e dezenas de assentamentos rurais foram instalados em antigas estâncias (Fluxograma 3).

Essas características socioespaciais possibilitaram a construção de uma identidade regional assentada em elementos simbólicos da estância, do gaúcho e do gênero de vida campestre.

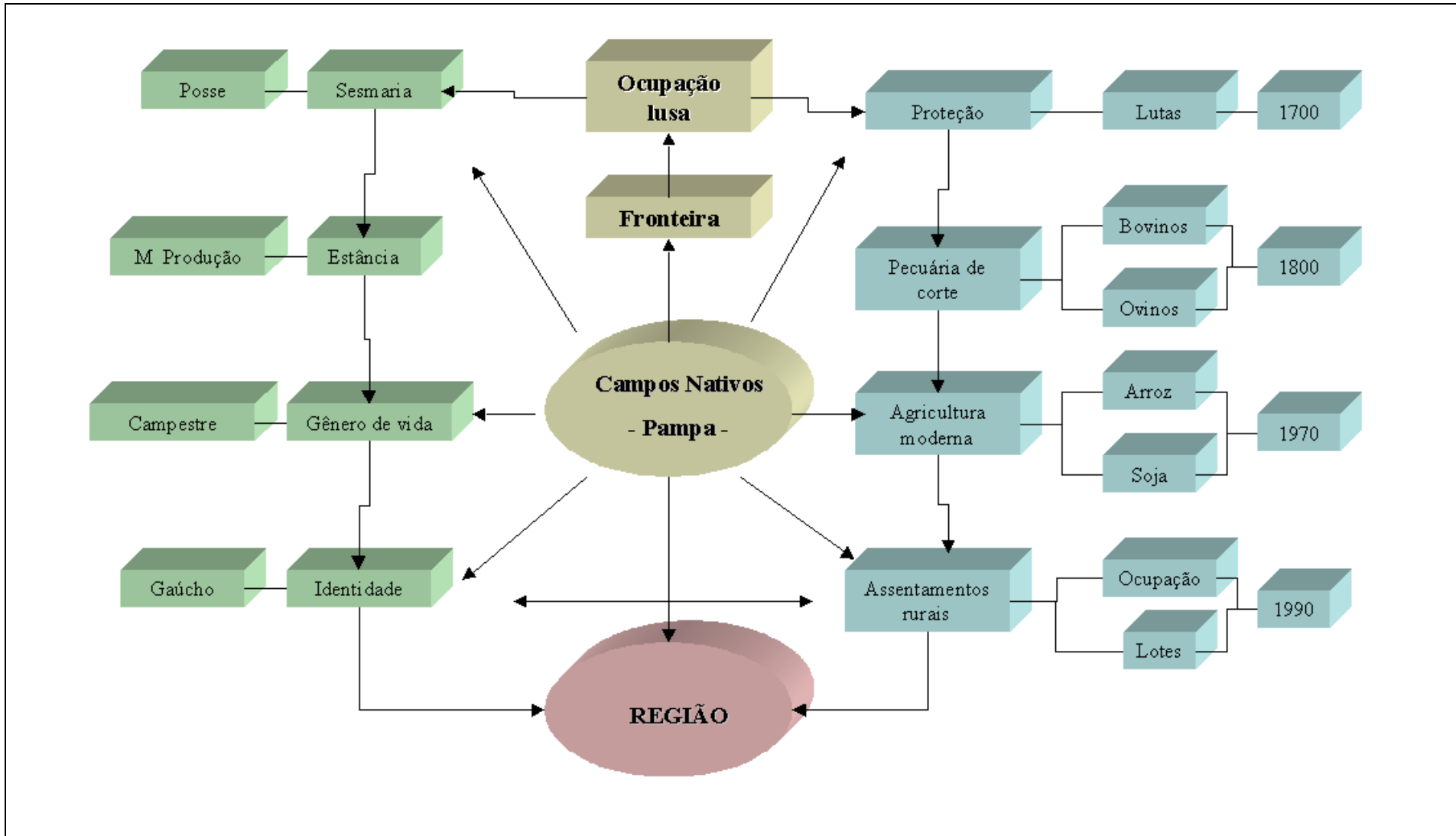
⁷⁵ Maiores informações sobre o declínio econômico da região sul consular Bandeira (1994).

Tabela 3 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: índice de desenvolvimento socioeconômico hierarquizado por município para o ano de 2003

Unidade territorial	Educação		Renda		Saneamento		Saúde		IDESE	
	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem
Rio Grande do Sul	0,853	-	0,769	-	0,565	-	0,841	-	0,757	-
Itaqui	0,832	325°	0,787	95°	0,570	58°	0,878	96°	0,767	49°
Bagé	0,846	255°	0,672	255°	0,709	7°	0,802	489°	0,757	64°
Uruguaiana	0,861	184°	0,706	197°	0,605	45°	0,823	444°	0,749	78°
Quaraí	0,835	304°	0,643	317°	0,659	18°	0,848	286°	0,746	88°
São Borja	0,863	178°	0,705	199°	0,580	54°	0,828	418°	0,744	96
Alegrete	0,870	137°	0,693	211°	0,569	61°	0,830	413°	0,741	101°
Dom Pedrito	0,828	349°	0,718	178°	0,555	70°	0,854	245°	0,739	103°
Sant'Ana do Livramento	0,845	259°	0,639	323°	0,645	27°	0,822	446°	0,738	104°
Lavras do Sul	0,853	231°	0,642	319°	0,626	35°	0,818	455°	0,735	111°
São Gabriel	0,869	146°	0,678	244°	0,565	64°	0,799	491°	0,728	128°
Rosário do Sul	0,860	192°	0,651	297°	0,519	97°	0,824	439°	0,714	175°
Barra.do Quaraí	0,805	426°	0,758	132°	0,411	190°	0,836	362°	0,703	201°
Maçambará	0,833	320°	0,808	64°	0,326	281°	0,813	473°	0,695	219°
Manoel Viana	0,818	385°	0,665	267°	0,437	157°	0,826	434°	0,687	254°
São Francisco de Assis	0,843	269°	0,579	408°	0,399	203°	0,841	332°	0,665	309°
Hulha Negra	0,831	337°	0,721	176°	0,291	308°	0,818	455°	0,665	311°
Garruchos	0,825	363°	0,796	82°	0,218	377°	0,813	473°	0,663	315°
Aceguá	0,844	264°	0,790	91°	0,183	401°	0,818	455°	0,659	326°
Santa Margarida do Sul	0,892	58°	0,716	182°	0,064	457°	0,818	452°	0,623	400°

Fonte: FEEDADOS, (2007).

Org.: Chelotti (2007).



Fluxograma 3 – Campanha Gaúcha: elementos que constituem a sua formação socioespacial de 1700 a 1990.

Org.:Chelotti(2007)

Na contemporaneidade, a Campanha Gaúcha, uma expansão do bioma Pampa⁴⁷, tornou-se sinônimo de “região pobre” em função de suas características estruturais e da maneira como se inseriu na divisão internacional do trabalho, diferentemente do Pampa argentino, que se tornou sinônimo de “região rica” e de dinamismo econômico. Mesmo possuindo uma mesma paisagem natural, quando da chegada dos espanhóis e portugueses, os processos históricos produziram diferentes paisagens entre o Pampa gaúcho e o argentino.

2.7 Pampa argentino: das estâncias pecuaristas ao agronegócio da soja⁴⁸

O território onde se encontra inserido o bioma Pampa foi palco de disputas entre duas coroas: a portuguesa e a espanhola. Tanto é que por muitos anos as fronteiras políticas dessa região foram instáveis, ora avançando para o domínio castelhano, ora regredindo, o mesmo para a coroa portuguesa. No âmbito da colonização, portugueses e espanhóis imprimiram suas características socioculturais, seja na arquitetura, nos costumes, no modo de vida. Assim, nos primórdios da ocupação ibérica na região, o gênero de vida predominante era o mesmo, ou seja, o gaúcho estancieiro e suas representações sociais.

A Campanha, região brasileira do pampa, constitui sempre um ponto de contato fácil entre colonizadores portugueses e espanhóis. Desde o início das respectivas penetrações, uns e outros se dedicaram quase exclusivamente à pecuária. [...] **De um lado e do outro da fronteira, existiu sempre o mesmo gênero de vida de grandes proprietários criadores.** Nestas estâncias a agricultura era uma atividade desprezada entregue aos cuidados de alguns escravos lavradores. Para os primeiros

⁴⁷ **Pampa** é um nome de origem quechua genericamente dado à região pastoril de planícies com coxilhas, entre o estado brasileiro do Rio Grande do Sul, as províncias argentinas de Buenos Aires, La Pampa, Santa Fé, Entre Ríos e Corrientes e a República Oriental do Uruguai. É também chamado de **campos**. Ecologicamente, é um bioma caracterizado por uma vegetação composta por gramíneas, plantas rasteiras e algumas árvores e arbustos encontrados próximos a cursos d'água, que não são abundantes. Comparados às florestas e às savanas, os campos têm importante contribuição na preservação da biodiversidade, principalmente por atenuar o efeito estufa e auxiliar no controle da erosão. Na parte brasileira do bioma, existem cerca de três mil espécies de plantas vasculares, sendo que aproximadamente 400 são gramíneas, como capim-mimoso, pelo menos 385 espécies de aves, como pica-paus, caturritas, anus-pretos e 90 espécies de mamíferos terrestres, como guaraxains, veados, tatus. No Brasil, é um bioma ameaçado. O clima da região é o subtropical, que caracteriza-se por temperaturas amenas e chuvas com pouca variação ao longo do ano. O solo em geral é fértil, sendo bastante utilizado para a agropecuária. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pampa>).

⁴⁸ Contribuições do estágio realizado de 13 de março a 16 de maio de 2008, no *Programa de Economías Regionales e Estudios Territoriales (PERT)*, vinculado ao Instituto de Geografía da Universidad de Buenos Aires (UBA) Argentina, sob orientação da profa. Dra. Mabel Manzanal.

ocupantes, como para a maioria de seus descendentes atuais, o pampa só podia abrigar uma atividade ligada à excepcional riqueza de seu tapete vegetal: criação extensiva. [...] Desta evolução que se prende ao mesmo tempo à história de uma fronteira e a um meio natural singular, a Campanha herdou, no século XX, paisagens rurais e técnicas de exploração do solo únicas na Federação brasileira. (PÉBAYLE, 1968, p. 18, grifo nosso).

Apesar dos traços socioculturais em comum, que são verificáveis até na contemporaneidade, existem muitas diferenças entre o Pampa gaúcho e o argentino. Questões estruturais, como as nítidas racionalidades entre os estancieiros gaúchos e argentinos, imprimiram um ritmo produtivo diferente em distintas áreas do Pampa. O mesmo Pampa, inseriu-se diferentemente na divisão internacional do trabalho, de um lado alguns estancieiros preservaram certa tradicionalidade (para não dizer conservadorismo), enquanto outros inseriram-se nas teias da modernidade. Essas considerações são fundamentais para entendermos, na contemporaneidade, os rumos tomados de um lado e do outra da fronteira.

Freqüentemente encontramos alusões comparando a região pastoril rio-grandense mais importante, a Campanha, ao Pampa argentino. Fala-se mesmo, muito a miúdo, nos “pampas gaúchos” com referência à Campanha. **Entre as duas, todavia, existem diferenças fundamentais** bem conhecidas daqueles que mais detidamente estudaram as duas regiões em confronto. [...] Os estancieiros do Pampa úmido argentino quando em meados do século passado, passaram a ter grandes lucros com a criação, demonstraram grande interesse na mão-de-obra barata e abundante constituída pelos imigrantes europeus que aportavam ao país. Intensificaram os proprietários, a seleção de melhores raças de corte e foram demonstrando interesse cada vez maior na obtenção de forragens e na formação de pastagens artificiais. [...] Nada de semelhante aconteceu nos campos rio-grandenses. Por motivos que antes de tudo decorrem da mentalidade preconcebida dos criadores, a fase agrícola que se instaurou não contribuiu para o progresso das estâncias e o aprimoramento dos métodos de criação. (BERNARDES, 1963, p. 6, grifo nosso).

Embora nosso objetivo seja identificar as transformações socioespaciais em curso no Pampa argentino, principalmente a partir do avanço do agronegócio da soja, merece destaque uma pequena consideração sobre a geografia regional argentina, marcada por uma rica diversidade socioespacial, que, muitas vezes, é encoberta pela construção de uma identidade nacional alicerçada apenas na imagem do Pampa.

Para Manzanal (1995), a desigual conformação espacial da Argentina em certas áreas se acentuou com o tempo. Suas diferenciações espaciais são de antiga data e hoje expressam formas particulares de predomínio e de penetração capitalista em cada região argentina. Nesse contexto, a autora divide o país em três grandes regiões: *(a) região de desenvolvimento capitalista dinâmico*, *(b) região de desenvolvimento capitalista limitado*, e *(c) região de desenvolvimento capitalista misto*.

Así la región pampeana tiene una antigua inserción capitalista que se filtró en todos sus principales procesos productivos, de donde su desarrollo social y económico en mucho se asemeja al típico de zonas similares de las economías centrales desarrolladas. De aquí que las provincias pampeanas centrales (Buenos Aires, Córdoba y Santa Fé) integran el grupo que identificamos como el área de **desarrollo capitalista dinámico**, en cual incorporamos también a Mendoza, por sus similares características en el desarrollo capitalista. [...] El caso de las provincias localizadas en el norte y oeste (excepto Mendoza) que comparten, en general, una antigua ocupación de su territorio, que data de la época colonial, y aún anterior. A este conjunto regional lo denominamos área de **desarrollo capitalista limitado**, porque la penetración capitalista en la región es escasa y lenta [...] Finalmente están las áreas de nueva inserción en el sistema nacional: se trata de la región comúnmente conocida como Patagônia (norte y sur) que recién con la campaña al desierto a fines del siglo pasado se incorpora a la organización socioeconómica y productiva argentina. En su desarrollo productivo combina formas capitalistas avanzadas y tradicionales, de aquí que a este área la denominamos de desarrollo capitalista mixto (MANZANAL, 1995, p. 10-12-13, grifo no original).

Desde a chegada dos espanhóis, até o início do século XXI, a paisagem pampeana sofreu profundas transformações, acompanhando os distintos momentos da geografia econômica argentina. Aquele horizonte profundo e monótono da planura pampeana, outrora formada por um vasto campo natural, ocupado pelos índios e animais selvagens, foi sendo incorporado ao domínio espanhol de acordo com as demandas da coroa. Assim, além da função portuária, a foz do Prata também foi responsável por abastecer a Europa de carne, lã e, posteriormente, cereais.

A paisagem formada por excelentes campos nativos favoreceu o desenvolvimento de uma pecuária de corte, responsável por projetar a Argentina no cenário mundial, principalmente, abastecendo o mundo em guerra com carnes produzidas na pampa, que eram escoadas pela vasta rede ferroviária no interior do país e que se conectava com o porto de Buenos Aires.

Em função do clima temperado, boa qualidade do solo, e facilidade na mecanização, o pampa foi utilizado para o cultivo de cereais, principalmente, o trigo. Embora a terra estivesse concentrada nas mãos dos *terratenientes* (latifundiários), o arrendamento para os *chacreros* (pequenos produtores), em sua maioria imigrantes europeus, especialmente italianos, transformou o pampa num grande “celeiro”, para o cultivo de trigo, milho e soja. O Pampa transformou-se em sinônimo de “identidade” da Argentina, em função de concentrar o coração econômico e político do país.

A economia Argentina, portanto, desenvolveu-se extremamente dependente do setor agropecuário para a geração de divisas, principalmente, da produção de carnes e grãos provenientes das férteis planícies da região pampeana. A formação da burguesia rural argentina, a classe *terrateniente*, esteve associada ao domínio espanhol no Prata, onde a posse da terra se deu a partir de grandes extensões, típica de países com herança colonial na América Latina.

A região pampeana possui uma forte tradição agropecuária, principalmente, na vanguarda do melhoramento genético do gado de corte. A sua projeção no mercado internacional deu-se na medida em que abasteceu o mundo em guerra com a carne produzida na Pampa. No âmbito da agricultura, tornou-se uma grande produtora de trigo, cultura de inverno, e também com grande demanda pelo mercado internacional.

Em relação ao cultivo da soja na Argentina, pode-se dizer que os primeiros cultivos ocorreram na década de 1960, principalmente, quando agricultores pampeanos interessaram-se por seu cultivo devido aos altos preços da leguminosa no mercado internacional. A partir daí, observaram-se profundas mudanças na produção agrícola argentina, principalmente, a substituição do cultivo do milho pela soja.

La expansión de la fase agraria del complejo sojero se relaciona y retroalimenta con la expansión de su etapa industrial, derramando sus efectos sobre las actividades colaterales. Esto ha provocado un intenso *proceso de reorganización espacial*, en la zona próxima al hinterland de Rosario, surgido a partir de la articulación de la producción primaria con la industrial y aprovechando las oportunidades del mercado mundial. (PENALTA, 1998, p. 134).

Não há como negar que o campo argentino, principalmente, o pampeano tem passado por significativas transformações socioespaciais no decorrer das últimas três décadas. A principal transformação é na sua paisagem, provocada pela substituição e incorporação de

novos cultivos, como é o caso da soja, conquistando cada vez mais antigos territórios da pecuária.

La breve historia de la producción sojera en Argentina es realmente notable: de un cultivo prácticamente desconocido en la década del 70 pasó a ser el primer producto agrícola del país, cubriendo más de 12 millones de hectáreas que generaban unos 35 millones de toneladas para el año 2003, casi triplicando la productividad por unidad de terreno. La expansión sojera produjo un agudo proceso de agriculturización en la pampa, apartándose de la habitual oscilación entre agricultura y ganadería que caracterizaba sobre todo a los grandes productores. Mucha de la tierra antes utilizada para la ganadería a campo fue transferida a la producción sojera, mientras el ganado o bien se concentraba en *feed lots* o era desplazado hacia las provincias peripampeanas. (REBORATTI, 2006, p. 180).

Outro fator importante para compreender o processo de avanço do cultivo de soja sobre as demais atividades agropecuárias, é o avanço da fronteira agrícola em direção às regiões extrapampeanas. Nesse quesito, existe uma enorme semelhança com a realidade brasileira, principalmente, se pararmos para pensar o que eram as áreas de Cerrado a menos de trinta anos. As típicas paisagens do Pampa e do Cerrado cada vez mais se apresentam com paisagens do passado, pois a lógica do presente é torná-las cada vez mais homogêneas, ou seja, paisagens da soja.

La expansión sojera, hambrienta de tierras y aprovechando los bajos precios relativos, comenzó a expandirse hacia el norte. Ya a fines de la década del 80 la soja había penetrado en los campos recién deforestados del Umbral al Chaco, siguiendo a la producción porotera y alcanzando a principios de los 90 la frontera boliviana. Pero los últimos años vieron también expandirse la soja hacia el noreste, sobre todo sobre la llanura chaqueña. (REBORATTI, 2006, p. 181)

Estudos demonstram que a produção da região pampeana (carnes, grãos e seus derivados) ocupa um lugar hegemônico ao contribuir com 80% das exportações de origem agropecuária. Nos últimos anos, tornou-se evidente o avanço da agricultura sobre a pecuária, principalmente, com a expansão da produção de soja e dos derivados do complexo oleaginoso sobre as demais atividades agrícolas e de pecuária.

O avanço do cultivo de lavouras transformou a racionalidade da pecuária de corte, setor econômico importante na economia e alimentação nacional. Em muitos casos, a pecuária de corte passou a utilizar o sistema de confinamento, maximizando o uso da terra a fim de disponibilizar mais espaços para a rentável exploração agrícola.

No que se refere à produção agrícola, ao contrário do que se pensa, não ocorreu diversificação, pelo contrário, cultivos como milho, trigo e girassol perderam significativos espaços para a soja. Diferentemente dos tradicionais pecuaristas pampeanos, os agricultores dedicados ao cultivo da soja não possuem a posse da terra, realizando o arrendamento das mesmas.

Los grandes productores sojeros prefieren arrendar la tierra en vez de poseer grandes superficies, lo que les permite concentrar la inversión de capital en tecnología de maquinaria y La compra de insumos. La no posesión de la tierra hace posible adoptar estrategias geográficas de disminución de riesgo climático, precionar libremente sobre los recursos naturales e influir en el mercado de tierras en alquiler. (REBORATTI, 2006, p. 181).

Essa nova função do pampa argentino transformou significativamente sua típica paisagem. Em relação à paisagem, nada de Pampa, pelo menos em seu estado “natural”, observamos de Buenos Aires à Córdoba⁴⁹ um mar, ou melhor, dizendo um deserto de soja. O que mais chamou atenção foi a homogeneidade da paisagem, quase tudo soja, salvo a sede das antigas estâncias, agora transformadas em empresas capitalistas.

No entanto, considerar os agricultores da região pampeana como um grupo homogêneo seria um pouco simplista, uma vez que existe uma diversidade de sujeitos envolvidos. Os produtores de grãos e cereais compõem um grupo bastante heterogêneo, estando lado a lado os pequenos produtores (até 200 hectares), os médios (até 1000 hectares) e os grandes (mais de 1000 hectares). Além, é claro das empresas agropecuárias de capital internacional, que depois da crise de 2001, começaram a adquirir terras no Pampa para o cultivo da soja.

O elemento unificador de todos esses sujeitos é, sem dúvida, a alta tecnologia empregada no cultivo das lavouras. Por sinal, essa foi uma das características que projetou o Pampa argentino no cenário mundial de exportação de grãos no século XX. As características ambientais associadas à planície, fertilidade natural do solo, ausência de vegetação arbórea, favoreceram a mecanização de sua agricultura, incorporando cada vez mais maquinarias no cultivo de suas lavouras.

⁴⁹ Durante a Páscoa de 2008, saí de Buenos Aires em direção ao interior do país, especificamente para conhecer a província de Córdoba, região central da Argentina. A viagem de ônibus de Buenos Aires até Córdoba tem duração de dez horas, nas quais a única paisagem que observei foi um “mar” de soja até o destino da viagem.

Em função dos altos preços internacionais dos alimentos, a exportação de produtos agropecuários tornou-se a “menina dos olhos” do agronegócio pampeano que, de certa maneira, é sinônimo de soja. A conciliação entre produção de alimentos para o mercado interno, com baixos custos para a classe trabalhadora e a crescente valorização dos grãos, em especial da soja, no mercado internacional, é o grande gargalo dessa política macroeconômica, que tenta sustentar-se na exportação de produtos agrícolas para o mercado internacional.

Especialistas são taxativos ao dizer que, nos últimos cinco anos, a economia argentina esteve num período de forte crescimento econômico, impulsionado fortemente pela alta cotação do dólar e pela crescente demanda internacional de grãos. É por isso, que o “campo argentino”, ou melhor, dizendo, segmentos do agronegócio, têm se mostrado descontentes com a política governamental de aumento das taxas retenções de produtos agropecuários destinados a exportação vigente. Os reflexos foram os inúmeros protestos em diversas províncias argentinas, com o trancamento de rodovias, que objetivavam desabastecer de alimentos a Capital Federal e a grande Buenos Aires, e assim, pressionar o governo para atender reivindicações dos produtores rurais.

Mas, existe uma outra geografia do campo na Argentina. Genericamente, associamos o campo argentino como sendo o Pampa. Em parte, é verdade, pois foi a partir dele que o país se projetou economicamente no mercado mundial. Também é verdade que a “identidade” predominante no país está associada ao *gaucho* e a seus elementos simbólicos. Mas o que predomina no campo argentino é uma heterogeneidade socioespacial, fruto de uma diversificada geografia “natural” e “social”.

Por isso, é muito comum na literatura a terminologia “extrapampeana”, ou seja, os espaços que estão além da Pampa. O campo extrapampeano revela uma Argentina para além do espaço latifundiário, embora este esteja presente por todo país, como em toda América Latina. Uma Argentina “campesina”, principalmente, em sua porção andina representa a grande diversidade sociocultural que, muitas vezes, é negligenciada. Por décadas, os *pueblos originários* foram relegados a segundo plano, como se não fizessem parte do agro argentino.

No se puede decir que la crisis por la que pasaron y pasan las economías del interior Del país hayan afectado seriamente al sector campesino e indígena, ya marginados históricamente y con cientos de años de exclusión . Sobrevivieron a esta especie de crisis estructural por su capacidad de auto-

sustentación. Incluso, se podría decir que desde una perspectiva histórica están en mejor situación que antes [...] (REBORATTI, 2006, p. 183).

Nas últimas décadas, principalmente, após a ditadura militar da década 1970, expandiu-se para outras regiões o que os argentinos denominam de processo de *pampenización*. Isso significou a expansão da fronteira agrícola argentina e a incorporação de áreas localizadas ao norte, proximidades com o Chaco, à lógica capitalista de produção de grãos, principalmente a soja. Assim, capitais da chamada “Pampa húmeda” foram aplicados nessas áreas de expansão da fronteira agrícola, reproduzindo o sistema de exploração da terra existente no pampa.

A partir de 2001, a Argentina vivenciou uma séria crise econômica, em função do fracasso do plano de convertibilidade, o dólar em alta favoreceu ainda mais a expansão do cultivo da soja em áreas “extrapampeanas”, principalmente, no Chaco árido verificando-se um acelerado processo de desmatamento.

O interessante é observar que essa lógica também ocorreu no Brasil, quando no início da década de 1980, o cultivo da soja migrou do Sul do país para outras regiões, principalmente, para as áreas de Cerrado e, mais recentemente para a Amazônia. O desmatamento e os impactos socioambientais foram inevitáveis, embora acompanhados por um aparente crescimento econômico.

Nos últimos anos os “sojicultores” argentinos têm se beneficiado pelas alta do dólar e do euro, que favorecem a exportação de soja para o mercado internacional, principalmente, para a Europa e China. Existe uma estimativa de que os campos argentinos sejam responsáveis por alimentar cerca de 300 milhões de pessoas.

A exportação desenfreada, justificada pela enorme demanda mundial, provocou uma crescente subida nos preços dos alimentos, e o desabastecimento para algumas agroindústrias. Em decorrência disso, o governo argentino tem, desde o início do ano de 2008, anunciado mudanças nas taxas de exportações, para prevenir o desabastecimento interno, como baratear a alimentação e ao mesmo tempo reduzir a inflação.

O campo argentino é marcado por grandes contradições. O país que historicamente abasteceu o mundo com carnes e grãos encontra-se num momento de aparente escassez e subida nos preços dos alimentos. Um dos fatores causadores desse processo pode ser a substituição de alguns cultivos considerados básicos, por outros mais lucrativos no mercado internacional.

O combate à monocultura da soja que domina a atual paisagem pampeana e, dia-a-dia expande-se para áreas ao norte nas proximidades do Chaco é pauta importante nas discussões dos movimentos sociais. Mas, contraditoriamente, o agronegócio da soja tem garantido as altas taxas de crescimento da economia argentina nos últimos anos. No entanto, provoca profundas transformações sociais, como o desaparecimento de milhares de camponeses, o despovoamento dos campos, além da crescente homogeneização da paisagem pelo avanço do cultivo.

O tema é bastante complexo⁵⁰ e deve ser compreendido além da escala nacional, uma vez que a nova ordem internacional associada à expansão do mercado de soja, bem como sua demanda para a produção de biocombustíveis, impõe sua lógica a países como a Argentina, tornando-os reféns das demandas do mercado internacional e colocando em cheque a soberania nacional.

O bioma do Pampa que caracteriza o cone sul da América, cobrindo parte significativa do Rio Grande do Sul, o Uruguai e a Argentina foi incorporado na divisão internacional do trabalho como um grande produtor de carnes, provenientes de seus campos naturais. A pecuária de corte extensiva, cada vez mais, cede espaços para uma pecuária altamente tecnificada e conectada com mercados globais, alterando a fisionomia dos campos naturais para campos artificiais com o cultivo de forrageiras e novas variedades de pastos. A agricultura moderna introduzida, a partir da década de 1970, imprimiu novas paisagens ao Pampa, onde os retalhos e os retângulos cultivados marcaram um novo momento econômico. Agora, a tônica é dada pela eficiência do agronegócio arroseiro e sojicultor que extraem do Pampa altos índices de produtividade. Mais recentemente, novas paisagens se formaram com a instalação de assentamentos de reforma agrária e com cultivo da silvicultura. O Pampa e sua paisagem característica não estão imunes as transformações que ocorrerem na sociedade, pelo contrário, é na paisagem que se refletem às transformações socioespaciais.

O equilíbrio atingido e que reconhece a preservação de animais e plantas foi desenvolvido em trezentos anos de ocupação da pecuária extensiva, com a presença do pastoreio, das queimadas, como rebanhos ovino, bovino e cavalar. O que garantiu este equilíbrio foi o baixo nível de intervenção técnica, a forma de manejo da exploração do campo. Entretanto, ficou

⁵⁰ Destacamos a dificuldade de analisar a geografia agrária de outro país, pois dois meses não são suficientes para compreender toda uma formação socioespacial e suas especificidades marcadas por conjunturas políticas e econômicas específicas. Por isso, enfocamos nossas impressões pessoais, embora tangenciadas por leituras sobre as recentes transformações quanto ao uso e apropriação do campo argentino em tempos de globalização.

defasado em relação ao movimento total da sociedade se tornando área de declínio econômico e êxodo rural. Qualquer outra atividade que venha substituir esta irá modificar a paisagem, pois foi a atividade pecuária extensiva que moldou o pampa. (FONTOURA, 2006, p. 15).

Nesse início de século XXI, o Pampa não se apresenta exclusivamente como uma paisagem dominada por vastas formações campestres. Nesses 300 anos, a ação humana moldou a paisagem de acordo com as atividades e os “ciclos” econômicos. Portanto, na contemporaneidade, evidenciamos um descompasso entre a concepção do Pampa presente no imaginário social e reforçado pelas letras das músicas tradicionalistas exaltando uma paisagem apenas formada por estâncias e gaúchos, e o Pampa “real”, com suas diversidades e contradições, resultantes de uma sociedade em movimento que se produziu de maneira desigual e contraditória.

Na atualidade, o Pampa é sinônimo de diversidade, território das contradições, do tradicional e do moderno, do latifúndio e do minifúndio, do estancieiro e do camponês, da pecuária e da agricultura, da cidade e do campo, do rico e do pobre, do rápido e do lento, do luminoso e do opaco. Mas, reconhecemos que não há como negar toda uma identidade construída e reafirmada por elementos simbólicos do Pampa e de suas gentes.

Nesse sentido, identificamos que, no decorrer da década de 1990, o Pampa argentino caracterizou-se pela expansão e territorialização do agronegócio da soja, capturando espaços até então destinados à pecuária e a cultivos como girassol e milho. No decorrer do trabalho, aprofundaremos as análises sobre as transformações socioespaciais no Pampa gaúcho que se caracterizou pela territorialização da luta pela terra, promovida pelas ações do MST no coração do latifúndio pecuarista rio-grandense.

2.8 Campanha Gaúcha: dinâmica da agropecuária regional no pós 1990

2.8.1 A pecuária de corte

Como vimos em itens anteriores, a presença do gado bovino na região remonta o século XVI, sendo introduzido pelos padres jesuítas com a formação das estâncias, passando pelo ciclo do couro, do charque, melhoramento dos rebanhos, indústria frigorífica. A atividade pastoril, embora desenvolvida nas vastas pradarias do pampa (argentino, uruguaio, e

rio-grandense), somente se equiparou, em termos de modernidade, aos vizinhos platinos na década de 1990.

A vida da estância rio-grandense assemelha-se a dos estabelecimentos de criação extensiva do Uruguai e da Argentina. Nelas o abstencionismo do proprietário é cada vez mais acentuado. Substituído por um gerente, denominado de “capataz”, o dono da estância vive frequentemente na cidade onde possui casa confortável e por vezes exerce outra atividade (comércio, escritório de venda de gado). (PÉBAYLE, 1968, p. 24).

A Campanha Gaúcha consolidou-se como a principal área de pecuária de corte do Rio Grande do Sul, sendo seus principais rebanhos, os bovinos e ovinos. Historicamente desenvolvida de maneira extensiva, com relações de produção centenárias. Mas, o período correspondente à década de 1960 marca uma nova reestruturação no espaço agrário gaúcho com o avanço da modernização, mas atingindo somente a agricultura e não a pecuária, modificando assim, as relações de produção até então vigentes no campo, onde áreas de lavouras avançaram sobre áreas de pecuária tradicional.

As figuras clássicas do estancieiro e do peão gaúcho pouco se modificaram no decorrer dos últimos 300 anos [...] Até hoje, o criador gaúcho em quase nada alterou a paisagem natural [...] O gado das raças inglesas criado na Campanha alcança, em média, um peso muito superior ao do Brasil tropical [...] Não se deve concluir daí, apressadamente, que sistemas pastoris intensivos tenham sido adotados na Campanha. Perdura ainda o pastoreio permanente em pastos brutos, muitas vezes misturados os bovinos com carneiros. O pessoal empregado, numa estância reflete bem como são extensivas as técnicas: 1 a 2 peões cuidam o gado de uma fazenda de criação com 1.000 hectares! (VALVERDE, 1985, p. 209).

Embora a introdução de raças européias já ocorresse desde o início do século XX, principalmente por influência da pecuária platina, provocando uma melhora significativa na genética dos bovinos, os manejos dos rebanhos e dos campos permaneciam quase inalterados, reproduzindo um sistema de produção tradicional⁵¹. A modernização da pecuária somente ocorreu na década de 1990, principalmente associada às cabanhas⁵².

Para Fontoura (2003), o processo de modernização estimula a lavoura e não a pecuária bovina. Portanto, não há, até a década de noventa, um salto qualitativo no sistema de

⁵¹ A introdução de novas raças a partir de 1870: Hereford, Aberdeen-Angus e Charolais. Com o passar do tempo, foram realizados cruzamentos genéticos, resultando: Braford, Polled Hereford, Red Angus, dentre outras.

⁵² Do espanhol **cabaña**. Estabelecimento moderno e especializado para a pecuária, com sistemas aperfeiçoados de criação das espécies ovinas ou bovinas, geralmente vinculada a produção de matrizes e reprodutores, com alto padrão genético e zootécnico.

produção pecuário bovino no Rio Grande do Sul. A partir de então, algumas empresas e filhos de estancieiros com formação acadêmica, começaram a introduzir um novo sistema de gerenciamento, representando uma mudança de paradigma na produção pecuária.

Com um rebanho geneticamente melhorado, a pecuária regional obteve um salto qualitativo, mas encontrando estrangulamento no tempo de abate, ou seja, em torno de quatro anos. As novas exigências do mercado são de carnes mais precoces. Há, pois, necessidades como diminuição no tempo de abate para menos de dois anos, melhoria dos campos nativos, consorciada com a lavoura empresarial. Por isso, a integração lavoura moderna-pecuária se consolidou cada vez mais na região. Após a colheita do arroz nas várzeas e da soja nas coxilhas, intensificou-se o cultivo de forrageiras nas restevras, garantindo uma alimentação de qualidade no período de inverno, pois com as geadas, os campos nativos ficavam danificados.

Foutoura (2004) destaca a mudança de ritmo e racionalidade na pecuária da Campanha Gaúcha, onde as decisões tomadas no campo passaram a considerar interesses de atores sociais da cidade, como a indústria, varejo e associações de produtores. Portanto, o epicentro das decisões está na cidade, não mais no campo. Assim, as cidades que são circundadas por zonas rurais tecnologicamente mais avançadas passaram a prestar serviços especializados e as sedes urbanas circundadas por atividades tradicionais tendem a refletir o ritmo e a racionalidade da produção predominante, diferenciando-se do modelo urbano-industrial.

Um exemplo do processo de consolidação da modernização da pecuária de corte gaúcha foi a criação da Associação dos Produtores de Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (APROPAMPA) na década de 1990, formada por produtores rurais, indústria frigorífica, varejo e outros agentes ligados à cadeia da bovinocultura de corte, cujo principal objetivo é a preservação e proteção da indicação geográfica da carne, couro e derivados do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional.

Destacam-se como objetivos da associação: (a) dispor ao consumidor produtos da pecuária bovina de corte com garantia de origem e qualidade – certificação de origem; (b) agregar valor aos agentes envolvidos na cadeia produtiva da pecuária bovina de corte através da implementação de processos de qualidade; (c) incentivar a pesquisa em pecuária bovina de corte, assim como a qualificação dos produtos carne, couro e seus derivados; (d) desenvolver ações que promovam a organização e preservação do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, promovendo estudos e agindo junto às autoridades competentes para o atendimento deste objetivo; e, (e) estimular e promover o potencial turístico da região, bem como o aprimoramento sociocultural dos associados, seus familiares e comunidade em geral.

Uma das grandes apostas da associação é a denominação de origem da carne com Indicação Geográfica⁵³, ou seja, identificado com o nome da região o produto cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos. Esse fenômeno teve início com certos produtos, como os vinhos, nos quais o efeito dos fatores naturais era mais evidente. Alguns exemplos de Indicações Geográficas são: o Champagne, vinho espumante proveniente daquela região francesa; os vinhos tintos da região de Bordeaux, o presunto de Parma, os charutos cubanos, os queijos Roquefort. As indicações de regiões agregam valor econômico aos produtos, atribuindo-lhes reputação e identidade própria, tornando-os, mais competitivos.

A carne do Pampa gaúcho, desenvolvida em 1.293.500 hectares e pertencentes a 13 municípios dessa região foi a primeira a receber Indicação Geográfica em todo continente americano. Com essa indicação, a Campanha Gaúcha consolidou-se como uma região produtora de carne para determinados nichos de mercado. Portanto, fatores como tradição, ambiente preservado, rebanho de qualidade, criados em pastagens naturais e/ou melhoradas, com qualidade de solo e botânica bem delimitada, tornaram-se, além de um discurso, uma meta para esta associação.

Na década de 1990, o rebanho de bovinos da região chegou próximo a cinco milhões de cabeças, como maior destaque para a Campanha Ocidental, com aproximadamente 2 milhões de cabeças, seguida pela Campanha Central com 1 milhão e 300 mil cabeças e pela Campanha Meridional com 1 milhão de cabeças (Gráfico 1).

⁵³ **Indicação Geográfica** é como se convencionou chamar as indicações de procedência ou as denominações de origem de produtos comerciais que são passíveis de proteção legal contra uso de terceiros, em termos de Propriedade Industrial. Indicação de procedência é o nome geográfico de um país, cidade, região ou uma localidade de seu território, que se tornou conhecido como centro de produção, fabricação ou extração de determinado produto ou prestação de determinado serviço. A indicação geográfica confere ao produto ou ao serviço uma identidade própria, visto que o nome geográfico utilizado junto ao produto ou ao serviço estabelece uma ligação entre as suas características e a sua origem. Consequentemente, cria um fator diferenciador entre aquele produto ou serviço e os demais disponíveis no mercado, tornando-o mais atraente e confiável. Uma vez reconhecida, a indicação geográfica só poderá ser utilizada pelos membros daquela localidade que produzem ou prestam serviço de maneira homogênea. (<http://pt.wikipedia.org>). Na Geografia consultar FALCADE, I.; MANDELLI, F. Vale dos Vinhedos: caracterização geográfica da região. Caxias do Sul: EDUCS/EMBRAPA, 2002.

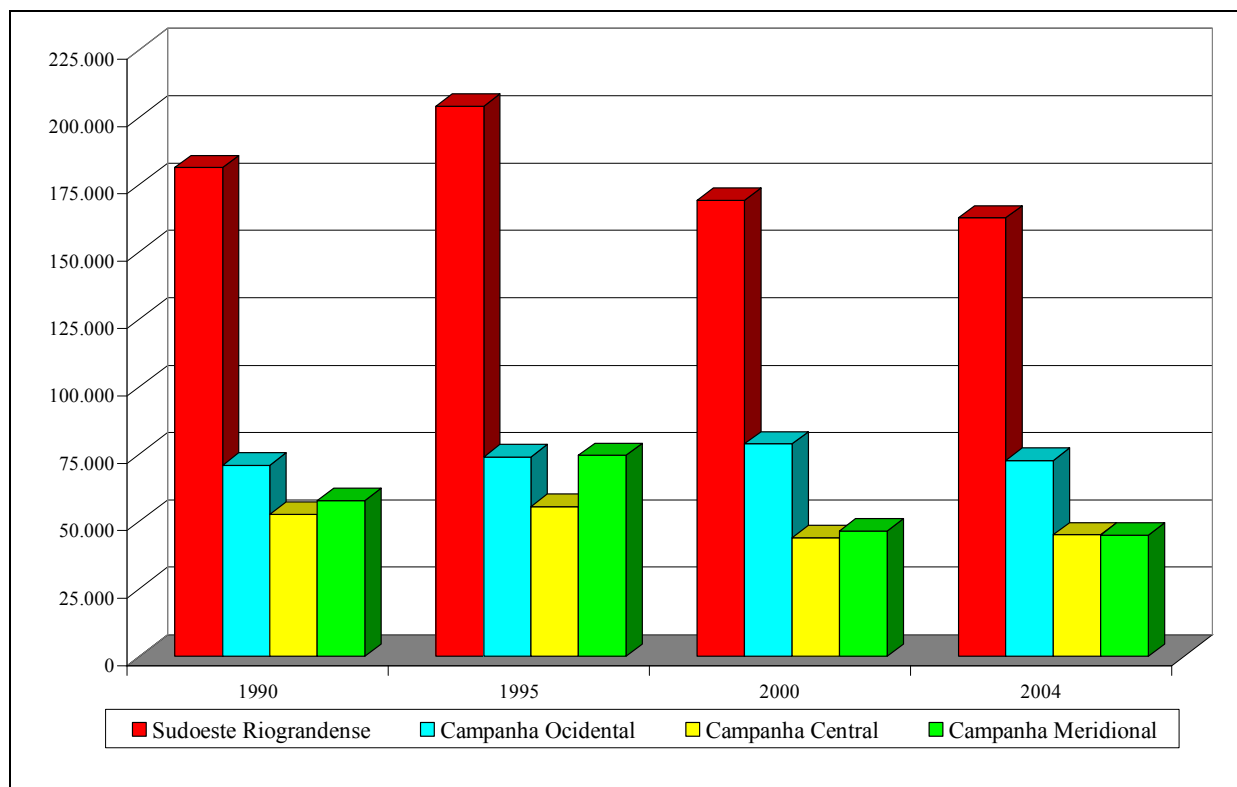


Gráfico 1 – Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: efetivo de bovinos por microrregião no período de 1990-2004.

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE)

Org.: Chelotti

O segundo maior rebanho em importância criado da Campanha Gaúcha é o da ovinocultura que, inicialmente, foi influenciado pela demanda internacional de lã, principalmente, nos mercados europeu e norte-americano. Em função do seu desempenho produtivo, fundou-se, em 1942, a Associação Rio-grandense de Criadores de Ovinos, que mais tarde transformou-se na Associação Brasileira de Criadores de Ovinos, responsável por programas de melhoramento genético dos ovinos, principalmente do rebanho gaúcho.

O Rio Grande do Sul chegou a deter mais de 50 % do número de cabeças de ovinos no Brasil. No entanto, o início dos anos 1990 foi marcado por uma crise mundial no mercado da lã, desestruturando a cadeia produtiva da lã. A desestruturação da cadeia produtiva provocou o fechamento de grandes e tradicionais cooperativas de produtores de lã⁵⁴.

No início da década de 1990, a Campanha Gaúcha possuía cerca de 6 milhões de cabeças de ovinos, declinando para menos de 2.500 milhões no ano de 2004. A Campanha Ocidental historicamente concentrou os maiores rebanhos, destacando-se os municípios de Alegrete e Uruguaiana; intercalando com a Campanha Central e Meridional, com destaques para os municípios de Sant'Ana do Livramento e Bagé (Gráfico 2).

⁵⁴ As raças de ovinos mais criados na região são: Corriedale, Merino Australiano, Romney Marche e Ideal.

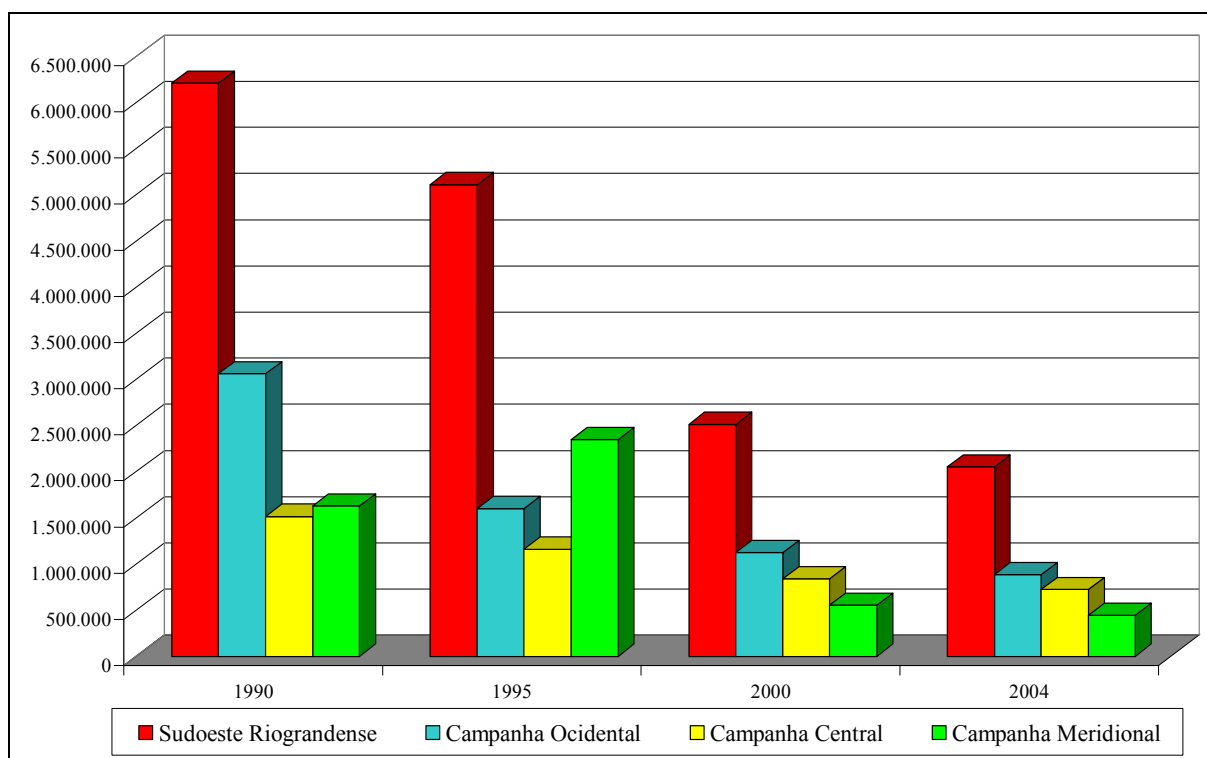


Gráfico 2 – Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: efetivo de ovinos por microrregião no período de 1990-2004.

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE)

Org.: Chelotti

Apesar da expressiva diminuição no número de ovinos ocorrida na década de 1990, alguns indicadores apontam uma tendência de estabilização, principalmente, com a introdução de raças que conciliem a produção de lã e carne, numa tímida reorganização de sua cadeia produtiva. A demanda por carne de ovinos nos últimos anos, principalmente, nos grandes centros urbanos, é uma esperança para reverter o quadro de declínio da atividade na região.

O terceiro maior rebanho encontrado na região é de eqüinos, próximo a 200 mil cabeças. Existem dois fatores fundamentais que explicam sua expressividade na região: primeiro é a sua utilização nas atividades pastoris da estância e, em segundo lugar, a existência de vários haras dedicados à criação do cavalo crioulo, principalmente, nas proximidades do município de Bagé, o que explica a sua concentração na Campanha Meridional (Gráfico 3).

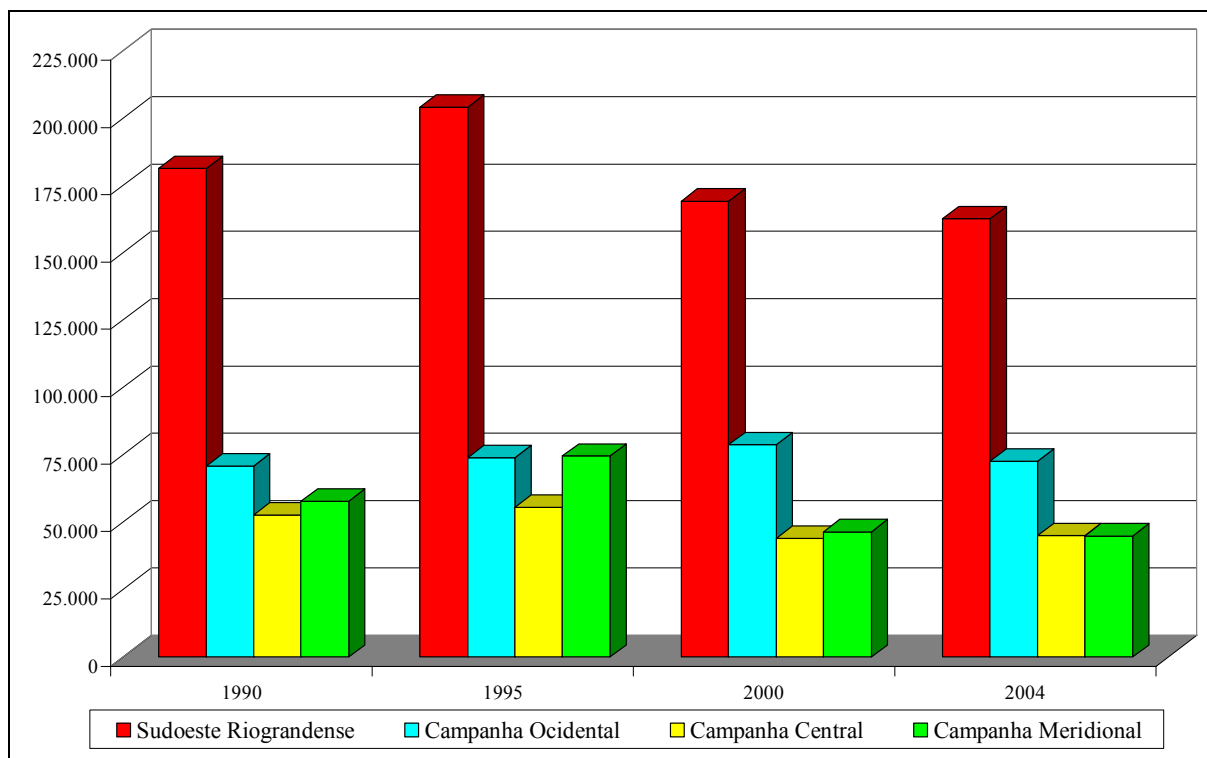


Gráfico 3 – Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: efetivo de equinos por microrregião no período de 1990-2004.

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE)

Org.: Chelotti

A região é referência na América do Sul em relação à criação de cavalos crioulos, dadas as características de solo, pastagem e clima que possibilitaram o desenvolvimento de animais rústicos e de alta qualidade, adaptados às características regionais do pampa, tanto em relação ao ambiente como das atividades pastoris.

2.8.2 O cultivo de lavouras modernas

A agricultura historicamente ocupou papel secundário nas estâncias gaúchas, sendo apenas desenvolvida para a subsistência, pois a principal atividade era a pecuária de corte. Embora tímidas, ocorreram tentativas de desenvolver a agricultura, principalmente de trigo, mas somente na década de 1950, quando foram criadas colônias agrícolas em pequenas propriedades com descendentes de russos no interior do município de Bagé.

[...] o aparecimento na Campanha de um nôvo ocupante: o lavrador, acentuou ainda mais o abandono do estancieiro em relação à agricultura e, ao mesmo tempo, contribuiu para alimentar os armazéns das cidades. Estes agricultores, muitas vezes vindo do exterior, estão em vias de operar uma lenta revolução na economia da região. Quase espontaneamente, um

equilíbrio tende a estabelecer-se na vida rural da Campanha pois, ao lado da pecuária, o complemento agrícola aparece sob a forma de três tipos de exploração: as chácaras, as granjas e as colônias. (PÉBAYLE, 1968, p. 26-27).

A tentativa de cultivar trigo na região não perdurou por muito tempo. Fatores como fungos, pestes e concorrência internacional fizeram com que os colonos se dedicassem à pecuária leiteira, em detrimento da agricultura. A produção do leite representou um novo momento para a economia regional, em função da nova racionalidade introduzida.

A principal lavoura capaz de (re) organizar o espaço agrário regional foi a rizícola, que se expandiu a partir da década de 1950; tornou-se em poucos anos a principal lavoura de verão, dividindo espaços com a pecuária tradicional.

Destaca-se que, inicialmente, a lavoura gaúcha de arroz irrigado começou a ser cultivada na região central e proximidades da Lagoa dos Patos, devido à existência de recursos naturais favoráveis para seu cultivo, associado ao interesse de parcela da classe latifundiária regional com fortes ligações com interesses urbanos.

Em 1906, instala-se em Cachoeira do Sul a primeira lavoura irrigada com levante mecânico [...]. Foi organizada por um grande proprietário fundiário, criador de gado e advogado, em sociedade com um comerciante e advogado além de outro comerciante, sendo esta lavoura junto com as de Pelotas consideradas o marco da agricultura capitalista no Rio Grande do Sul onde começa verdadeiramente a história da grande orizicultura no Rio Grande do Sul. (BESKOW, 1986, p. 44).

Os primeiros grandes investimentos na produção de arroz irrigado estiveram associados a certo nível de concentração de capital oriundo de uma pecuária que exportava charque para outras regiões. A lavoura orizícola baseada na produção para o mercado, esteve altamente associada à pecuária. Estas duas atividades econômicas começaram a dividir espaços e constituíram uma nova forma de exploração da terra. Assim, durante os períodos de crise da pecuária, uma das alternativas era arrendar parcelas desta terra para os orizicultores.

A expansão da lavoura rizícola irrigada na Campanha Gaúcha deu-se em função do esgotamento das terras nas áreas tradicionais de cultivo nas proximidades dos municípios de Cachoeira do Sul e de Pelotas, associada ao avanço do processo de modernização da agricultura. Outro fator importante para essa expansão foi a demanda de gêneros alimentícios por um país que, cada vez mais, se industrializava e, conseqüentemente se urbanizava.

No entanto, outras lavouras, mas em menor escala, passaram a ser cultivadas na região como a do trigo e da soja, claramente influenciadas pelas políticas públicas de financiamento e crédito rural, que visavam à expansão da economia brasileira.

Um dos fatores que afetam diretamente a cadeia produtiva do arroz irrigado gaúcho é a concorrência de países membros do Mercosul, uma vez que, tanto a Argentina como o Uruguai são grandes produtores de arroz irrigado. Os rizicultores desses países, em sua maioria, são brasileiros que migraram em busca das políticas de incentivo e acesso a terras mais baratas, com custos de produção bem abaixo dos praticados no Rio Grande do Sul.

A região do Centro-Oeste vem se configurando como uma área de atração para a produção de arroz. A presença de agricultores gaúchos tem se acentuado no Centro-Oeste, para dedicarem-se à produção de soja e criação de bovinos e, também ao cultivo do arroz. Outro fator que compete diretamente com o arroz gaúcho é o crescente incentivo à pesquisa do arroz de sequeiro ou arroz de terras altas cultivados, sobretudo nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Apesar dessa concorrência com os países do Mercosul e da expansão da fronteira agrícola para o centro-oeste brasileiro, verificaram-se acréscimos nas áreas cultivadas com arroz irrigado, exceto no ano de 1990 quando ocorreu uma grande estiagem no Rio Grande do Sul, diminuindo, conseqüentemente, as áreas cultivadas.

A área cultivada na Campanha Gaúcha manteve-se acima dos 370.000 hectares, com maior destaque para a Microrregião da Campanha Ocidental que detém as maiores áreas cultivadas, acima de 250.000 hectares, seguida pelas Microrregiões da Campanha Central e Meridional, cada uma cultivando em torno de 50.000 hectares de arroz irrigado (Gráfico 4). Destaca-se que em função dos seus altos custos de produção e preços insatisfatórios, a lavoura do arroz irrigado, nos últimos anos, vem perdendo espaço para a sojicultura.

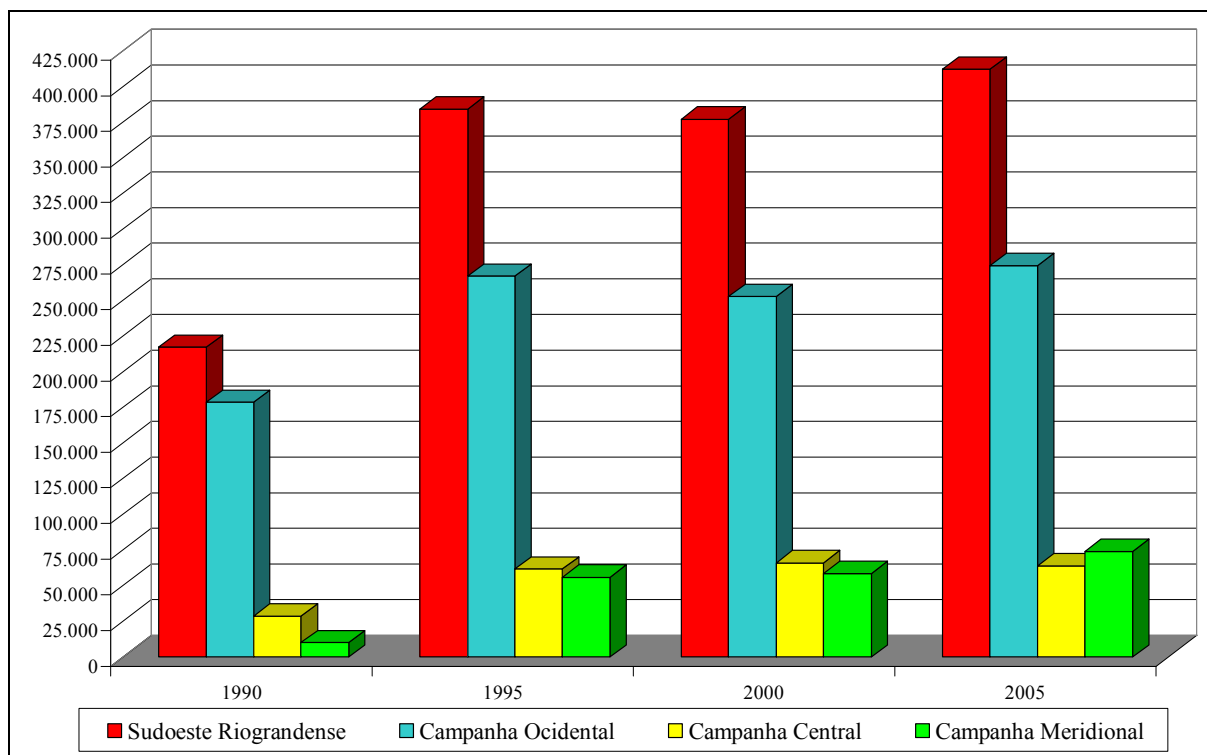


Gráfico 4 – Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: área cultivada com arroz por microrregião no período de 1990-2005.

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE)

Org.: Chelotti (2007)

Para Brum (1988), foi a partir da década de 1970 que a lavoura empresarial gaúcha apresentou um crescimento realmente surpreendente, pois tanto o arroz, como o trigo e a soja constituíram-se na frente de expansão capitalista no estado. A mecanização da lavoura foi introduzida através do cultivo do arroz. Entretanto, foi a triticultura que efetivou a consolidação da modernização agrícola, inclusive, lançando bases para a lavoura empresarial, ou seja, a triticultura mecanizada comandou o processo de mecanização, que teve início no Planalto Gaúcho e se difundiu para as demais regiões.

No Rio Grande do Sul, as lavouras de arroz e soja historicamente ocuparam diferentes espaços, sendo a primeira largamente cultivada na Campanha Gaúcha e a segunda, no Planalto gaúcho. Mas, nos últimos anos, a soja tem se expandido para áreas tradicionais de produção de arroz, em função de sua lucratividade apresentar-se em alta em relação ao arroz irrigado.

Assim, observa-se também, embora isoladamente, que municípios localizados no Campanha Gaúcha têm expressão quanto à produção de soja, podendo-se destacar São Borja, São Gabriel e Dom Pedrito. Acredita-se que o preço no mercado internacional tem provocado

a expansão do cultivo de soja para regiões tradicionalmente produtoras de arroz, bem como a existência de grandes áreas de campo com alto potencial de exploração para tal cultivo.

Portanto, a soja é a segunda lavoura de verão mais cultivada na Campanha Gaúcha, mas sua área de cultivo oscila muito em função do mercado internacional. No entanto, na década de 1990, apresentou-se como uma cultura em franca expansão na região, atingindo, no ano de 2005, mais de 370.000 hectares cultivados. Dentre as microrregiões com maiores áreas cultivadas, destacam-se a Campanha Ocidental, seguida da Campanha Central e, por fim, a Campanha Meridional (Gráfico 5).

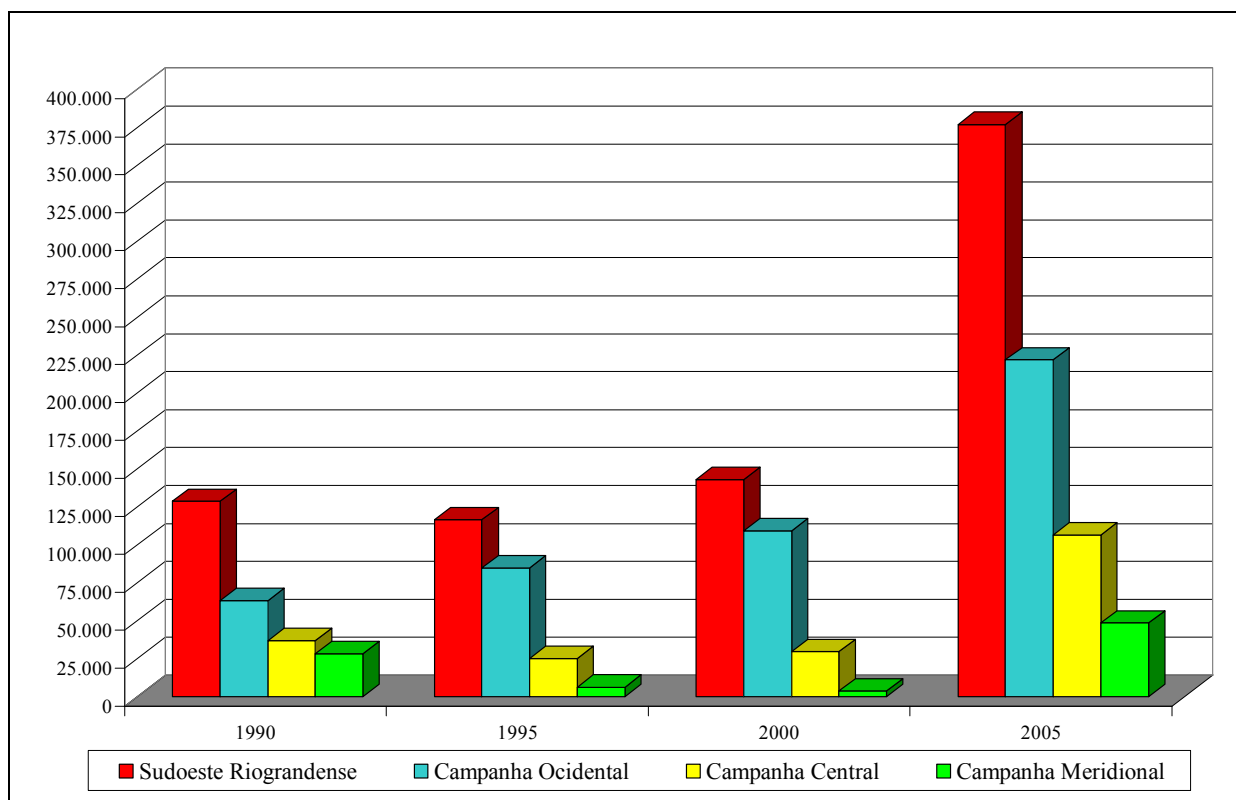


Gráfico 5 – Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: área cultivada com soja por microrregião no período de 1990-2005.

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE)

Org.: Chelotti (2007)

A soja também desempenha um importante papel no consórcio *agricultura-pecuária*, cada vez mais difundido na região, pois sendo cultivada nas coxilhas, após a colheita, essas áreas são destinadas ao cultivo das pastagens, suprindo de alimentos os bovinos de corte durante os meses de inverno.

Com isso, não ocorre uma efetiva competição entre áreas destinadas à rizicultura e à sojicultura, pois essa é cultivada em áreas anteriormente ocupadas pela pecuária de corte, e não pela lavoura rizícola. Assim, não podemos mais considerar a Campanha Gaúcha como

território exclusivo da lavoura rizícola, uma vez que a soja, nos últimos anos, avançou significativamente na região.

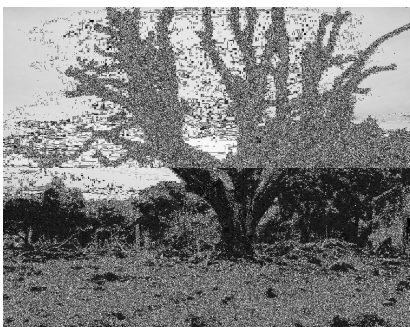
Embora ocupando menores áreas cultivadas, encontram-se na região lavouras de sorgo, trigo e milho, mas não ocupando significativas áreas, como o arroz irrigado e a soja. Portanto, se na década de 1960 a penetração da lavoura moderna foi responsável pelos novos arranjos no espaço agrário regional, colocando o latifúndio pastoril cada vez mais numa posição periférica dentro do sistema produtivo gaúcho, no decorrer da década de 1990, foram os sem-terra os novos personagens que entraram em cena, principalmente, com reivindicações em prol a da democratização da terra promovida pelo MST.

Os primeiros assentamentos rurais conquistados na região representam as reivindicações travadas há mais de vinte anos no espaço agrário gaúcho por milhares de trabalhadores sem-terra, os quais foram capazes de penetrar e se territorializar numa região em que o “latifúndio” representa mais do que uma reserva de capital ou status quo, ele é a própria identidade regional, que se moldou no decorrer de duzentos anos de ocupação e produção do espaço mais meridional do território brasileiro.

Embora a formação socioespacial do sudoeste gaúcho esteja associada ao espaço latifundiário e à suas representações simbólicas, na contemporaneidade, seu espaço agrário encontra-se mais complexo do que nunca, na medida em que foram incorporados novos agentes sociais, (re) configurando a teia social da região.

Portanto, o capítulo 3 abordará o processo de (re) configuração socioespacial em curso na Campanha Gaúcha, capaz de transformar dezenas de estâncias em territórios de produção familiar/camponesa por meio da instalação de assentamentos rurais, como resultado da pressão exercida pelo MST para a aquisição de novas áreas para a reterritorialização de milhares de trabalhadores sem-terra no domínio latifundiário.

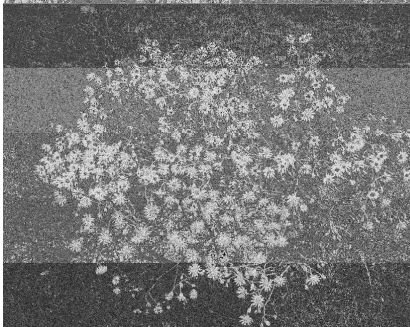
3



Campo, ventre que gera meu canto,
Universo de meus versos
Sementeira onde me planto.
Solo fértil, colo quente,
És o seio onde semeio
Os anseios de meu canto.



Pampa, razão, raiz de meus rumos,
Destino de tantas vidas,
Hino a esperança que canto...
Meu canto vem de tua gente,
Vinga as sementes que planto.



Campo dos que colhem sem plantar,
Dos que plantam sem colher,
Ah! Pudesses tu escolher,
De quem ser e a quem se dar!



Pampa, faz da voz dos que te cantam,
Campo livre onde se lançam
As sementes de esperança
Do suor dos que te plantam.



Querência, terra da gente!
Essência de gente e terra,
Que lições de vida encerras,
Terra humilde e tão capaz...
E pensar que ainda há gente,
Que em teu nome fazem guerra,
Sem saber que gente e terra
São sinônimos de paz!

(Campo, Pampa e Querência – João C. Leite)

3 A GEOGRAFIA DA LUTA PELA TERRA:

transformações socioespaciais no “coração” do latifúndio gaúcho

O MST chegou ao coração do latifúndio gaúcho de cabeça erguida, paciente e perseverante, olhando para o futuro e decidido a manter a luta contra a estrutura agrária que mantém o povo pobre na submissão e na miséria. Em terras do Tiaraju assassinado voltam seus herdeiros para retomar as terras que lhe pertencem, pois dadas por Deus e São Miguel e injustamente tomadas à força de armas. (GÖRGEN, 2004, p. 229).

3.1 A emergência dos movimentos sociais no campo gaúcho

A emergência dos movimentos sociais rurais no Rio Grande do Sul não pode ser pensada de forma isolada e, sim, dentro de uma determinada conjuntura nacional. Destacam-se dois pontos fundamentais, um de caráter mais estrutural e geográfico, ou seja, o modelo de ocupação do território nacional que desde o Brasil colônia baseou-se na grande propriedade, excluindo parcelas de camponeses do acesso a terra; e o período pós Segunda Guerra, com políticas de modernização voltadas principalmente para a industrialização do país.

A partir daí, as transformações socioespaciais foram grandes no meio rural, principalmente no centro-sul brasileiro. Mediante esse quadro, foi adotada uma política para aumentar a produtividade, por meio da incorporação de novas tecnologias, como a introdução de adubo químico, de agrotóxicos e implementos agrícolas, caracterizando-se como um novo momento da agricultura brasileira, denominado de “modernização da agricultura”.

Na agricultura tradicional, era intenso o uso da força de trabalho familiar para a produção e a obtenção de produtos de origem animal e vegetal basicamente para suprir as necessidades de abastecimento da própria família. O período anterior à década de 1950 caracterizava-se pela existência da chamada agricultura tradicional.

A agricultura tradicional caracterizava-se pela utilização intensiva dos recursos naturais, ou seja, a fertilidade natural do solo e a mão-de-obra direta. O objetivo primeiro da produção é a alimentação da família, sendo o excedente destinado a comercialização. [...] Os instrumentos de trabalho

eram simples: foice e machado, para o desbravamento e derrubada do mato; enxada e arado de tração animal para o preparo do solo e controle das ervas daninhas; máquina manual de plantar; foicinha de cortar trigo, arroz, etc. (BRUM, 1988, p. 56).

A agricultura tradicional estava alicerçada sob experiências transmitidas de geração para geração, dotando grande valor aos conhecimentos empíricos de cada grupo social, e estava alicerçada sob fontes naturais de energia e fertilidade. Assim, seus produtos basicamente possuíam uma origem “ecológica” cultivada em cada unidade de produção familiar pelos seus próprios membros.

A transição de uma agricultura tradicional para a agricultura moderna transformou profundamente as relações sociais no campo brasileiro, promovendo ainda mais a concentração de terras, bem como acentuando as desigualdades regionais. A modernização da agricultura foi um acontecimento associado ao processo de internacionalização da economia brasileira. Nesse sentido, o setor agropecuário passou, a partir da década de 1960, a incorporar novas tecnologias.

O fato marcante das duas últimas décadas no país (1960-1980), no que diz respeito às atividades agrárias, é a mudança no modo predominante de produzir. A agricultura brasileira transitou do predomínio do modo tradicional de produzir para o predomínio do modo moderno, que combina insumos e serviços industriais com terra e trabalho. (MÜLLER, 1989, p.60).

Nesse período, verificou-se a expansão de novas culturas, principalmente a da soja. Assim, torna-se evidente que a produção agrícola, a partir de meados de 1960, passou a obter novas características, baseadas em meios capitalistas de produção, visando um aumento na produção. Ocorreu, por isso, um maior consumo de maquinários agrícolas, formando um verdadeiro ciclo dependente, ou seja, aumentando a área cultivada, aumentava-se o consumo de maquinários e insumos agrícolas.

Graziano da Silva (1996) utiliza o termo modernização para designar as transformações capitalistas na base técnica da produção agrícola, que passou a utilizar insumos fabricados industrialmente. Portanto, o autor enfatiza o termo modernização para designar o processo de transformação da base técnica da produção agropecuária no pós-guerra com importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade.

O período que marcou, realmente, a transformação no meio rural brasileiro foi à década de 1970, quando o Estado começa a atuar de forma incisiva impulsionando o surto modernizador. Com isso, a brutal mudança que ocorreu na base técnica da produção agrícola,

principalmente, com aqueles produtos que o mercado começava a exigir, foi acompanhada por uma política de créditos subsidiados para sustentar o modelo em curso.

O Estado exerceu um importante papel no processo de modernização. Destaca-se uma série de incentivos fiscais que propiciaram o desenvolvimento de grandes empresas rurais que priorizaram o cultivo de grãos destinados à exportação, principalmente a cultura da soja.

Estes dados nos apresentam duplo significado: por um lado, indicam a óbvia e assustadora concentração dos recursos do crédito rural nas mãos de um pequeno número de produtores no cenário agropecuário, permitindo identificar os primeiros grandes beneficiários do sistema de crédito rural barato instalado no país e demonstrando o caráter discriminatório do processo de modernização da agricultura brasileira. Por um lado, o crescimento dos contratos maiores pode indicar que realmente o processo de modernização estava conseguindo alcançar algum de seus objetivos, como a utilização de insumos modernos [...] esta modernização está se dando a um ritmo mais veloz entre os grandes produtores do que entre os pequenos e médios, ficando clara a opção do projeto governamental, conhecida como modernização conservadora. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 174).

É importante salientar que o processo de modernização não alcançou todos os segmentos de produtores rurais, ocorrendo uma concentração em um pequeno grupo, principalmente, os médios e grandes, provocando ainda mais a distância socioeconômica entre os agricultores “modernos” e os “tradicionais”.

Conforme Gonçalves Neto (1997), os principais grupos que se beneficiaram com o processo de modernização, foram: a) o sistema bancário comercial, que utilizou recursos que seriam recolhidos ao Banco Central e remunerados a taxas inferiores às cobranças no crédito rural; b) os grandes proprietários de terra, que tiveram acesso facilitado ao crédito; c) as culturas comerciais, normalmente exploradas pelos grandes produtores; d) as regiões mais desenvolvidas do Sul e Sudeste, onde se encontravam os produtos mais integrados à economia e, e) o setor industrial ligado à produção de máquinas agrícolas que conquistou um grande mercado em expansão.

Na década de 1980, consolidou-se o denominado Complexo Agro-Industrial (CAI), expressão máxima do processo de modernização da agricultura nesse período. Portanto, setores ligados à atividade industrial, comercial e financeira, geralmente formados por um número pequeno de empresas, subordinaram a agricultura ao CAI.

O CAI distingue-se de outros complexos de atividades pelo fato de levar em conta a agricultura, e aí a terra como uma mercadoria especial. Caracteristicamente, o CAI é uma unidade de análise na qual a agricultura

se vincula com a indústria de dupla maneira: com a indústria de máquinas e insumos que tem na agricultura seu mercado e com a indústria processadora/beneficiadora de matérias-primas agrícolas. (MÜLLER, 1989, p 61).

Agora a dinâmica da agricultura estará determinada pelo padrão de acumulação industrial, centrado no desenvolvimento dos complexos agroindustriais e a ação do Estado nesse contexto orienta-se para a modernização da agricultura, visando a integrá-la ao novo circuito produtivo liderado pela indústria de insumos e processamento de matéria-prima e gerando as condições infra-estruturais necessárias à expansão do conjunto no setor. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 23).

A agricultura, como uma atividade empresarial, chamou a atenção de grandes grupos econômicos, que sequer possuíam a propriedade da terra, mas mesmo assim, concentravam um grande número de fluxos de capitais. Destacam-se inúmeras agroindústrias que exerceram o controle comercial e do modo de produzir na agricultura.

Com as profundas transformações que ocorreram no campo brasileiro, o agricultor perdeu parcialmente a gestão de sua propriedade, agora, desenvolvida conforme as necessidades da agroindústria e do mercado, configurando-se uma crescente subordinação do agricultor às necessidades da dinâmica industrial.

É o caráter social e irreversível da industrialização da agricultura que permite a criação de um verdadeiro proletariado rural, estreitando-se a possibilidade de reprodução de formas independentes da pequena produção ou de formas em que o trabalhador mantém o controle do processo do trabalho. Em outras palavras, a industrialização da agricultura determina a passagem da subordinação indireta para a subordinação direta do trabalho ao capital. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 34).

Portanto, foi inevitável a exclusão de grande parcela dos produtores rurais, principalmente os que trabalhavam com mão-de-obra familiar. Dessa maneira, observou-se um forte impacto no campo brasileiro, diferenciando ainda mais os sistemas de produção entre as unidades de produção familiar e as grandes propriedades. A primeira basicamente permaneceu produzindo para o mercado interno e a segunda, voltou-se para o mercado externo, apoiada principalmente na cultura da soja.

No caso específico do Rio Grande do Sul, o estado passou por significativas transformações socioespaciais em seu espaço agrário, responsáveis pelas profundas mudanças no âmbito de seu espaço intra-regional após a década de 1960. O processo de modernização da agricultura mostrou-se extremamente seletivo, desagregador e desterritorializante para a maioria dos trabalhadores rurais. A existência de uma lavoura extremamente mecanizada e

moderna no Planalto Gaúcho consolidou-se por meio da lavoura empresarial de soja nas granjas. No Alto Uruguai, a grande presença da produção familiar tornou-se ainda mais marginalizada desse processo, tornando-se área de repulsão populacional. E, na Campanha Gaúcha, ocorreu o avanço da lavoura rizícola, trigo e soja, incorporando espaços da pecuária tradicional.

Assim, o discurso generalizante de Estado detentor de uma agricultura moderna não tem real significado, na medida em que se observaram acirradas disparidades regionais, desmascarando o significado do processo de modernização no território gaúcho, pois houve, a substituição dos cultivos tradicionais em detrimento da expansão de áreas com o cultivo de soja, além da crescente des-territorialização verificada no campo gaúcho.

Portanto, o processo de modernização da agricultura no Rio Grande do Sul inseriu-se primeiro no norte do estado, onde dadas as características históricas de sua ocupação socioespacial, os reflexos da modernização da agricultura foram intensos para milhares de pequenos proprietários de terra (principalmente os minifúndios); herança da intensa fragmentação territorial da propriedade da terra das antigas áreas coloniais. Assim, as áreas com alta concentração de agricultura familiar no norte do Rio Grande do Sul, caracterizaram-se pela expulsão populacional, decorrente da desestruturação de seu espaço agrário, influenciada pelo êxodo rural e elevada concentração da posse da terra.

O final da década de 1970 foi marcado pela confluência de alguns fatores fundamentais que determinaram a emergência de movimentos sociais rurais no Rio Grande do Sul. Dentre os fatores, podemos destacar: o fechamento interno da fronteira agrícola, a concentração e elevação do preço da terra resultante da modernização conservadora, a resistência de certos grupos de trabalhadores na migração para áreas oficiais de colonização à Amazônia legal.

No entanto, para Kleimann (1986), os conflitos ligados à questão da posse da terra não são novos no Rio Grande do Sul, podendo-se destacar quatro questões fundamentais para tal compreensão.

- 1) O desenvolvimento do capitalismo no Brasil provoca no Rio Grande do Sul, desde o século XIX, contradições que, no meio rural, se expressam em conflitos agrários;
- 2) As tentativas, por parte do Estado republicano gaúcho, de adequar a região ao núcleo do capitalismo levaram à expropriação da terra do colono e do índio, bem como de suas formas tradicionais de vida e trabalho;
- 3) A classe dominante gaúcha, dirigente ou na oposição política, desenvolveu, na luta pela hegemonia, estratégias de dominação referentes à posse e uso da terra, para o que são acionados diversos aparelhos repressores de estado;
- 4) Os problemas agrários atuais [década de 1980] tem

origem na forma de fiscalização e distribuição da terra e no domínio sobre a produção, sendo o fechamento da fronteira agrícola e a mecanização da agricultura nos anos 50, resultados naturais do processo capitalista implantado, somente algumas das muitas razões das questões agrárias. (KLEIMANN, 1986, p. 14).

A luta pelo acesso à terra no Rio Grande do Sul é bem mais complexa, tem um caráter histórico-estrutural muito forte, principalmente, pela maneira com que o capitalismo penetrou no campo gaúcho, privilegiando os interesses econômicos e políticos de uma minoria dominante. A partir desta compreensão, podemos entender alguns “porquês” da história agrária gaúcha, como a localização de colônias em terrenos impróprios para o cultivo, bem como os efeitos da lei de terras de 1850, que apenas burocratizaram o acesso à terra para casos em que ela já se encontrava ocupada.

Quanto à origem da organização dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul, é importante salientar que, desde o final da década de 1950 com o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), articularam-se mecanismos contestatórios. Conforme Medeiros (1989), a origem do MASTER está associada a um grupo de 300 famílias de posseiros que ocupavam uma área de 1.600 hectares no município de Encruzilhada do Sul, que há mais de 50 anos estava sob sua exploração, e que passou a ser reivindicada por seu “proprietário”. A tentativa de despejo dos posseiros resultou na organização do primeiro núcleo do movimento.

No Rio Grande do Sul, o MASTER desempenhou importante papel para articulação e organização dos interesses dos trabalhadores rurais excluídos, como o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste (MASTRO) e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Sudoeste (MASTES) para o caso paranaense, e o Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo e Movimento dos Sem Terra de Sumaré, para o caso paulista.

Outro fator importante para entender a organização dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul, foi o surgimento da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB)¹⁰⁹ no final da década de 1970, no contexto da construção de barragens hidrelétricas no rio Uruguai. A intenção da Eletrosul era de construir 22 barragens, o que repercutiria diretamente na vida de milhares de camponeses gaúchos e catarinenses territorializados no vale do rio Uruguai. A partir daí, ocorreu uma intensa organização da sociedade regional contrária à construção das referidas barragens.

¹⁰⁹ Em 1991 o CRAB transformou-se em Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). (MORAES, 1996).

No período de 1979-1983, uma estrutura de oportunidade política favorável permitiu que líderes locais do movimento de resistência às barragens contestassem a legitimidade dos planos para a construção das barragens. O início da mobilização ocorreu num contexto de crise econômica, e a expansão de oportunidades políticas para movimentos populares foi facilitada pelo enfraquecimento do regime autoritário. [...] No decorrer da luta com o Estado, emergiu uma identidade coletiva mais ampla dos atingidos pelas barragens. Esses processos levaram à politização do movimento, manifestada na evolução das reivindicações de indenização justa, ou terra por terra, para uma declaração de “não às barragens”. (ROTHMAM, 1996, p. 132).

No plano nacional, Medeiros (1989) destaca quatro momentos importantes na luta dos trabalhadores rurais. O primeiro corresponde a 1945-1964, momento em que começavam a surgir diversos conflitos no campo, mas com um sindicalismo ainda vinculado ao Estado; o segundo momento refere-se ao período pós-1964 ocasião que as lutas no campo e na cidade entraram em refluxo frente à repressão que passaram a enfrentar; o terceiro, durante a crise do regime militar, no final da década de 1970, início da 1980, quando eclodiram lutas no campo e na cidade; e o quarto, durante o regime da Nova República, no processo de transição democrática, em que se reacendia a esperança de uma efetiva reforma agrária.

A conjuntura política do final da década de 1970 e início da década de 1980, definida pelo enfraquecimento da ditadura militar, permitiu o acesso progressivo ao sistema político para os movimentos sociais adormecidos, os quais se reforçaram em uma fase crescente de protestos e reivindicações populares. Para a organização dos movimentos populares no Rio Grande do Sul, foi importante o apoio recebido pelos segmentos progressistas da Igreja Católica Apostólica Romana e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB).

Para Navarro (1996), um dos principais fatores determinantes que contribuíram para a emergência e desenvolvimento dos movimentos sociais rurais no Rio Grande do Sul, entre o final da década de 1970 e anos posteriores, encontra-se vinculado à história de *participação* política no estado, pois existia uma “cultura de organização” que as comunidades rurais tradicionalmente apresentam:

[...] esses novos movimentos sociais na região são principalmente o resultado de três fatores, como se descreve: a liberalização política do período, as mudanças estruturais na economia do Estado e seus impactos sociais e a ação de setores “progressistas” da Igreja Católica, fatores esses que exerceram influência bastante diferenciada no tempo e no espaço agrário. Por exemplo, os efeitos das políticas públicas visando à modernização agrícola variaram notadamente segundo os estados brasileiros

e, inclusive, dentro de cada Estado. Em algumas unidades da federação, e o Rio Grande do Sul é típico desta situação, certas áreas agrícolas alteraram extraordinariamente o seu padrão de uso da terra, de apropriação tecnológica, de relações de trabalho e de utilização e acesso às políticas do Estado, enquanto outras, embora crescentemente vinculadas a circuitos comerciais, muito pouco modernizaram as suas unidades de produção. (NAVARRO, 1996, p. 67).

Assim, na década de 1990, na escala do Rio Grande do Sul, observou-se a consolidação e atuação de quatro grandes movimentos sociais rurais, podendo-se destacar: o MAB, o MST, Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL). Mas, esses movimentos apresentam inúmeras superposições sociais e políticas, pois seu público potencial, muitas vezes, é o mesmo, além da coincidência de sua atuação geográfica, realizando inúmeras relações de aproximação.

Destaca-se que quanto à territorialização da luta, pela conquista de território por meio de assentamentos, somente o MAB e o MST concretizam suas lutas. Isso não quer dizer que o MMC o a FETRAF não tenham uma participação efetiva nesse processo, porém suas lutas desenvolvem-se em outras esferas, com pressão política e reivindicações para a melhoria das condições de vida da população rural, fortalecendo e mantendo os trabalhadores rurais no campo.

Dentre os movimentos sociais rurais atuantes no Rio Grande do Sul destacamos que,

[...] o MST é seguramente o que melhor desenvolveu um sentido de identidade, capaz de definir o seu público potencial e conhecer suas motivações. Em consequência, mesmo que nos anos recentes a sua base social tenha se estreitado, como se indicará, o MST é o Movimento que maior desempenho tem demonstrado quanto à força de sua mobilização e o impacto de suas ações. (NAVARRO, 1996, p. 90).

No entanto, na escala nacional, existe uma maior diversidade de movimentos sociais rurais, sejam aqueles com uma maior abrangência territorial ou com uma atuação mais isolada. Muitos desses movimentos tiveram sua origem em dissidências do MST, pois certas facções por conflitos internos, decidiram organizar a luta pela terra com outros mecanismos para conquistarem assentamentos rurais. É bom salientar que, em muitos casos esses movimentos sociais “disputam” o mesmo público.

Fernandes (2000) identificou alguns desses movimentos, podendo-se citar: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) atuante nos estados da Bahia e Pernambuco; o Movimento Sem Terra

do Sul do Mato Grosso (MST-SMT) atuante em Mato Grosso; a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE); a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul (FETAGRI-MS); a Coordenação de Associação de Assentados do Mato Grosso do Sul (COAMS), o Movimento da Terra (MT) e o Movimento de Comissões de Luta (MCL) atuantes no estado de Pernambuco; a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); o Movimento Camponês Corumbiara (MCC) e a Liga Operário-Camponesa atuantes no estado de Rondônia; o Movimento da Libertação dos Sem Terra (MLST) atuante nos estados do Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e São Paulo; o Movimento Brasileiro dos Sem terra (MBST) atuante no Distrito Federal, Maranhão e Pará; o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST) e o Movimento Unificado dos Sem Terra (MUST) atuantes no Pontal do Parapanema/SP.

Em função de sua hegemonia no processo de luta pela terra, iremos nos aprofundar sobre o processo de formação e territorialização do MST no estado do Rio Grande do Sul, compreendendo sua mobilidade geográfica, que nesses trinta anos foi capaz de se territorializar, inicialmente no norte e, mais recentemente, acentuando suas ações no cerne do latifúndio gaúcho, na região da Campanha.

3.2 A formação e territorialização do MST

No Brasil, o final da década de 1970 foi marcado pelo enfraquecimento do regime militar vigente desde o ano de 1964, quando os impactos sociais da modernização conservadora tornavam-se cada dia mais evidentes. O Rio Grande do Sul foi um dos estados do Centro-Sul mais afetados com a modernização da agricultura, tanto que nesse período foram intensos os fluxos migratórios de agricultores para áreas de fronteira agrícola, principalmente, para projetos de colonização nas regiões Centro-Oeste e Norte.

Muitos desses agricultores não encontraram nos projetos de colonização condições ideais para sua reprodução e por isso, voltaram para o estado denunciando a precariedade de muitos desses projetos. No próprio estado existia uma grande massa de agricultores precariamente incluídos no processo produtivo, que juntamente com os atingidos pela construção de barragens hidrelétricas formavam uma grande massa que até então se encontrava “adormecida” durante o regime militar, emergindo com força total no final da década de 1970.

Outro fator que favoreceu o surgimento do MST foi o apoio recebido por setores progressistas da Igreja Católica por meio da Teologia da Libertação, principalmente, pelas células das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) articulados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pela Igreja Luterana, que organizaram os trabalhadores sem-terra para reivindicarem seus direitos, numa sociedade que se vislumbrava como democrática.

[...] a origem do movimento está associada às ações de resistência e às ocupações de terras por grupos de trabalhadores rurais de algum modo excluídos pelas transformações rurais de algum modo excluídos pelas transformações em curso na Região Sul e precariamente reintegrados na produção. Recusando a proletarização (e isto é muito importante para compreender o movimento), no campo ou na cidade, e não podendo mais reproduzir a pequena produção na fronteira agrícola (para eles o Mato Grosso e Rondônia), devido aos recursos técnicos e financeiros requeridos e aos conflitos aí existentes, para os descendentes de colonos que se identificariam hoje como sem-terra restou a iniciativa da luta pela terra. Filhos de colonos, parceiros e arrendatários, agregados e assalariados temporários, expropriados de barragens e mesmo um significativo contingente de lumpen do campo, que vaga pela região, constituem a base inicial do movimento. (GRZYBOWSKI, 1990, p. 23).

As ações de resistência, ou melhor, a estratégia encontrada pelos trabalhadores sem-terra foi realizar ocupações de terra, formando acampamentos aos moldes das experiências do MASTER antes do regime militar. Assim, um grupo de colonos que arrendava terras da reserva indígena de Nonoáí foi expulso pelos índios, e não aceitando serem reterritorializados em projetos de colonização em áreas de fronteira agrícola, realizaram, no ano de 1979, uma ocupação nas glebas Macali e Brilhante, localizadas no *norte do estado e pertencentes à* fazenda Sarandi. A sua grande reivindicação era a realização do assentamento das famílias dentro do próprio estado.

Para Fernandes (2000), essa ocupação marca o processo de formação do MST.

A luta pela sobrevivência foi marca histórica da resistência camponesa. Foi assim que em 1979, no dia 7 de setembro, 110 famílias ocuparam a gleba Macali no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. **Essa ocupação inaugurou o processo de formação do MST.** As terras da Macali eram remanescentes das lutas pela terra da década de 60, quando o MASTER organizava acampamentos na região. (FERNANDES, 2000, p. 47, grifo nosso).

Já para Navarro (1996), é o acampamento de Encruzilhada Natalino que marca o nascimento do MST.

Assim, **foi o acampamento de Encruzilhada Natalino**, organizado no início de 1981, **que significou, na prática, o nascimento do MST**. O acampamento beneficiou-se de uma conjuntura extremamente favorável e da surpreendente inabilidade dos setores contrários à luta dos sem-terra, principalmente o governo federal. Formado em março daquele ano, logo arregimentou 300 famílias e, em maio, já eram 600 as famílias do acampamento, contando com o decisivo apoio de grande número de religiosos. (NAVARRO, 1996, p. 92, grifo nosso).

Para Medeiros (1989), até a formação do acampamento de Encruzilhada Natalino as ocupações de terra se davam de maneira isolada, não representando um salto de qualidade dessas lutas.

Esse lugar era um lugar histórico e simbólico da luta pela terra no estado. Já tinha sido ali realizado um acampamento nos anos 60, durante o governo Brizola. A terra já fora desapropriada por esse governador, mas naquele momento estava arrendada pelo estado a grandes empresários. O número de famílias no novo acampamento dobrou em cerca de dois meses. Foi grande a repercussão na imprensa, conseguindo mobilizar a opinião pública em seu favor. (MEDEIROS, 1989, p. 149, grifo nosso).

Independentemente, se a gênese do MST tenha ocorrido durante a ocupação da Macali, ou no processo de formação do acampamento de Encruzilhada Natalino, o certo é que seu território de gestação foi o extremo norte do Rio Grande do Sul, região historicamente marcada pela territorialização de colonos¹¹⁰, que ao passar dos anos foram desterritorializados pela impossibilidade de reprodução social ou pelo avanço da modernização conservadora.

A primeira ação do MST no Rio Grande do Sul ocorreu durante a tentativa de ocupação da estação experimental da Secretaria da Agricultura do Estado localizada no município de Santo Augusto, que se encontrava parcialmente desativada, mas que não ocorreu em função da ação policial. Em vista disso, os sem-terra formaram um acampamento em Herval Seco, permanecendo quase um ano até seu assentamento pelo Governo Estadual¹¹¹.

De 1979 a 1984 aconteceu o processo de gestação do MST. Chamamos de gestação o movimento iniciado desde sua gênese, que reuniu e articulou as primeiras experiências de ocupações de terra, bem como as reuniões e os encontros que proporcionaram em 1984, o nascimento do MST ao ser fundado oficialmente pelos trabalhadores em seu Primeiro Encontro

¹¹⁰ Pequenos proprietários, estrangeiros e nacionais, que receberam ou adquiriram terras, em pequenos lotes, para desenvolver a policultura e prover a subsistência.

¹¹¹ Para Navarro (1996), a primeira ocupação do MST, no RS, ocorreu em 1983, mas para Fernandes (2000), em 1985.

Nacional, realizado nos dias 14 a 21 de janeiro, em Cascavel, no Estado do Paraná. Em 1985, de 29 a 31 de janeiro, os sem-terra realizaram o Primeiro Congresso, principiando o processo de territorialização do MST pelo Brasil. (FERNANDES, 2000, p. 50).

A sociedade brasileira entrou o ano de 1985 com grandes expectativas, uma vez que o primeiro presidente civil após o período militar tomaria posse. Para os movimentos sociais, em especial o MST representava a possibilidade de realização do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). No entanto, as expectativas, aos poucos, se frustraram devido à morosidade e real compromisso político com a reforma agrária.

Na escala do Rio Grande do Sul, formou-se um grande acampamento organizado por cerca de 1.500 famílias, com um total de 8.000 pessoas na Fazenda Anoni¹¹², uma propriedade em torno de 10.000 hectares que se encontrava oficialmente desapropriada, com o objetivo de reassentar os agricultores atingidos pela construção da Barragem do Passo Real.

Não parecia haver, naquela conjuntura, uma solução à vista, e um certo desânimo começava a tomar conta do acampamento Anoni. Decidiram então os agricultores realizar uma “caminhada” até Porto Alegre, distante 450 quilômetros da fazenda, como forma de mostrar a sociedade o drama que viviam. A ação, na chegada à capital, resultou em espetacular apoio popular, quando 40 mil pessoas, aproximadamente, receberam a caravana dos colonos que chegava, depois de 27 dias caminhando desde a fazenda Anoni. (NAVARRO, 1996, p. 94).

No segundo semestre de 1986, a fazenda Anoni foi liberada para o plantio. No entanto, em função do grande número de famílias acampadas, nem todas conseguiram um lote. As reivindicações do MST continuariam ativas exigindo novas desapropriações no estado. A partir de então, as ações do movimento deslocaram-se para a região central do estado, principalmente, nas proximidades do município de Cruz Alta¹¹³.

No ano de 1991, o MST realizou uma ocupação no município de Bagé, localizado na Campanha Gaúcha, tradicional região pecuarista do estado e com concentrada estrutura fundiária. Verifica-se uma orientação geográfica nas ações do movimento dentro do estado do Rio Grande do Sul.

[...] a história de praticamente dez anos de lutas pela terra no Estado tem também registrado um movimento geográfico das lutas. Começando pelo norte, depois dirigindo-se à parte central do Estado (já em 1987/1988), as lutas atuais do MST já se concentram hoje [1996] na região sul, a região dos

¹¹² Um bom relato cinematográfico sobre a história do acampamento Anoni, é encontrado no documentário “Terra para Rose” de 1987 e “Sonho de Rose” de 1996, de Tetê Moraes.

¹¹³ Görden, F. S. *O Massacre da fazenda Santa Elmira*. Petrópolis: Vozes, 1989.

grandes latifúndios de ocupação antiga, configurando a mais tradicional burguesia agrária do Estado, voltada à exploração extensiva de bovinocultura. Nesta área, atualmente e nos anos seguintes, ocorrerá a última “batalha” pela reforma agrária e pela democratização do acesso à terra no Rio Grande do Sul. (NAVARRO, 1996, p. 96, grifo nosso).

Nesse início de século XXI, os principais conflitos fundiários no Rio Grande do Sul, deslocaram-se para a Campanha Gaúcha, berço do espaço latifundiário, onde somente em meados da década de 1990, o MST conseguiu se territorializar. As dezenas de assentamentos rurais existentes na região foram conquistas pontuais do movimento no “coração” do latifúndio gaúcho, possibilitando a territorialização da luta pela terra.

A territorialização da luta pela terra é aqui compreendida como processo de conquistas de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e por outros movimentos sociais. Entendemos que o assentamento como fração do território é um trunfo na luta pela terra. [...] Nesse processo, a fração do território é conquistado na espacialização da luta como resultado do trabalho de formação e organização do Movimento. Assim, o território conquistado é trunfo e possibilidade da sua territorialização na espacialização da luta pela terra. (FERNANDES, 1999, p. 241).

Como veremos nos próximos itens, no Rio Grande do Sul a territorialização da luta pela terra é marcada pela hegemonia das ações do MST. Em outros estados, como São Paulo e Minas Gerais, observamos uma grande proliferação de outros movimentos sociais rurais, muitos dos quais foram dissidentes do próprio MST. Em linhas gerais, na escala nacional, podemos destacar a história do MST em três momentos principais.

O primeiro refere-se aos anos formativos, do início da década de 1980, quando dos primeiros grupos de sem-terra foram mobilizados, principalmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, passando por sua estruturação formal, em 1984, e estendendo-se até o emblemático ano de 1986, que conclui esta primeira fase, quando o movimento era ainda principalmente sulista. [...] Uma segunda etapa ocorre entre o final de 1986 e 1993, quando o movimento gradualmente optou por ações de confronto, em virtude de uma nova orientação interna que privilegiava esta tática de luta e recusava a direção até então assumida por mediadores da Igreja Católica. [...] O terceiro momento tem início em 1994, com a ocorrência de novos fatos, como a crescente desconfiança, no Rio Grande do Sul, dos outros movimentos em relação aos “sem-terra”, sua organização e estratégias de transformação política e econômica do mundo rural. O fato mais importante, no entanto, foi a “conquista” de São Paulo, pelo MST, a partir daquele ano, conseguindo consolidar-se no estado mais influente e, conseqüentemente, passando a ter uma presença ainda mais marcante nos assuntos relativos à reforma agrária. (NAVARRO; MORAES; MENEZES, 1999, p. 28-30).

Em relação ao processo de formação e territorialização¹¹⁴ do MST, Fernandes (2006), define quatro períodos:

Definimos o primeiro período [1979-1985] como gestação do MST que precede sua fundação. Esse momento é fundamental para compreender as bases de seu processo de formação. O segundo período [1985-1990] foi definido tomando como referência suas ações em escala nacional e a consolidação da estrutura organizativa. Nessa fase, o MST configura a sua forma de organização e se estabelece em todas as regiões brasileiras. No terceiro período [1990-1999] analisamos a sua institucionalização, quando o MST torna-se o principal interlocutor do governo federal a respeito da reforma agrária e é reconhecido internacionalmente. Definimos o quarto período [pós 1999] a partir do processo de mundialização dos movimentos camponeses com a criação da Via Campesina. (FERNANDES, 2006, p. 1).

No decorrer da década de 1990, o MST filiou-se à Via Campesina, uma articulação de movimentos sociais rurais fundada em 1992 que congrega a Ásia, África, América e Europa, formando uma articulação internacional. No Brasil, além do MST, estão vinculados o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

Diante do exposto, não há como negar o importante papel desempenhado pelo MST em termos do número de assentamentos criados, famílias beneficiadas com a redistribuição das terras ocupadas, ou seja, a territorialização da luta pela terra em várias regiões do Brasil. Na contemporaneidade, o MST, o principal movimento social rural brasileiro, conquistou reconhecimento internacional pelas bandeiras defendidas, e, mais recentemente, tem extrapolado a questão da reforma agrária, ultrapassando para outros campos, como o modelo de desenvolvimento a ser seguido, a política comercial internacional, direitos humanos, dentre outros.

Mas isso não quer dizer que não existam contradições internas dentro do movimento. Nos últimos anos, alguns autores têm discutido criticamente as estratégias políticas do MST¹¹⁵. Autores com uma longa trajetória analítica sobre o movimento, como é o caso de Martins, enfatizam que:

¹¹⁴ Uma análise mais aprofundada sobre esse processo em Fernandes (1999 e 2000).

¹¹⁵ Para um melhor aprofundamento sobre as críticas ao MST, consultar Zander Navarro (2005) “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil, e Horácio Martins de Carvalho (2005) A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro).

De fato, o MST e CPT, perderam o controle do seu projeto de transformar a sociedade brasileira através da transformação da estrutura agrária, porque sua concepção maniqueísta e redutiva da política não lhes permite reconhecer-se como donatários políticos da vontade dos pobres da terra. Querer fazer uma revolução sem dela participar de maneira ativa, pública, responsável, criativa e política, nas condições possíveis e viáveis, é querer nada. Não se pode fazer política afirmando o partidário e negando aquilo que é propriamente político. (MARTINS, 2000, p. 21).

Prosseguindo em sua análise, mais à frente Martins (2000) declara:

é evidente que há no Brasil uma questão agrária. Mas, uma questão agrária que parece distanciada das condições históricas de sua solução definitiva, porque esta sociedade perdeu as poucas oportunidades históricas que teve para resolvê-la. Temos uma questão agrária administrada, sob controle, em grande parte porque, mesmo na máxima exacerbação da luta dos que reivindicam a reforma agrária, ela não se revela comprometedora para o funcionamento do sistema econômico e do sistema político. Ela tende a aparecer residualmente como um problema social não referido a uma questão estrutural. (MARTINS, 2000, p. 93).

Em Navarro (2007), também são evidentes as críticas quanto às recentes ações e estratégias do MST, como as manifestações que ocorrem anualmente no denominado Abril Vermelho¹¹⁶, em que aconteceram manifestações (ocupações e marchas) em todos os estados onde o movimento está territorializado, ganhando notoriedade na mídia nacional.

Três décadas depois de sua fundação pela Comissão Pastoral da Terra, o MST promove mais um “abril vermelho”. Assusta uns e enfeitiça outros tantos, encantados com a mobilização supostamente voluntária dos pobres do campo. [...] Perdendo a sua razão de ser, o MST tem sido forçado a apelar para “novos temas” para se autojustificar e, desde então, são patéticas suas ações e demandas. Sempre procurando polaridades que facilitam o jogo político, a tentativa, por exemplo, de transformar o chamado “agronegócio” em alvo é apenas um desses equívocos. [...] Mas a comédia de erros pode se estender a perder de vista. Desde o embuste de apresentar-se como um “movimento social”, quando é uma organização não democrática do sistema político (o que permite esconder líderes, que escapam do debate), até os aspectos de sua estruturação interna, quase todos ignorados pelo público. Esse desconhece, por exemplo, a verdadeira aberração que são suas iniciativas em “educação”, passando pelo controle autoritário, frequentemente violento, sobre os assentados, em um mundo rural onde o Estado não comparece e as práticas democráticas são rarefeitas. (NAVARRO, 2007).

Navarro e Martins possuem uma longa trajetória nos estudos sobre a questão agrária brasileira, reforma agrária e movimentos sociais rurais, sendo que em períodos anteriores

¹¹⁶ Referência ao massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996.

atuaram como apoiadores da CPT e do MST, mas, nos últimos anos, suas análises têm sido contundentes, gerando certo desconforto entre outros pesquisadores sobre o tema.

Dentre os pesquisadores que fazem sérias críticas às atuais abordagens de Martins e Navarro, encontram-se Fernandes e Carvalho, discordando da idéia de que as recentes ações do movimento estejam desviando sua histórica bandeira de luta, ou seja, a reforma agrária.

A identidade de projeto desse movimento social está em construção. A consciência social dos sem-terra de que apenas a obtenção da terra é insuficiente para a realização dos seus objetivos econômicos imediatos, já é efetiva; a percepção de que as demais lutas sociais como a educação, saúde, cultura, formação, etc. são indispensáveis para a sua emancipação de duas a três cercas que o dominam, o latifúndio e a ignorância, é crescente e já lhes dá significado; a terceira cerca, o capital, em função dos processos de exclusão social e aumento da pobreza no país, vai aos poucos fazendo sentido para os sem-terra. (CARVALHO, 2005, p. 249).

Já Fernandes (2006), defende a idéia de que na década de 1990 um grupo considerável de pesquisadores passou a desconsiderar a existência da questão agrária como problema insolúvel no capitalismo.

Partindo desse pressuposto, propõe uma solução por meio da integração dos camponeses ao mercado e ao capital. A partir dessas condições e com a execução de políticas desenvolvidas pelo Estado, seria superado o problema agrário do capitalismo. Esse paradigma teve uma força política extraordinária. [...] Desde esse ponto de vista, a questão agrária tornou-se um problema inexistente já que não tem solução na sociedade capitalista e, conforme o discurso predominante, mesmo no Partido dos Trabalhadores, não tem sentido procurar uma solução que não seja a partir da realidade capitalista. Ainda, desde esse ponto de vista, a compra de terras por meio de políticas tipo “Banco da Terra”, com o apoio do Banco Mundial, pode ser uma saída para o problema agrário. (FERNANDES, 2006, p. 15).

No plano acadêmico, as discussões concentram-se em debater as mudanças de foco do movimento, principalmente, a incorporação de novas bandeiras de lutas e reivindicações que transcendem a questão da luta pela terra, incorporando novos temas como combate a globalização, produtos transgênicos, plantação de monoculturas, dentre outros. Na esfera do judiciário, o MST tem enfrentado, desde o final do ano de 2007, frequentes ações de criminalização de seus atos. Tais ações iniciadas no Ministério Público do Rio Grande do Sul passaram a criminalizar as estratégias do movimento, principalmente, aquelas associadas ao processo de luta pela reforma agrária.

No processo de redemocratização, os movimentos sociais, principalmente aqueles provenientes do campo, exerceram um papel de vanguarda no Rio Grande do Sul, trazendo à tona os problemas da modernização conservadora, denunciando seus impactos socioeconômicos entre os camponeses gaúchos desterritorializados. Como vimos anteriormente, a própria formação do MST está associada às históricas mobilizações dos camponeses no norte do estado, por onde penetrou a modernização no campo gaúcho.

Passados trintas anos, a vanguarda no processo democrático, cedeu lugar a ações que ameaçam as liberdades conquistadas com o fim da ditadura militar, pois no final de 2007, o Ministério Público do Rio Grande do Sul, em seu conselho superior, aprovou um relatório que solicitava a dissolução do MST, por meio de proibições de suas marchas, reuniões, deslocamentos, e acampamentos. Além disso, o relatório aprovado por unanimidade pelo conselho superior do Ministério Público, também autorizava o despejo e deslocamento de acampamentos.

As ações do Ministério Público gaúcho afetaram diretamente as estratégias do MST no Rio Grande do Sul, na medida em que o acampamento para o movimento é um espaço importante no processo de luta pela terra, pois é a partir dele que a sociedade toma conhecimento e visibilidade da questão agrária. A criminalização dos movimentos sociais, proposta pelo Ministério Público, sugeriu a proibição de se estabelecer contratos e convênios entre órgãos do Estado com o MST.

Existem indícios que apontam que a criminalização dos movimentos sociais, acentuou no Rio Grande do Sul ações violentas por parte da Brigada Militar em processos de despejos de acampamentos, principalmente, com famílias acampadas em faixa de domínio de rodovias. A reintegração de posse por parte da Brigada Militar ocorreu com o apoio da governadora Yeda Crusius (PSDB), demonstrando uma intensa ofensiva contra as famílias sem-terra.

Evidenciamos assim, uma latente questão agrária no Rio Grande do Sul, com desdobramentos ainda imprecisos para o futuro da luta pela terra. Contraditoriamente, o estado, berço das mobilizações camponesas que deram origem ao MST, é, nesse início de século XXI responsável por ações que criminalizam os movimentos sociais, tendo como alegação o direito de propriedade e a contenção das ações dos trabalhadores sem-terra.

3.3 Os territórios da luta pela terra no Rio Grande do Sul

Em relação ao Rio Grande do Sul, é bom salientar que os territórios de atuação do MST e do MAB não são os mesmos. A partir de meados da década de 1990, o MST começou a atuar com maior incidência na Metade Sul, área de grande concentração fundiária; o MAB, no vale do Rio Uruguai, no extremo norte na divisa com Santa Catarina.

Como percebemos, desde as primeiras ações do MASTER, as ocupações de terra tornaram-se uma estratégia importante no processo de luta pela terra, e posteriormente em seu processo de processo de formação e territorialização, o MST também incorporou essa estratégia de resistência e reivindicação.

Ao observarmos a tabela 4 sobre o número de ocupações ocorridas no estado do Rio Grande do Sul de 1988 a 2005 fica nítida a sua maior incidência a partir do ano de 1997, acentuando-se no período de 1999 a 2002.

Tabela 4 – Rio Grande do Sul: número total de ocupações de terra de 1988 - 2005

<i>Ano</i>	<i>Nº de Ocupações</i>	<i>Nº de Famílias</i>
1988	2	740
1989	10	1.695
1990	2	405
1991	7	2.903
1992	16	3.565
1993	5	1.506
1994	3	1.130
1995	1	802
1996	4	4.926
1997	6	3.056
1998	12	5.155
1999	21	6.098
2000	12	3.380
2001	18	6.942
2002	20	3.660
2003	12	2.250
2004	12	1.792
2005	12	2.405
Total	175	52.410

Fonte: DATALUTA/NERA (2006).

As ocupações de terra 1988 a 1990 ocorreram exclusivamente em municípios localizados na Metade Norte do estado e próximo a Porto Alegre. A partir de 1991, já ocorreram ocupações de terra na Metade Sul, mas continuaram também na metade Norte. Na medida em que os anos avançaram, proporcionalmente, ocorreu um deslocamento nas ocupações de terra, concentrando-se definitivamente na porção centro-sul do estado.

O que esses deslocamentos indicam é, de um lado, a crescente dificuldade de localização de imóveis desapropriáveis, como antes referido, mas igualmente, o “fechamento” aparente dos deslocamentos geográficos organizados pelo MST, no Rio Grande do Sul, em vista do longo período analisado, aos poucos esgotando as possibilidades de formação de novos assentamentos. Certamente aqui situa-se um dos maiores impasses do (para organismos oficiais e o MST) para o prosseguimento da reforma agrária, pela via desapropriatória, no Rio Grande do Sul. (NAVARRO; MORAES; MENEZES, 1999, p. 43).

A concentração de ocupações de terra de 1998 a 2002 ocorreu principalmente por causa dos acirrados debates em torno dos índices de lotação pecuária entre o INCRA e a FARSUL, uma vez que os sem-terra consideravam tais índices muito baixos e os fazendeiros muito elevados.

O ano de 1997 foi marcado, no Rio Grande do Sul, por acirrados debates sobre a questão agrária. O Movimento dos Agricultores Sem Terra – MST – intensificou suas lutas e reivindicações através de ocupações de propriedades que considerava improdutivas, em especial nas Missões e Campanha. Os fazendeiros, nucleados na Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul – Farsul, não tardaram a dar resposta, inconformados com o que consideravam invasão de propriedade privada produtiva. [...] a Farsul exige e obtém do Incra uma revisão dos índices de lotação para a pecuária do Rio Grande do Sul. (SORIO JUNIOR, 2001, p. 9).

O embate deu-se devido à proposta dos pesquisadores que recomendaram na comissão do INCRA uma carga animal média de 0,44 UA/ha. Assim, com tais índices, a Metade Sul do estado estaria descaracterizada como área para reforma agrária, pois nenhuma propriedade se enquadraria como improdutiva. As atuais exigências partem do princípio de que a média lotação pecuária situa-se em torno de 0,80 UA/ha.

Portanto, os impactos das ações do MST no Rio Grande do Sul são perceptíveis na medida em que nestes trinta anos de luta pela terra foram conquistados centenas de assentamentos rurais nas diversas regiões do estado, em algumas com maior e em outras com menor intensidade. A característica mais marcante na década de 1990 ocorreu pelo movimento geográfico dessas lutas, que penetraram no cerne do latifúndio gaúcho.

Ao observarmos a tabela 5 sobre o número total de assentamentos no Rio Grande do Sul de 1979 a 2005 evidenciamos alguns períodos com uma maior incidência de instalação de assentamentos rurais.

Evidenciamos, também, que no decorrer da década de 1980 até meados da de 1990, ocorreu uma constante quanto à realização de assentamentos rurais, mas nada considerado ao

período de 1996 a 2002 quando constatamos a maior incidência de assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. A partir de 2003 registramos uma considerável diminuição.

Tabela 5 – Rio Grande do Sul: número total de assentamentos, famílias e área (ha) de 1979 - 2005

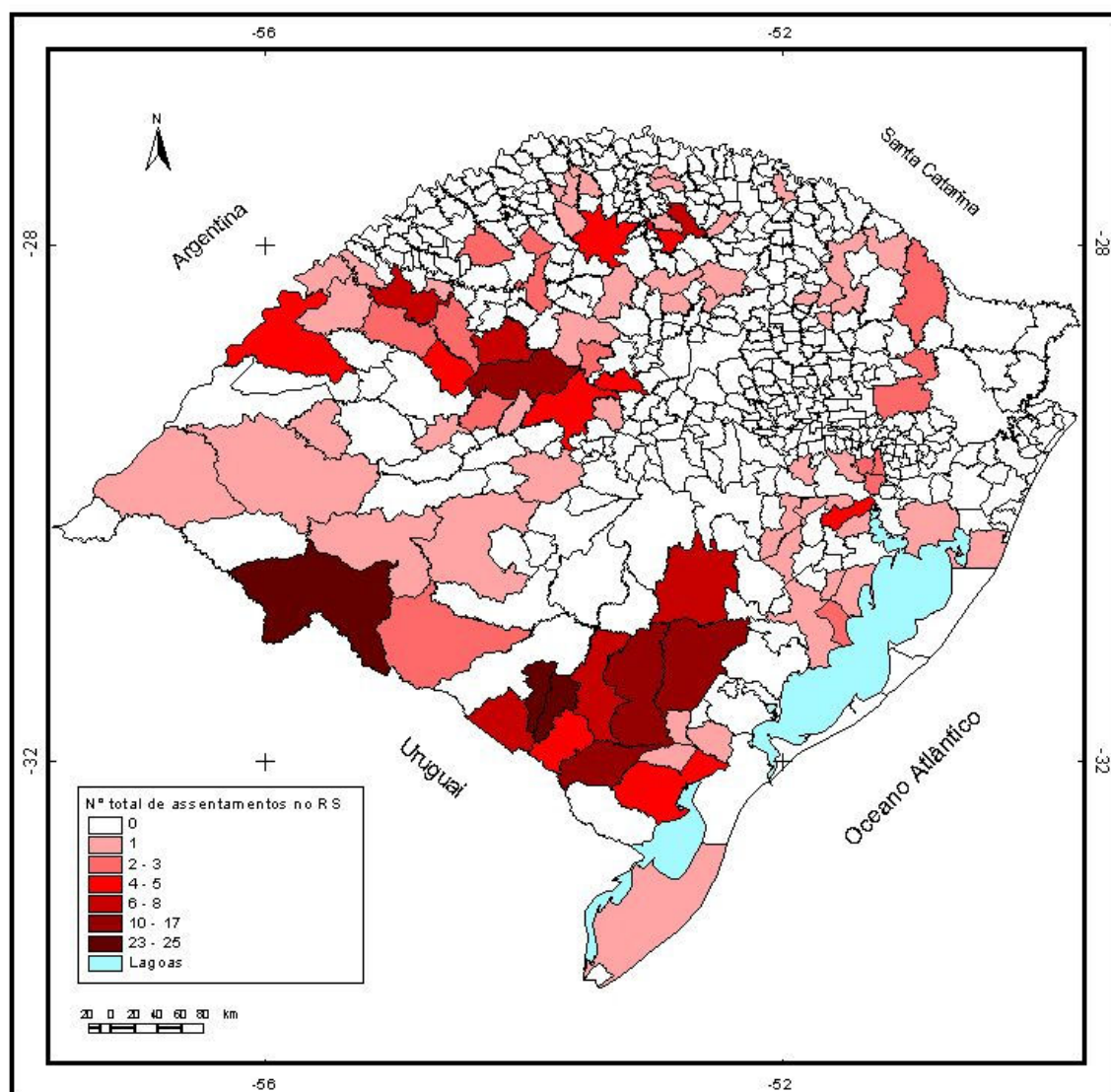
<i>Ano</i>	<i>Nº de Assentamentos</i>	<i>Nº de Famílias</i>	<i>Área (ha)</i>
1979	3	167	2.983
1980	0	0	0
1981	1	66	1.049
1982	1	24	387
1983	5	72	2.296
1984	3	44	544
1985	1	57	574
1986	8	1.182	22.657
1987	7	285	6.282
1988	12	432	9.146
1989	19	621	18.906
1990	8	233	4.228
1991	9	450	6.512
1992	18	646	11.289
1993	7	195	2.744
1994	8	402	7.980
1995	7	408	8.772
1996	25	1.084	25.756
1997	32	1.201	30.605
1998	19	1.328	29.984
1999	30	1.009	22.514
2000	34	1.112	22.070
2001	40	1.565	32.203
2002	28	765	17.949
2003	4	170	3.147
2004	3	39	753
2005	6	262	4.365
Total	338	13.819	295.695

Fonte: DATALUTA/NERA (2006).

A atual¹¹⁷ configuração da territorialização da luta pela terra no Rio Grande do Sul, sem dúvida alguma, é mérito das reivindicações e lutas promovidas pelo MST nos últimos trinta anos, forçando o Estado, seja na esfera estadual ou federal, a criar mecanismos de promoção de processos reterritorializantes para milhares de indivíduos que foram contemplados com lotes de reforma agrária.

Ao observarmos o mapa 8, perceberemos uma maior concentração espacial dos assentamentos rurais em determinadas regiões: norte, central, sudoeste e sudeste.

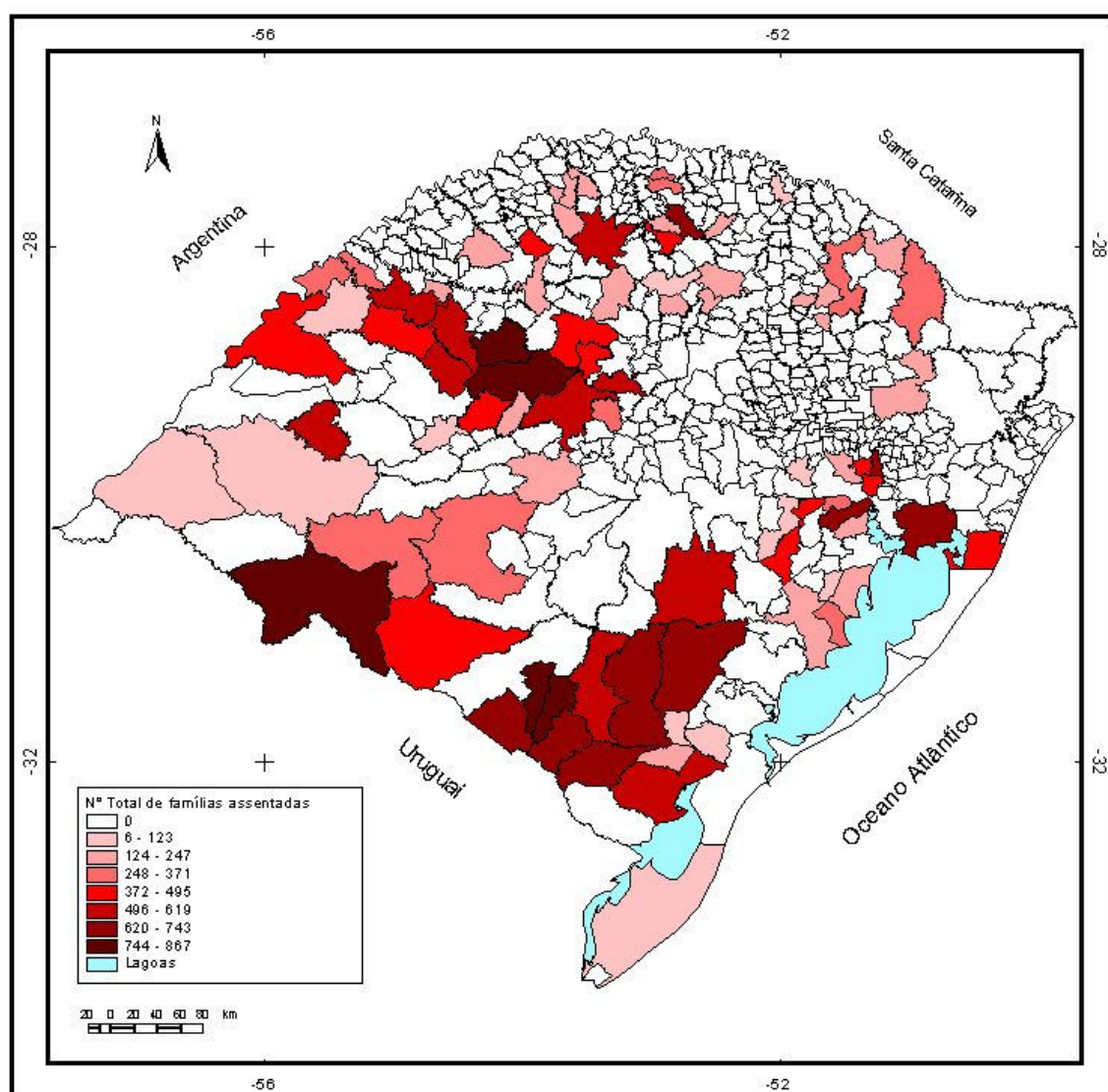
¹¹⁷ Estamos trabalhando com dados disponíveis até no ano de 2005.



Fonte: DATALUTA/NERA (2006).
Org.: Chelotti (2007).

Na região norte, desstacam-se os municípios de Palmeiras das Missões, Ronda Alta e Sarandi. Na porção centro-oeste, destacam-se municípios como Capão do Cipó, Júlio de Castilhos, Jóia e Tupanciretã. No sudoeste, destacam-se os municípios de Hulha Negra e Sant'Ana do Livramento. No sudeste, os municípios de Canguçu, Candiota, Pinheiro Machado e Piratini, são os mais representativos.

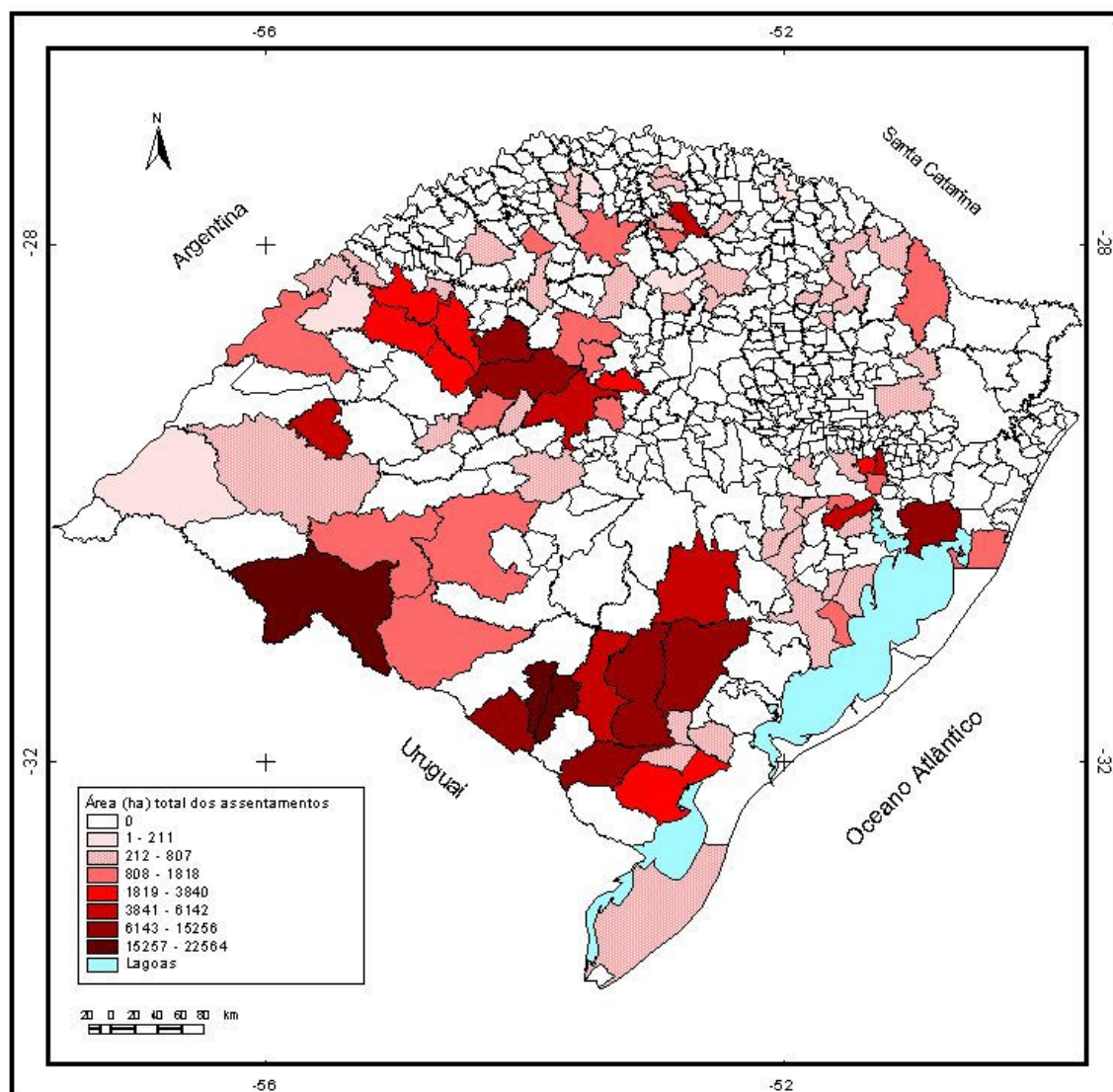
Os municípios que possuem o maior número total de famílias assentadas não necessariamente coincidem com aqueles que têm o maior número de assentamentos rurais, pois depende da variável dimensão da área em hectares do assentamento. No entanto, geralmente, os municípios que possuem o maior número de assentamentos são aqueles que têm o maior número de famílias assentadas (Mapa 9)



Mapa 9 – Rio Grande do Sul: número total de famílias assentadas por municípios até 2006
 Fonte: DATALUTA/NERA (2006).
 Org.: Chelotti (2007).

No mapa 9, verificamos que a maior concentração de famílias assentadas está nos municípios de Palmeira das Missões e Ronda Alta, próximo aos primeiros focos de tensão no campo gaúcho na década de 1970. Na porção central, destacam-se municípios como Jóia, Júlio de Castilhos e Tupanciretã, que representam o deslocamento interno das lutas, como vimos anteriormente. Na proximidade da região metropolitana da Porto Alegre, o maior número de famílias assentadas está em municípios como Eldorado do Sul e Viamão, esse último, por sinal, possui o maior assentamento gaúcho, com cerca de 9.000 hectares.

O mapa 10, que demonstra o total de área ocupada pelos assentamentos rurais. Verificamos a consolidação da Metade Sul enquanto território conquistado no processo de luta pela terra.



Mapa 10 – Rio Grande do Sul: área total (ha) dos assentamentos por municípios até 2006

Fonte: DATALUTA/NERA (2006).

Org.: Chelotti (2007).

Já em relação às áreas mais recentes de luta pela terra, na Metade Sul do estado, destacam-se na Campanha o caso de Sant'Ana do Livramento, Hulha Negra e Manoel Viana, como maior concentração de famílias, esse último, possui somente um assentamento, mas numa área de 6.000 hectares. Em relação à porção sudeste, destacam-se os municípios de Canguçu e Piratini com o maior número de famílias assentadas.

Após verificarmos quais os anos apresentaram a maior incidência de instalação de assentamentos rurais no Rio Grande do Sul, torna-se importante aprofundar um pouco mais

sobre tal conjuntura. Assim, algumas questões políticas e econômicas foram fundamentais no processo de implantação dos assentamentos rurais no estado.

Conforme Navarro, Moraes; Menezes (1999) é possível identificar pelo menos três fases bem distintas nesse processo: a primeira, de 1978 a 1984; a segunda, de 1985 a 1988 e a terceira, de 1989 até aos nossos dias [os autores se referem até 1999]. Essas divisões foram influenciadas por aspectos como os diferentes tipos de intervenção estatal, as distintas formas de organização e pressão pela reforma agrária, e os assentamentos formados e suas especificidades.

No entanto, no período de 1999-2002, o Governo Estadual institucionalizou a Campanha Gaúcha área prioritária para sua política de reforma agrária. A nosso ver, esse período pode ser considerado como uma quarta fase na implantação de assentamentos rurais no Rio Grande do Sul devido às grandes repercussões, tanto no plano político quanto no agrário.

A primeira fase (1978 - 1984) é caracterizada pela retomada das lutas sociais no campo, organizada pelos grupos indígenas e pelos afogados da barragem do Passo Real e pequenos produtores da região do Alto Uruguai. Este período mostrou-se fortemente favorável ao acesso à terra por causa da legitimação oferecida pela Igreja e do enfraquecimento do regime militar.

A segunda fase (1985 - 1988) caracterizou-se por uma atuação mais intensa do MST influenciada pelo processo de democratização do país. O período correspondente a 1985 – 1988 caracterizou-se muito mais pelas desapropriações do que propriamente pela implantação de políticas públicas que pudessem viabilizar a produção, comprometendo, muitas vezes, a manutenção dos assentamentos.

A terceira fase (1989-1999) é caracterizada pela saída de cena do governo federal, que reduziu fortemente as ações de desapropriações no final do governo de José Sarney, interrompendo-as completamente no governo Collor, mas reiniciando-as timidamente no mandato de Itamar Franco. A administração de Fernando Henrique Cardoso retomou aos poucos, iniciativas como a compra de propriedades em detrimento das desapropriações.

A quarta fase (1999-2002) foi marcada pela forte atuação do Governo Estadual em adquirir terras na Campanha Gaúcha para implantação de assentamentos rurais, atendendo as reivindicações dos movimentos sociais. A partir de mecanismo como a realização de assentamentos compartilhados, metade de seus custos foram financiados pelo Governo Estadual e a outra pelo Governo Federal. Dessa forma, foi possível adquirir várias áreas.

Portanto, o quadro atual da territorialização dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul reflete o deslocamento geográfico das pressões sociais, fruto das reivindicações do MST que forçaram o Estado, seja na esfera Estadual ou Federal a criar mecanismos de contenção dessas reivindicações.

A Campanha Gaúcha, território do latifúndio, tornou-se o principal alvo das ações do MST no deslocamento geográfico de suas pressões no Rio Grande do Sul.

3.4 A luta pela terra na Campanha Gaúcha

Haesbaert (1988), em pesquisa realizada no decorrer da década de 1980 sobre a formação da identidade regional gaúcha, já apontava alguns indícios de um processo que estava em curso, ou seja, a luta pela terra com os possíveis conflitos fundiários que caracterizariam a recente historiografia da geografia agrária da Campanha Gaúcha.

[...] o sentido da identidade regional e do latifúndio (que de algum modo a sustenta) para o camponês marginalizado do acesso à terra é, por fim, uma outra questão a ser abordada. A extraordinária mutação sócio-espacial transformou o latifúndio decadente em um espaço simbólico, fonte de identidade e “orgulho” para todos os gaúchos, contraditória e dialeticamente, pode gerar também seu reverso, pois a manutenção de vastos espaços improdutivos ou mal explorados começa a mobilizar os segmentos sociais alienados dos meios de produção. (HAESBAERT, 1988, p. 90, grifo nosso).

Nesse contexto, seria inevitável o conflito entre os latifundiários e os sem-terra na região. A reorientação das ações do MST em direção a municípios da região foi impulsionada pela existência de grandes extensões de terra e a contestação dos seus índices de produtividade, uma vez que deixaram de existir propriedades a serem adquiridas pelos Governos Federal e Estadual em outras áreas do Rio Grande do Sul.

No entanto, os primeiros assentamentos instalados foram organizados pelo Governo Estadual, que adquiriu propriedades nos municípios de Hulha Negra e em Dom Pedrito para assentar os sem-terra que realizavam pressão no norte do estado, principalmente, famílias oriundas da Fazenda Anoni.

Reforma agrária chega a Dom Pedrito.

A secretaria da agricultura adquiriu 10 quadras de sesmaria para assentamento de colonos sem-terra, no Campo Seco. A medida provocou

imediate reação dos produtores que entendem que a prioridade deva ser dos que aqui trabalham (arrendatários). [...] o hectare na região de Sarandi e Ronda Alta custa em torno de CZ\$ 500 mil e, em Dom Pedrito, região fronteiriça, o valor não poderia ultrapassar CZ\$ 200 mil. Alguns fazendeiros de Dom Pedrito, entretanto, admitiram ter recebido CZ\$ 800 mil por hectare.

Governo adquire terras para reforma agrária no município.

O presidente da associação dos agricultores Rui Raguzzoni afirma que sua classe não é contra essa decisão, apenas pondera a necessidade de dar prioridade aos colonos sem-terra que residem no município o que há muito vem lutando contra inúmeras dificuldades. Assim, como ele, os demais produtores concordam que o assunto não pode ser resolvido a nível de partido mas sim com participação de toda comunidade para que estas terras sejam exploradas por pessoas em condições para tanto. (JORNAL PONCHE VERDE, 10/12/1988, grifos são manchetes).

Nesse caso, torna-se evidente que o Governo Estadual adquiriu a propriedade na região devido ao baixo preço da terra, em relação a outras áreas do estado, e pela necessidade de assentar inúmeras famílias que ainda permaneciam na Fazenda Anoni. A reação contrária por parte dos representantes dos latifundiários se deu na medida em que esse poderia ser um precedente para mais assentamentos no município, e conseqüentemente, na região. Mas ressalta-se que não se tratou de ocupação de terra na região, pelo menos nesses primeiros assentamentos que tinham por objetivo atenuar as pressões que ocorriam em outras regiões, principalmente no norte gaúcho.

Em primeiro lugar é preciso esclarecer que as compras de terra em Dom Pedrito somente aconteceram depois que os técnicos e representantes dos sem-terra analisaram a área. A palavra final ficou com o Conselho, que é formado pela Secretaria da Agricultura, Fetag, Farsul, Banrisul. Nós não estamos desapropriando e sim pagando o preço justo [...] o governo está disposto a comprar mais terras, os interessados em vender suas propriedades devem encaminhar correspondência ao Mirad. [...] O secretário reconhece que o processo é traumático para muitos produtores, mas lembra que a intenção é resolver a questão e que o governo está comprando e não desapropriando. (JORNAL PONCHE VERDE, 31/12/1988).

Para muitos proprietários, a negociação de suas terras com o Governo Estadual representava uma estratégia de obter algum rendimento, uma vez que se encontravam “endividados” com a desestruturação ocorrida na economia regional. Com a venda, esses recursos foram aplicados na aquisição de terra em outras áreas, como no centro-oeste brasileiro e norte do Uruguai.

Enfim, por mais que alguns proprietários fossem contrários à venda de terras para reforma agrária, isso não impediu que, principalmente, as médias propriedades fossem

negociadas com o estado para se transformarem em assentamentos rurais, como ocorreu em Dom Pedrito e outros municípios da região.

Distante 42 km da cidade, a fazenda Vista Nova, no Campo Seco, não é igual a tantas outras do município; é que ali está começando um processo totalmente novo para os pedritenses: o assentamento de Colonos. Eles foram chegando em grupos, outros atrasados e acamparam a esquerda da estrada, embaixo de eucaliptos, erguendo pequenas barracas cobertas por plásticos onde abrigam seus filhos e esperanças. [...] E assim eles foram chegando ao município. Muitos foram meeiros ou empregados rurais, alguns pequenos produtores que esperam contar com assistência técnica e financiamento para trabalhar. (JORNAL PONCHE VERDE, 21/01/1989).

A nosso ver, a hegemonia do espaço latifundiário regional começou a ser questionada na medida em que ocorreram as primeiras ocupações de terra nas proximidades do município de Bagé. O deslocamento de centenas de sem-terra das mais diversas regiões do estado foi uma estratégia importante na luta pela terra na Campanha Gaúcha. Até então, os conflitos fundiários restringiam-se ao norte do Rio Grande do Sul, área latente desde o final da década de 1970 e início de 1980.

Como vimos no item anterior, a década de 1990 é marcada pela intensificação da luta pela terra no sudoeste gaúcho, onde ocorreram inúmeras ocupações de terra promovidas pelo MST em propriedades rurais consideradas improdutivas, forçando o INCRA a realizar vistorias na região. Mas, a FARSUL, representante dos latifundiários, exigiu a revisão dos índices de lotação pecuária estabelecida em 0,8 UA/ha (unidade animal por hectare), para 0,44 UA/ha¹¹⁸. O argumento da FARSUL de baixar o índice foi justificado pelo discurso de preservação do bioma do Pampa, em que uma lotação maior que 0,44 UA/ha provocaria impacto ambiental.

As propriedades que não possuíam os índices mínimos de lotação proposto pelo INCRA tornaram-se alvo de ocupações promovidas pelo MST, como uma estratégia de luta pela terra e pressão para acelerar desapropriações para reforma agrária na região.

A luta pela terra é um dos principais elementos para compreendermos a questão agrária. A ocupação e a resistência na terra são formas dessa luta. A reforma agrária é outro elemento da questão agrária. Pelo fato da não realização da reforma agrária, por meio das ocupações, os sem-terra intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de assentamentos rurais. (FERNANDES, 2000, p. 279).

¹¹⁸ Maiores detalhes consultar Sorio Junior (2001).

No decorrer da década de 1990, a estratégia do MST de ocupar as propriedades consideradas improdutivas pelo INCRA transformou algumas áreas da Campanha Gaúcha em principal foco de luta entre ruralistas e sem-terra no Rio Grande do Sul. Obviamente, a medida não foi bem aceita pelos latifundiários, que representados pela FARSUL revidaram as vistorias realizadas pelo INCRA alegando descumprimento do direito de propriedade.

Embora os latifundiários fossem contrários às vistoriais, o INCRA estava disposto a aplicar a metodologia do Programa Nacional de Recadastramento de Imóveis Rurais (RECAD) já realizada em outras regiões do país como no Pontal do Parapanema, interior paulista, o que fortaleceu as ações promovidas pelo MST na região.

Acreditando que a tática tenha funcionado para acabar com a demanda por terra no Pontal, a direção do Incra estendeu a manobra a todo país. Bagé, Herval, Dom Pedrito, Hulha Negra e Candiota foram os eleitos para o início do processo em território gaúcho. A idéia é visitar todas as propriedades com mais de 400 hectares desses municípios, verificar o uso da terra e a produtividade, mapear todos os imóveis e definir quais interessam para desapropriação ou compra. Segundo a estimativa do Incra, são em torno de 160 fazendas. Os critérios para a escolha da Campanha teriam sido a existência de grandes propriedades rurais, com os melhores solos da Metade Sul para assentamento, além da proximidade com outras famílias já instaladas. (JORNAL ZERO HORA, 5/12/1999).

Os ruralistas mobilizaram-se para não deixar o INCRA realizar as vistorias. Foi de fundamental importância o apoio de todos os proprietários da região organizados em seus Sindicatos Rurais, que apoiaram as ações da FARSUL e da Associação Rural de Bagé¹¹⁹ para a não realização das vistoriais. As estratégias consistiam desde a realização de cordões humanos em frente às propriedades a serem vistoriadas, até ameaças de boicotar a Expointer¹²⁰, para com isso pressionar o então Ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann, a suspender as vistorias na região.

A organização dos ruralistas resultou em uma trégua por parte do INCRA em realizar vistorias na região, mas isso não significou o fim dos conflitos, pois o MST como já se encontrava organizado na região, principalmente, em dezenas de assentamentos nos municípios de Hulha Negra, Aceguá, Sant'Ana do Livramento, continuaria realizando ocupações, consolidando a Campanha Gaúcha como a principal área de tensão e luta pela terra no Rio Grande do Sul.

¹¹⁹ A referida associação é a mais antiga do país, fundada em 1904, o que mostra a tradição da região na agropecuária na defesa de seus interesses.

¹²⁰ A EXPOINTER é a mais importante exposição agropecuária do Rio Grande do Sul, possuindo projeção internacional, realizada no município de Esteio, região metropolitana de Porto Alegre.

Os conflitos fundiários entre latifundiários representados pela FARSUL, e sem-terra, organizados pelo MST, ganhariam mais força e intensidade na medida em que o Governo Estadual (Olivio Dutra) instituiu o sudoeste gaúcho como área prioritária para realização de sua política de reforma agrária. Portanto, se ocorreu um afastamento por parte do Governo Federal nas negociações, em esfera estadual ocorreu uma maior aproximação para atender aos interesses dos sem-terra. Essas contradições são bem evidentes nos discursos dos representantes de classe, tanto do MST quanto da FARSUL.

[...] A reforma agrária é o único meio de garantir o desenvolvimento social e econômico de centenas de municípios do interior do país. A única forma de desenvolver a região sul do Estado é alterando a estrutura agrária. Também é a maneira mais barata de garantir emprego no campo e desenvolvimento econômico. A terra concentrada, está comprovada cientificamente, é sinônimo de atraso no desenvolvimento social e econômico. É preciso fazer uma reforma agrária séria, não com programas que o governo federal tem lançado, que criam uma falsa expectativa nos trabalhadores, além de atirar os latifundiários. A solução para não existir tensão social é que o governo estabeleça um programa de reforma agrária permanente. Os proprietários que produzem não temem as vistorias. Os ruralistas nos acusam de não cumprir a lei e agora são eles que estão descumprindo. Vamos fazer as vistorias e, se não existirem latifúndios, aceitaremos a reforma por meio da compra de terras. (Dirigente estadual do MST, JORNAL ZERO HORA 5/12/1999).

Sou contra a reforma agrária. Até hoje ela não resultou em aumento de produtividade, por falta de condições econômicas de mercado ou por inexistência de escala de produção. [...] A maior prova é que um dos primeiros assentamentos de Bagé, a Colônia Nova Esperança, está quase abandonado. Das 125 famílias instaladas, restam menos de 40. A reforma agrária hoje, principalmente a proposta pelo governo do Estado, nada mais é do que o deslocamento da mão-de-obra desqualificada das cidades para o campo. Não se faz agropecuária sem recursos humanos qualificados. Trabalhadores marginalizados nos grandes centros urbanos, despreparados para a atividade agrícola, são jogados em pequenas glebas de terra, em média 20 hectares. Na região de Bagé, propriedades desse tamanho não apresentam sustentabilidade econômica, o que resulta no governo financiando quem não produz. [...]. (Presidente de assuntos fundiários da FARSUL, JORNAL ZERO HORA, 5/12/1999).

Apesar da resistência dos latifundiários e da maioria dos prefeitos dos municípios onde seriam instalados os assentamentos, alguns setores da sociedade civil organizaram-se para apoiar as ações do MST. Um exemplo desse apoio ocorreu no município de Sant'Ana do Livramento, no início dos anos 1990, quando um grupo de professores e bancários organizaram o "*Comitê de Apoio ao Movimento Sem-Terra de Livramento*". O objetivo principal do comitê era de auxiliar as famílias beneficiadas com terra e que estavam chegando

ao município, providenciando alimentos, roupas, medicamentos, ou qualquer outro item de necessidade que surgisse.

De acordo com a tabela 6, verificamos que, no período de 1991 a 2005, ocorreram 27 ocupações na Campanha Gaúcha, concentradas em Hulha Negra e Sant'Ana do Livramento, municípios que possuem o maior número de assentamentos rurais da região.

Tabela 6 – Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: número de ocupações de 1991 - 2005

<i>Município</i>	<i>Nº de ocupações</i>	<i>Nº de famílias</i>	<i>Ano</i>
Bagé	2	1.300	1991
Bagé	1	150	1992
Hulha Negra	2	100	1992
Sant'Ana do Livramento	1	N.I.	1992
Hulha Negra	1	N.I.	1997
Sant'Ana do Livramento	1	300	1998
São Borja	1	140	1998
Sant'Ana do Livramento	1	380	1999
Hulha Negra	2	N.I.	1999
Alegrete	3	1.700	2001
Hulha Negra	2	320	2002
Bagé	2	120	2002
Sant'Ana do Livramento	2	30	2002
Uruguaiana	1	15	2002
São Gabriel	2	240	2003
Sant'Ana do Livramento	1	450	2005
São Borja	1	200	2005
Sant'Ana do Livramento	1	150	2005
Total	27	5.595	

Fonte: DATALUTA/NERA (2006).

Org.: Chelotti (2007).

Além das ocupações de terra, os acampamentos organizados pelo MST têm por objetivo reunir os sem-terra num determinado lugar, geralmente, próximo às estradas e a curso d'água, para dar visibilidade a suas reivindicações.

Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si, os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações. São, portanto, espaços de luta e resistência. Assim sendo, demarcam nos latifúndios os primeiros momentos do processo de territorialização da luta. As ações de ocupar e acampar interagem os processos de espacialização e territorialização. Podem estar localizados dentro de um latifúndio ou nas margens de uma estrada, conforme a conjuntura política e a correlação de forças. (FERNANDES, 2000, p. 293).

Conforme os dados da CPT, no período de 2001 a 2005, foram organizados 12 acampamentos na Campanha Gaúcha, concentrados, principalmente, em Sant'Ana do Livramento, como mostra a tabela 7.

Tabela 7 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: número de acampamentos 2001 - 2005

<i>Município</i>	<i>Data</i>	<i>Nº de famílias</i>	<i>Responsável</i>
Alegrete	15/08/2001	100	MST
Bagé	02/02/2001	600	MST
Hulha Negra	02/07/2001	70	MST
Hulha Negra	08/09/2001	35	MST
Uruguaiana	05/02/2001	120	MST
Bagé	20/04/2002	110	MST
Sant'Ana do Livramento	14/10/2003	80	MST
Sant'Ana do Livramento	06/03/2003	450	MST
São Gabriel	16/08/2003	-	MST
São Gabriel	04/12/2003	600	MST
Alegrete	27/04/2004	80	MST
Sant'Ana do Livramento	30/11/2005	40	MST
12 acampamentos	-	2.285	100%

Fonte: CPT (2007).

Org.: Chelotti (2007).

Embora sejam de caráter transitório, os acampamentos de sem-terra tornaram-se elementos presentes na paisagem da Campanha Gaúcha, principalmente, ao longo das estradas próximos às áreas que reivindicam desapropriação ou que estejam em negociação com o INCRA, ou em áreas cedidas no interior dos assentamentos já existentes na região.

A primeira ocupação de terra no Rio Grande do Sul ocorreu no dia sete de setembro de 1979, quando um grupo de 185 famílias sem-terra ocuparam as granjas Macali (1.6.630 ha) e Brilhante (1.433 ha) pertencentes à fazenda Sarandi, extremo norte do estado. Essa ocupação foi realizada em plena ditadura militar, antes mesmo do surgimento do MST, estimulando a resistência do acampamento Encruzilhada Natalino. Portanto, no final da década de 1970, os conflitos fundiários ocorriam no norte do Rio Grande do Sul, entre indígenas, colonos e grandes proprietários de terra.

Após duas décadas de luta pela terra, no início do século XXI, os maiores conflitos fundiários ocorreram na Campanha, tradicional território do latifúndio gaúcho, como foram os casos da fazenda Ana Paula Agropastoril, localizada no município de Hulha Negra, ocupada no ano de 2002 e da fazenda Southall ocupada em 2003, localizada no município de São Gabriel. Mas isso não significa que o problema agrário tenha acabado no norte do estado, mas a luta pela terra ganhou novos contornos, migrando para a Campanha Gaúcha.

Consideramos que estes dois episódios redefiniram o papel da luta pela terra na recente história agrária gaúcha, ganhando enorme repercussão na mídia estadual e nacional, bem como fortalecendo as mobilizações por parte dos estancieiros da região para combaterem as próximas ações que envolvessem o MST. A isso também se deve o fato, como mencionamos anteriormente, da institucionalização dessa região como área prioritária para realização de reforma agrária no estado, principalmente, durante o governo Olívio Dutra. O MST, através da criação de assentamentos nessa região, está conseguindo se territorializar numa área que historicamente foi domínio do latifúndio pecuarista gaúcho.

Em 2002, o MST ocupou a Fazenda Ana Paula Agropastoril, uma propriedade de aproximadamente 15.000 hectares, que abrange os municípios de Aceguá, Hulha Negra e Candiota, tradicionalmente conhecidos por possuírem os melhores campos dedicados à criação de raças bovinas de origem britânica como o Hereford, Angus e Devon, bem como a existência de grandes haras destinados à reprodução de cavalos crioulos.

Um grupo de 800 colonos procedentes de acampamentos de Hulha Negra, Manoel Viana, Uruguaiana, Capão do Leão e BR 153 invadiu ontem, por volta do meio-dia, a Estância da Invernada, pertencente à Empresa Ana Paula Agropastoril, em Aceguá. De acordo com Paulo Sérgio Vargas, da coordenação estadual do MST, esta foi mais uma manifestação de inconformidade dos sem-terra contra o descumprimento das metas estabelecidas pelo governo federal para assentamentos no Rio Grande do Sul. Ele disse que a ocupação foi pacífica, já que os empregados da fazenda têm liberdade de entrar e sair do estabelecimento quando quiserem. “Queremos apenas pressionar o governo a agilizar o processo de reforma agrária, desapropriando os grandes latifúndios improdutivos, como é o caso da Ana Paula Agropastoril”. O condomínio possui 14,7 mil hectares, usados em pesquisa genética e na produção de 18 mil cabeças de gado [...]. No entanto, conforme o MST, excluindo a parte que realmente produz, naquelas terras poderiam ser assentadas cerca de 5 mil famílias.[...] Os produtores rurais da região estão mobilizados para contrapor a ação dos invasores. Hoje, às 11h, eles irão realizar uma assembléia geral extraordinária na sede da Associação/Sindicato Rural de Bagé, para definir formas de pressionar a justiça no sentido de recuperar a Estância Invernada. (JORNAL CORREIO DO POVO, 04/05/2002).

A ocupação da fazenda Ana Paula, no período de 3 a 17 de maio de 2003, causou imensa repercussão, trazendo à tona a discussão em torno dos índices de produtividades nos campos da região. Desde 1998, os estancieiros estavam impedindo as vistoriais por parte do INCRA na região. Com a ocupação, os sem-terra reivindicavam a retomada das vistorias de terra.

Uma questão importante a ser destacada, foram as mobilizações organizadas por parte dos proprietários rurais provenientes de diversos municípios da região que, apoiados pelos seus sindicatos rurais e conseqüentemente pela FARSUL, realizaram vigília próximo à área ocupada, utilizando máquinas agrícolas, veículos, faixas, num ato de repúdio à ação do movimento.

Megliolaro (2005) se propôs a identificar as questões ideológicas presentes no discurso jornalístico sobre a ocupação realizada pelo MST na Fazenda Ana Paula Agropastorial. A partir de algumas categorias como Poder, Cultura, Discurso e Imaginário, a autora detectou que o jornal encobriu o problema dos sem-terra, mas revelou sua preocupação com os ruralistas, com o modo de produção capitalista, em detrimento do real problema agrário.

A Medida Provisória que impede que áreas ocupadas pelo sem-terra sejam vistoriadas favoreceu o proprietário da fazenda, uma vez que esta foi vendida no ano de 2004 para o grupo Votorantim para desenvolver projetos com silvicultura.

Görge (2004) destaca que, para a maioria das pessoas, o município de São Gabriel não passava de um ponto perdido no mapa do Rio Grande do Sul, até que se anunciou a desapropriação da maior fazenda para reforma agrária da história do estado (13.222 hectares), justamente neste município. “São Gabriel é terra de terra concentrada. E fica próxima à região central do estado do Rio Grande do Sul. Município territorialmente grande e politicamente influente. Não é exagero dizer que em São Gabriel está o coração do latifúndio gaúcho” (p. 10).

No ano de 2001, o proprietário da Fazenda Southall recebeu uma notificação do INCRA para realização de vistoria de suas terras, com o objetivo de averiguar o cumprimento de sua função social. A partir desse ato, ocorreu uma das maiores batalhas jurídicas e políticas entre sem-terra e latifundiários na recente história agrária do sudoeste gaúcho. Os latifundiários organizados pelo Sindicato Rural e FARSUL reagiram imediatamente, por não aceitarem a vistoria realizada pelo INCRA, por serem contrários à realização de assentamentos rurais na região.

Próximo à entrada das fazendas, barreiras formadas por caminhões, carros, caminhonetes e aglomerado de ruralistas. Aproximadamente duzentas pessoas. [...] Os técnicos voltam ao hotel e comunicam Porto Alegre. São orientados a tentar a vistoria na outra fazenda, pois eram duas as propriedades notificadas. [...] Trazem equipamentos de som e cercam o hotel. Ouvem-se discursos inflamados em defesa da propriedade, em louvor à própria coragem ali manifestada, **anunciando o Movimento Vistoria**

Zero e atacando o Incra e o MST. Sindicato Rural de São Gabriel, vice-prefeito local e Farsul assumem as barreiras. (GÖRGEN, 2004, p. 14, grifo nosso).

Estavam lançadas as origens de um dos maiores conflitos entre Estado, latifundiários e mais tarde os sem-terra no Rio Grande do Sul. O INCRA tentando realizar as vistorias, os latifundiários organizados buscando apoio dos demais sindicatos rurais da região. Assim, verificou-se, como nunca, uma engenharia organizativa por parte dos proprietários da região, recebendo apoio logístico desde São Borja até Bagé. No entanto, essas ocorrências não impediram o INCRA de encaminhar o processo para Brasília para o decreto presidencial de interesse social para desapropriação.

No dia 20 de maio de 2003, o presidente da república Luis Inácio Lula da Silva decretou a área de interesse social para a reforma agrária. A partir daí o MST organizou os sem-terra que estavam acampados em diversos acampamentos espalhados pelo estado para realizarem uma marcha em direção à futura área a ser desapropriada. Na contra mão, os latifundiários organizaram-se com o intuito de barrar a ação do instituto. A Fazenda Southall tornou-se um marco simbólico na luta pela terra no Rio Grande do Sul, tanto para o MST que poderia conquistar mais um assentamento para 600 famílias, quanto para os latifundiários na manutenção da propriedade privada.

O quadro 3 apresenta a cronologia do processo de desapropriação da Fazenda Southall no município de São Gabriel que motivou a marcha do MST e a reação dos latifundiários do sudoeste gaúcho na realização de uma contramarcha.

A marcha do MST em direção ao município de São Gabriel seguiu pela BR 290, principal rodovia de acesso ao município, durante as discussões sobre a desapropriação da área, com objetivo de pressionar o STF e chamar atenção para a questão fundiária no estado. No entanto, os fazendeiros da região mobilizaram-se para impedir o avanço da marcha do MST, fato que repercutiu na mídia nacional. A contramarcha foi organizada por ruralistas vinculados a diversos Sindicatos Rurais de municípios localizados próximos a São Gabriel.

MST e ruralistas retomam guerra de nervos

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e ruralistas gaúchos retomaram ontem a guerra de nervos que travam desde o início de junho e suspensa em 9 de julho. Depois de 10 dias parados, 800 integrantes do MST voltaram a marchar em direção a São Gabriel, onde esperam ocupar 13,2 mil hectares do agropecuarista Alfredo Southall. [...] O reinício da marcha dos sem-terra teve resposta imediata entre os ruralistas. Mais de 16 sindicatos rurais das regiões Central, Fronteira Oeste e Campanha marcaram uma reunião para hoje, às 10 h, em São Gabriel. (JORNAL ZERO HORA, 19/07/2003, grifo é manchete).

Novembro de 2002

27 de novembro e 4 de dezembro: produtores rurais de São Gabriel montaram barreiras na entrada de cinco estâncias – três de Alfredo Southall – para impedir a vistoria da produtividade das áreas pelo INCRA.

15 e 16 de dezembro de 2002: com auxílio de escolta policial e de um helicóptero, técnicos vistoriam três fazendas de Southall sem presença dele.

Março de 2003

Dia 9: cerca de 200 famílias sem-terra acamparam em Sant' Ana do Livramento, cogitando ocupar duas propriedades – uma seria em Dom Pedrito, e a outra, nas terras de Southall.

Dia 17: ruralistas montam acampamento em Sant' Ana do Livramento

Dia 26: César Augusto de Carvalho, advogado de Southall, consegue o interdito proibitório (que garante a desocupação imediata, em caso de ocupação) para as fazendas do seu cliente em São Gabriel

Mai de 2003

Dia 20: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assina o decreto de desapropriação, para fins de reforma agrária, de 13,2 mil hectares de Southall

Junho de 2003

Dia 2: O Supremo Tribunal Federal suspende a desapropriação.

Dia 16: Folhetos apócrifos são distribuídos na cidade instigando a morte dos sem-terra.

Dia 17: A Polícia Civil de São Gabriel instaura inquérito para investigar a auditoria do texto dos folhetos. A 1 Vara Civil do município concede interdito proibitório a favor da prefeitura, impedindo os integrantes do MST de permanecerem em prédios, vias e áreas municipais.

Dia 18: a vereadora Sandra Xarão (PT) diz à comissão de Direitos de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa ter recebido ameaças de morte.

Dia 25: para impedir o confronto, Ministério Público e Ministério da Reforma Agrária negociam com o MST a interrupção da marcha.

Dia 27: ruralistas iniciam em São Gabriel uma contramarcha, suspensa três dias depois, em Vila Nova do Sul.

Julho de 2003

Dia 9: com intervenção do procurador-geral de Justiça, Roberto Bandeira Pereira, o MST suspende a marcha.

Dia 18: MST retoma a caminhada rumo a São Gabriel, e o procurador-geral de Justiça descarta nova participação no caso.

Quadro 3 - Fazenda Southall/São Gabriel (RS): cronologia do processo da possível desapropriação

Fonte: Adaptado do Jornal Zero Hora (2003)

Org.: Chelotti (2007).

A população de São Gabriel, município com pouco mais de 50 mil habitantes, viu-se dividida entre duas situações: apoiar os ruralistas ou os sem-terra. Era de se esperar um maior apoio aos ruralistas, até pela sua influencia na política e economia do município. No entanto, setores como a CUT e CPERGS/Sindicato (Sindicato dos Professores Estaduais) realizaram manifestação na cidade a favor da reforma agrária, contrariando o discurso único existente até então.

Os militantes da CUT e de outros Movimentos da Via Campesina estão por toda cidade, ouvindo e explicando o que querem os sem-terra, a importância da Reforma Agrária para gerar emprego, a necessidade de se organizarem para conquistar seus direitos, que não há o que temer com a vinda do MST [...] Em sua maioria, estes militantes são urbanos, vindos de sindicatos e movimentos, de todos os cantos do Rio Grande do Sul. São metalúrgicos, professores, desempregados, trabalhadores da indústria da alimentação, jornalistas, funcionários de escolas, estudantes. Há também representantes

de outros movimentos sociais do campo: mulheres camponesas, pequenos agricultores, jovens proprietários rurais desalojados por barragens e agentes de pastoral. (GÖRGEN, 2004, p. 189).

A administração pública juntamente com a justiça solicitou a interrupção da marcha do MST em direção a São Gabriel alegando falta de segurança, caso os dois grupos, sem-terra e latifundiários se encontrassem. No entanto, o MST seguiu a marcha mesmo não tendo onde acampar e realizar o ato público na cidade. Um filiado do PT municipal, porém, cedeu sua área próxima ao perímetro urbano para a mobilização, abrigando o novo acampamento do MST no Rio Grande do Sul.

Para os organizadores da marcha, a realização da manifestação em São Gabriel representava mais do que uma reivindicação em prol da desapropriação da Fazenda Southall, era uma questão simbólica em prol da luta pela terra, principalmente no município, local onde se encontrava uma das maiores propriedades latifundiárias do estado.

Para Görgen (2004), o julgamento da desapropriação aconteceria após a chegada da marcha a São Gabriel. No entanto, foi antecipado para o dia 14 de agosto de 2003. A estratégia de antecipação do julgamento fora acertada com o Ministério da Justiça, que estava preocupado com a criação de uma situação fora do controle do ponto de vista da segurança pública.

No entanto, a ministra do Tribunal Superior Federal Ellen Gracie Northfleet vetou a desapropriação, alegando a invalidade da vistoria realizada pelo INCRA, uma vez que o fazendeiro não fora devidamente notificado. Embora a desapropriação da Southall tenha sido cancelada, o MST não desistiu de reivindicar a área. Para os ruralistas, o cancelamento da desapropriação representou uma vitória para a categoria.

Os sem-terra, presos na beira da estrada, acompanharam desolados o fatídico julgamento de Brasília. A maioria chorou. Outros xingaram. Muitos silenciaram sem entender. Perto dali, no CTG (Centro de Tradições Gaúchas) Caiboaté, os fazendeiros fizeram festa e soltaram foguetes (GÖRGEN, 2004, p. 222).

No entanto, a tensão voltou à tona novamente no final do ano de 2006, quando a Aracruz Celulose anunciou o interesse de comprar parcelas da Fazenda Southall, o que gerou descontentamento por parte dos integrantes do MST, que voltou a reivindicar a desapropriação da área para fins de reforma agrária, realizando uma marcha que saiu de Sant'Ana do Livramento em direção a São Gabriel.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) retomou ontem a marcha em direção à Fazenda Southall, em São Gabriel. Cerca de 350 trabalhadores rurais caminham na BR 158, próximos a Rosário do Sul.

O MST reivindica a desapropriação da Fazenda Southall, de 13,7 mil hectares que, segundo o movimento, o proprietário possui mais de R\$ 50 milhões em dívidas com os cofres públicos. Enquanto isso, os produtores de diversos municípios da região, inclusive de Bagé, estão monitorando a movimentação dos sem-terra, com objetivo de defender a possível terra a ser invadida. A integrante do MST/RS, Jane Fontoura, relata que a dívida corresponde ao valor da propriedade, por isso, o movimento quer que o Incra faça a desapropriação. A multinacional Aracruz Celulose estaria negociando a compra da área. (JORNAL MINUANO, 23/11/2006) (Grifos no original).

Tudo indica que os conflitos pela posse da terra estavam distantes de se acalmar na região, pois o MST continuava reivindicando mais áreas para realização da reforma agrária no reduto do espaço latifundiário gaúcho, o que vinha de encontro com os apontamentos de Görgen na conclusão de seu livro *Marcha ao coração do latifúndio*.

A marcha chega em São Gabriel e, nas terras do Seu Antônio, fincam-se os primeiros barracos do novo acampamento do MST. **Os sem-terra vieram para ficar em São Gabriel. Pois terra de latifúndio é chão para a Reforma Agrária.** A luta não para, só enfrentou mais um percalço e de mais um passo. A marcha dos sem-terra chegou no coração do latifúndio gaúcho. E chegou com a força da esperança de todo o movimento social do Rio Grande do Sul. (GÖRGEN, 2004, p. 228, grifo nosso).

Entre idas e vindas, marchas e contra-marchas passaram-se cinco anos desde que o MST começou a pressionar o INCRA para desapropriar a Fazenda Southall. No final do ano de 2008, o anúncio da aquisição de parcela da fazenda, juntamente com outras também localizadas em São Gabriel e em Alegrete¹²¹, representou mais uma conquista do MST no cerne do latifúndio gaúcho.

Cinco áreas nos municípios de São Gabriel e Alegrete foram decretadas de interesse social e vão se tornar assentamentos da reforma agrária. O INCRA/RS chega a um total de 13 imóveis desapropriados em 2008. O INCRA já trabalha na implantação e planejamento dos novos assentamentos. A região de São Gabriel receberá o maior número de famílias. Lá será aplicado um programa de desenvolvimento territorial, com articulação de políticas e de agentes públicos. (INCRA, 2008).

¹²¹ As novas áreas são a Fazenda Santa Marta e Santa Helena (4.335 ha), Fazenda Santa Rita (2.252 ha), Fazenda São Marcos e São Felipe (2.705 ha) e Fazenda São José Zambeze (914 ha), todas em São Gabriel, e a Fazenda Santo Izidro Primavera (1.224 ha), no município de Alegrete. Os imóveis têm capacidade para receber um total de 724 famílias. (www.incra.gov.br)

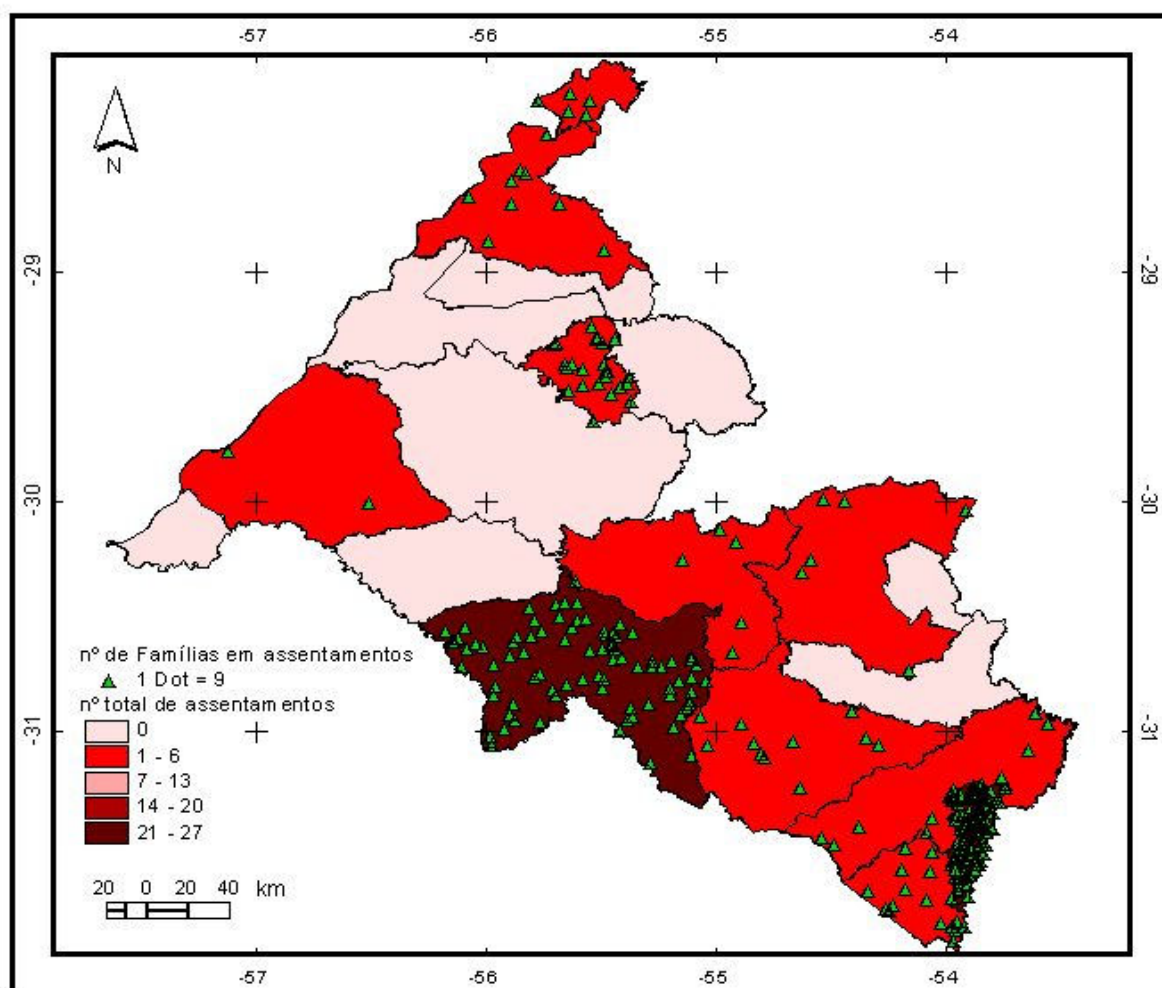
A instalação de assentamentos rurais tem possibilitado novas configurações territoriais na Campanha Gaúcha, em áreas anteriormente ocupadas pela pecuária extensiva de corte e pela lavoura capitalista do arroz irrigado. Assim, novas relações foram estabelecidas no espaço agrário regional, principalmente entre os estancieiros e os assentamentos, pois seu mecanismo de acesso à terra foram ocupações organizadas pelo MST.

3.5 Especificidades da territorialização dos assentamentos na Campanha

O deslocamento da luta pela terra para a Campanha Gaúcha representou uma das estratégias do MST para conquistar novos espaços de atuação e, conseqüentemente, assegurar seus objetivos de realizar a “reforma agrária” numa área que representa o cerne do espaço latifundiário gaúcho. E, em relação às demais áreas, o sudoeste gaúcho representava a disponibilidade de terras provenientes de uma pecuária que, em sua grande maioria, encontrava-se com a cadeia produtiva desestruturada.

Considerando a Campanha Gaúcha como um espaço de reserva de terras para a realização de assentamentos rurais, pode-se constatar que este processo indica, de certa maneira, o esgotamento de terras improdutivas próximas às áreas tradicionais de assentamentos rurais no norte do Rio Grande do Sul, em função do alto nível de minifundização e, também, da presença de empresas capitalistas altamente modernizadas produtoras de soja e trigo, restringindo fortemente o processo de aquisição de terras.

De 1981 a 2005, foram instalados 61 assentamentos rurais na região, que representam conquistas pontuais no processo de luta pela terra. O Estado, tanto na esfera estadual quanto federal, realizou intervenções para atender às reivindicações do MST, modificando a geografia agrária regional (Mapa 11).



Mapa 11 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: número total de assentamentos e famílias assentadas até 2005

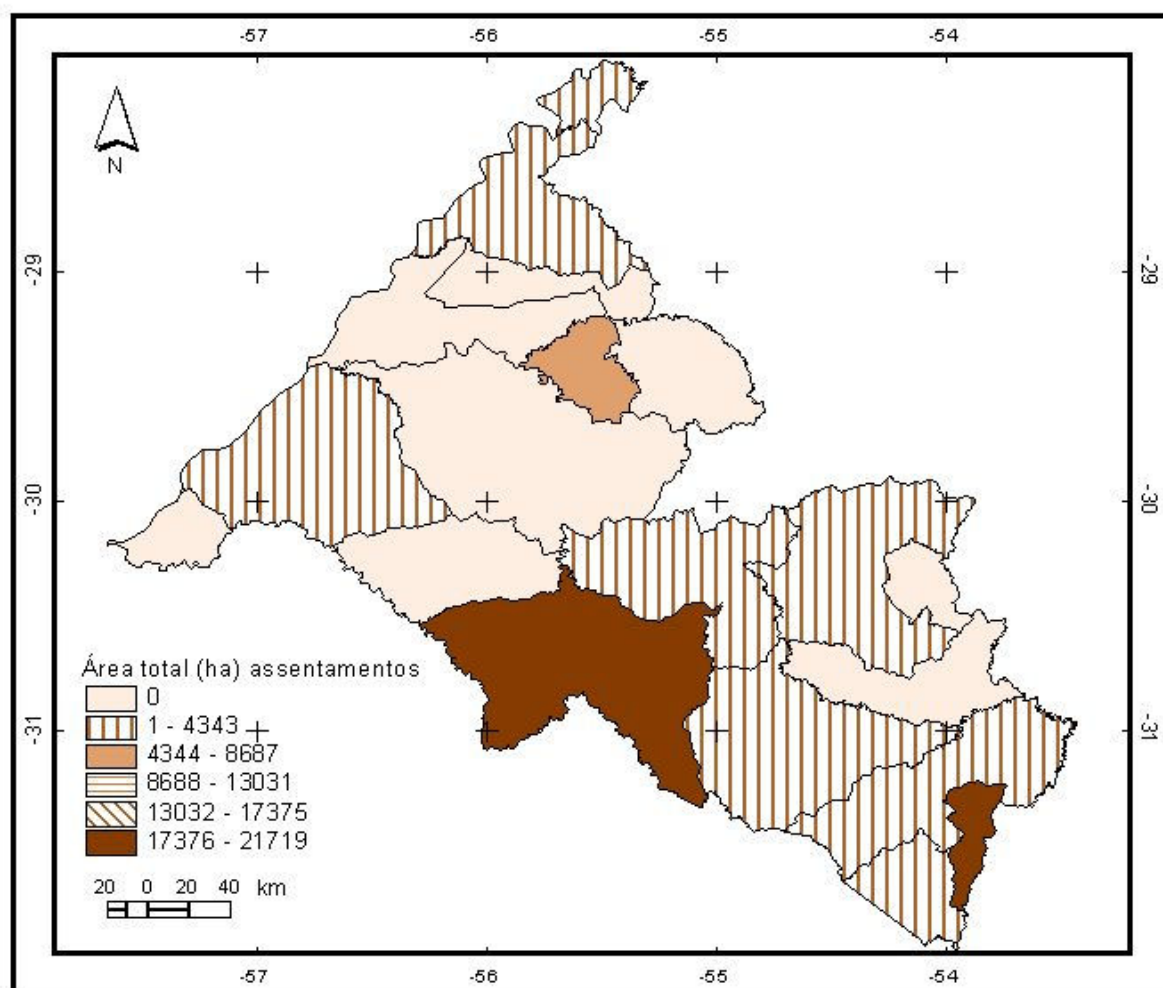
Fonte: DATALUTA/NERA (2006).

Org.: Chelotti (2007).

Dos 19 municípios que compõem a Mesorregião, oito não possuem assentamentos em seus limites político-administrativos¹²². Nos demais, ocorre uma concentração especificamente no município de Hulha Negra, localizado na Microrregião Geográfica da Campanha Meridional, e em Sant'Ana do Livramento, localizado na Microrregião Geográfica da Campanha Central. Na Microrregião da Campanha Ocidental, destacamos o caso do município de Manoel Viana, que possui o maior assentamento em área territorial de toda a Mesorregião. Portanto, o maior foco de assentamentos rurais da Mesorregião localiza-se em sua porção centro-meridional.

¹²² Estamos nos referindo aos assentamentos rurais fruto da luta pela terra, realizados pelo INCRA ou Governo Estadual, pois existem áreas consideradas como assentamento, mas oriundas de outras políticas fundiárias, como o caso do Banco da Terra, muito difundido durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. No entanto, não conseguimos realizar tal levantamento.

Conseqüentemente, os três municípios da Campanha Gaúcha que destacam-se em relação às áreas ocupadas por assentamentos são Hulha Negra, Manoel Viana e Sant'Ana do Livramento. O caso de Manoel Viana é bem particular, pois existe apenas um assentamento, mas em função de sua dimensão, mais de 6.000 ha, ocupa uma significativa porção territorial (Mapa 12).



Mapa 12 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: área total em hectares ocupadas pelos assentamentos até 2005
 Fonte: DATALUTA/NERA (2006).
 Org.: Chelotti (2007).

A concentração de assentamentos rurais em determinados municípios ocorreu por influência de diferentes processos políticos, econômicos e ambientais. Alguns indícios, como as condições edafo-climáticas e disponibilidade de áreas a serem adquiridas, indicam a concentração de assentamentos rurais em determinados municípios em detrimento de outros. Fatores como as condições edafo-climáticas são fundamentais para essa compreensão, embora de forma genérica. Nesta perspectiva de análise, o INCRA e o Governo Estadual, ao

procurarem adquirir áreas para futuros assentamentos, privilegiaram terras mais férteis, localizadas nas proximidades do município de Bagé e Sant'Ana do Livramento, possibilitando dessa maneira, um melhor desenvolvimento da agricultura familiar.

Os municípios que não possuem um número expressivo de assentamentos rurais, em contra partida, são locais onde geralmente se desenvolvem os cultivos do arroz irrigado e da soja, possuindo também uma pecuária de corte especializada associada a altos padrões zootécnicos e tecnológicos, podendo-se citar Alegrete, Bagé, Dom Pedrito, São Gabriel, e Uruguaiana¹²³.

Outro fator importante a ser destacado é a articulação dos Sindicatos Patronais que possuem o apoio da FARSUL, impedindo a aquisição de propriedades pelo INCRA em seus municípios para a realização de assentamentos rurais. Isso se torna evidente, em um episódio específico, quando o presidente do Sindicato Rural de Dom Pedrito, município que desde o ano de 1989 não se registra instalação de assentamentos em seus limites político-administrativos, aborda a questão fundiária na região.

Temos a preocupação constante com esse assunto [questão fundiária]. **Fizemos um trabalho forte no final de 2004 para impedir que fosse criado um novo assentamento em Dom Pedrito.** É importante salientar que o Sindicato não é contra a reforma agrária. É contrário sim a “favelização rural”. A reforma agrária nos moldes que vem sendo praticada no Brasil é inócua. Não se resolve um problema criando outro. Famílias são jogadas em propriedades de 15 ou 20 hectares, sem a mínima infra-estrutura social, econômica ou produtiva. Não basta dar a terra e uma cesta básica por mês. (Presidente do Sindicato Rural de Dom Pedrito, 2005, p. 7, grifo nosso).

O fato é que um proprietário de terra do município ofertou uma estância de aproximadamente 5.000 ha ao INCRA, questão que nos últimos anos tornou-se comum em alguns municípios como Sant'Ana do Livramento. No entanto, com o vazamento da informação, os produtores rurais articulados por meio do sindicato, reuniram-se para evitar a venda, impedindo a possível instalação de mais um assentamento. Esse fato transformou-se

¹²³ Nestes municípios localizam-se parte considerável das agroindústrias gaúchas do arroz, além de haras dedicados a criação de cavalos crioulos, reprodutores bovinos de raças britânicas, altamente valorizadas em exposições agropecuárias.

numa questão de honra, haja vista, que o Sindicato Rural de Dom Pedrito¹²⁴ é considerado de vanguarda em relação à defesa dos seus interesses no âmbito do Rio Grande do Sul.

Na esfera da política regional, contrária à instalação de assentamentos rurais, podemos destacar o caso ocorrido no município de São Gabriel. No ano de 2006, foi aprovada por unanimidade a Frente Parlamentar Ruralista (FPR). Dentre os seus objetivos está apoiar o direito de propriedade e combater possíveis ocupações de terra em território gabrielense, a frente intitula-se “anti-invasionista”. Para marcar a consolidação da FPR no município, foi organizado o *I Fórum Rural para o Direito à Propriedade*, com a presença de políticos estaduais e federais que apóiam a causa, além de vários representantes de Sindicatos Rurais da região.

Como podemos constatar, são várias as frentes de embate encontradas por parcelas dos proprietários rurais para combater a política de assentamentos rurais na região, principalmente, aqueles que possuem um forte vínculo sindicalista de classe. Dentre suas argumentações encontra-se o discurso de que as características ambientais da região não permitem o desenvolvimento de uma produção familiar.

Assim, outro fator importante, mas não determinante, sobre a não acentuada presença de assentamentos rurais em municípios localizados mais a oeste, na Microrregião Geográfica da Campanha Ocidental, é a baixa qualidade de seus solos (exceto nas várzeas), pelo afloramento rochoso e, também, pela presença de arenização, em áreas da província geomorfológica da Cuesta de Haedo.

Caracteriza-se, portanto, a região, com base nessa linha de raciocínio, por uma paisagem extremamente frágil. Esta fragilidade, ao nosso entender, advém de um paleoambiente semi-árido ou semi-úmido estepário que, mais recentemente, sofreu uma umidificação. Esta umidificação, por sua vez, foi suficiente para permitir o surgimento nas áreas mais úmidas, sejam elas os vales ou as vertentes de encostas abrigadas, de uma vegetação arbórea: a mata de galeria ou a mata de encosta. Porém, este mesmo clima foi insuficiente para mascarar e/ou eliminar os vestígios da paisagem pré-moderna. Daí advém sua fragilidade: uma paisagem em processo de constituição pedogenética e vegetal recente. **É neste espaço de fragilidade que se instalam áreas arenosas.** (SUERTEGARAY, 1998, p. 49, grifo nosso).

¹²⁴ A posição que o Sindicato Rural de Dom Pedrito ocupa deve-se muito aos associados, produtores rurais que participam em diversos cargos de representatividade no Estado e na cadeia do agronegócio gaúcho. Para se ter uma idéia de tal importância, o secretário estadual de agricultura na gestão do governador Germano Rigotto (2003-2006), era um grande proprietário de terra de Dom Pedrito e membro integrante do sindicato.

A maioria dos municípios localizados na Microrregião Geográfica da Campanha Ocidental não registra a presença de assentamentos rurais. No caso específico dos municípios de Alegrete, Itaquí, Manoel Viana, São Francisco de Assis e Quaraí, ocorre a presença de áreas susceptíveis à degradação ambiental, além da presença dos areais. É importante que se diga que esse fator não impede a presença da produção familiar nessas áreas, pelo contrário, se encontra bastante territorializada, como atestam alguns trabalhos.

Suertegaray (1998) destaca a presença das chácaras¹²⁵ em áreas pouco apreciadas pela pecuária, cuja origem esteve assentada nas relações de trabalho que se definiram desde os primeiros momentos de ocupação da região por meio da distribuição de sesmarias. Esta atividade somente se desenvolveu durante intensificação do povoamento da região, posteriormente a 1830. No entanto, em função do êxodo rural observado nas últimas décadas, essas áreas foram incorporadas a outras de maior extensão, o que pode ser comprovado pelas inúmeras taperas existentes no interior de muitas estâncias.

Fonseca (1994) estudou a presença da pequena propriedade familiar encravada no entorno do espaço latifundiário no município de Alegrete. Em regra geral, a autora detectou que a vasta região denominada de “campos finos” era vista tão somente como território do latifúndio, ignorando-se a existência da propriedade camponesa. A pesquisa detectou que o camponês dessa região é um pecuarista, sendo a atividade predominante a pecuária de corte bovino/ovino, a base de sua unidade de reprodução. A ideologia da “cultura” latifundiária é propagada no imaginário social pela difusão de Centro de Tradições Gaúchas (CTG) nas periferias urbanas, onde residem os expropriados do campo, fator que preservaria a hegemonia da classe latifundiária regional.

Para Alende (2006), esta região, a princípio, seria identificada, do ponto de vista agrário, apenas por grandes propriedades rurais formadas a partir da distribuição de sesmarias que deram origem às estâncias. No entanto, sua pesquisa detectou que a categoria familiar corresponde a mais de 60% dos estabelecimentos rurais, desenvolvendo atividades majoritariamente associadas à criação extensiva de bovinos/ovinos, mas ocorrendo também a hortifruticultura e produção de leite. O estudo também identificou que a heterogeneidade social do segmento familiar nessa região é composta por diferentes tipos de agricultores familiares.

¹²⁵ Correspondem às típicas pequenas propriedades encontradas no sudoeste gaúcho, que se dedicam ao cultivo de lavouras (abóbora, mandioca, batata-doce, milho, laranja, etc.) desenvolvidas normalmente por meio de trabalho familiar.

Nesta perspectiva, pensar que os critérios para a instalação de assentamentos rurais em certos municípios da Campanha Gaúcha possuem uma relação direta com o ambiente ali encontrado, nos parece um pouco simplista, uma vez que é comprovada a presença histórica da produção familiar. O real entendimento, do “pano de fundo” para esta discussão deve considerar questões de caráter político.

Assim, existem algumas especificidades importantes neste processo que precisam ser destacadas, podendo-se enfatizar três: (1) a primeira, refere-se ao fato de que as quase 2.000 famílias re-territorializadas são provenientes de outras regiões do Rio Grande do Sul e, em um menor número, da própria Campanha; (2) outro fator refere-se à concentração desses assentamentos que ocorreu basicamente em dois municípios, Hulha Negra e Sant’Ana do Livramento. No entanto, não é um processo uniforme em toda região; (3) e, um terceiro, é o que se refere às políticas públicas específicas visando atenuar as reivindicações dos movimentos sociais do campo, por parte do Governo Federal ou do Governo Estadual, que refletem diretamente no período de realização dos assentamentos rurais.

O gráfico 6 demonstra essa dinâmica, na medida em que observamos dois períodos em que o processo de instalação de assentamentos intensificou-se na região, o período que corresponde aos anos de 1996 a 1997 com 14 assentamentos e o período de 1999 a 2002, quando foram instalados 29 assentamentos.

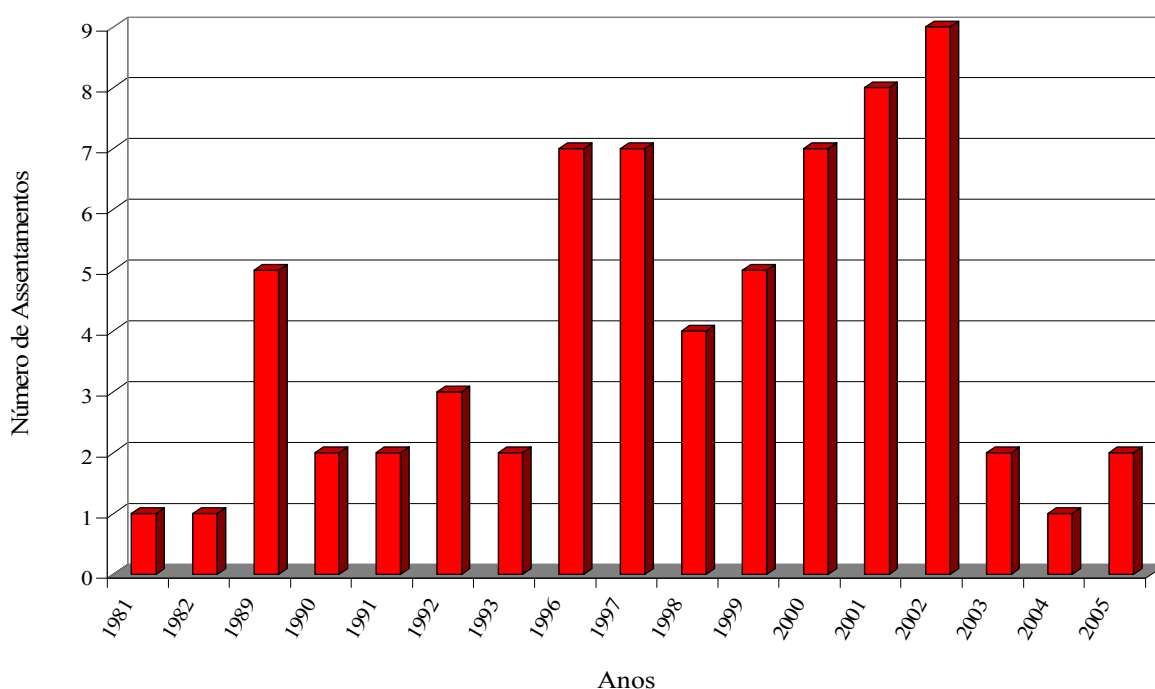


Gráfico 6 – Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: instalação de assentamentos de 1981 - 2005.
 Fonte: DATALUTA/NERA (2006).
 Org.: Chelotti (2007).

Nos anos de 1996 a 1998, travaram-se acirrados debates em torno dos índices de produtividade das propriedades rurais do Rio Grande do Sul, quando o INCRA realizou uma série de vistorias no intuito de encontrar terras para fins de reforma agrária. Isso porque o índice de lotação da pecuária exigido pelo INCRA para o sudoeste gaúcho, situava-se em torno de 0,8 unidade animal por hectare, ou seja, menos de um animal por hectare e, mesmo assim, passou a ser contestado pelos pecuaristas, por ser considerado um índice muito elevado para as características regionais.

Portanto, as vistorias das propriedades rurais na década de 1990 pelo INCRA, ocorreram devido ao fato de apresentarem baixos índices de lotação pecuária. Essas vistorias atingiram os interesses da classe pecuarista regional, principalmente, aqueles localizados nas proximidades do município de Bagé, principal e mais tradicional área de pecuária de corte da Campanha Gaúcha. A partir de então, os fazendeiros passaram a se organizar para conter tais vistorias. No entanto, o INCRA realizou sucessivas intervenções no decorrer da década de 1990, resultando numa série de desapropriações e, conseqüentemente, na implantação de assentamentos rurais. Assim, o INCRA conseguiu amenizar a pressão social exercida pelo MST nessa área. Mas, as acirradas lutas entre os pecuaristas vinculados à FARSUL, o INCRA e o MST não se esgotaram, transformando a região no maior foco da luta pela terra no Rio Grande do Sul na década de 1990.

No período que corresponde aos anos de 1999 a 2002, também, observamos um acréscimo no número de assentamentos realizados na Campanha Gaúcha. Isso ocorreu principalmente em função da política estadual de reforma agrária, pois o governo Olívio Dutra (PT), durante sua gestão (1999-2002), institucionalizou esta região como área prioritária para sua política estadual de reforma agrária.

Conforme o Gabinete de Reforma Agrária (GRA)¹²⁶, destacam-se princípios do Programa de Reforma Agrária do Governo Estadual, destacam-se cinco:

- (a) Área reformada: os assentamentos são estabelecidos em áreas próximas, possibilitando que os investimentos, o sistema viário, de comunicação,

¹²⁶ Órgão criado a partir da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, pelo decreto n 40.565 de 02/01/2001, e reestruturado através do decreto n 42.125 de 29/01/2003, com a finalidade de promover as políticas de reforma agrária e de cooperativismo no estado do Rio Grande do Sul. Com a mudança de governo no ano de 2003, o GRA transformou-se em Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo (GRAC), uma vez que a política estadual de reforma agrária não seria mais prioritária para a gestão do governo de Germano Rigotto (PMDB).

educação, rede de serviços, comércio e industrialização sejam melhor aproveitados. Atualmente, os assentamentos de Reforma Agrária concentram-se em três regiões: (1) região de Bagé, Candiota e Hulha Negra; (2) região de Tupanciretã e Jóia; e (3) região de Canguçu e Piratini;

(b) Pólos regionais de desenvolvimento: envolve os assentados e a população da região com investimentos discutidos e planejados. Integra ações locais, não somente nos assentamentos, mas numa política de desenvolvimento regional integrado;

(c) Novos tipos de assentamento: planejados a partir de um projeto econômico especializado, direcionado para atividades específicas como agroindústria, hortifrutigranjeiros, pecuária e orizicultura, etc.;

(d) Produção de subsistência e para o mercado: integração do plantio de culturas de subsistência e para o mercado, implementando linhas de produção com gradativa especialização. O objetivo é agregar valor através de beneficiamento, industrialização e comercialização;

(e) Novo modelo de agricultura: adoção de agroecologia como forma de garantir sustentabilidade ambiental, social e econômica aos assentamentos, utilizando técnicas modernas como a adubação verde e orgânica; rotação de culturas, produção própria de sementes, diversificação, sistemas agroflorestais e outros.

Com um acordo entre o Governo Estadual, alicerçado no então GRA, com o Governo Federal, por meio do INCRA, surgiram os primeiros assentamentos denominados compartilhados, uma vez que os investimentos foram divididos pelas duas esferas de governo, ou seja, 50% custeada pelo Estadual e 50% pelo Federal¹²⁷.

Até o ano de 2005, o Rio Grande do Sul contava com 137 Projetos de Assentamentos (PAs) sob responsabilidade do Governo do Estado (Foto 1), beneficiando 4.354 famílias, distribuídas em 57 municípios. Existem também os PAs criados por convênios entre o Estado e a União, denominados compartilhados, contando com 910 famílias distribuídas em 27 assentamentos. O INCRA contava com 126 assentamentos sob sua responsabilidade, abrangendo cerca de 6.000 famílias.

¹²⁷ Recursos liberados para cada família, conforme o Gabinete de Reforma Agrária:

Fomento (INCRA).....	US\$ 608,00
Produção para consumo (Estado).....	US\$ 521,00
Moradia (INCRA)	US\$ 1086,00
Manejo de recursos naturais (Estado)	US\$ 217,00
Pronaf A (INCRA)	US\$ 5.217,00
Total	US\$ 8.782,00



Foto 1 – Assentamento Esperança da Fronteira/Sant’Ana do Livramento (RS): *outdoor* localizado nas margens da rodovia BR 158, área destinada à política de reforma agrária do governo Olívio Dutra (1999-2002). Autor: Chelotti (2001).

Conforme Da Ros (2006), no período 1999 a 2002 observou-se a presença simultânea de duas estratégias governamentais distintas para a ampliação do acesso à terra no Rio Grande do Sul. A primeira, foi conduzida pelo governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) concentrando-se em duas linhas de atuação: a política de assentamentos pela Superintendência Regional do INCRA e o programa de crédito fundiário pelo Banco da Terra implementado pela delegacia regional do MDA. A segunda, foi conduzida pelo governo Olívio Dutra (PT) objetivou a implementação de uma política estadual de assentamentos e reassentamentos, além de ter concentrado suas ações no atendimento às reivindicações de diversos públicos.

Assim, foram inevitáveis as tensões produzidas pela luta política travada entre os agentes sociais, que repercutiram diretamente no caráter das políticas agrárias adotadas, assim como no seu ritmo, extensão e na definição de instrumentos utilizados. Essa questão fica latente no documento final, produzido durante a realização da I Conferência Estadual de Reforma Agrária realizada no ano de 2001. Dentre os principais pontos, podemos destacar:

[...] A reforma agrária de mercado, defendida e implementada pelo Governo Federal, é inviável e ineficiente, pois preserva o latifúndio e não gera modificações significativas na estrutura fundiária. Em casos específicos, o crédito fundiário pode funcionar como uma medida complementar à reforma agrária. [...] A experiência dos últimos anos no RS demonstra que os estados podem contribuir para acelerar a reforma agrária, sem isentar o governo federal de sua responsabilidade. No RS de 1980 até 1998 foram assentadas 6.845 famílias e no atual governo já foram assentadas 4.400 através da ação conjunta da União e do Estado. (GRA/RS, 2002, p. 72-73).

Em agosto de 2000, o Gabinete de Reforma Agrária assinou um convênio com o INCRA que possibilitava a compra conjunta de áreas para a realização de assentamentos rurais. A partir de então, foram adquiridas propriedades em parceria, cujo pagamento era realizado em Títulos da Dívida Agrária (TDAs) pelo INCRA e parte em dinheiro pelo Governo Estadual. No segundo semestre do ano de 2001, o resultado satisfatório na agricultura gaúcha e o próprio comércio de terras, promovidos pela política estadual de reforma agrária, começaram a dificultar a aquisição de propriedades com TDAs.

Com a diminuição de propriedades em potencial de compra, ocorreu o enfraquecimento do convênio entre o Governo Estadual e o INCRA, uma vez que o instituto somente poderia fazer aquisições de terras com os TDAs. A partir de então, o instituto retomou as vistorias para desapropriação, suspensas há mais de um ano no Rio Grande do Sul.

Em vista disso, o Governo Estadual apostou na desapropriação de terras consideradas de interesse social, indenizando o proprietário em moeda corrente. Dessa forma, os proprietários de terras desapropriadas recebiam à vista. As desapropriações encontraram pouca resistência por parte dos seus proprietários, principalmente no sudoeste gaúcho, pois inflacionaram o preço de terras, num período em que a cadeia produtiva da pecuária de corte enfrentava uma de suas maiores crises socioeconômicas.

Em Chelotti (2003), identificamos esse processo, ao estudar a política de instalação de assentamentos rurais no município de Sant'Ana do Livramento. A Campanha foi institucionalizada área prioritária para a realização de reforma agrária, sendo que o Estado tornou-se o principal agente fomentador do mercado de terras, principalmente no município em questão. A revitalização do mercado de terras ocorreu por vários motivos, destacando-se as pressões sociais organizadas pelo MST; que resultaram na necessidade de aquisição de terras para assentar essas famílias, e a política estadual de desenvolvimento regional do governo Olívio Dutra (1999 - 2002).

Na Campanha Gaúcha, ocorreu uma revitalização do mercado de terras, tornando-o promissor e atrativo para os proprietários, principalmente, para aqueles que foram diretamente afetados pela abertura do mercado brasileiro no início da década de 1990. A demanda por terra, por parte do Governo Estadual, para a realização de assentamentos rurais valorizou as terras no município, elevando o preço médio de USD\$ 434,00 para algo em torno de USD\$ 2.173,00 já nos últimos anos.

Um dos impactos dessa valorização foi a dificuldade de aquisição de propriedades para a implantação do Banco da Terra¹²⁸ no município de Sant'Ana do Livramento. O interesse em comercializar terras com o Estado foi tão intenso que no ano de 2002, havia em torno de oito propriedades disponíveis para a negociação com o Governo Estadual.

Ressalta-se, no entanto, que com a mudança no Governo Estadual em virtude das eleições em outubro de 2002, esta valorização das terras para reforma tenderam a estacionar, em função dos acordos estabelecidos entre o governo de Germano Rigotto (2003- 2006) com os pecuaristas, visando a paralisação da política estadual de reforma agrária. A venda de terras continuou, mas associada a grandes empresas ligadas ao setor de celulose, como Aracruz, Votorantin e Stora Enso, conforme uma nova política de “desenvolvimento regional” cujo apoio Estatal foi maciço.

Destaca-se que, se por um lado, esses acordos estabelecidos paralisaram aquisições de propriedades na região para reforma agrária, por outro, o INCRA continuou a intervir por meio de vistorias, visando realizar futuras desapropriações. Desse modo, a Campanha Gaúcha continuou sendo área prioritária para realização de reforma agrária, porém na esfera do Governo Federal.

Ao aprofundarmos na análise do processo de instalação dos assentamentos rurais na região, especialmente nos casos específicos de Hulha Negra e Sant'Ana do Livramento, que constituem os maiores focos de assentamentos no estado do Rio Grande do Sul, detectamos algumas especificidades. A primeira refere-se ao fato de que os assentamentos rurais instalados em Hulha Negra são frutos de uma intervenção do Estado no plano do Governo Estadual do Rio Grande do Sul (Tabela 8).

¹²⁸ Programa de crédito fundiário muito difundido pelo Governo Federal durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O programa consistia em financiar a compra de terras diretamente a pequenos proprietários, com área inferior ao módulo familiar, e a trabalhadores assalariados, meeiros ou parceiros.

Tabela 8 – Hulha Negra (RS): nome dos assentamentos, área (ha), famílias, ano, e órgão responsável.

<i>Nome do assentamento</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Total família</i>	<i>Ano</i>	<i>Órgão responsável</i>
Nova União I	803	28	1988	Governo Estadual
Nova União II	174	7	1988	Governo Estadual
Santa Elmira	1.411	55	1989	Governo Estadual
Boa Amizade	745	27	1989	Governo Estadual
Conquista da Fronteira	2.321	91	1989	Governo Estadual
Conquista da Vitória	242	9	1989	Governo Estadual
Conquista do Arvoredo	410	16	1989	Governo Estadual
Vitória São João	152	7	1990	Governo Estadual
Missão do Alto Uruguai	228	10	1990	Governo Estadual
Nasce uma Esperança	282	12	1990	Governo Estadual
Santo Antonio	294	23	1993	Governo Estadual
Abrindo Fronteiras	1.514	68	1999	Governo Estadual
Che Guevara	1.187	50	2000	Governo Estadual
Conquista do Futuro	669	34	2000	Governo Estadual
Nova Geração	257	10	2000	Governo Estadual
Nova Querência	1.430	59	2000	Governo Estadual
Unidos venceremos	297	12	2000	Governo Estadual
Banhado Grande	663	28	2001	Compartilhado
Capivara II	2.846	129	2001	Compartilhado
Das Palmeiras	655	26	2001	Compartilhado
Estância Velha I	927	38	2001	Compartilhado
Estância Velha II	131	5	2001	Compartilhado
Meia Água	2.040	82	2001	Compartilhado
Tapete Verde	655	27	2001	Compartilhado
Estância Samuel	1.664	47	2002	Governo Estadual
Total	21.997	900		

Fonte: GRAC (2007).

Org. Chelotti (2007)

No que se refere à segunda especificidade na política de instalação de assentamentos rurais na região, encontramos o caso do município de Sant'Ana do Livramento, onde a intervenção estatal predominou por parte do Governo Federal via INCRA (Tabela 9).

Tabela 9 – Sant’Ana do Livramento (RS): nome dos assentamentos, área (ha), famílias, ano, e órgão responsável.

<i>Nome do assentamento</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Total família</i>	<i>Ano</i>	<i>Órgão responsável</i>
União Rodeiense	387	24	1982	Governo Estadual
Cerro dos Munhoz	1.754	67	1992	INCRA
Coqueiro	980	35	1996	INCRA
Bom Será	982	35	1996	INCRA
Apolo	747	26	1996	INCRA
Santo Ângelo	481	17	1996	INCRA
São Joaquim	1.044	37	1996	INCRA
Frutinhas	565	20	1997	INCRA
São Leopoldo	1.274	44	1997	INCRA
Santa Rita	697	22	1997	INCRA
Posto Novo	665	21	1997	INCRA
Recanto	665	23	1997	INCRA
Pampeiro	1.339	46	1998	INCRA
Capivara	649	26	1998	INCRA
Figueira	1.185	41	1998	Governo Estadual
Nova Esperança	1.216	43	1998	Governo Estadual
Esperança da Fronteira	422	22	2000	Governo Estadual
Nova Madureira	596	24	2001	Governo Estadual
Rincão da Querência	206	8	2001	Governo Estadual
Torrão	505	22	2001	Governo Estadual
Roseli Nunes	1.742	63	2002	Governo Estadual
Paraíso II	136	7	2002	Governo Estadual
Conq. do Cerro da Liberdade	2.475	85	2002	Governo Estadual
Total	20.692	758		

Fonte: GRAC (2007).

Org. Chelotti (2007)

Essas especificidades são importantes para compreendermos os diferentes problemas enfrentados pelos assentados em cada município durante seu processo de reterritorialização, como evidenciam os trabalhos de Medeiros e Sosa Junior (2006) e Chelotti (2003).

Conforme Medeiros e Sosa Junior (2006), os assentamentos realizados em Hulha Negra e Candiota, no final dos anos 1980 e início da década de 1990, diferenciaram-se dos demais por possuírem uma dinâmica própria de implantação. Estes assentamentos rurais foram organizados pelo governo do estado do Rio Grande do Sul e não pelo INCRA. Este diferencial impõe uma série de dificuldades econômicas, estruturais, locacionais ao conjunto de assentamentos implantados nessas áreas.

Em Chelotti (2003), constatamos que para o caso de Sant’Ana do Livramento, os assentamentos rurais foram organizados pelo INCRA. Isto em termos de infra-estrutura, recursos, os diferenciam dos assentamentos realizados, até então, pelo Governo Estadual em Hulha Negra, ou seja, projetos carentes de investimentos quanto ao auxílio alimentação, moradia, obras públicas, etc.

Nos últimos anos, observamos um retorno das ações do INCRA para o município de Sant'Ana do Livramento, na medida em que ocorreu um afastamento do Governo Estadual das questões ligadas à reforma agrária.

Inkra confirma 29 assentamento em Sant'Ana, no Dom Camilo

[...] O projeto de assentamento é formado por duas áreas contíguas, as antigas estâncias Dom Camilo I e Dom Camilo II, totalizando 1.190 hectares. Serão assentadas 54 famílias, segundo destaca o Incra. Com a criação do Dom Camilo, **o município de Sant'Ana do Livramento passa a contar com 29 assentamentos, tornando-se a unidade riograndense que maior número de colônias do gênero detém.** [...] O próprio Incra destaca que a concentração de projetos na região promovidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) favorece o que o instituto desde sua regional em Porto Alegre, qualifica como o “estabelecimento de um pólo de desenvolvimento regional”. Ainda na ótica do Incra, a proximidade “beneficia a produção e a distribuição, contribuindo para a consolidação e emancipação dos assentamentos”, **gerando, no entanto, muita contestação por parte de ruralistas e lideranças políticas do município.** (JORNAL A PLATÉIA, 10/01/2007, grifo nosso).

A instalação de mais um assentamento no município de Sant'Ana do Livramento no início do ano de 2007 confirma nossa tese, ou seja, a decisão política e estratégica do INCRA, em realizar uma política de assentamento priorizando áreas próximas a outros projetos, maximizando assim seus custos operacionais. Assim, por mais que alguns ruralistas sejam contrários à venda de propriedades para o INCRA, principalmente aqueles associados ao Sindicato Rural, a venda tem sido uma estratégia utilizada por alguns proprietários, principalmente, para aqueles que se encontram endividados ou em situação socioeconômica não muito favorável.

Os casos dos municípios de Hulha Negra e Sant'Ana do Livramento são exemplos explícitos de diferentes concepções de política pública e de esferas distintas, estadual e federal. Embora os dois municípios sejam os maiores focos de assentamentos no estado do Rio Grande do Sul, o acesso aos recursos, aos investimentos e infraestrutura, ocorreram de maneira desigual para os camponeses assentados. É evidente a desvantagem dos assentados de Hulha Negra que permaneceram anos sem acesso a recursos, diferentemente de Sant'Ana do Livramento, onde os recursos eram garantidos pelo Governo Federal.

Nesse contexto, o próximo capítulo abordará as diferentes expressões do processo de reterritorialização dos camponeses sem-terra na Campanha Gaúcha. Estas são questões importantes para entendermos os porquês das dificuldades encontradas no ato da chegada, bem como as estratégias de reprodução socioeconômica, além das relações estabelecidas entre

cidade-campo após a instalação dos assentamentos rurais, procurando entender essas novas dinâmicas presentes no espaço regional.

4

Sempre que a tarde me traz um violão plangente
Eu penso na minha gente que fui forçado a deixar
Os olhos voam lembrando dos meus amigos
Tento cantar, não consigo, da vontade de chorar

Meu pensamento que a minha infância remota
Tão logo já me da conta sou feito daquele chão
Nas minhas veias tem o rio e a pingela
E aquela rosa amarela floresce em meu coração

A saudade e uma estrada que me leva quando penso
Naquele desejo imenso de rever meu pessoal
E quando sonho a minha alma sai ao passo
E se vai levando abraços pra minha terra natal.

Sempre que a lua segue rumo do poente
Me vem a vontade ardente de também voltar pra lá
Andar na sanga que arrebatou meu cansaço
No chão que guardou meus passos daquele tempo
de piá

Minha querência, te carregar eu não pude
Mas carrego aquele açude, a pracinha, o chafariz
E nos invernos ao rigor dessas andanças
O calor das lembranças me aquece e me faz feliz.

(Lembranças – João Chagas Leite)



4 EXPRESSÕES DA RETERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NA CAMPANHA GAÚCHA

Ao mesmo tempo em que podem ser vistos como “ponto de chegada” de um processo de luta pela terra, os assentamentos tornam-se “ponto de partida” para uma nova condição de vida, onde muitas vezes tudo está por fazer, desde a organização do lote e construção do local de moradia até toda a infra-estrutura coletiva e de serviços necessária à viabilização econômica e social das novas unidades de produção familiar. (LEITE et al., 2004, p.260).

4.1 Considerações sobre o mito da desterritorialização

O movimento de renovação da Geografia brasileira, que teve como marco temporal o ano de 1978, introduziu uma perspectiva mais crítica na análise da espacialidade dos fenômenos sociais. Assim, alguns conceitos trabalhados na Geografia ganharam maior evidência que outros, podendo-se citar o caso do território. Para Santos e Silveira (2002), o que interessa discutir é o território usado, sinônimo de espaço geográfico.

Assim, o que passou a interessar aos geógrafos foi o espaço geográfico, entendido como aquele espaço que é apropriado e utilizado pelo homem. O resultado dessa relação seria a “produção do espaço geográfico”. Portanto, no espaço, as relações sociais se materializam e se reproduzem gerando territórios a partir das relações de poder.

Com o avanço do processo dominante de globalização generalizou-se um discurso de um mundo cada vez mais desenraizado, móvel, fluido (virtual) em detrimento de um mundo mais enraizado (territorial). Para Haesbaert (2002), o conceito de território é o mais difundido na Geografia e a maioria dos trabalhos focaliza sua destruição, ou seja, a desterritorialização, sem deixar claro que concepção de território encontra-se por trás deste processo.

Temos, então, dependendo da ênfase a um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), “técnico-informacional” (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-cultural). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distância, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, um certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida. Mas o que se vê, na realidade,

são relações muito complexas. [...] A desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra [...] (HAESBAERT, 2002, p. 132-3).

Estamos diante do que se denominou processos geográficos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR), pois a criação de territórios seria representada pela territorialização, a sua destruição (por mais que seja temporária) pela desterritorialização, e pela sua recriação a partir de processos de reterritorialização.

Como exemplo desse processo geográfico de TDR, podemos citar o caso dos imigrantes italianos reterritorializados nas antigas áreas florestais do Rio grande do Sul. Em um primeiro momento, esses camponeses europeus foram desterritorializados em função do avanço da revolução industrial e num segundo momento, foram reterritorializados no sul do Brasil. Em decorrência do movimento da sociedade, seus descendentes foram desterritorializados com o advento da modernização da agricultura, e o processo de reterritorialização ocorrerá, por exemplo, na medida em que ingressaram e organizaram-se em movimentos sociais no final da década de 1970.

Ao observarmos os recentes estudos no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, verificaremos a utilização, com frequência, da terminologia desterritorialização e reterritorialização, seja em estudos sobre migração, luta pela terra, identidade territorial, dentre outros. No entanto, a utilização dessa terminologia é um pouco mais remota, encontrada principalmente na obra dos filósofos Deleuze e Guattari (1972)¹²⁹. A principal contribuição dos autores é a de que não existe uma desterritorialização desconecta de uma posterior reterritorialização.

A função de desterritorialização: D é o movimento pelo qual “se” abandona o território. É a operação da linha de fuga. Porém, casos muito diferentes se apresentam. A D pode ser recoberta por uma reterritorialização que a compensa, com o que a linha de fuga permanece bloqueada; nesse sentido, podemos dizer que a D é *negativa*. Qualquer coisa pode fazer as vezes da reterritorialização, isto é, “valer pelo” território perdido; com efeito, a reterritorialização pode ser feita sobre um ser, sobre um objeto, sobre um livro, sobre um aparelho, sobre um sistema [...] (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 224, grifo no original).

Abordar os conceitos de desterritorialização e reterritorialização a partir do discurso geográfico permite dotar a Geografia de um corpo teórico-conceitual renovado e necessário para entender a complexidade do mundo contemporâneo. Portanto, aí reside uma grande

¹²⁹ O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia.

contribuição para nossa discussão. Para Haesbaert (2004), é necessário destacar a forte vinculação da obra dos autores com a Geografia¹³⁰, principalmente (mas não apenas) através do conceito de desterritorialização. Para o autor, devemos pensar a territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes, ou seja, fundamentais para compreendermos as práticas humanas.

No entanto, não existe um consenso de que os processos de desterritorialização são precedidos de processos de reterritorialização. Assim, evidenciamos duas grandes correntes interpretativas, principalmente, associadas ao processo de globalização. Uma, que defende que a globalização estaria provocando desterritorialização e a outra, defendendo que embora ocorra desterritorialização numa escala, se verifica reterritorialização em outra.

Dentre os trabalhos, podemos citar alguns, como Storper (1994), Ianni (1995), Andrade (2002), Neves (2002), Saquet (2003), Haesbaert (1997, 1999, 2001, 2002, 2004, 2006), Oliven (2006). Esses estudos ganharam vulto na década de 1990, quando o processo de globalização da economia mundial, configurou-se com um momento histórico importante do sistema capitalista que teve como uma de suas principais características o processo de desenraizamento, ou melhor, o processo de des-territorialização.

Para Ianni (1995), a globalização tende a desenraizar as coisas, as pessoas e as idéias. Tudo tende a desenraizar-se: mercadoria, mercado, moeda, capital, empresa, agência, gerência, projeto, publicidade, tecnologia. Para autor, assim, se desenvolve o novo e surpreendente processo de des-territorialização, uma característica essencial da sociedade global em formação.

O conceito de desterritorialização aplica-se não apenas a óbvios exemplos como corporações transnacionais e mercados monetários, mas também a grupos étnicos, lealdade ideológicas e movimentos políticos que atuam crescentemente em moldes que transcendem fronteiras e identidades territoriais específicas. A desterritorialização tem afetado as lealdades de grupos envolvidos em diásporas complexas, suas manipulações monetárias e outras formas de riqueza e investimento, bem como as estratégias de Estado. O debilitamento dos vínculos entre povo, riqueza e territórios, por sua vez, tem alterado a base de muitas interações globais significativas e, simultaneamente, põe em causa a definição tradicional de Estado. (IANNI, 1995, p. 93).

¹³⁰ Maiores detalhes sobre a contribuição teórica dos autores para com a Geografia, consultar Haesbaert (2004), especificamente o Capítulo 3: *Território e Desterritorialização em Deleuze e Guattari*.

O processo de desterritorialização ocorre com múltiplas implicações, sejam nas esferas sociais, econômicas, políticas ou culturais. O mundo estaria cada vez menor, numa compressão nas relações espaço-tempo.

À primeira vista, a *desterritorialização* lança a idéia de sociedade global no cerne da pós-modernidade. Aí muita coisa muda de figura, desloca-se, flutua, adquire outro significado, dissolve-se. Ao lançar-se além dos territórios, fronteiras, sociedades nacionais, línguas, dialetos, bandeiras, moedas, hinos, aparatos estatais, regimes políticos, tradições, heróis, santos, monumentos, ruínas, a sociedade global desterritorializa tudo o que encontra pela frente. E o que se mantém territorializado já não é mais a mesma coisa, muda de aspecto, adquire outro significado, desfigura-se. Rompem-se os quadros geográficos e históricos prevaletentes de espaço e tempo. Emergem outras conotações para o que é singular, particular, universal, em outras mediações. (IANNI, 1995, p. 103-104, grifo no original).

O que verificamos, no entanto é, cada vez mais, o fortalecimento de barreiras/fronteiras. A sociedade global somente pode ser pensada na perspectiva da economia, mas, no plano político e cultural, verificamos a reafirmação de regionalismos e o impedimento de livre acesso das pessoas.

Só se pode compreender a globalização pela cuidadosa documentação dos casos em que ocorre a *desterritorialização* e daqueles em que a territorialização continua a exercer um forte papel; no primeiro caso, as atividades se tornam menos dependentes de recursos, práticas e interdependências específicas de um local. No segundo, continuam enraizadas em aspectos específicos locais. Só analisando os mutáveis e complexos padrões de territorialização e desterritorialização de atividades se pode desenhar um quadro preciso da natureza da globalização. (STORPER, 1994, p. 13, grifo no original).

No entanto, existe uma outra linha interpretativa que nega a análise isolada dos processos de desterritorialização, pois estes deveriam levar em consideração os processos de reterritorialização, uma vez que a globalização não pode ser compreendida apenas como um processo homogêneo, uniforme e unilateral, existindo outras esferas que carecem ser observadas na atual conjuntura da sociedade contemporânea.

Uma das mais importantes contribuições no campo da Geografia para entendermos que os processos de des-territorialização devem ser analisados considerando também os processos de re-territorialização, é encontrada em Haesbaert (1997), quando o autor estudou a formação de uma rede “gaúcha” nos cerrados do nordeste brasileiro.

Apesar de distinguirmos analiticamente território e rede, como já ressaltamos no capítulo anterior, estes encontram tão articulados quanto o processo contraditório de territorialização-desterritorialização que os produz. Desse modo, as redes não podem ser vistas apenas como “destruidoras de territórios”: uma combinação articulada de redes, “malha”, por exemplo, pode ser a base de um processo de (re)territorialização, ou seja, de formação de novos territórios. (HAESBAERT, 1997, p. 94).

Para Haesbaert (1999), virou moda afirmar que vivemos uma era dominada pela desterritorialização, confundindo-se, muitas vezes, o desaparecimento dos territórios com o simples debilitamento da mediação espacial nas relações sociais. Para o autor, os grupos sociais podem muito bem forjar territórios em que a dimensão simbólica se sobrepõe à dimensão mais concreta.

Diante da massa de despossuídos do planeta, em índices de desigualdade social e de exclusão cada vez mais violentos, o “apegar-se à terra”, a reterritorialização é um processo que vem ganhando força. Ele se torna imprescindível não somente como fonte de recursos para a sobrevivência física cotidiana mas também para a recriação de seus mitos, de suas divindades ou mesmo para manter viva a memória de seus mortos. (HAESBAERT, 1999, p. 185).

Na tentativa de sistematizar o discurso vigente de que a sociedade vive um período de desterritorialização, Haesbaert (2002) aponta cinco possíveis interpretações: a primeira, uma perspectiva mais economicista, defende a idéia de superação dos entraves locais ou de localização; a segunda, uma abordagem mais cartográfica em que ocorreria a superação do espaço pelo tempo, ou seja, um encurtamento de distâncias; uma terceira, em que as relações seriam mais imateriais que materiais; uma quarta, em que ocorreria um esvaziamento das fronteiras, permitindo o livre acesso; e a quinta, em que a perspectiva cultural, referência simbólica, perderia sentido e se transformaria em não-lugar.

No entanto, o que se observa na realidade socioespacial contemporânea são relações muito mais complexas.

A mundialização, paradoxalmente, tem alimentado também a retomada de localismos, regionalismos e/ou nacionalismos, muitas vezes retrógrados e espacialmente segregadores [...] a velocidade dos fluxos e a simultaneidade proporcionada pelo progresso técnico não implicam obrigatoriamente, a superação de uma reterritorialização diferenciadora e ressingularizante. [...] A desterritorialização que ocorre em uma escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra escala [...] (HAESBAERT, 2002, p. 132-133).

A discussão teórica sobre os processos de des-re-territorialização no âmbito da Geografia ainda carece de uma maior dedicação por parte dos pesquisadores, uma vez que utilizam a terminologia, sem um devido aprofundamento conceitual. Assim, é muito frutífero o diálogo com as Ciências Sociais, que buscam na Geografia uma compreensão da dimensão espacial da sociedade.

Os trabalhos que se dedicam ao estudo de processos de reterritorialização são tão diversos quanto às realidades socioespaciais. Assim, encontramos diversas abordagens para um mesmo processo, como aquelas que se dedicam a entender mais por uma vertente econômica, política ou cultural. Estudos sobre movimentos sociais no campo e na cidade, transposição geográfica de identidades culturais, dentre outros, são exemplos claros de que a re-territorialização está na ordem do dia.

Saquet (2003) estudou o processo de desterritorialização dos italianos na virada do século XVIII e sua posterior reterritorialização no Rio Grande do Sul. Aí podemos identificar um exemplo de desterritorialização influenciada por questões socioeconômicas do século XVIII em determinadas regiões da Itália, durante o processo de industrialização da Europa. Para o autor, simultaneamente à desterritorialização ocorreu a reterritorialização, pois são processos intimamente ligados na dinâmica socioespacial.

Ao mesmo tempo, se para os agentes promotores da colonização italiana no Rio Grande do Sul as questões econômica e (geo)política foram as principais, para os imigrantes, a re-territorialização poderia significar melhores condições de sobrevivência. A des-territorialização italiana implicou re-territorialização em outros lugares, onde os grupos sociais desenvolveram estratégias distintas para produzir, controlar e manter um *novo* território e *novas* territorialidades, como fruto da imbricação entre *velhas* e as *novas* territorialidades no movimento de des-re-territorialização. (SAQUET, 2003, p. 54, grifo no original).

Conforme Oliven (2006), a desterritorialização é um termo utilizado para designar fenômenos que se originam num espaço e que acabam migrando para outros. Para o autor, esse conceito só faz sentido se for associado ao de reterritorialização, pois as idéias e os costumes saem de um lugar, mas entram noutra no qual se adaptam e se integram. O autor cita como exemplo a desterritorialização na esfera cultural e cita o caso da transposição da identidade regional gaúcha.

A adoção da tradição originária da região da Campanha por habitantes de outras áreas do Rio Grande do Sul significou um primeiro processo de desterritorialização da cultura gaúcha que saiu de sua origem e adquiriu

novos significados e novos contextos. Hoje há CTGs em todas as regiões do Rio Grande do Sul. Como se sabe, os gaúchos, em geral os descendentes dos colonos que não conseguem terras no Rio Grande do Sul, têm migrado para outros estados em busca de terras. Isso ocorreu com Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Rondônia etc. E onde há gaúchos há CTGs. Hoje, 37 % dos CTGs estão no Rio Grande do Sul. A manutenção da cultura gaúcha por parte dos rio-grandenses que migraram para outros estados representa um novo processo de desterritorialização que é importante porque a cultura gaúcha continua com seus descendentes que muitas vezes nunca estiveram no Rio Grande do Sul. (OLIVEN, 2006, p. 160-161).

Ao discutir a relação entre reterritorialização e identidade em áreas de reforma agrária no Rio Grande do Sul, Medeiros (2007) identificou um processo de des-re-territorialização que em um primeiro momento promoveu a desterritorialização e em um segundo, a reterritorialização de pequenos produtores familiares numa região onde se configura o domínio da pecuária e do latifúndio.

De certa forma, o processo de desterritorialização apresenta um viés econômico muito forte à medida que nega a reprodução de um determinado grupo em uma porção específica do território, fazendo com que ocorra seu deslocamento e a tentativa de re-territorialização (econômica, política, social, cultural) em outro lugar. Em ambos os processos (desterritorialização/re-territorialização), forças sociais, econômicas, políticas atuam como elementos de manutenção, expulsão ou atração (quando no processo de re-territorialização) de grupos envolvidos. (MEDEIROS, 2007, p. 5).

Os exemplos supra citados abordam apenas algumas das dimensões que confirmam que todo processo de desterritorialização é procedido de uma reterritorialização, seja na dimensão econômica, política, ou cultural.

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. [...] Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização. (HAESBAERT, 2006, p. 67).

Mais do que um eminente processo de desterritorialização em curso, evidenciamos na sociedade contemporânea um complexo mundo organizado por inúmeras “formas” de territórios, uma verdadeira multiterritorialidade quase que esquizofrênica. Estaríamos aí, diante do “mito” da desterritorialização.

[...] o que está dominando é a complexidade das reterritorializações, numa multiplicidade de territorialidades nunca antes vista, dos limites mais fechados e fixos da guetoificação e dos neoterritorialismos aos mais flexíveis e efêmeros territórios-rede ou “multiterritórios” da globalização. Na verdade, seria mais correto afirmar que o grande dilema desse novo século será o da desigualdade entre as múltiplas velocidades, ritmos e níveis de des-re-territorialização, especialmente aquela entre a minoria que tem pleno acesso e usufrui dos territórios-rede capitalistas globais que asseguram sua multiterritorialidade, e a massa ou “aglomerados” crescentes de pessoas que vivem na mais precária territorialização ou, em outras palavras, mais incisivas, na mais violenta exclusão e/ou reclusão socioespacial. (HAESBAERT, 2004, p. 372).

Portanto, estamos diante de um processo ainda mais complexo que a des-re-territorialização. O que evidenciamos nos dias atuais são proliferações de múltiplos territórios, ou melhor dizendo, multiterritorialidades. O território além de sinônimo de poder, também, é sinônimo de diversidade. E é na diversidade dos territórios que se constroem novas geografias, muitas vezes, fazendo o percurso contrário dos interesses dos grupos historicamente hegemônicos.

4.2 As expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha

4.2.1 As impressões sobre a chegada

Nesse item realizamos a transposição teórica da des-re-territorialização para nosso caso empírico. Apresentamos a reterritorialização em sentido “aplicado” a fenômenos concretos vivenciados durante nossos trabalhos de campo em alguns assentamentos rurais de reforma agrária no sudoeste gaúcho, mais especificamente, no município de Sant’Ana do Livramento, que possui a maior concentração de assentamentos rurais no Rio Grande do Sul, como vimos no capítulo 3.

Dentre as características que mais nos chamaram a atenção, destacaremos a origem geográfica dos sem-terra reterritorializados no município, questões associadas a sua chegada, como preconceito e discriminação por parte de setores da sociedade local, e a adaptação ao novo ambiente.

Ao identificarmos as impressões dos atores desde sua chegada no assentamento, sua reterritorialização num espaço diferente, estranho, o que evidenciamos foi uma forte carga sentimental em seus depoimentos, fruto de uma longa trajetória que em boa parte dos casos

não foi fácil, seja pelas suas diversas passagens pelos acampamentos itinerantes, cada época num “canto” do Rio Grande do Sul, ou pelos novos desafios que se apresentaram após a conquista da terra.

Ao analisarmos o processo de reterritorialização dos sem-terra, uma das questões que mais chamam atenção é sua grande mobilidade socioespacial, são pessoas com muitas andanças pelo Rio Grande do Sul e até outros estados e países vizinhos como Argentina e Uruguai. Ao dialogar com os sem-terra, facilmente, percebemos sua diversidade quanto sua origem geográfica (lugar de origem). Os primeiros assentamentos rurais foram constituídos quase, para não dizer em sua totalidade, de indivíduos provenientes da Metade Norte do Rio Grande do Sul, área historicamente marcada pela desterritorialização dos camponeses.

Meus pais foram acampados no acampamento da fazenda Anoni, ficaram 4 anos acampados, eu nasci no acampamento, depois fomos assentados no Assentamento Nova Ramada em Julio de Castilhos, depois de 15 anos mudamos para Santana do Livramento, chegamos aqui e com o pouco que tínhamos fomos nos erguendo, daí meu pai e minha mãe se separaram e ficamos eu e minha mãe no lote e gastamos tudo o que tínhamos em lavouras e com 2 anos de seca que enfrentamos perdemos tudo o que investimos, vendemos os gados para ajudar nas despesas da casa, enfrentamos humilhações dos líderes do MST e até que enfim vamos nos legalizar no assentamento, quem sabe se pegarmos recursos conseguimos investir e produzir mais na terra. Graças a Deus não passamos dificuldade em relação a comida. (Assentada II do Esperança da Fronteira, 2006).

Acampei 1 mês e meio, mas a impressão que tive é que foi 1 ano e meio, foi muito sofrido prefiro nem lembrar, nós passamos frio, fome e medo porque tem quem não passa fome e nem frio como nós passamos, não está nem aí para quem está nessa situação, mas graças a Deus vencemos conquistando a terra. Chegamos no assentamento há 4 anos foi difícil pois nada no início foi fácil, mas com força e trabalho e vontade de vencer, hoje posso dizer que vencemos perante o que passamos. Hoje temos um lote de terra para trabalhar, o que comer e graças a Deus, saúde. Ah, éramos de Santa Catarina [divisa com o RS]. A situação lá com certeza não era boa, se não teríamos vindo. Hoje posso dizer que estou bem, e sou feliz graças ao movimento MST. (Assentada I do Capivara, 2006).

Nos últimos anos, no entanto, a presença de “nativos” tem aumentado nos assentamentos mais recentes. De acordo com o dirigente regional do MST, até o ano de 1996 não existiam nos assentamentos de Sant’Ana do Livramento indivíduos da própria região, mas em função das ações de base realizadas pelo movimento nos municípios circunvizinhos, indivíduos da própria região estão ingressando no MST, como o caso da assentada originária de Rosário do Sul (município vizinho).

Sou de Rosário do Sul, estávamos há 6 anos na fronteira de Livramento, triste sem trabalho sem expectativa de vida, em pânico. E agora estamos bem, com nossa terra produzindo quase 60 % da terra, temos uma produção de leite que vendemos, não temos salário, mas o que da venda do leite da pra nos no sustentar mais ou menos, devido a forte estiagem que está nos prejudicando. As conquistas foi ter a nossa própria terra a nossa liberdade de viver porque quando tu tens trabalho, tu ocupa tua mente, ah sou livre e feliz, houve muita dificuldade ao chegar, falta de luz, falta de estrada, falta de casa, de fazer as coisas. Mas a vontade que a gente tinha só de trabalhar por conta isso nos motivou a enfrentar tudo isso e hoje eu agradeço a Deus por eu ter aonde morar, aonde dormir e me alimentar do meu próprio trabalho. Penso as vezes nas pessoas que mora debaixo das pontes, que não tem uma expectativa de vida, deve ser horrível não ter o que fazer, agradeço a oportunidade. (Assentada I do Esperança da Fronteira, 2006).

O processo de reterritorialização dos sem-terra que começou no final da década de 1980 e início de 1990 provocou reações contrárias e a favor a sua vinda para a região, como demonstramos no capítulo anterior. A principal frente de reação contrária eram os proprietários de terra e o prefeito da época. Os favoráveis encontravam-se setores progressistas da sociedade, como o sindicato dos professores e alguns comerciários. O preconceito e a discriminação foram sentidos pelos sem-terra na chegada, questões que, subjetivamente, repercutiram diretamente em sua adaptação na nova terra.

Por ser o primeiro assentamento n/é?... porque não tinha outro para se espelhar, pra dizer como, afinal como dizer...até os vizinhos deram apoio, vieram com trator lavar, mas alguns também muito contra, muitos contra nós. O prefeito que não aceitava nós queria correr nós aqui. Parece que na cidade onde a gente ia, todo mundo , acho que entrava numa loja, e isso é até hoje, tu não é daqui, tu é colona? Porque a gente falava diferente! (Assentada do Cerro dos Munhoz, 2006).

[...] quando nós chegamos aqui em Santana, eles só chamavam nós de baderneiro, dessas coisas. Só que hoje já não n/é?... hoje eles tem outra idéia de nós. Eles estão achando que nós não somos mais a mesma coisa, que nós somos baderneiros, nós trabalhamos também n/é? ... Eu acho que sim porque até hoje as vez tu, assim, tu está cruzando na rua e te olham assim, acha que você é assentado e já tem uma piadinha. “Ah ela é assentada e isso e aquilo” n/é?... mas só que agora parece que o pessoal está vendo que nós não somos o que eles pensavam n/é?...que nós trabalhamos, que tem outros assentamentos que as vezes plantam um milho, a batata n/é? ... para vender na cidade, vendem bastante coisa. Daí eles estão achando que nós não somos n/é?... o que eles pensavam, nós somos outras pessoas, que nós trabalhamos, essas coisas. (Assentado do Bom Será, 2006).

Constatamos entre as assentadas um enorme estranhamento ao chegarem ao assentamento. Inicialmente destacaram a paisagem como sendo muito diferente do seu local de origem e que, de certa maneira, agora sentiam uma sensação de liberdade, tendo em vista

que os campos são tão abertos que se perdem de vista. No antigo lugar de residência, geralmente, o relevo era mais ondulado e íngreme, “não se observava o horizonte”. Assim, torna-se evidente que a adaptação também deveria se dar em relação ao novo meio. Muito se falou das características do clima, muito frio no inverno e calor intenso verão, seguido de um período de poucas chuvas.

Chegamos aqui com muita esperança de uma vida melhor, trabalhar e viver do que é nosso, nosso pedaço de chão. O clima aqui é todo diferente, muito vento, estamos tentando com muita dificuldade, pois não temos renda mensal, como todo começo é difícil. Os vizinhos, pessoas ótimas, lutadoras por excelência. Cada um em sua lida, mas com um objetivo em comum “ser dono do seu lote”. Sem contar que somos discriminados na cidade por sermos de assentamento. “Quem trabalha não tem tempo para roubar”. Da onde viemos é uma região de alta produtividade, muito diferente daqui, sem conhecer o clima direito, arriscamos o plantio. Sem chuva não colhemos nada, no ano seguinte plantamos o que diziam ser bom, aí acertamos, mas caímos em mãos erradas e ficamos a ver navios. Mas um dia ainda iremos nos dar bem. Amamos esta fronteira, e aqui seremos felizes. (Assentada I do Figueira, 2006).

Lá fora [local de origem], por exemplo, é bem diferente do que aqui n/é? ... principalmente o clima, essas coisas. Todo mundo que chegou aqui no primeiro ano até agora a pouco, as vezes tu tem muita gente que não está acostumando aqui N/É? ...que nem vamos supor a minha avó n/é?...o pai foi lá e trouxe ela, eu acho que faz uns quatro anos que ela está aqui, só que até hoje ela não se acostumou com o clima daqui. (Assentada do Bom Será, 2006).

A inserção dos trabalhadores sem-terra, como novos atores sociais no espaço agrário do Campanha Gaúcha alterou relações sociais até então vigentes na região. Com esse novo processo, algumas relações tornaram-se mais complexas, tendo em vista a pluralidade de sujeitos que ali passaram a interagir.

O novo nem sempre é desejado pela estrutura hegemônica da sociedade. Para esta, há o novo que convém e o que não convém. O novo pode ser recusado se traz uma ruptura que pode retirar a hegemonia das mãos de quem a detém [...] A chegada do novo causa um choque. Quando uma variável se introduz num lugar, ela muda as relações preexistentes e estabelece outras. (SANTOS, 1988, p 98).

Outro elemento importante que gerou enorme estranhamento na chegada, foi o relativo isolamento geográfico do assentamento em relação à vida em comunidades, uma vez que as áreas de campo do sudoeste gaúcho são marcadas historicamente pela baixa densidade demográfica e um número muito pequeno de comunidades rurais (igrejas, clubes, armazéns),

em comparação com suas áreas de origem dos assentados, onde a vida em comunidade possuía outro ritmo.

Onde morávamos era um lugar mais divertido, todo mundo ajudava e aqui é mais diferente, até os costumes e cultura eu ainda não me acostumei com aqui. Quando chegamos aqui ninguém queria que nós ficássemos em cima do lote, mas muitos dos que moram no assentamento não produzem 1/3 do que nós produzimos. Agora nós lidamos com gado de leite e pastagens, plantamos milho e soja, mas com o ano de seca perdemos tudo, plantamos melancia este ano, foi o que deu um pouco mais. (Assentada II do Esperança da Fronteira, 2006).

Ao chegarem à área definitiva, tudo estava para fazer, desde as instalações para moradia até aquelas associadas aos primeiros cultivos. Por serem áreas de campo nativo, tornou-se necessário o plantio de árvores para proteger a residência e os pequenos animais das intempéries do tempo. Na medida em que ocorreu o processo de reterritorialização, vários outros desafios entraram em cena para os sem-terra, principalmente, aqueles associados às estratégias de reprodução, associados aos primeiros cultivos que garantiriam a sobrevivência da família.

Lá fora [local de origem] é bem diferente daqui n/é?... porque lá fora a gente plantava n/é?... em épocas diferentes n/é?... aqui tu já planta, e aqui tu planta e as vezes não colhe nada. Tem anos que tu colhe alguma coisa n/é?... e as vezes aqui até a mandioca e a batata tem anos que tu não colhe. E lá fora já não n/é?... batata e mandioca era sagrado, sempre te daria n/é? E daí o pessoal aqui agora que posso dizer que estão mais acostumados, a adaptação assim, de como plantio, essas coisas. Agora dá para dizer que estão entendendo um pouco mais n/é?... porque quando chegemos aqui a gente plantava numa época n/é?...e não era, e a gente não colhia. (Assentada do Bom Será, 2006).

A necessidade de se adaptar ao novo território conquistado e estabelecer uma nova relação entre homem e meio transformou-se em mais um desafio para os sem-terra reterritorializados no sudoeste gaúcho. Portanto, os saberes tradicionais foram revistos, já que se encontravam associados ao antigo ambiente, exigindo uma adaptação em seus ritmos de vida, bem como no período de plantio de certos cultivos.

As expressões da reterritorialização são múltiplas, talvez não consigamos dar conta de tamanha complexidade. No entanto, discutiremos aquelas que nos parecem mais em evidência. A reterritorialização dos sem-terra no sudoeste gaúcho pode ser identificada a partir de três grandes expressões: a econômica, a política e a cultural.

A expressão da reterritorialização econômica pode ser identificada pela constituição de autênticos territórios de produção familiar no universo do espaço latifundiário. A nova racionalidade de exploração da terra por meio da formação de bacias leiteiras, pólos de fruticultura, de produção de sementes agroecológicas, são alguns dos exemplos.

A expressão da reterritorialização cultural é verificada na maneira de organização do lote, construção das casas, nas formas de lazer, na religiosidade, etc. A princípio não existe uma forte ligação do sem-terra com a “identidade gaúcha”, ou seja, participação em Centro de Tradições Gaúchas (CTGs), uma vez que nesses espaços cultua-se o modo de vida campeiro, a estância (o latifúndio). A sua cultura, pelo menos nos primeiros anos de assentamento, é reproduzida nos hábitos alimentares, na fala, com forte identificação com as regiões coloniais do Rio Grande do Sul.

A expressão da reterritorialização política é identificada pela formação de núcleos de resistência ao conservadorismo político regional. Nos últimos anos, tornou-se crescente a participação de partidos “ditos” mais de esquerda, em que seus representantes tiveram como base de apoio os territórios constituídos por assentamentos rurais.

4. 2.2 A (re) criação dos territórios de vida

Embora tenham sofrido processos de desterritorialização por muitos anos, morando em barracos de lona preta, na beira de estradas, com infra-estrutura muito precária, com alta mobilidade espacial passando por diversos acampamentos, ao se reterritorializar num determinado lugar, os sem-terra reconstroem seus territórios simbólicos, seja na maneira de ocupar seu ócio, na maneira de construir suas casas, na alimentação, nos jardins. Isso fica evidente nas impressões da extencionista da EMATER de Sant’Ana do Livramento, observadas durante suas atividades com as assentadas.

Costumes diferentes, até na maneira de lazer diferente, por exemplo assim, o nosso povo aqui da região da Campanha, ele vive mais o tradicionalismo, já o povo que vem de fora, lá de cima do Rio Grande do Sul também ele é tradicionalista, mas é diferente. E tem também os da área indígena que traz outros hábitos culturais pra nós, então isso vai criando uma riqueza de culturas diferentes, lazeres diferentes, então assim a gente nota até no meio rural que existe até na maneira de fazerem as casas deles, embora sejam a maioria todas iguais, existe uma maneira de, eu acho assim, vamos supor de plantar a árvore da maneira que eles usam lá, de fazer o jardim da maneira que eles fazem lá, as estradas do jeito deles, isso aí tá criando uma pequena impressão de Colônia dentro da região da Campanha. (Extencionista da EMATER, 2006).

Nessa tarefa de desvendar os hábitos culturais presentes nos assentamentos rurais, constatamos que nem tudo é feito como adaptação, pois existem elementos culturais que são mantidos pelos sem-terra, podendo-se destacar: a maneira de falar, hábitos alimentares, a maneira de construir suas casas, a organização do lote, são elementos que se mantêm no transcurso do processo de reterritorialização.

A reprodução do território, seja numa dimensão mais concreta ou no plano simbólico, é mantida em associação aos antigos lugares de residência. Como se destacou no item anterior, a maioria dos sem-terra é proveniente de outras regiões do Rio Grande do Sul e numa menor escala da própria região. Em termos socioculturais, é um fator muito importante, tendo em vista que a identidade territorial desses indivíduos não é a mesma dos tradicionais camponeses da região fronteira.

Partimos do pressuposto geral de que toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quando no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. [...] De uma forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes. (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Essas diferenças socioculturais a que se refere a extencionista são muito claras no Rio Grande do Sul, entre áreas de ocupação antigas, geralmente associadas a elementos culturais dos descendentes de luso-brasileiros (localizados principalmente na metade sul do estado), como o modo de vida campeiro (típico gaúcho) e áreas de colonização ítalo-germânica (principalmente na metade norte) que, organizados inicialmente em pequenas propriedades, reproduzem um modo de vida específico. Assim, na medida em que ocorre a reterritorialização dos sem-terra na região, essas duas regiões socioculturais são aproximadas.

[...] a gente se preocupava o que plantar aqui, o que era possível plantar para sobrevive N/É?...e nós começamos a trabalhar aqui como trabalhava lá fora [região norte do Rio Grande do Sul] e o pessoal se deu mal nesse sentido porque começamos a querer plantar milho, tudo aquilo que a gente plantava lá fora, lá da onde a gente era, da origem n/é?...o pessoal achou que poderia trabalhar aqui e o pessoal se deu mal porque o jeito da terra não dava n/é?...esse foi um dos fatores que fez com que as famílias, algumas ficou decepcionadas, aí era terra estranha. Era uma cultura diferente porque a gente olhava as casas aqui, nenhuma tinha uma flor na frente, era um gramado sortudo, era assim, bem estranho, era assim bem estranho, daquele jeito que nós tinha e aí fazer o que, ou as famílias se adaptava aquele jeito de ser ou(Assentada do Cerro dos Munhoz, 2006).

Portanto, no decorrer do processo de reterritorialização evidenciam-se algumas diferenciações socioculturais, principalmente, em relação ao uso e ocupação da terra no assentamento, uma vez que os sem-terra oriundos do norte do Rio Grande do Sul, inicialmente, dedicam-se mais a cultivar lavouras e os sem-terra da própria região dedicam-se à pecuária de corte e à prestação de serviços para terceiros.

Claro, existe, a gente nota, principalmente a parte cultural no sentido da matriz produtiva, porque o pessoal assentado de origem aqui já da Campanha e, vamos dizer assim, fronteira-oeste, eles têm, quer dizer, a origem dele, que é ou era peão rural, ou trabalhador rural em áreas de pecuária, então é uma grande dificuldade nossa trabalhar porque esse pessoal eles trazem como origem n/é?...a pecuária de corte dentro do sistema deles, e aí a gente teve a dificuldade n/é?...porque naquela área que recebe n/é?...que varia de 20 a 30 hectares, dependendo da capacidade de uso, quer dizer, ele não vai sobreviver fazendo pecuária. Claro que, mas como um assentado nosso também tem assim, esse assentado é de Livramento ele tem uma visão assim: aquele campo onde trabalha, aquela área é dele, ele vai fazer a pecuária dele ali, vai criar as ovelhas ou criar boi, mas ele também vai trabalhar fora. Ele já tem essa visão também de n/é?...de ser um trabalhador rural e ter a propriedadezinha dele. Não rompe, quer dizer, então ele segue com aquele laço n/é?...de, se ele vai fazer pecuária que ele quer, todo mundo que, a origem dele é a pecuária n/é?...então todo o sonho do peão é ter o próprio campo dele e criar as próprias vacas dele, as próprias ovelhas dele, ser dono do pedaço dele. Então esse plano de gestão que tu falou n/é?...principalmente o pessoal da Metade Norte tem outro, outra origem, origem italiana, origem alemã, tem as origens, ele já vem com outra gestão n/é?...o nosso daqui é diferente n/é?... (Agrônomo da EMATER, 2006).

A reterritorialização de milhares de trabalhadores sem-terra na Campanha Gaúcha tem proporcionado no interior dos assentamentos uma significativa pluralidade cultural, principalmente, associada à identidade territorial de cada grupo, que expressa no novo território seus símbolos, suas crenças, seus modo de vida, tornando esses assentamentos rurais verdadeiros “caldeirões culturais”. No entanto, não acreditamos que a reprodução dos seus antigos territórios de vida sejam fiéis, pois, no transcurso do processo de desterritorialização, novos elementos foram incorporados e outros deixados de lado. Ao ocorrer a reterritorialização, se mantêm os traços culturais, por sinal muito fortes, mas com certo grau de hibridismo, com o passar dos anos, com as trocas entre as pessoas, muitos elementos foram revistos e outros incorporados na nova morada, por serem necessários para a sua reprodução no novo território.

O pessoal de Livramento não gosta de trabalhar [na lavoura]. Já o pessoal de fora já gosta. Eu acho que eles não sabem trabalhar a terra. Eu, o meu ponto de vista é isso, é que eles são sabem trabalhar a terra, eles saberiam trabalhar na cidade, mas de empregado. Mas agora aqui na terra, fazer e acontecer dentro de um lote, acho que não! Eu acho que todo mundo fala que o pessoal aqui da região de Livramento não consegue se desenvolver. (Assentado do Capivara, 2006).

Ao se reterritorializar, por exemplo, o grupo social que vem do norte do Rio Grande do Sul tenta reproduzir no novo território seus traços culturais, seja em relação ao uso e ocupação do lote, como em relação aos hábitos alimentares. Mas isso não quer dizer, que com o passar dos anos, em função das especificidades do novo território, mudanças e adaptações não ocorram, pois são questões que refletem diretamente em suas estratégias de reprodução.

Quando eles vem trazem consigo, digamos assim, um modo de produção da região deles n/é?...e que eles tentam implantar aqui. Então, por exemplo, tem uma agricultura tradicional de gado de corte [indivíduos da própria região], é onde que a maioria do produtor tem uma aversão ao gado leiteiro, por exemplo, requer mais manejo, que requer uma mão-de-obra especializada e requer um trato adequado. E o que vem de fora, geralmente é exatamente o inverso, a primeira preocupação dele é o gado de leite, essa por exemplo é uma grande diferença. Também uma coisa que marca bastante é a produção de subsistência, ou seja, aquela produção para o consumo próprio, então o assentado de fora ele traz consigo, e a EMATER incentiva [...] isso por exemplo é um grande choque cultural, até porque não tinha isso, e hoje você tem, você tem as vezes o agricultor correndo na rua vendendo batatinha, vendendo batata-doce, vendendo feijão. [...] Passado esses dois anos, aí a parte mais difícil fica para trás. Mas é claro que continua com dificuldade, com essa questão toda que nós falamos de cultura. Quero dizer! Eles tem uma cultura de produção, e na região norte temos uma cultura de produção e consumo, que aqui não tem. Então, você tem que trabalhar com essa questão, procurar mercado, tem que procurar. A pessoa tinha um meio de produção com história baseada na agricultura e vem para um lugar que é pecuária, quer dizer, há uma diferença, a forma diferente de ver as coisas n/é?...de trabalhar. (Técnico da EMATER, 2006).

Assim, não é difícil encontramos nos assentamentos lotes que desenvolvem a criação de bovinos e ovinos de corte, e seus titulares serem provenientes do norte do Rio Grande do Sul, onde eram acostumados a cultivar lavouras. O mesmo ocorre em lotes cujo titulares são da própria região, que incorporaram determinados cultivos, até então não muito, comuns em suas vidas.

4.2.3 As diferentes estratégias de reprodução

Nos primeiros anos do assentamento, geralmente, são desenvolvidos os cultivos que os assentados estavam acostumados em sua região de origem. No entanto, com o passar do tempo, percebem que nem tudo pode permanecer associado as suas tradições, pois as condições de solo e clima na região são bem específicas, exigindo uma adaptação. Assim, se nos primeiros anos, ocorre uma predominância no cultivo de lavouras, principalmente, a do milho, com o passar do tempo, percebem que tal cultivo não é uma atividade para gerar renda, somente para subsistência. Isso ocorre porque os verões na região são muito secos, o que não garante uma colheita satisfatória.

Então, o pessoal que vem de fora está acostumado com outro tipo de solo, outra coisa, o regime nosso de chuvas, de clima nosso, ele é completamente diferente, nós temos um clima temperado típico n/é?... com invernos frios, verões quentes, cheia pelo verão, em cada 10 anos aqui, 3 são bons, normais, os outros 7 tem estiagem, principalmente dezembro e janeiro n/é? ... então quer dizer, dá problema na parte das agriculturas anuais de verão, já que eles já trazem arraigados de lá, soja, milho, dá problema, por que? ... porque eles tem outra época de plantio lá, eles plantam o milho de julho em diante e até o zoneamento do milho lá de junho a dezembro é aceito o plantio de milho. Nós não, nós temos uma faixa de plantio de milho bem menor aqui, é novembro e dezembro n/é?... do zoneamento agroclimático. O nosso regime de chuvas entre dezembro e janeiro é um regime baixo de chuvas, nós temos precipitação média anual muito boa, 1.600 mm, dentro do normal, quer dizer, essa “sequinha” de janeiro ela é normal pra nós. (Agrônomo da EMATER, 2006).

O processo de reterritorialização não é um processo simples, pois implica a mudança de vida, de lugar de morada, enfrentar o novo, o desconhecido. A (re)adaptação ao novo lugar tende a ser mais difícil quando trata-se de um lugar totalmente diferente do seu, seja em relação à cultura ou ao ambiente. Mas a reterritorialização não muda apenas a vidas das pessoas que estão chegando, muda também o novo lugar, na medida em que novas relações necessitam ser (re)estabelecidas, num constante processo de aprendizagem e descobertas.

[...] os que chegaram primeiro já estão adaptados, agora os que estão vindo vão ter que se adaptar, porque é uma realidade diferente, até a época de plantio de muita culturas n/é?...ela se dá em outra época n/é?...aqui basicamente era produzido a criação de gado n/é?...a pecuária extensiva e a produção de arroz. Com a vinda dos assentados para cá esse quadro começa a muda e começa a se plantar outras culturas como milho, feijão, a mandioca, a batata n/é? Porém em outras épocas em que se plantavam, para te dar um exemplo, o milho lá na região da onde eu vim, se planta em agosto, e aqui você tem que plantar o primeiro milho em dezembro n/é?...e o milho que dá aqui que a seca não pega é em janeiro, estão a época de

plântio é bastante diferente. Tem que se adaptar a nova realidade. (Técnico da COPTec, 2006).

Durante a realização do trabalho de campo percebemos o enorme estranhamento dos assentados em relação às características do meio ambiente local (clima e solo), uma vez que são fatores de grande dependência com o ritmo e dinâmica da natureza. Na, Campanha Gaúcha, a dinâmica da natureza é bem diferente do seu lugar de origem, implicando diretamente e sua reprodução, principalmente para os primeiros assentados que chegaram ao final da década de 1980 e início da de 1990, e que não ocorreu, pelo menos no início do assentamento, orientação técnica objetivando uma melhor adaptação nesse novo ambiente.

Nós temos passado aí, principalmente nos últimos três anos por grandes dificuldades na questão da água, principalmente pra produção n/é?...e inclusive nos últimos dois anos, ano passado e esse ano, faltou água inclusive para beber, água para o gado, devido a intensidade da seca, e o quadro não tende a melhorar para dizer, não, ano que vem não vai ter seca. Até que a gente costuma falar é que nós vamos ter que se adaptar com esse clima seco [no verão] n/é?...vamos ter que armazenar água nas épocas mais chuvosas para poder usar durante o verão n/é?...que é extremamente seco. Então a seca é um limitador da produção, a não ser que você estoque água no inverno n/é?...em períodos aí de inverno que são mais chuvosos para ir usar essa água como para irrigar as culturas durante o verão. (Técnico da COPTec, 2006)

Ao perceberem que o novo território de vida possuía algumas especificidades, os assentados experimentaram novas estratégias de produção, não ficando somente no cultivo de lavouras, uma vez que o déficit hídrico nos meses de verão (dezembro, janeiro, fevereiro, março) comprometeria sua produção. Uma das estratégias encontradas foi a produção de leite, tendo em vista que a região é formada por pastagens nativas.

A maioria dos assentados [de Sant'Ana do Livramento] são leiteiros e vivem da renda do leite. Porque quem tem condições de comprar mais vacas e aumentar a produtividade dessas vacas, plantando pastagem e cuidar dessa vaca, tem uma qualidade de vida boa, porque tem um salário no fim do mês. Ele paga as suas contas de luz, ele vai no mercado, ele compra o que não produz ali, que ele precisa completar e ele também planta n/é?...Planta algumas culturas. Tem muita gente que planta feijão, milho, abóbora, batata, cebola, tem *n* culturas que também ajudam n/é?...Tem várias empresas que entram aqui, como a Parmalat, a Elegê e outras que entram nos assentamentos, os caminhões vão e pegam o leite. Todo mundo que entra numa casa a primeira coisa que tu vê é um freezer. Nove da manhã e cinco da tarde é o horário que eles têm disponível, depois não, porque a lida com as vacas é sagrado, e muitos já tem a ordenhadeira n/é?...São várias mulheres, então elas já estão habituadas naquele ritmo n/é?... E também tem se dado muito curso Marcelo, assim oh, sobre higiene e ordenha de leite, alimentação do gado leiteiro, aproveitamento do leite também, se, por

exemplo, um leite dá ácido o que a gente pode fazer pra não perder? Fazer queijo, doce, rapadurinha, etc. (Extencionista da EMATER, 2006).

Dentre as estratégias de reprodução dos assentados do município de Sant'Ana do Livramento, está a produção de leite. Dos 29 assentamentos existentes no município, pelo menos 18 produzem leite com objetivo de gerar renda. A produção diária chega a 22 mil litros que são destinados para a Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste Ltda., (Cooperforte) que comercializa toda a produção mensal de 800 mil litros de leite. A organização em torno de uma proposta cooperativista propiciou a aquisição de caminhões próprios para o transporte do leite, bem como de tanques de expansão com capacidades de 6.000, 8.000 e 9.000 litros, respectivamente.

A nossa produção para gerar renda é o leite. Nós começamos quando chegou o primeiro recurso, já começamos a comprar vaca de leite e até hoje é o que nos sustenta é a vaca. Eu acho que sim. Que vaca de leite é a única coisa que o assentado tinha que ter, porque para você criar 30 vaca de campo, então cria 10 de leite, porque mais que 30 você não cria num lote. Olha, tem aqui no assentamento, olha eu acho que 3, acho que não trabalha [com o leite]. Eu planto, daí no lote do meu sogro, meu sogro mora assentamento, planta batata, mandioca, milho eu plantei não nasceu, plantei aqui no meu lote não nasceu, daí digo: não, então agora foi a última vez, nunca mais milho. Eu vou deixar meu campo só para vaca, porque ali eu sei que todo mês eu tenho. Não adianta eu estragar um pedaço do lote e não dar nada. Então eu digo, meu sogro tem um pedaço fechado, aí lá eu planto batata, mandioca, quando quiser eu vou lá e pego. (Assentado do Capivara, 2006)

Estamos, portanto, diante de uma mudança na racionalidade da pequena propriedade encontrada na região que, historicamente, desenvolve a pecuária de corte (bovinos e ovinos) e não uma produção leiteira. Parece uma contradição, pois a vegetação de campos nativos permite o desenvolvimento da pecuária leiteira, mas o que está em jogo é uma questão cultural dos tradicionais pequenos proprietários da região. Percebendo essa potencialidade, dos campos nativos, os assentados passaram a investir na pecuária leiteira como estratégia de reprodução.

Apesar de reclamarem do baixo preço recebido pelo litro de leite, os assentados argumentam que a atividade é responsável pela geração de uma renda mensal, capaz de pagar as despesas fixas, como energia elétrica e aquisição de produtos não obtidos no lote, como açúcar, café, etc.

Já nos assentamentos localizados no município de Hulha Negra, a alternativa encontrada para a geração de renda foi a produção de sementes de hortaliças numa

perspectiva agroecológica. Para Medeiros e Sosa Junior (2006), a produção agroecológica tornou-se uma importante estratégia de reterritorialização dos assentados da região do entorno de Bagé, especialmente, os de Hulha Negra. A partir de 1997, a COOPERAL priorizou a produção de sementes agroecológicas, denominadas BIONATUR¹³¹, carregando consigo uma nova racionalidade, representando uma experiência pioneira.

Em função do apoio governamental em incentivar o desenvolvimento da fruticultura nos municípios da região, como o programa do Governo Estadual Pró-Fruta, essa atividade também tem ganhado espaços nos assentamentos, tornando-se mais uma alternativa geradora de renda, como é o caso da produção de melão, da melancia, da pêra, do pêssego, da uva de mesa.

Como vimos, muitas são as estratégias de reprodução experimentadas pelos assentados, embora, em muitas vezes, a falta de uma política eficaz para a emancipação dos projetos de assentamentos rurais seja o maior obstáculo para a definitiva re-territorialização desses indivíduos na região.

Navarro; Moraes; Menezes (1999) destacaram em estudo anterior que existia uma problemática quanto à sustentabilidade nos assentamentos localizados na região fronteira com o Uruguai, pois seriam terras impróprias para o uso intensivo, dificultando, assim, as tradicionais estratégias de reprodução da agricultura familiar. Para os autores, muitos assentamentos se encontravam em situação produtiva problemática.

Os lotes de reforma agrária na região não ultrapassam os 28 hectares, ou seja, são menores que um módulo rural regional, representando verdadeiros minifúndios no universo do espaço latifundiário. É uma variável que deveria ser repensada, pois a capacidade de uso dessas áreas é bastante limitada em função de sua fragilidade ambiental, principalmente para o uso intensivo, seja com pecuária ou agricultura. Assim, deveria ocorrer uma discussão sobre a área mínima para cada região, considerando a capacidade de uso ao longo do tempo.

Como eu sou de Livramento e conheço um pouco da campanha [zona rural] n/é?...eu acredito que deveria ser repensado, porque os lotes são definidos n/é?...de acordo com a capacidade de uso do solo, mas raramente esses lotes

¹³¹ A produção das Sementes Agroecológicas de Hortaliças BIONATUR começou a ser desenvolvida em 1997, por assentados da reforma agrária e agricultores familiares, mais especificamente nos municípios de Hulha Negra e Candiota, localizados na região sul do Rio Grande do Sul. A BIONATUR é um projeto estratégico para o MST e para inúmeras organizações de pequenos agricultores, pois trabalha o resgate e a ampliação da biodiversidade para garantir as sementes como “patrimônio da humanidade”, devendo estar sob controle e disposição dos agricultores para garantirem a produção de alimentos. Com este propósito a BIONATUR constituiu uma rede nacional de produção e comercialização de sementes agroecológicas de hortaliças. (<http://www.alternet.com.br/bionatur>)

alcançam um módulo rural, que é de 28 hectares, então quer dizer, um módulo rural já é determinado lá, feito pelo INCRA n/é?...que seria o mínimo necessário para uma família sobreviver naquela região . Então, o módulo seria 28 hectares , só que aqui os assentamentos variam de área de 18, 19 a 30 e poucos n/é?...então, eu acharia que para a nossa região aqui teria que ser discutido na realidade se esse módulo n/é?...eu acho que é um ponto a ser discutido, para a pesquisa, para a EMBRAPA n/é?...com a área técnica da EMATER n/é?...com o próprio INCRA n/é? A gente tem que analisar as condições, quero dizer agroclimáticas, entendeu? A questão de solo, de clima n/é?... de acesso n/é? ou então tinha que fazer uma análise melhor, de repente até para se ter assim um modelo a ser desenvolvido, ou a ser discutido com o assentado n/é?... de se apresentar sugestões n/é?...de novas, mas eu acho que um modelo diferente de área n/é?...de como trabalhar aquela área, acho que nós teríamos que apresentar uma coisa mais concreta, mais específica para a região, bem localizada, que são, cada região é uma região n/é?...completamente diferente, o pessoal daqui para Tupã [município localizado na região central do RS] é da água para o vinho, completamente diferente, e muitas vezes o processo foi feito inicialmente lá em cima [norte do RS] e depois veio para cá n/é?... (Agrônomo da EMATER, 2006).

Em função dessas problemáticas, no ano de 2005 foi assinado um convênio entre o INCRA-RS, EMBRAPA e a Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (FAPEG) com objetivo de realizar um intercâmbio e difusão de tecnologias junto a assentamentos rurais localizados no Rio Grande do Sul. O referido convênio está realizando a capacitação de agricultores assentados, além de realizar um estudo de alternativas econômicas para esses projetos de reforma agrária.

Para os assentamentos rurais localizados na Metade Sul do estado, é uma importante oportunidade, haja vista que ocorreram muitas críticas quanto à sua implantação e possibilidade de reprodução social dos assentados na região. Denominado de Programa de Consolidação dos Assentamentos resultantes da Reforma Agrária - PAC regional, o programa está atuando diretamente com centenas de famílias assentadas em municípios como Aceguá, Candiota e Hulha Negra.

Conforme o INCRA, foram liberados 12 milhões de reais, aplicados em obras de infraestrutura social (água, saneamento, estradas) e produtiva (recuperação da capacidade produtiva dos solos, agroindústrias familiares), atingindo assim o objetivo de proporcionar aos assentamentos condições de sustentabilidade social, econômica e ambiental.

O universo interno dos assentamentos é bastante complexo e heterogêneo. Cada projeto, dependendo dos fatores históricos, políticos, culturais e, também, ambientais se organizou de uma determinada maneira.

4.2.4 O arrendamento da terra: estratégia de reprodução?

Embora seja um universo bastante considerável, acreditamos que é na análise de cada projeto de assentamento rural que serão encontrados elementos que explicam como essas famílias estão se reproduzindo e sobrevivendo. Assim, procuramos com o caso do assentamento São Leopoldo, localizado no município de Sant'Ana do Livramento, entender as causas e as conseqüências da prática do arrendamento de parcelas de terra do assentamento para o cultivo de arroz irrigado.

A temática que ora segue é um tanto complexa, tendo em vista a pouca discussão e produção teórica. No entanto, antes de tecermos algumas considerações sobre o caso do assentamento São Leopoldo¹³², há que se destacar que a prática do arrendamento, ou seja, a locação de parcelas do assentamento para terceiros é um fenômeno latente em várias partes do país, embora pouco trazido à tona.

Essa problemática tem sido apontada por alguns pesquisadores, no entanto, ainda de forma um pouco tímida, talvez pelas nuances que poderão surgir a partir daí. Nesse caso, podemos citar o trabalho de Martins (2003), em que o autor aborda a questão da renda da terra nos assentamentos. A pesquisadora Vera Botta Ferrante¹³³ também tem discutido essa questão, principalmente, no que se refere ao arrendamento de parcelas dos assentamentos rurais para plantio de cana-de-açúcar em assentamentos do interior de São Paulo.

Miguel (2003) detectou que, no Pontal do Paranapanema/SP, o arrendamento de lotes por parte dos assentados é prática que vem se difundindo. Nos assentamentos do INCRA que foram arrendados para a plantação de cana, a autora percebeu, após dois anos de cultivo, que a função da terra estava sendo desrespeitada, onde as lideranças locais passaram a negociar com os assentados, dizendo que eles poderiam permanecer nas terras se abandonassem o cultivo da cana-de-açúcar.

O recrutamento dos desempregados das cidades como estratégia principal de luta pela terra tem sido feito pelo MST. Nas considerações de Caume (2004), tal fato provocará o aprofundamento dos impasses e inviabilidades que caracterizam a reforma agrária. A principal conseqüência desse processo, sem dúvida, é o crescente fenômeno de venda e

¹³² Durante os trabalhos de campo realizados no decorrer do ano de 2006, detectamos a prática do arrendamento somente no assentamento São Leopoldo, no entanto, desde o trabalho de campo do mestrado realizado em 2002, detectamos tal prática em outros assentamentos da região.

¹³³ Discussão apresentada no Simpósio Nacional de Reforma Agrária: balanço crítico e perspectivas, realizado em Uberlândia/MG, de 10 a 12 de abril de 2006.

arrendamento de terras nos assentamentos. Os comprometidos com a bandeira da reforma agrária não podem ignorar esse grave fenômeno que contribui, enormemente, para deslegitimar a luta social pela terra.

Ao detectarem a prática do arrendamento para o cultivo de cana-de-açúcar em assentamentos localizados no Pontal do Paranapanema/SP, Silva; Fernandes; Valenciano (2006) consideraram tal prática uma estratégia de resistência na terra praticada pelas famílias, entendido como resultado da ausência de políticas públicas.

A opção pelo arrendamento tem se apresentado às famílias assentadas como uma estratégia de resistência na terra, devido às dificuldades encontradas em se produzir com as políticas agrícolas em vigor. Tem se transformado em uma alternativa de renda mais segura quando comparado com as incertezas geradas pelo plantio de outros cultivos agrícolas. [...] De acordo com o ITESP apenas 30% da área total de cada lote deveria ser destinada ao plantio de cana. Como a fiscalização da área plantada não é feita, verificamos durante a pesquisa de campo que a cana vem sendo plantada em toda área agricultável dos lotes arrendados. (SILVA; FERNANDES; VALENCIANO, 2006, p. 172).

A difusão da prática do arrendamento de parcelas de assentamentos rurais necessita de melhores análises para se entender suas reais causas. Portanto, tentaremos tecer algumas considerações a partir de uma constatação observada durante o ano de 2006, na primeira fase do nosso trabalho de campo nos meses janeiro e fevereiro, especialmente no período de nossas visitas no assentamento São Leopoldo, município de Sant'Ana do Livramento/RS.

O assentamento São Leopoldo está instalado na Campanha Gaúcha. Foi criado no ano de 1997 sob responsabilidade do INCRA, contendo 44 famílias assentadas numa área de 1.274 hectares, localizado a 40 km da cidade. As famílias assentadas são majoritariamente do norte do estado, traço esse marcante na organização dos lotes, na arquitetura das casas e nos jardins. O assentamento está dotado de estradas internas, que dão acesso à BR 158, contando com rede de transmissão de energia elétrica atendendo todos os lotes, bem como de transporte coletivo e escolar.

Na antiga sede da estância, onde há uma residência, o galpão e as mangueiras (curral), servem como local de reuniões e também é sede regional do MST. É lá que se localiza o resfriador de leite (tanque de expansão). No assentamento, são cultivados produtos voltados para o abastecimento interno, como batata, mandioca, milho. A produção de leite destina-se ao comércio. A produção de leite encontra-se bem organizada, tendo em vista a existência de plantéis de vacas leiteiras (divididas em Holandesas e Gersey), esta última, mais adaptada à rusticidade dos campos fronteiraços. A produção de leite é absorvida pelas empresas Consulati

(Pelotas) e Elegê (Teutônia), que buscam o leite do assentamento utilizando caminhões tanque. Assim, a principal atividade que gera renda fixa é a produção de leite. Esta garante o pagamento da energia e a aquisição de produtos não cultivados no lote. Com isso torna-se evidente a dependência dos assentados em relação à pecuária leiteira, uma vez que o desenvolvimento de lavoura torna-se prejudicado em função de déficit hídrico na região nos meses de janeiro e fevereiro, exceto em anos do fenômeno *La Niña*.

Por causa dos períodos de estiagem que ocorrem na região no verão, o cultivo de lavouras como a do milho, principal grão consumido no interior do lote, tanto para a alimentação humana como animal, fica prejudicado, pois é afetados diretamente em seu ciclo produtivo. Assim, ao longo desses quase 10 anos de existência do assentamento, várias safras foram comprometidas pelas sucessivas estiagens, desestimulando os assentados.

Portanto, os assentados tiveram que se adaptar às condições ambientais da região, que possui verões bem quentes e secos e invernos chuvosos e bem frios. A partir dessas características anteriormente mencionadas, o cultivo de lavouras passou a ter um caráter secundário no assentamento, considerando que em suas regiões de origem esses assentados priorizavam o cultivo de lavouras.

Nesse sentido, a condição climática é um dos fatores que está afetando o desenvolvimento do assentamento São Leopoldo, tendo em vista que os cultivos tradicionais de verão não são garantia de colheita farta, muito menos de manutenção alimentar humana e animal. É por isso que a produção de leite é desenvolvida na maioria dos lotes, porque a alimentação animal pode ser obtida com o cultivo de forrageiras no período de inverno e com seu posterior armazenamento para períodos de pouca disponibilidade alimentar.

Mediante os fatores anteriormente mencionados, e perante a necessidade de geração de renda para a manutenção das famílias assentadas, parcelas do assentamento passaram a ser arrendadas para terceiros, principalmente, para o cultivo do arroz irrigado na área de várzea, embora o INCRA proíba tal prática. Valeria a pena discorrer sobre essa prática antes da estância transformar-se em área de assentamento.

A estância São Leopoldo antes de transformar-se num assentamento desenvolvia pecuária de corte e agricultura empresarial, sendo a agricultura realizada sob forma de arrendamento para terceiros. Assim, uma parcela da estância era arrendada para o cultivo de arroz irrigado, já que existia uma barragem (represa) para irrigação da várzea cultivada. Como abordamos anteriormente, o arrendamento de terras da estância começou com o avanço do cultivo do arroz irrigado configurando-se como mais uma alternativa de renda para os proprietários de terra da região.

Ao se transformar em assentamento, a estância foi fragmentada em 44 lotes, mas aqueles assentados que foram contemplados com áreas de várzeas pouco sabiam como trabalhar em terras úmidas, não possuíam maquinários e tecnologia adequada, o que prejudicou a exploração dos seus lotes, tornando-os áreas sub-utilizadas para agricultura. Portanto, a não exploração dessas áreas, associada ao fracasso, ano a ano no cultivo de lavouras não irrigadas, fez com que essas áreas ficassem inexploradas.

A existência de uma demanda, por parte dos arrendatários capitalistas por terras apropriadas para o cultivo de arroz irrigado, bem como a sub-utilização das áreas de várzea do assentamento São Leopoldo, ao nosso ver, favoreceu a idéia do arrendamento. Há que se destacar que o arrendamento de parcelas dos assentamentos é uma prática comum na região, principalmente em assentamentos onde existe terra apropriada para o cultivo para o arroz irrigado. Obtivemos também informações sobre o arrendamento de parcelas dos assentamentos para o pastoreio (invernada de gado de corte).

Conforme verificamos em janeiro/fevereiro de 2006, existia dentro do assentamento um lote que se encontrava sub-alocado e que servia como sede para uma granja, ou seja, onde se encontravam os maquinários e o local de residência dos funcionários que trabalhavam na lavoura.

Aparentemente, a presença de uma granja (empresa rural) no interior do assentamento São Leopoldo, ao mesmo tempo em que parece contraditória, também é complementar. Contraditória na medida em que se trata de uma “área reformada”, ou seja, uma estância que se transformou em assentamento através da reforma agrária, onde os assentados que tanto lutaram pela terra, agora teriam a chance de se reproduzir como produtores familiares. No entanto, é também complementar, pois como não possuem maquinário para cultivar a terra, o granjeiro presta serviços para o cultivo de pequenas lavouras (principalmente de milho), caso contrário, o serviço teria que ser feito sob forma de tração animal, ou através da contratação de serviços de terceiros.

O que se evidencia, pelo menos no assentamento São Leopoldo, é que os assentados estão obtendo a renda da terra como o arrendamento de parcela do assentamento. No entanto, não são arrendamentos formais, pois legalmente essas terras não podem ser exploradas, se não pelos próprios assentados. O que ocorre são acordos informais entre os assentados. Geralmente, o coordenador e o granjeiro, arrendatário capitalista, que vai explorar a terra por uma, duas ou três safras, dependendo do acordo estabelecido.

A área arrendada equivale a 200 hectares, divididos em duas partes, somente uma foi cultivada na safra 2005/2006, já que a terra não é cultivada dois anos seguidos com a mesma

cultura. Nesse sentido, a porcentagem a ser paga será sob a produção obtida no cultivo da metade dessa terra, que geralmente é paga em dinheiro no final da colheita que ocorre em maio.

Conforme informações obtidas no trabalho de campo, o acordo realizado entre o granjeiro e os assentados para a safra de 2005/2006, garantia uma porcentagem de 30% da produção total de arroz colhido no assentamento, que posteriormente seria convertido em dinheiro vivo, e repartido em partes iguais entre as 44 famílias do assentamento. No entanto, não obtivemos confirmação de informações que indicam que uma parcela da renda também seria repassada à sede regional do MST, visando à manutenção dos custos com seus coordenadores em reuniões, mobilizações dentre outros.

Ao nosso ver, tal prática pode ser entendida com a obtenção da renda da terra pré-capitalista mais desenvolvida.

[...] a terceira forma de renda pré-capitalista é a renda em dinheiro, que se origina da conversão, da simples metamorfose da renda em produtos, que por sua vez é oriunda da transformação da renda em trabalho, em renda em dinheiro. [...] por outras palavras, o trabalhador ao invés de entregar parte do seu produto colhido ao proprietário do terreno, converte esse produto em dinheiro e entrega ao proprietário de terra. (OLIVEIRA, 1984, p. 95).

Essas questões são pouco faladas pelos coordenadores do MST, ou simplesmente são ocultadas pelos dirigentes, uma vez que distorcem o ideário da reforma agrária. Dessa forma, entendemos que a prática do arrendamento realizada pelos assentados mostra um profundo processo de metamorfose na própria história do desenvolvimento do campo, na medida em que esses indivíduos passaram da condição de sem-terra, expropriados, para a condição de proprietários de terra.

No entanto, não podemos generalizar o caso do assentamento São Leopoldo para as demais áreas de reforma agrária. Mas há que se considerar que muitos conceitos clássicos deverão ser revistos à luz das circunstâncias ora apresentadas. Não queremos entrar na discussão se a renda obtida é pré-capitalista ou capitalista, pois já seria outra discussão, mas há que se considerar o arrendamento uma prática incorporada visando à reprodução desses sujeitos da reforma agrária para obtenção da renda da terra.

Martins (2003) destaca que há na reforma agrária um sujeito oculto que só se manifesta quando a terra é objeto de transação, quando ele se revela o titular da renda fundiária, que muitos atribuem ser privilégio unicamente do latifundiário.

Há, sem dúvida, um sujeito de carne e osso da reforma agrária, no Brasil, aquele que está no catálogo das militâncias, aquele que eventualmente tem fotografia no jornal ou nas exposições de fotógrafos famosos. **Esse sujeito**, sobretudo quando alcançado pelos programas de reforma agrária, devido à diversidade social de suas origens, de sua experiência, de sua trajetória e de suas aspirações, **tem sido, sociologicamente um sujeito ambíguo. Sobretudo dilacerado e desafiado pela contradição entre situação social de trabalhador e a situação social de proprietário e titular de renda fundiária**, polarizações que marcam profundamente, entre nós, a maioria dos protagonistas da chamada agricultura familiar. (MARTINS, 2003, p. 11, grifo nosso).

Portanto, mais do que nunca, torna-se necessário que os futuros projetos de assentamentos rurais sejam pautados em estudos mais elaborados sobre a potencialidade de exploração da terra, acesso a investimentos e infraestrutura e tenham um forte apoio institucional voltado para uma assistência técnica que seja efetivamente um elo entre os saberes tradicionais e técnicos, para potencializar o pleno desenvolvimento dos assentamentos rurais.

4.3 Assentamentos x relação cidade-campo: o caso de Hulha Negra e Sant'Ana do Livramento

Acreditamos ser importante discutir as transformações promovidas pelos assentamentos rurais na relação cidade-campo, pois suscitam algumas indagações: Como se dão as relações cidade-campo nos distritos sede após a instalação dos assentamentos rurais? Em que medida o distrito sede muda com a re-territorialização dos sem-terra?

Nos últimos anos, vários estudos, como Zamberlam e Florão (1991), Leite (1997), Medeiros e Leite (2001), Ferrante (2000), Leal (2002), Leite et al. (2004), Medeiros (2002), Silva; Fernandes; Valenciano (2006), dentre outros indicaram que a instalação de assentamentos rurais provoca significativas transformações socioespaciais no seu entorno, seja, na escala local ou regional, conseqüentemente, repercutindo diretamente em novas relações cidade-campo nos municípios com assentamentos ou próximos desses projetos.

Um dos primeiros estudos sobre os impactos dos assentamentos rurais na economia dos municípios-sede foi realizado por Zamberlam e Florão (1991) na região de Cruz Alta (centro do Rio Grande do Sul), numa área que ocupava cerca de 20.000 hectares com aproximadamente 4.400 pessoas assentadas, abrangendo o território de quatro municípios.

Desde 1970 essa região vive uma experiência *sui generis*, quer pela intensa modernização agrícola, quer pelos sérios conflitos que vêm acontecendo entre colonos sem terra e os grandes fazendeiros pecuaristas, quer pelos resultados positivos de oito assentamentos já realizados [...] Apesar da relutância de fazendeiros pecuaristas tradicionais em aceitarem os assentamentos na região, alguns, hoje, já reconhecem que são positivos os resultados econômicos e sociais advindos dessas experiências, de tal forma que, a par de defenderem a colonização como via de solução dos conflitos pela terra, começam a admitir que a Reforma Agrária possa ser decidida na esfera política. (ZAMBERLAM; FLORÃO, 1991, p. 11-12).

A instalação dos assentamentos rurais provocou significativas transformações socioespaciais na área, principalmente, com a emancipação de um distrito do município de Cruz Alta, originando o município de Boa Vista do Inca. Embora tenham se passado quase vinte anos da instalação desses assentamentos, os autores identificaram uma amenização da pobreza, além da possibilidade dos assentados reproduzirem-se enquanto pequenos agricultores, oferecendo produtos ao mercado local, bem como consumindo no mercado local aqueles produtos e serviços não gerados no assentamento.

Em Leite (1997), também encontramos a preocupação de entender os impactos¹³⁴ regionais provocados pelos assentamentos rurais, questões que refletem diretamente nas novas relações cidade-campo.

Uma das questões pouco estudadas na análise do processo de assentamento de trabalhadores rurais no Brasil tem sido o impacto regional – econômico, político e social – deflagrado a partir da implantação de núcleos em regiões/microrregiões específicas do país. [...] Os assentamentos não só geram empregos e, de alguma maneira, aumentaram o nível de renda das famílias assentadas, como reflexos na economia municipal e regional, como também transformam em maior ou menor medida as relações de poder local. (LEITE, 1997, p. 168).

Os impactos regionais provocados pelos assentamentos rurais relacionam-se com as transformações socioespaciais que ocorrem no entorno das áreas com assentamentos, podendo-se destacar quatro dimensões, sendo elas: (1) *poder local, participação política e políticas públicas*, (2) *organização social e produtiva*, (3) *dimensões ambientais e territoriais*, e (4) *alterações demográficas e condições de vida*; constituindo as várias nuances da “região do assentamento”, como destacam Medeiros e Leite (2001):

¹³⁴ Implica perceber diferentes dimensões das relações sociais, econômicas, políticas e ambientais, em espaços e tempos marcados e delimitados pela própria criação dos assentamentos, mas que levam à necessidade de atentar para as condições anteriores da região dos assentados. (MEDEIROS; LEITE, 2001).

Através dos assentamentos, em muitos locais se constitui uma dinâmica mais participativa do que a tradicionalmente existente nos municípios brasileiros: o simples fato de criação de uma associação inaugura uma prática por vezes desconhecida regionalmente, o que permite indagar sobre a possibilidade de estarem ocorrendo alterações moleculares na cultura política local. (p.11).

Os assentamentos tendem a promover um rearranjo do processo produtivo nas regiões onde se instalam, muitas vezes caracterizada por uma agricultura com baixo dinamismo. A diversificação da produção agrícola, a introdução de atividades mais lucrativas, mudanças tecnológicas, refletem na composição da receita dos assentados afetando o comércio local, a geração de impostos, a movimentação bancária, etc. com efeitos sobre a capacidade do assentamento se firmar politicamente como um interlocutor de peso no plano local/regional. (p.16).

No que se refere à organização territorial, o assentamento tende a representar uma mudança na sua dinâmica, uma vez que traz novas formas de ocupação do espaço – pequenos lotes em áreas onde antes predominava era a grande propriedade, agrovilas em áreas onde a população era dispersa, etc. (p.20)

As alterações demográficas provocadas pelos assentamentos são mais visíveis quando estes envolvem a vinda de uma população “de fora” do município ou da região, ou quando representam algum deslocamento de populações urbanas para áreas rurais, resultando em aumento ou mudança na relação população rural/população urbana. (p. 21).

A partir dessas considerações, percebemos que ao analisarmos as relações entre assentamentos rurais e seu entorno, as características regionais (social, política e ambiental) exercem um forte papel enquanto variáveis imprescindíveis na compreensão das novas relações entre cidade-campo.

Na região de Araraquara, interior paulista, Ferrante (2000) dedicou-se a analisar as relações estabelecidas entre os assentamentos rurais e a economia regional fortemente marcada pelo complexo agro-industrial sucroalcooleiro.

Temos indícios de que a renda auferida pelos assentados interfere no mercado de consumo das cidades próximas, assim como há estimativas de que a representatividade dos assentados na arrecadação do ICMS é maior nos municípios menores. [...] Se utilizássemos indicadores econômicos de inserção no mercado diríamos que o comércio dos assentados não teria condições de englobar regiões vizinhas, pela precariedade dos transportes, pela falta de vontade política dos municípios – claramente percebida no caso de Araraquara – que se fecham à perspectiva de melhor aproveitamento e inserção da produção dos assentamentos em setores de abastecimento, que se prestariam a tal, como, por exemplo, a merenda escolar. Nos municípios menores, a situação apresenta diferentes nuances. Algumas cidades como Matão e Motuca tentam ajudar os assentados a transportar os seus produtos para seu comércio, visto que são cidades menores que estão em processo de crescimento e necessitam mais alimento, se possível, comprado a menor preço. (FERRANTE, 2000, p. 37-38).

Ao estudar as transformações provocadas pela instalação de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema/SP, Leal (2002) trabalhou com o conceito de impacto socioterritorial, compreendendo desde o processo de organização dos movimentos sociais até a consolidação das famílias assentadas.

Os assentamentos rurais apresentam novos elementos para compreender a dinâmica social, política e econômica de uma determinada região, como por exemplo, no Pontal do Paranapanema em que ocorreu aumento da população nos municípios que possui assentamentos, como Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio. Estes elementos são caracterizados pela presença dos movimentos sociais na luta pela (des) concentração da estrutura fundiária com o surgimento das pequenas unidades de produção. Os impactos socioterritoriais são entendidos como mudanças, cujas transformações da realidade ocorrem pelas ações dos sujeitos sociais como os sem-terra e os latifundiários. (LEAL, 2002, p. 3).

Na escala nacional, o trabalho de Leite et al. (2004) investigou seis *manchas*¹³⁵ que refletem a diversidade da realidade brasileira, sendo elas: Sul da Bahia, Entorno do Distrito Federal, Sertão do Ceará, Sudeste do Pará, Oeste de Santa Catarina e Zonas de Canaviais do Nordeste. Dentre os resultados podemos destacar:

A presença dos assentamentos (e das políticas públicas a eles associadas que, embora precariamente, viabilizam a implantação de alguma infraestrutura) também atua como fator gerador de postos de trabalhos não agrícolas (construção de casas, estradas, escolas, contratação de professores, surgimento de transporte alternativo etc.) e como dinamizador do comércio local nos municípios onde se inserem, fato que se acentua nos casos de elevada concentração de assentamentos. [...] Dessa forma, os assentamentos acabam provocando a dinamização da vida econômica de vários dos municípios onde se inserem: para além da relevância do número de novos produtores que entram como tal no mercado, introduzindo maior oferta e diversidade de produtos, em especial alimentares, os assentados aumentaram sua capacidade de consumo não só de gêneros alimentícios nas feiras, no comércio local e até mesmo de vizinhos (atividade bastante comum, mas dificilmente captada nas estatísticas), como também insumos e implementos agrícolas, eletrodomésticos e bens de consumo em geral. (LEITE, et al., 2004, p. 259).

Ao estudar o processo de implantação de assentamentos no Pontal do Paranapanema, extremo oeste paulista, Silva; Fernandes; Valenciano (2006) detectaram que essa região possuía 100 assentamentos rurais, sendo considerada a terceira região do país e a segunda do

¹³⁵ As regiões pesquisadas foram denominadas de *manchas* e sua delimitação geográfica não necessariamente coincide com outros recortes regionais existentes, como do IBGE, dos governos estaduais, do INCRA, ou dos movimentos sociais. O critério para sua definição foi a existência de um conjunto de municípios vizinhos com concentração relativamente elevada de assentamentos.

Estado do São Paulo em número de assentamentos e de famílias assentadas. Ao estudar os impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio, os autores chegaram a seguinte afirmação quanto à relação cidade-campo.

Com o surgimento dos assentamentos, o grau de complementaridade entre o campo e a cidade, com base nas relações de articulação de dependência, ampliou-se gradativamente ao longo dos anos na região. Essa articulação entre campo e cidade não acontece de maneira imediata já que as escalas de participação dos dois agentes tanto no cenário local, quanto nacional e até internacional foram ampliadas, fazendo com que a cidade e o campo não se relacionam mais da forma que a cidade comande o campo. Nesta perspectiva, o campo passa a participar ativamente das redefinições da organização urbana, influenciando mecanismos para seu adequado funcionamento. Portanto, do ponto de vista dos assentamentos rurais a relação cidade-campo tem se caracterizado pela perspectiva da pressão política que os assentados têm desempenhado nos núcleos urbanos dos referidos municípios. (SILVA; FERNANDES; VALENCIANO, 2006, p. 83).

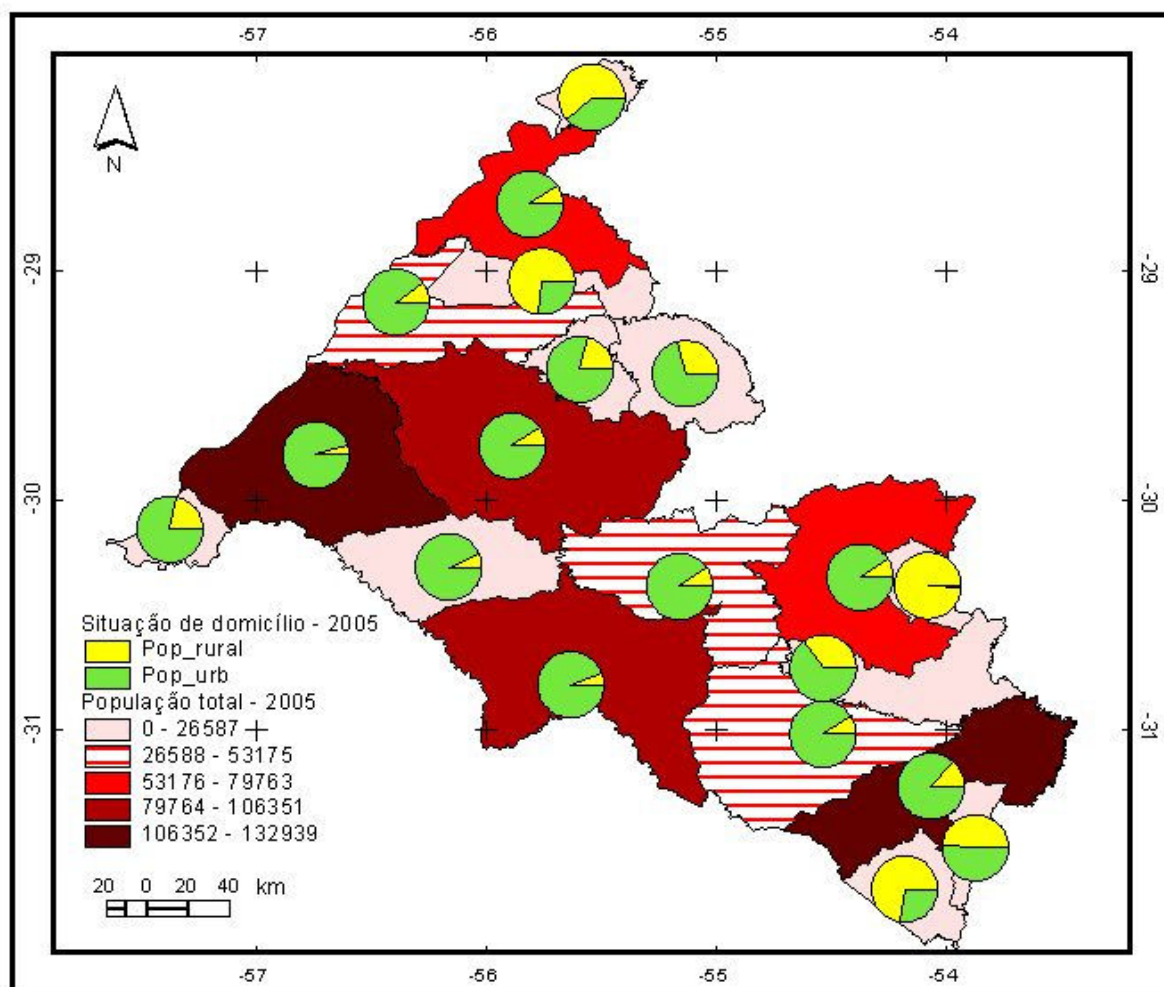
Na escala do território gaúcho, Medeiros (2002), ao estudar a luta pela terra e o processo re-territorialização dos sem-terra no estado, detectou a concentração de assentamentos rurais em áreas anteriormente ocupadas pela pecuária de corte, provocando significativas transformações na paisagem regional.

O território gaúcho se reconfigura, a paisagem da campanha gaúcha vai sofrendo transformações. Hoje, a concentração de assentamentos nos municípios que constituem a Metade Sul é o agente de toda esta reconfiguração territorial através do desenvolvimento da agricultura familiar, da diversificação da produção, do adensamento populacional, da dinamização do comércio local, além da necessidade de uma nova infraestrutura com abertura de novos caminhos, com a instalação de escolas e de postos de saúde. Exemplos claros de toda esta concentração são os municípios de Hulha Negra e de Santana do Livramento. É a região de domínio do latifúndio passando por um processo de transformação, onde a pecuária cedem seu espaço para atividades agrícolas intensivas, muitas delas voltadas para a agroecologia. (MEDEIROS, 2002, p. 96-97).

A nova realidade encontrada no espaço agrário dos municípios da Campanha Gaúcha, especialmente, Hulha Negra e Sant'Ana do Livramento, repercute diretamente nas relações cidade-campo. No entanto, antes de nos aprofundarmos nesses dois casos, iremos nos deter um pouco mais no âmbito regional, para depois aprofundar a análise.

Em relação ao total da população residente e ao número total de assentamentos no sudoeste gaúcho, observamos inicialmente um alto índice de população urbana, em detrimento de uma baixa população rural nesses municípios, exceto, naqueles recentemente

emancipados, como Aceguá, Garruchos, Hulha Negra, Maçambará, e Santa Margarida do Sul, onde ocorre a predominância de uma população rural (Mapa 13). Portanto, a região caracteriza-se pela presença acentuada de população no urbano, embora seu perfil socioeconômico esteja fortemente alicerçado em atividades agropecuárias, como pecuária de corte e lavoura moderna.



Mapa 13 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: relação entre situação de domicílio e número total de assentamentos

Fonte: FEE (2005) e NERA/Dataluta (2006)

Org.: Chelotti (2007)

Os municípios de Hulha Negra e Sant'Ana do Livramento nos chamam a atenção, não somente por possuírem a maior concentração de assentamentos rurais em seus territórios, mas em função de algumas particularidades. Primeiro, porque o município de Hulha Negra possui uma população predominantemente residente no campo e Sant'Ana do Livramento, uma população concentrada na cidade. Em segundo lugar, porque o município de Hulha Negra

possui uma área territorial de 835,52 km e Sant'Ana do Livramento uma área de 6.930,7 Km. Uma terceira característica seria número total da população: em Hulha Negra para o censo de 2007 é de 6.012 habitantes, enquanto Sant'Ana do Livramento é de 82.258 habitantes. E uma quarta característica seria o ano de fundação dos municípios: Hulha Negra foi criado em 1993, e Sant'Ana do Livramento em 1857.

A partir dos recentes (2007) dados divulgados pela contagem da população realizada pelo IBGE, percebemos uma significativa diminuição no número total da grande maioria dos municípios localizados no sudoeste gaúcho em relação às últimas contagens do IBGE, exceto Hulha Negra (Tabela 10).

Tabela 10 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: número total da população residente nos anos de 1996, 2000 e 2007

<i>Municípios</i>	<i>1996</i>		<i>2000</i>		<i>2007</i>
	Total	Total	Urbana	Rural	Total
Aceguá*	-	-	-	-	4.130
Alegrete	82.527	84.338	75.092	9.246	78.230
Bagé**	115.657	118.767	97.290	21.477	112.67
					8
Barra do Quaraí*	-	3.884	2.865	1.019	3.771
Dom Pedrito	38.979	40.410	35.795	4.615	38.126
Garruchos	3.395	3.675	1.191	2.484	3.457
Hulha Negra	5.003	5.359	2.416	2.943	6.028
Itaqui	43.022	39.770	34.823	4.947	36.191
Lavras do Sul	7.670	8.109	4.828	3.281	8.116
Maçambará*	-	5.035	1.150	3.885	4.413
Manoel Viana	6.059	6.995	5.270	1.725	6.785
Quaraí	23.244	24.002	22.060	1.942	22.552
Rosário do Sul	40.897	41.058	36.250	4.808	40.553
Sta. Margarida do Sul*	-	-	-	-	2.172
S. do Livramento	85.554	90.849	84.455	6.394	83.614
São Borja	63.208	64.869	57.273	7.596	61.835
São Francisco de Assis	20.680	20.810	13.728	7.082	19.523
São Gabriel*	60.605	62.249	53.197	9.052	58.110
Uruguaiana**	124.881	126.936	118.538	8.398	123.781

*Municípios ainda não criados em 1996 e 2000 **Municípios com perda territorial em função de emancipações

Fonte: IBGE/Contagem da população 1996 e 2007; e censo demográfico de 2000.

Org. Chelotti (2007)

Embora os dados da contagem populacional de 2007 indiquem uma diminuição no número total da população do município de Sant'Ana do Livramento, ao nosso ver, esses índices referem-se apenas à população residente na cidade, já que a instalação de 29 assentamentos rurais com aproximadamente 1.000 famílias certamente aumentou a população do campo e não o contrário. Ao fazer uma média em que cada família seja composta pelo menos por três membros, isso significa um acréscimo de pelo menos 3.000 pessoas no campo.

Embora alguns municípios tenham perdido território em função dos desmembramentos ocorridos pela emancipação de alguns distritos, o que observamos no contexto geral da região é uma significativa diminuição de sua população total. Dentre os fatores, podemos destacar a migração para municípios localizados na região metropolitana de Porto Alegre e para o nordeste gaúcho, principalmente, para o entorno de Caxias do Sul, município localizado no nordeste gaúcho.

No entanto, em relação ao número total da população residente no campo, acreditamos que tenha ocorrido uma certa estabilidade, o que pode indicar uma redução no êxodo rural e um envelhecimento de sua população. Mas existem casos que sobressaem na realidade regional, pois ocorreu a instalação de dezenas de assentamentos rurais e a conseqüente reterritorialização de milhares de trabalhadores sem-terra nesses municípios.

Portanto, são os casos de Hulha Negra e Sant'Ana do Livramento que obtiveram um significativo aumento de sua população do campo, são os dois municípios da Campanha Gaúcha com maior concentração de assentamentos rurais. A partir dessas considerações, entendemos que a relação cidade-campo se dá de maneira diferente em cada um desses municípios.

Portanto, defendemos a idéia de que a relação cidade-campo não pode ser analisada da mesma maneira para os municípios de Hulha Negra e Sant'Ana do Livramento, em função de suas características estruturais e socioespaciais, pois a instalação de assentamentos rurais embora dentro de um mesmo processo, provoca distintas relações no contexto particular de cada município.

O atual território do município de Hulha Negra possui algumas características socioespaciais que destoam um pouco da realidade regional. Embora a origem do povoado tenha surgido com a construção da estrada de ferro em 1884 e sua economia, por décadas, tenha se baseado na pecuária de corte e atividade charqueadora, é a colonização alemã em pequenas propriedades que mais caracteriza esse espaço rural.

Anteriormente à sua emancipação que ocorreu em 1993, Hulha Negra era apenas um distrito localizado no interior do município de Bagé (maior cidade da região). Mas, em meados da década de 1920, algumas famílias de imigrantes alemães adquiriram terras no então interior do município de Bagé, formando colônias agrícolas em pleno pampa gaúcho, como exemplo, Trigolândia e Colônia Nova.

As transformações socioespaciais promovidas pela formação das colônias¹³⁶ agrícolas com imigrantes alemães contrastaram com a tradicional organização dos latifundiários. Com a aquisição de terras anteriormente ocupadas apenas pela pecuária de corte, formaram-se povoados, construíram-se igrejas, clubes, hospital e cooperativa. O interior do município de Bagé transformou-se na segunda maior bacia leiteira do Rio Grande do Sul.

No entanto, a emancipação do distrito de Hulha Negra apenas aconteceria na década de 1990.

Os movimentos emancipatórios na Região da Campanha surpreendem uma tradicional divisão política e territorial ao sul do Jacuí. Divisão resultante de um processo histórico de ocupação extensiva da terra, constituído de pequeno número de municípios com significativa extensão de território, produção especializada e rarefeita população. Estes movimentos podem ser vistos como uma alternativa às dificuldades econômicas enfrentadas pela metade sul do estado. Neste sentido, a emancipação de Hulha Negra e Candiota do município de Bagé podem ser explicadas através de vários fatores, como a insatisfação de distritos periféricos em relação à sede urbana de Bagé, em função de seu abandono e de políticas públicas municipais que favoreciam a cidade em detrimento de extensa área rural. (GELPI, 1998, p. 101).

A emancipação representou um novo momento para a população do interior do município do Bagé, porque suas características socioculturais¹³⁷ destoavam da tradicional formação socioespacial da Campanha Gaúcha. A instalação de assentamentos rurais no então criado município de Hulha Negra, aumentaram ainda mais as diferenças socioespaciais com seu entorno.

Na atualidade, o município, embora esteja localizado numa região caracterizada pelo espaço latifundiário, possui uma forte presença da pequena propriedade. Das 1.600 existentes, cerca de 1.000 possuem dimensão territorial de 18 a 30 hectares. A fragmentação foi decorrente da formação das colônias agrícolas e pela instalação dos 25 assentamentos rurais.

Em função dessas características, acreditamos que em Hulha Negra são mais perceptíveis as relações dos assentados com a cidade. Uma vez que possui um centro urbano pequeno, provocando um impacto no mercado local, sejam por meio de aquisições de

¹³⁶ A Colônia Nova atualmente faz parte do recém fundado município de Aceguá. Conforme Lunelli (2001), em 1930, com o auxílio de Mennonitas (evangélicos) holandeses e norte-americanos, um grupo de colonos emigrou para o Chaco Paraguai e outros para Ibirama/SC. Dos que emigraram para SC, 86 famílias de menonitas adquiriram na década de 1940 terras para cultivo de trigo no interior do município de Bagé. Iniciaram com recursos próprios, lavrando a terra com arado de tração animal. Inicialmente dedicaram-se ao cultivo do trigo, mas em função de diversos problemas passaram a produzir leite.

¹³⁷ Acontece, anualmente, no município, a Festa do Colono (com objetivo de mostrar a produção da pequena propriedade) e também a Ocktoberfest (festa organizada pela comunidade alemã, em outubro).

produtos não cultivados no lote, materiais de construção, dentre outros. No entanto, as demandas por serviços públicos causam um impacto, pois como se trata de um município com poucos anos de emancipação políticoadministrativa carece de muitos serviços públicos adequados.

Diferentemente do município de Hulha Negra, Sant'Ana do Livramento foi criado no ano de 1857, ocupando uma área total de 6.930,7 km², estando entre os maiores municípios gaúchos em área territorial, não sofrendo nenhum desmembramento fruto de emancipações. O surgimento do povoado foi fortemente influenciado por questões geopolíticas, para garantir o domínio português no Brasil meridional.

De acordo com Caggiani (1990), as transformações políticas em curso nas colônias espanholas, fruto da reivindicação de autonomia político-administrativa, motivaram a primeira intervenção militar do Brasil-Reino no território espanhol vizinho. O território correspondente ao atual município de Sant'Ana do Livramento foi o local de concentração de várias tropas militares em operação, tanto nas campanhas do Prata (1826), Guerra contra Juan Manuel de Rosas (1851/52) como ainda cenário de inúmeros combates da Revolução Farroupilha (1835/45) e Federalista (1893/95).

A partir desses acampamentos militares, em 30 de julho de 1823, foi assinada a fundação da cidade, sob licença do Bispado em concessão da capela a Nossa Senhora do Livramento. Com o crescimento do comércio e da pecuária, a capela foi, em 1848, elevada à categoria de Freguesia, já com o nome de Sant'Ana do Livramento. E, em 1857, a freguesia foi elevada à categoria de Vila, desmembrando-se do município de Alegrete. Em 1876, após ter passado por sucessivos graus de transição, foi elevada à categoria de município.

Com a construção do povoado na fronteira com o Uruguai, surgiu depois de alguns anos Rivera no lado uruguaio. A cidade de Sant'Ana do Livramento faz fronteira, pois está separada da cidade de Rivera apenas por uma avenida e marcos¹³⁸, formando uma conurbação internacional.

Es especial no solamente porque une a dos ciudades frente a um limite, sino que em general las fronteras a lo largo de América Latina presentan características bastante diferenciales de la nuestra. Em muchos lugares son vacíos humanos, zonas de escasa densidad, de población dispersa. Otras han estado marcadas históricamente por situaciones de conflicto o por escasez de vínculos transfronterizos. [...] Rivera-Livramento puede enfocarse

¹³⁸ A cada mil metros existe um marco, indicando a linha fronteira entre o Brasil e o Uruguai, pois se trata de fronteira seca, ou seja, não separada por um rio, lago, etc.

entonces como caso especial, está muy densamente poblada si la comparáramos con el resto de las áreas fronterizas de Uruguay y Brasil, constituyendo un núcleo de 150 mil habitantes. Conforman una cornubación, un único centro urbano donde prácticamente es muy difícil encontrar diferencias. (BENTANCOR, 1998, p. 75-76).

O desenvolvimento da pecuária nas estâncias possibilitou a industrialização da carne com capitais internacionais, a partir da instalação de frigoríficos no início do século XX, para suprir a demanda da I Grande Guerra. Foi assim, que em 1917, instalou-se o Frigorífico Armour e, em 1918, a Companhia Wilson. A localização geográfica de Sant'Ana do Livramento também representou mais um elemento de expansão para os capitais internacionais no pampa gaúcho. A proximidade com os países do Prata possibilitava, entre outros fatores, a aglutinação do rebanho bovino brasileiro e uruguaio.

Para Albornoz (1998), o Armour não era só a maior empresa da cidade, como concentrava 85% do capital industrial estabelecido no município. Os fazendeiros de Rivera e do norte do Uruguai vendiam gado para os fazendeiros brasileiros entregarem para o frigorífico Armour, ou compravam terras no Brasil para que seu gado tivesse procedência legal. No frigorífico, metade dos operários eram uruguaio e a outra metade, brasileiros, sendo que os norte-americanos exerciam os cargos mais elevados. Para se ter uma idéia da importância do frigorífico Armour na geração de empregos e impostos no município de Sant'Ana do Livramento, este, quando estava em plena operação (abate e processamento de carnes), chegava a gerar 6.000 empregos diretos só em sua planta industrial. O município projetou-se economicamente, tornando-se um pólo industrial e de serviços.

Além da industrialização da carne, instalou-se no município o maior lanífero¹³⁹ do Rio Grande do Sul. O município encontrava-se, juntamente com Bagé, Alegrete e Uruguaiana, como um dos quatro maiores produtores de lã do estado, possuindo um rebanho superior a um milhão de ovelhas em décadas anteriores.

Outro marco na industrialização do município ocorreu no final da década de 1970, quando a instalação da Seagram do Brasil Indústria e Comércio Ltda (Vinícola Almadém) de capital internacional, introduzindo no município os maiores parreirais fora do eixo Caxias do Sul-Bento Gonçalves. Nos anos posteriores, foram implantadas outras duas vinícolas, a Livramento Vinícola Industrial Ltda e a Vinícola Palomas.

¹³⁹ O lanífero *Thomaz Albornoz* era responsável pelo processamento da lã ovina de toda Campanha Gaúcha, e realizava sua distribuição para os mercados europeu e norte-americano.

O município de Sant'Ana do Livramento historicamente desempenhou um importante papel geopolítico na manutenção e proteção das fronteiras do domínio português sobre o espanhol. A doação de sesmarias como forma de acesso à terra possibilitou a formação de uma sociedade pastoril alicerçada na criação de bovinos e ovinos. A posição geográfica da cidade na linha fronteira favoreceu o comércio, a prestação de serviços e a industrialização, principalmente pelas ligações estabelecidas pela estrada de ferro com a cidade e o porto de Montevideú.

Além dos fatores citados, destacamos a questão do cercamento das terras em 1850, que forçou a concentração de sua população na cidade em detrimento do campo, uma vez que as atividades pastoris desempenhadas nas estâncias ocupavam pouco contingente populacional. Assim, seu espaço rural foi historicamente marcado por baixas densidades demográficas.

O avanço da modernização da agricultura para a região a partir da década 1970 introduziu a lavoura empresarial do arroz irrigado e da soja em áreas anteriormente ocupadas somente pela pecuária de corte. Assim, deslocaram-se para a região levadas de migrantes de outras áreas do Rio Grande do Sul, mas não residindo no campo e sim na cidade, em função da especificidade de sua produção.

A pecuária, embora ocupando a maior dimensão territorial, não promovia o dinamismo socioeconômico verificado pela lavoura empresarial. Aos poucos, a pecuária e a lavoura foram desenvolvidas de maneira consorciada, aumentando a lucratividade, tanto para os pecuaristas, quanto para os agricultores. Dentre os municípios da Campanha Gaúcha, Sant'Ana do Livramento sempre destacou-se no âmbito da pecuária de corte, seja bovina ou ovina, possuindo um dos maiores rebanhos da região, favorecidos pela sua dimensão territorial de aproximadamente 7.000 km.

Em relação à expressão territorial da pequena propriedade, podemos aferir que sua importância socioeconômica, historicamente, foi encoberta pelo domínio do espaço latifundiário. No entanto, essa categoria exerceu um importante papel como atividade complementar, seja na prestação de serviços ao estancieiro, ou na produção de pequenos cultivos e criação de pequenos animais.

Embora a formação socioespacial do município de Sant'Ana do Livramento esteja historicamente relacionada à grande propriedade pastoril, não podemos desconsiderar a presença da pequena propriedade familiar, principalmente, aquela localizada nas margens do espaço latifundiário.

Assim, quando no final da década de 1980 e início de 1990 algumas propriedades foram transformadas em assentamentos rurais, ocorreram significativas transformações socioespaciais no campo da região. De um processo histórico de exclusão socioespacial, a pequena propriedade passou a constituir verdadeiro território de produção familiar encravada no domínio do espaço latifundiário.

Portanto, ao estudarmos as relações cidade-campo a partir da instalação de assentamentos rurais em determinados municípios, temos que nos atentar para as especificidades socioespaciais de cada município, pois a mera constatação quantitativa do total de assentamentos rurais instalados é insuficiente para mostrarmos as reais transformações no distrito sede. A intensidade nas relações dependerá muito mais de elementos qualitativos do que quantitativos. Por isso, o trabalho de campo, juntamente com as questões empíricas são instrumentos fundamentais nesse processo.



Evidenciamos que a dinâmica que ocorre no campo é refletida na cidade. Essa questão ficou evidente no quadro comparativo, quando a partir das imagens obtidas durante o último trabalho de campo, percebemos as particularidades de cada caso, embora estejam dentro de um mesmo processo, o desdobramento é diferente em cada caso.

Os municípios de Hulha Negra e Sant'Ana do Livramento são dois casos representativos de como o processo de reterritorialização camponesa promove transformações, não só na paisagem agrária, mas também na cidade. O viver, o produzir, embora sejam realizados dentro do lote, o circular, o comercializar são realizados fora, e é nesse momento em que campo e cidade se fundem, numa estreita relação. Como observamos anteriormente, os “impactos” não se dão na mesma intensidade nos dois municípios, pois cada um possui sua própria geografia, seus tempos e seus espaços. Embora estejam próximos geograficamente, e até por fazerem parte de uma mesma região, existem elementos espaciais que devem ser considerados ao se analisar a relação cidade-campo.

No quadro 6, sistematizamos as diferentes relações cidade-camp, apontando entre o antes e o depois da instalação dos assentamentos rurais, identificados durante nosso trabalho de campo realizado no mês de janeiro de 2008 nos municípios de Hulha Negra e Sant'Ana do Livramento. Também, organizamos no quadro 7 uma síntese com imagens das duas cidades, para representar sua evolução socioespacial bem como suas relações com os camponeses reterritorializados.

ESPAÇO	HULHA NEGRA		SANT'ANA DO LIVRAMENTO	
CIDADE	Antes	Depois	Antes	Depois
	Pequeno povoado, com aproximadamente mil habitantes, como pouca infraestrutura urbana, residências rarefeitas e um comércio incipiente, apenas com gêneros de primeiras necessidades, uma vez que os fazendeiros residiam em Bagé, ou em outras cidades da região.	Com a emancipação político-administrativa e a instalação dos 25 assentamentos rurais, ocorreram melhorias na infraestrutura urbana. O comércio foi impulsionado possibilitando a abertura de lojas, mercados, bancos, dentre outros.	Cidade fronteira, com mais de um século de fundação, com uma população de mais de 75.000 hab., possuindo fortes ligações comerciais, com a prestação de serviços e atividades industriais ligadas à atividade pastoril.	Perdeu população em função da crise socioeconômica e oscilações cambiais. Com a chegada dos 29 assentamentos rurais, o mercado local teve incremento nas vendas e prestação de serviços. O comércio continuou com fortes relações com a cidade de Rivera.
CAMPO	Antes	Depois	Antes	Depois
	Predominava a grande propriedade com exploração da pecuária de corte e lavoura empresarial. Embora existissem colônias agrícolas organizadas em pequenas propriedades, sua população rural era rarefeita e com pouca expressão territorial e socioeconômica.	Predominou a pequena propriedade impulsionada pelos assentamentos rurais, mas a maior parte do território continuou sob domínio das grandes propriedades. A população rural tornou-se maior que a urbana, repovoando o campo com a vinda dos sem-terra.	Predomínio da grande propriedade pastoril e da lavoura empresarial em menor escala, com baixos índices de população rural. A existência da pequena propriedade encontrava-se marginalizada em relação às estâncias.	A grande propriedade continua detendo parte considerável do território, mas associada à presença maciça de assentamentos rurais. Com isso, formaram uma grande bacia leiteira, além da fruticultura. Ocorreu um repovoamento do campo.
CIDADE-CAMPO	Forte		Fraca	
	A chegada dos assentados potencializou o tímido mercado local, transformando a sede do município, já que anteriormente não existia essa demanda de serviços e de consumo, favorecendo o surgimento de lojas, bancos, etc. Ocorreram também profundas transformações socioespaciais no campo com o aumento da população rural e diversificação da produção, como cultivo de sementes agroecológicas, leite, dentre outros.		A chegada dos assentados não provocou profundas transformações na cidade, representou um acréscimo no público consumidor, já que a cidade historicamente possui uma função de prestação de serviços, comércio de fronteira e indústria. As maiores transformações socioespaciais ocorreram no campo, com o aumento da população rural, número de pequenas propriedades e diversificação da produção.	

Quadro 6 – Hulha Negra e Sant' Ana do Livramento (RS): os assentamentos rurais na relação cidade-campo.
Org.: Chelotti (2007).

<i>HULHA NEGRA</i>	SANT'ANA DO LIVRAMENTO
	
Surgiu como parada para a ferrovia	Surgiu em função da fronteira internacional
	
Pequena cidade com poucas funções	Cidade “média” com prestação de serviços
	
Visibilidade da reforma agrária na cidade, mercado localizado na avenida principal	Na cidade, a reforma agrária tem pouca visibilidade, feira localizada em rua secundária

continua...



Relação cidade-campo: assentados em dia de compras na avenida principal



Relação cidade-campo: assentados em dia de compras próximos à rodoviária



Na paisagem urbana é visível a melhoria nos equipamentos urbanos



Na paisagem urbana é visível a existência de “cemitérios” industriais - rugosidades

Quadro 7 – Hulha Negra e Sant’Ana do Livramento (RS): imagens da cidade a partir da instalação dos assentamentos rurais
 Fonte: Chelotti (2008)

Como constatamos no decorrer do presente capítulo, as expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha trouxeram à tona uma questão de cunho cultural que muitos autores já consideravam como superada no espaço agrário gaúcho, ou seja, o encontro das identidades camponesas, ou melhor, dois distintos grupos de camponeses territorializados historicamente no campo gaúcho. Trata-se, portanto, do encontro da identidade camponesa com traços culturais associados à agricultura colonial, com a identidade camponesa da campanha, com traços culturais associados ao latifúndio pastoril.

Nesse sentido, o capítulo 5 abordará o encontro das identidades camponesas na Campanha Gaúcha enfatizando a necessidade de realizarmos novas leituras sobre a questão da identidade regional historicamente alicerçada no domínio do espaço latifundiário que

“sufocou” o camponês fronteiriço. Foi a partir do processo de reterritorialização que ocorreu o encontro dessas identidades.

5



Meus desassossegos sentam na varanda
Pra matear saudades nesta solidão
Cada por do sol dói feito uma brasa
Queimando lembranças no meu coração

Vem a noite aos poucos alumiar o rancho
Com estrelas frias que se vão depois
Nada é mais triste neste mundo louco
Que matear com a ausência de quem já se foi

Que desgosto o mate cevado de mágoas
Pra quem não se basta pra viver tão só
A insônia no catre vara madrugada
Nesse fim de mundo que nem Deus tem dó.

Então me pergunto neste desatino
Se este é o meu destino ou Deus enganou
Todo o desencanto para um só campeiro
Que de tanto amor se desconsolou

(Desassossegos – João Chagas Leite)

5 O ENCONTRO DAS IDENTIDADES: território em transformação e novas paisagens

Sou credor da História porque ela me dá os seus episódios bélicos, seus conflitos e suas contradições, sua grandeza e sua nobreza, e sou credor da Geografia por me dar suas planícies onduladas, suas coxilhas, seus poentes e seus nascentes. Sou devedor, entretanto, e em igual medida – porque essa mesma Geografia e essa mesma História - que tanto me dão – me esmagam com suas onipresenças centenárias, com seu peso antiqüíssimo, impossível de não ser percebido. Não se consegue tornar invisível toda uma cultura que se desenvolve no tempo e no espaço. (ASSIS BRASIL, 2002, p. 131).

5.1 Considerações sobre identidade e Geografia

A partir das considerações apresentadas no capítulo 4, detectamos que o processo de reterritorialização dos trabalhadores sem-terra aproximou duas identidades camponesas na Campanha Gaúcha. Chegamos a tal conclusão a partir dos depoimentos e de nossas vivências no decorrer dos diversos trabalhos de campo em assentamentos localizados no município de Sant’Ana do Livramento.

Partimos da premissa de que essas duas identidades territoriais, o camponês da Campanha e o camponês da Colônia, até então faziam parte de universos identitários com poucos contatos entre si. Embora a identidade gaúcha esteja presente no dia-a-dia dos Rio-Grandenses, sendo mais difundida entre os cidadãos, acreditamos que ela não ocorra com a mesma intensidade entre os camponeses, que ainda possuem uma forte identidade territorial identificada genericamente em dois pólos identitários: Campanha x Colônia.

O processo de reterritorialização de trabalhadores rurais sem-terra ocorrido no decorrer da década de 1990, aproximou duas identidades territoriais, associadas a dois processos distintos de acesso à terra no Rio Grande do Sul, produzindo espaços agrários distintos, tanto na esfera econômica (produção), quanto na cultural (identidade). Por isso, entendemos que o processo de reterritorialização ocorrido na Campanha Gaúcha, promoveu transformações no âmbito da questão regional, principalmente associada à identidade regional, ou melhor dizendo, proporcionou novas leituras sobre as mudanças identitárias a respeito do significado da Campanha Gaúcha nesse início de século XXI.

Nesse contexto, Corrêa (2001) levanta algumas questões, dentre elas, qual seria o significado, na década de 1990, de falar em Sertão, Agreste, Campanha Gaúcha. A questão regional identificada entre o embate do “velho” (a organização socioespacial preexistente) e o “novo” (novos elementos econômicos e culturais), que acaba levando ao desfazer da velha região e ao refazer de outra, nova, mas que contém traços da antiga.

No entanto, antes de adentrarmos na questão mais empírica do encontro das identidades territoriais camponesas no espaço agrário da Campanha Gaúcha, tecemos algumas considerações sobre a utilização do conceito de identidade territorial numa perspectiva geográfica, uma vez que o espaço agrário deve ser pensando para além da esfera econômica, incorporando novas dimensões interpretativas.

A identidade constitui um termo polissêmico, estando relacionado tanto ao indivíduo no âmbito pessoal, como também à relação do indivíduo com a coletividade. No entanto, a categoria de análise identidade, aparece sob vários enfoques, dependendo da matriz teórica na qual ela é abordada. A existência de inúmeras concepções é fruto da fragmentação do conhecimento, haja vista, que a categoria identidade é utilizada nos estudos da Psicologia, Antropologia, Sociologia, Filosofia, História e, mais recentemente na Geografia Humana.

Existe um consenso de que toda identidade é uma construção social. Assim, os diferentes grupos sociais, ao longo do tempo, criaram significados, construindo identidades, sejam elas vinculadas a uma determinada cultura, ideologia, religião, etnia, territorial, dentre outros.

Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos e de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados e sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço. (CASTELL, 1999, p. 23).

Outra premissa fundamental a ser considerada em relação à construção das identidades, é a questão de sua mutabilidade no tempo e no espaço, superando uma visão estanque e partindo para uma compreensão de sua transformação, para a destruição ou reafirmação, principalmente, em tempos de globalização.

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até então visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 1998, p. 7).

Embora a Geografia, historicamente, não tenha desenvolvido um sólido corpo teórico sobre a relação espaço e identidade, o tema era frequentemente utilizado na Geografia Clássica numa perspectiva descritiva e taxionômica de lugares. Podemos citar como exemplo, os estudos de Paul Vidal de La Blache, que se apoiava na análise de como o meio, onde as identidades dos lugares eram definidas pelo que o autor denominou de gênero de vida identificado pelas regiões culturais. Nesse contexto de abordagem clássica, as regiões culturais eram identidades claramente por suas definições que partiam de uma premissa naturalista em que os espaços eram considerados como particulares.

[...] estudar uma região pela vertente cultural é manipular um código de representações e significações de determinado grupo social. Assim, os signos projetados no espaço por um grupo traçam os limites e as distâncias entre esse grupo e os outros. Formam-se então espaços de referências, que são apropriados, mas que não têm qualquer obrigatoriedade de contigüidade espacial. (BEZZI, 2002, p. 15).

Nessa perspectiva, as identidades moldavam as regiões, sendo apropriadas das mais diferentes formas, desde a reafirmação de pertencimento ao local, até as reivindicações de caráter separatista.

A identidade aparece como uma construção cultural. [...] Ela o faz selecionando um certo número de elementos que caracteriza ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepções da natureza, do indivíduo e do grupo [...] a identidade deve ser analisada com um discurso que os grupos têm sobre eles mesmos e sobre os outros, para dar sentido a sua existência. (CLAVAL, 1999, p.15).

As regiões culturais eram identificadas a partir do gênero de vida. Assim, cada região possuía uma característica única, particular. Elementos como a paisagem, o modo de vida, costumes, simbologias, crenças identificavam cada região francesa a partir de gênero de vida.

A noção de gênero de vida é extremamente rica, pois abrange a maior parte, senão a totalidade, das atividades do grupo humano. É preciso atingir um grau de cultura bastante avançado para que os indivíduos se libertem da tirania do costume. Esses elementos materiais e espirituais são técnicas transmitidas pela tradição, mediante as quais os homens asseguram domínio sobre a natureza. (SORRE, 1984, p. 99-100).

Apesar de apresentar uma discussão um pouco fechada em relação à cultura, Sorre (1984) nos mostra algumas características do que seria o gênero de vida (elementos materiais e espirituais – nesse caso imateriais). Por isso, notamos que a incorporação do cultural na análise geográfica não se trata de modismos e, sim, de uma tradição na história do pensamento geográfico, que, em muitos, casos é negligenciada pelos geógrafos.

Essa realidade começou a ser mudada devido à troca com outras áreas, como a antropologia, onde o conceito de cultura não tem um consenso. A Geografia passou, então, a se preocupar um pouco mais com a questão teórica, mas sem abandonar, é claro, sua rica tradição empirista.

Em relação ao gênero de vida, que é um dos elementos que caracterizam a identidade de um grupo, há que se considerar a aptidão original ou adquirida e, às vezes, até perda de como determinado grupo social utiliza as possibilidades ofertadas pelo meio. Nesse sentido, é muito importante detectar as técnicas que cada grupo possui empiricamente e que foram adquiridas sobre as propriedades do meio.

Sorre (1984) nos dá um exemplo, da reza que determinado grupo de camponeses realiza para chover. Ela é um elemento imaterial, mas de fundamental importância no momento de identificarmos seu gênero de vida.

[...] todas essas ações ocupam lugar sob o mesmo título no gênero de vida. Quando o descrevemos, não devemos mutilá-lo. Os elementos espirituais contam tanto quanto os elementos materiais, mais acessíveis. E, naturalmente, também contam os elementos sociais: a contribuição do gênero de vida é incompatível fora da atmosfera de uma sociedade organizada. (SORRE, 1984, p. 101).

Sorre (1984) chama a atenção sobre a importância de captarmos os elementos espirituais (imateriais) dos grupos sociais, nesse caso, suas crenças, superstições, conhecimento das coisas que o rodeiam. Esses elementos juntamente com os elementos materiais, caracterizarão o grupo.

A escolha das plantas de cultura, os instrumentos, a maneira como os grãos são depositados na terra podem ser vistos como técnicas fundamentais em torno das quais se organiza todo gênero de vida. O modo do habitat, a estrutura fundiária – distribuição e forma dos campos, o tipo de propriedade e de exploração inscrevem no solo, sob a forma de traços materiais. (SORRE, 1984, p. 101).

Assim, cada grupo social expressa no espaço geográfico um determinado gênero de vida. No entanto, o gênero de vida não é algo imutável. A introdução de um novo elemento numa determinada região cultural já é suficiente para modificar um velho gênero de vida, para dar a ele um novo dinamismo. Mas, o gênero de vida permanece, só que agora com a incorporação de novos elementos e a eliminação de outros. Nas palavras de Sorre (1984), o que importa é a persistência da marca impressa, mantendo a individualidade do gênero de vida. A formação de um patrimônio psíquico graças à linguagem, às tradições, aos ritos, é algo indiscutível. O indivíduo é prisioneiro do grupo, com suas interdições, simpatias, hostilidades.

Mas, a sociedade muda, se transforma e isso exige da ciência novos marcos interpretativos. Com a Geografia não foi diferente. A relação espaço e identidade dentro de uma perspectiva clássica não apresentava poder explicativo universal para as mudanças em curso, não mais sustentando a teoria de lugares isolados e gêneros de vida específicos, lugares e regiões particulares. Não que eles deixaram de existir, mas tornaram-se muito mais difíceis de serem identificados num mundo em constante transformação, principalmente, com o avanço das relações capitalistas de produção e suas tendências homogeneizantes.

Na década de 1970, com a emergência da corrente humanística, a Geografia passou a interpretar as relações entre espaço e identidade com uma nova matriz interpretativa, considerando elementos como a ligação emocional do indivíduo com o seu lugar de vida, e em várias dimensões, desde os espaços do cotidiano até os territórios da coletividade.

A identidade assume então um alcance geográfico novo, pela mediação conceitual do “sentido de lugar”. Porque participa inteiramente da vida dos indivíduos e dos grupos, o lugar influencia, até mesmo constrói, tanto subjetivamente, identidades culturais e sociais. O lugar é considerado como o suporte essencial da identidade cultural, não mais em sentido estritamente naturalista [...] (LE BOSSÉ, 2004, p. 166).

Portanto, não podemos associar identidade como algo estanque, imutável, pois ela também é transitória, faz parte da dinâmica social. Dependendo da época, dos lugares e da idade cronológica de cada grupo, a identidade se apresentará de maneira diferente.

O sentimento identitário permite que se sinta plenamente membro de um grupo, dotá-lo de uma base espacial ancorada na realidade [...] os problemas do território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades. Uma e outra, estas categorias são produtos da cultura, em um certo momento, num certo ambiente [...] (CLAVAL, 1999, p. 16).

Nessa mesma linha de raciocínio, Branco (2003) enfatiza que a identidade deve ser encarada na vida moderna como um processo em mutação.

A identidade, tanto pessoal como social, deve ser considerada como um processo e não um produto acabado, com o pessoal e o social sendo interdependentes, gerando, em determinado momento do ciclo vital, ou da história do grupo social, um sentimento de integridade, unicidade e, ao mesmo tempo, de pertença a um grupo, nação ou espécie. (BRANCO, 2003, p. 156).

Portanto, há no espaço geográfico, não uma, mas várias identidades. A identidade tem um vínculo muito forte com a questão espacial, pois os indivíduos se reconhecem a partir da sua territorialização num determinado lugar: por exemplo, sou do bairro x, do estado y, do país z.

Para Le Bossé (2004), o lugar apresenta-se como suporte essencial da identidade cultural, pois tem uma ligação emocional, carregado de valor e de sentido, pela subjetividade dos indivíduos e dos grupos. Assim, os lugares de memória são partes integrantes de uma territorialidade simbólica pela qual os grupos se afirmam e reivindicam sua identidade cultural e política em relação com o seu lugar próprio.

A identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial. Portanto, percebe-se que a incorporação da dimensão simbólica, do imaterial no discurso geográfico, tem possibilitado uma enorme riqueza nas análises sobre a produção do espaço, das paisagens, das territorialidades.

Abordar a questão da identidade em tempos de globalização, principalmente aquela relacionada com a perspectiva cultural exige algumas ressalvas sobre as transformações nas relações espaço-tempo, relativizando a questão da identidade, em decorrência dos crescentes processos homogeneizantes impostos pela globalização. A presença de identidades isoladas é cada vez mais relativa, em prol de situações mais integradas, interconectadas, ou híbridas.

Hall (1998), ao discutir o aparente enfraquecimento das identidades nacionais frente ao processo globalizante, embora reconheça o seu enfraquecimento, ressalta que, na verdade,

estaríamos diante de uma situação contraditória, uma vez não podemos negar o caráter homogeneizante da globalização, no entanto, seria muito reducionista imaginar que a destruição seja um processo dominante, pelo contrário, evidenciam-se novas identidades em curso.

As identidades nacionais estão se desintegrando, com resultado do crescimento da homogeneização cultural e do “pós-moderno global”. As identidades nacionais e outras identidades “locais” ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização. As identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades – híbridas – estão tomando seu lugar. (HALL, 1998, p. 69).

Nessa mesma linha de raciocínio, Le Bossé (2004) também defende a idéia de que existe uma contradição sobre o impacto da globalização sobre as identidades culturais.

A questão parece particularmente apropriada no contexto contemporâneo da globalização e face a uma comprovação paradoxal: embora a diversidade das identidades culturais parecesse ameaçada de erosão pelo efeito de forças globais trazidas pela revolução das comunicações, ela persiste e se afirma às vezes vigorosamente nas escalas locais ou regionais. (LE BOSSÉ, 2004, p. 170).

Estamos, portanto, diante de um mundo que está conectado, principalmente, por um padrão de consumo uniformizante, retirando a exclusividade de determinadas identidades culturais que, cada vez mais, sofrem influências externas. Como exemplo, podemos citar o caso de certas comidas típicas que foram difundidas mundo a fora. Assim, seria muito reducionista dizer que determinada comida é exclusiva da tradição de um povo, quando ela passou a ser consumida nos quatro cantos do mundo. Estamos diante de uma profunda relativização do conceito de identidade, pois devido ao avanço do processo de globalização encontra-se cada vez mais desvinculado de seus lugares, regiões, territórios históricos.

No outro extremo, porém, observamos o reforço de certas identidades locais como espaços de resistência frente à lógica global dominante. Para Hall (1998), trata-se do fortalecimento de identidades locais ou da produção de novas identidades.

Mesmo que o processo de globalização tenha avançado nos últimos anos, aprofundando a expansão do modo de produção capitalista, acelerando as trocas comerciais, acreditamos que existem elementos culturais que são preservados, mantidos, ou reinventados, principalmente, pelas chamadas populações tradicionais, podendo-se destacar o modo de vida camponês e seu universo simbólico que resiste a esse processo globalizante que insiste em destruir o diferente na tentativa de unificar tudo e a todos num único mercado global.

Muitos pensavam que a desapareção da maior parte dos traços que promoviam a infinita variedade do mundo tradicional pressagiava a erosão das diferenças culturais. O que se descobre? Sociedades onde os problemas de identidades são mais envolventes do que nunca. É nesse paradoxo que é necessário compreender para vencer os desafios que nossas sociedades devem revelar no domínio da cultura. (CLAVAL, 2001, p. 385).

Reconhecendo que o processo de globalização não foi capaz de destruir certas características socioespaciais, principalmente, aquelas relacionadas aos aspectos culturais (materiais ou imateriais), evidenciamos, então, a permanência de elementos identificadores de identidades coletivas, principalmente em sociedades tradicionais (como a camponesa) que não se inseriram completamente na onda modernizante.

Acreditamos, então, que ocorre, embora de maneira relativizada, a identificação de certos grupos sociais com uma determinada espacialidade (território, região, lugar) e suas representações simbólicas. Portanto, estaríamos diante da resistência da identidade com perspectiva territorial, principalmente, ainda verificável em sociedades tradicionais que não foram destruídas.

Os espaços diferem de acordo com suas características materiais e imateriais, ou seja, os seus recursos biofísicos e humanos, relações sociais, modos de produção e a sua cultura. A partir de relações específicas como homem *versus* meio, as sociedades historicamente construíram identidades territoriais próprias, com seus signos, símbolos e pertencimentos.

Assim, o que nos interessa são as identidades coletivas na perspectiva territorial, construídas a partir do significado (objetivo e subjetivo) e sentimento de pertencimento que cada grupo social expressa numa determinada porção do espaço geográfico (região, lugar, território) produzindo a chamada identidade territorial.

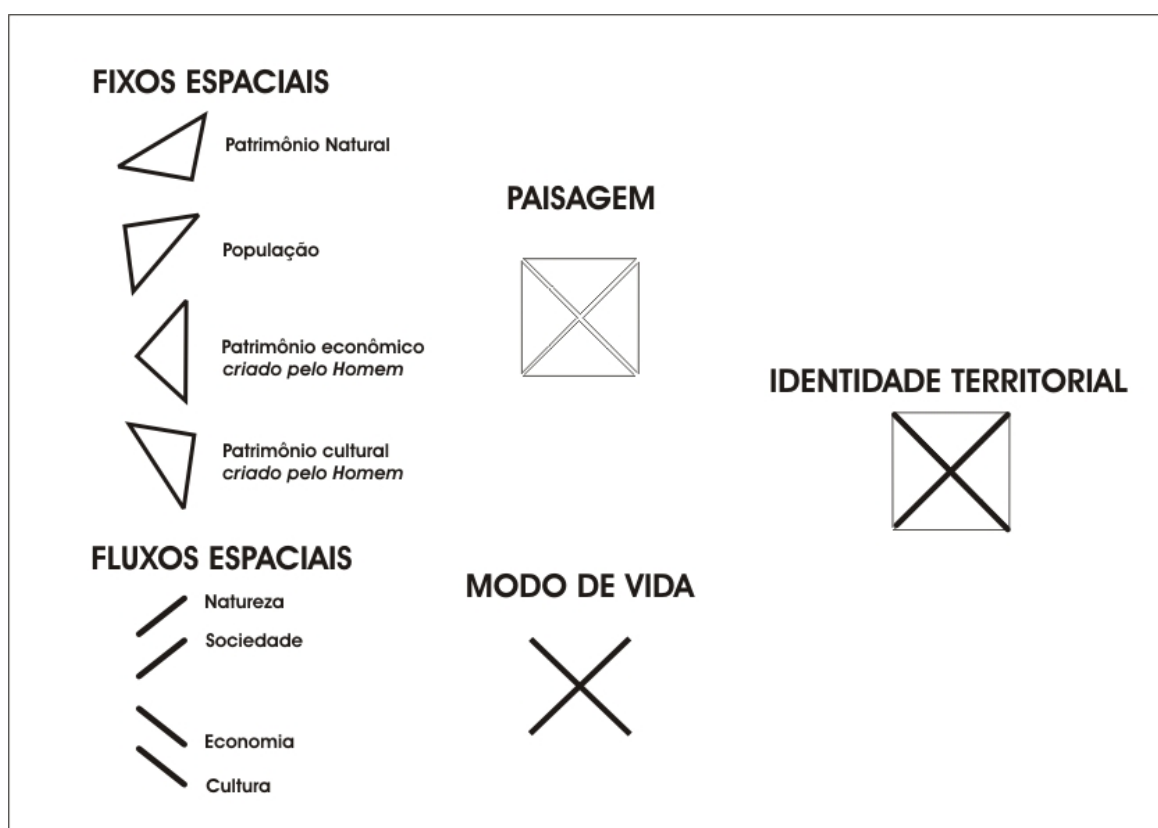
Partimos do pressuposto geral de que toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. [...] De forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes. (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Mas há que se ressaltar que não existe um consenso conceitual sobre identidade territorial, no entanto, isso não invalida sua contribuição analítica, principalmente, nos estudos

geográficos, pois há o entendimento de que cada território é carregado de elementos identitários específicos.

Embora não exista uma definição comumente aceita do conceito de identidade territorial, a idéia geral é a de que as características específicas de determinados lugares e regiões são elementos constitutivos da sua identidade. As características materiais e imateriais (biofísicas, sócio-culturais, econômicas, sócio-psicológicas) dos territórios são mutáveis, mas é precisamente a sua identidade que confere originalidade e singularidade aos lugares e regiões e, que os distingue de outros territórios, vizinhos ou distantes. (ROCA; GANDRA, 2003, p.340).

Numa abordagem mais contemporânea, segundo a qual espaços estão interligados por fluxos informacionais, conectados por uma globalização econômica, e também cultural, a identidade territorial para não perder seu caráter analítico, deve ser considerada a partir da interconexão dos elementos que fazem parte dos fixos espaciais e dos fluxos espaciais, além da paisagem e do modo de vida. Foi nesse sentido, que Roca e Oliveira (2005), ao estudarem as regiões portuguesas para fins de políticas de desenvolvimento, propuseram um modelo para desagregação do conceito de identidade territorial (Desenho 1).



Desenho 1 - Proposta de desagregação do conceito de identidade territorial
 Fonte: ROCA e OLIVEIRA (2005)
 Arte final: Paulo Garcia (2008)

Além de elementos clássicos que identificam uma determinada identidade territorial, como a paisagem e o modo de vida, os autores sugerem a inclusão dos fixos espaciais (patrimônio natural, população, patrimônio econômico e patrimônio cultural), e dos fluxos espaciais (natureza, sociedade, economia e cultura). A partir da interconexão desses elementos, poderemos identificar as identidades territoriais num mundo cada vez mais globalizado que tende a se homogeneizar.

Roca e Oliveira (2005) propõem entender a identidade territorial como um conjunto de fixos e fluxos espaciais que caracterizam uma dada unidade territorial, tal como um lugar ou uma região. Os fixos espaciais são definidos como a população, o patrimônio natural, o patrimônio econômico e o patrimônio cultural, estes dois últimos criados pelo homem, enraizados e ancorados numa unidade territorial, onde:

O “patrimônio natural” inclui todos os elementos e objectos que constituem o ambiente natural (atmosfera, litosfera, hidrosfera e biosfera) numa unidade territorial;

A “população” abrange a distribuição espacial e as estruturas (biológica, social, econômica e cultural) de todos os indivíduos que estão permanentemente ou temporariamente presentes numa unidade territorial;

O “patrimônio econômico criado pelo homem” corresponde a todos os objectos do ambiente criado (a natureza modificada e o ambiente construído) cujo objectivo é a produção, distribuição e/ou consumo de bens e serviços tangíveis (aqueles relacionados com a satisfação das necessidades humanas físicas) numa unidade territorial;

O “patrimônio cultural criado pelo homem” corresponde a todos objectos do ambiente criado (a natureza modificada e o ambiente construído) cujo objectivo é a produção, distribuição e/ou consumo dos bens e serviços intangíveis (aqueles relacionados com a satisfação das necessidades humanas espirituais) numa unidade territorial. (ROCA; OLIVEIRA, 2005, p. 8).

Sobre essa perspectiva analítica compreendemos que o espaço geográfico possui suas particularidades e elas são mantidas mesmo quando defrontadas com processos globalizantes. Não existe, portanto, espaço homogêneo, ainda mais se considerarmos dimensões que cada território, lugar ou região possui características específicas quanto a sua natureza, população, economia e cultura.

Nesse sentido, acreditamos que o conceito de identidade territorial nos auxilia na compreensão das expressões socioculturais da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha, uma vez que identificamos a permanência de fortes laços identitários dos camponeses com seus antigos territórios de vida. Assim, para nossa análise, a integração dos

conceitos de identidade territorial e reterritorialização tornou-se fundamental para compreender as informações coletadas a campo.

Como abordamos no Capítulo 3, o Rio Grande do Sul, em função de suas especificidades socioespaciais, produziu historicamente um território claramente polarizado em duas grandes regiões, principalmente em relação a seu espaço agrário, a “Metade Sul” caracterizada pela ocupação luso-brasileira berço da estância pastoril, e a “Metade Norte” de ocupação mais recente, criada a partir de políticas de colonização, alicerçada na pequena propriedade.

Em nossa análise empírica com os camponeses reterritorializados na Campanha Gaúcha identificamos, claramente, a presença de traços identitários relacionados com as identidades territoriais da “Campanha” e da “Colônia”. É evidente que estamos tratando de “sociedades” com fortes laços com a tradição camponesa e, por isso, acreditamos que ocorra a manutenção de determinados elementos e características identitárias relacionadas a essa tradicionalidade. A análise seria bem diferente, se o trabalho estivesse voltado para sociedades mais complexas, como por exemplo, aquelas com forte urbanização e totalmente integradas nas teias da modernidade.

Destacamos que, na Geografia Clássica, foram recorrentes os estudos sobre a “diferenciação” do espaço agrário gaúcho, principalmente entre os *camponeses pecuaristas* e os *camponeses agricultores*, que historicamente constituíram-se geograficamente em dois grupos sociais distintos entre si. Entendemos que tal contribuição torna-se pertinente porque transcende a mera questão da caracterização da atividade agropecuária historicamente territorializada no campo gaúcho. Afirmamos que se tratam de duas identidades territoriais fortemente caracterizadas pelo processo histórico de ocupação e produção do espaço agrário gaúcho que imprimiram no território diferentes identidades, principalmente, no âmbito camponês.

Consideramos, por isso, importante resgatar a contribuição de autores clássicos, como Raymond Pébayle, que na década de 1960, em seus estudos sobre o povoamento e o espaço agrário gaúcho demonstrou muito bem tal particularidade socioespacial, necessitando de uma (re) visita, o que nos parece pertinente para a análise em questão.

5. 2 Os encontros de duas sociedades rurais: a contribuição clássica de Raymond Pébayle

A contribuição do geógrafo francês Raymond Pébayle⁸⁶ é bastante considerável, haja vista, que além de estudar o espaço agrário gaúcho, também se dedicou a estudos em outras regiões brasileiras. A experiência de passar dez anos mergulhado em um universo estranho a sua cultura, percorrendo “os rincões” do Rio Grande do Sul para desvendar as paisagens agrárias gaúchas, dá a Raymond Pébayle o mérito do reconhecimento de sua obra no século XXI.

Ao regatar as contribuições de Raymond Pébayle, para a compreensão da formação do espaço agrário gaúcho, defendemos a pertinência de sua análise frente às transformações socioespaciais em curso no espaço agrário da Campanha Gaúcha. Ao realizar essa pequena (re) visita foi possível encontrar elementos importantes para a compreensão de “como” e “por que” novos agentes sociais foram re-territorializados no decorrer da década de 1990, e a consequente dificuldade do encontro entre duas sociedades rurais, entre os camponeses da Colônia com os camponeses da Campanha.

A abordagem do autor enfatiza a questão estrutural da formação socioespacial do Rio Grande do Sul, que se organizou de maneira dicotômica, estruturando-se sob duas formas de organização espacial bem distintas: a Colônia e a Campanha. A diferenciação na formação socioespacial, entre as áreas de estâncias e as áreas coloniais, deu-se em função dos sistemas de exploração da terra, pois enquanto na estância a criação de gado extensivo era a atividade econômica característica, nas colônias predominava o cultivo de lavouras.

A análise, aparentemente descritiva, realizada por Pébayle sobre os grandes proprietários pecuaristas da Campanha e sobre os pequenos proprietários agricultores da Colônia, desvenda, ao nosso ver, a enorme contradição histórica que diferentes populações tiveram quanto ao acesso da terra no Rio Grande do Sul. Devido a essa concentração e desigual distribuição da terra, ocorreu o fluxo migratório dos colonos para outras regiões do estado e do país.

No entanto, ocorreram, também, contatos entre esses dois grupos.

Anteriormente, o estudo das duas sociedades rurais do Rio Grande do Sul e de sua dinâmica nos mostraram que contatos limitados, mas reais, haviam tido oportunidade de surgir entre elas. Se tais relações não conduziram a

⁸⁶ Além de residir no Rio Grande do Sul, quando vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), também atuou em Minas Gerais e Rio de Janeiro onde ficou vinculado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e desenvolveu durante algum tempo pesquisa em Campina Grande/PB. Na França, foi professor na Universidade de Bordeaux e na Universidade de Poitiers. Também foi pesquisador do CNRS. Atualmente, Pébayle encontra-se aposentado, morando em Cannes, na França.

verdadeiras mudanças rurais é, primeiro, porque elas se estabeleceram, sob diversas formas, nos dois únicos meios geográficos onde foram possíveis os encontros entre luso-brasileiros e descendentes de colonos: os limites de contato entre a floresta e o campo, de um lado, e das cidades da campanha de outro. (PÉBAYLE, 1975, p. 4).

Com a apropriação da terra, o que observamos é que se tratam de dois tempos e dois espaços muito distintos. De um lado, os grandes proprietários, que exploravam os campos com a criação de gado e detinham o poder político e econômico, uma vez que era essa atividade que projetou o Rio Grande do Sul no cenário nacional com a produção do charque. Por outro lado, uma imensa parcela de camponeses pobres imigrantes que, em meados do século XIX, alocados em áreas não ocupadas pela pecuária passaram a dedicar-se ao cultivo de lavouras.

Analisando essas relações na década de 1960, Pébayle destaca que o cidadão dificultou bastante os antigos intercâmbios diretos entre fazendeiros e colonos.

Nas “vilas” que demarcam os contatos floresta-campo, as “bodegas” podem se encarregar de uma parte dessas relações comerciais elementares entre as duas sociedades rurais. Quando aquelas possuem grande freguesia, ilustram perfeitamente a existência de uma organização regional primária onde a influência da sede municipal sobre sua campanha é ainda muito fraca. Nesses casos, os contatos entre criadores e agricultores são freqüentes. Se, ao contrário, a “bodega” não é mais nada atualmente do que um grande corpo vazio reduzido a uma escassa função de mercearia-botequim ao longo de uma estrada muito freqüentada, é sinal de que as relações diretas entre as duas sociedades rurais se tornaram raras e que as relações comerciais se fazem ao nível do comércio e da indústria urbana. (PÉBAYLE, 1975, p. 5).

No plano do intercâmbio entre essas duas sociedades rurais, algumas relações sociais são estabelecidas e forjadas, principalmente, por parte do pecuarista que passa a utilizar os conhecimentos do colono sobre os diferentes cultivos.

O criador, em particular, soube apelar ao agricultor colonial há vários decênios. Nessas verdadeiras franjas de transição entre o campo e a floresta, que são as campinas com capões e arborizadas, é fato comum ver-se o agricultor de origem estrangeira colocar sua força de trabalho a serviço do pecuarista sob formas muito diversas. [...] por outro lado, o criador proprietário não se coloca praticamente a serviço do agricultor. (PÉBAYLE, 1975, p. 6).

Nessa passagem, fica evidente o papel secundário e a subordinação do colono frente ao papel desempenhado pelo grande proprietário de terras. Essa relação é estabelecida por vários fatores, como a necessidade de complementar sua renda e reproduzir-se camponês

numa pequena parcela de terra que, em muitos casos, era de difícil cultivo por causa da inclinação do terreno.

Essa constatação, de que as relações de aproximação entre criadores e agricultores, ao se encontrarem forjaram-se delicadamente, revela mais uma contradição na formação do espaço agrário gaúcho, ou seja, a exclusão de uma parcela de camponeses que por décadas, antes mesmos da chegada dos imigrantes ítalo-germânicos, ocupavam e residiam nas margens do espaço latifundiário gaúcho.

Essas análises são importantes para compreendermos a territorialização e a reprodução dos camponeses no espaço agrário gaúcho no decorrer do século XX. Apesar da dominação do espaço latifundiário e do poder político e econômico dos grandes proprietários de terras, essa categoria de produtores conseguiu resistir, adaptando-se apenas às especificidades de cada região gaúcha.

Nesse sentido, existem os camponeses “plantadores” territorializados nas serras do sudeste ocidental, imediações dos municípios de Caçapava do Sul, Piratini, Santana da Boa Vista, que se dedicam tanto à agricultura quanto à pecuária.

Não se trata certamente de plantadores no sentido próprio da palavra; qualificando-se assim esses gaúchos pretendem antes diferenciar-se a um só tempo dos grandes criadores e dos colonos de origem estrangeira. [...] Entre esses conta-se bom número de descendentes de peões de estância instalados numa terra da qual não são senão os ocupantes sem título (os “posseiros”) apenas tolerados pelos grandes proprietários criadores.[...] Pode-se encontrar, finalmente, camponeses negros que, embora descendentes de escravos, são proprietários das terras que cultivam. (PÉBAYLE, 1975, p. 8).

Embora a localização geográfica dos municípios citados seja a Metade Sul do estado, área de pouca expressão da pequena propriedade, região encravada no domínio político-econômico do espaço latifundiário, esse fato propiciou a reprodução dos camponeses que foram instalados no Rio Grande do Sul, antes da imigração de alemães e italianos no decorrer do século XIX, principalmente, para as áreas de floresta localizadas, no nordeste do estado.

A condição de precariedade e de exploração torna-se evidente, pois para reproduzir-se, os camponeses, durante um determinado tempo vendem sua força de trabalho para o estancieiro e para o produtor de arroz irrigado. No entanto, o mais importante é a presença do camponês em território que tradicionalmente é identificado como latifundiário. Nesse aspecto, mais uma vez percebemos a marginalização histórica que sofreu o camponês da metade sul gaúcha.

Em relação às características dos camponeses territorializados nos campos com capões da metade norte do estado, denominados “pequenos gaúchos”, Pébayle cita o exemplo do município de Soledade, onde acredita encontrar aí as tradições desses dois tipos de sociedades rurais.

Dois exemplos ilustram muito bem as mudanças “in loco” de uma das sociedades de criadores mais conservadores do sul colocada em presença de uma colônia, de origem principalmente italiana, que vive precariamente junto às terras inacessíveis ao alto das vertentes dos profundos vales de encostas. [...] As instalações da fazenda mostram aliás uma nítida separação entre, de um lado, os cercados para animais, o banheiro carrapaticida e as pastagens (os “piquetes”) e, de outro lado, os prédios mais especialmente consagrados á agricultura. Esses formam um conjunto onde se identifica facilmente a clássica fazenda colonial fumageira. (PÉBAYLE, 1975, p. 9).

O entorno do município de São Francisco de Paula, nordeste gaúcho, área de contato entre criadores isolados e colônias velhas, possibilitaria uma simbiose entre as duas sociedades rurais.

Nesta região, portanto, uma nova sociedade rural nasceu do encontro ente elementos da vigorosa colônia vizinha e dos pequenos criadores locais. Nas paisagens isso não se destaca somente pela freqüência dos campos e roças cercadas. O habitat também traz marca desde encontro: a casa de estilo italiano é quase generalizada enquanto que o galpão tradicional foi modificado a fim de permitir a armazenagem de uma grande reserva de feno (PÉBAYLE, 1975, p. 13).

Em função da sua proximidade com uma área colonial próspera, nesse caso, representada por Caxias do Sul, os criadores acabaram adotando práticas culturais das áreas coloniais, como o cultivo de forrageiras para o período de inverno, característica não presente entre os criadores da Campanha.

Nesse contexto, Pébayle também se dedicou a entender a expansão das colônias agrícolas nos limites do campo, onde o contato entre criadores e agricultores tomam formas mais contrastantes, ocorrendo assim, uma expansão dos colonos em terras de criadores, por causa da pressão demográfica e da existência de áreas semicupadas nas zonas de campo.

No caso das colônias isoladas no oeste do Rio Grande do Sul, destaca-se que

[...] para as “colônias-ilhadas” onde os contatos com o campo sempre foram mais freqüentes que em outros lugares, a procura de terras novas não se limitou só aquelas de florestas afastadas, pois muito cedo os colonos

também avançaram sobre terras dos campos vizinhos. [...] Ao sul, os solos dos vales do Ibicuí e de seus afluentes (Jagurai, Ibicuí-Mirim) são ocupados pelos arrozais irrigados onde os colonos, estabelecidos como granjeiros itinerantes, nas terras dos criadores, se consagram exclusivamente a rizicultura. (PÉBAYLE, 1975, p. 15).

A pouca terra nas colônias, o crescimento da população e a necessidade de aumentar a produção de alimentos favoreceram o avanço dos agricultores em áreas de criação. No entanto, como a terra encontrava-se concentrada nas mãos dos grandes proprietários, os agricultores tornaram-se arrendatários, uma prática comum nessa região.

A colônia de imigrantes italianos de Ivorá, localizada na região central do estado, margeada por grandes extensões de terras semi-ocupadas, expandiu-se pelas terras utilizadas pela pecuária, uma vez que suas áreas de cultivos foram aos poucos abandonadas e transformadas em pastagens.

[...] a instalação dos agricultores partiu por iniciativa de um fazendeiro absenteísta que, por volta de 1960, vendeu suas terras sob forma de lotes de 20 a 30 hectares pagáveis em vários anos. [...] Os novos agricultores do campo adotaram primeiro o trigo, menos por seus rendimentos que são muito irregulares, que pelas facilidades de crédito que beneficia esta cultura. [...] (PÉBAYLE, 1975, p. 16).

Esse caso, no entanto, é bastante isolado, uma vez que poucos foram os grandes proprietários que partilharam suas terras em pequenos lotes para comercializá-los com os colonos. Com isso, o que restou para a maioria deles foi migrar em direção a novas fronteiras agrícolas já em meados do século XX.

Apesar de não ser muito discutida, ocorreu a instalação de colônias agrícolas próximas às imediações do município de Pelotas, localizado na porção sul do estado e que, durante décadas, foi sede de grandes charqueadas. Portanto, também nessa área, ocorreu o contato entre agricultores e pecuaristas.

A expansão dos agricultores nas terras de campo pode também se produzir quando uma colônia relativamente rica vê-se confrontada com uma região de pecuária tradicional atormentada por sérias dificuldades econômicas [...] A dinâmica aglomeração de Pelotas (150.000 habitantes em 1970) tem, por sua vez, insuflado uma mentalidade inovadora aos pequenos agricultores da “montanha” com isso favorecendo a instalação de mais de 200 estabelecimentos industriais e comerciais que absorvem as produções de legumes e frutas das colônias vizinhas. (PÉBAYLE, 1975, p. 18).

As agroindústrias instaladas em Pelotas favoreceram a reprodução e, também, a dependência desses camponeses, principalmente para a aquisição da sua produção. A constatação da existência de uma considerável qualidade de vida os colocava, pelo menos na década de 1970, nos mesmos patamares das demais colônias agrícolas gaúchas localizadas no Vale dos Sinos e na Serra.

No decorrer dessas décadas, o encontro entre criadores e agricultores, principalmente na Campanha, fruto da migração dos colonos em direção a áreas de campo, construiu uma idéia de promoção social graças à aquisição de terras, anteriormente, na posse de luso-brasileiros e ocupadas pela pecuária.

Embora tenha sido uma aspiração do colono, a aquisição de terras na Campanha, isso não se aplica a todo grupo migrante, e sim, a um número de indivíduos que se tornaram grandes proprietários de terra. A maioria desses colonos passou a arrendar terras da pecuária tradicional ou a vender sua força de trabalho nas lavouras de cultivo de arroz irrigado.

No Rio Grande do Sul, essas duas sociedades rurais ascenderam em tempos e espaços diferentes à posse da terra e, pelo menos, até a década de 1970, ainda não tinham construído uma nova sociedade rural no estado.

Em conclusão, por mais interessante que sejam, os contatos espontâneos e já antigos entre fazendeiros e os agricultores rio-grandenses não ocasionaram muita comoção na vida rural tradicional do Rio Grande do Sul. Quase sempre ocasionaram apenas uma expansão dos agricultores e da agricultura no domínio dos criadores gaúchos. Punctiforme, nos campos, reduzida a uma franja relativamente estreita, nos campos com capões, esta expansão não fez nascer, em geral, novas relações de dependência à propriedade rural, pois os agricultores também têm, freqüentemente, comprado as terras aos primeiros ocupantes. Este frágil equilíbrio devia entretanto ser rompido no século XX, época de grandes perturbações na campanha rio-grandense. (PÉBAYLE, 1975, p. 22).

A contradição histórica de acesso à posse da terra, associada ao conservadorismo da classe latifundiária gaúcha, produziu um espaço agrário que, mesmo inserido em um processo de expansão da modernização, não desconcentrou a posse da terra, pelo contrário, possibilitou o arrendamento e a obtenção de uma renda fundiária ainda mais rentista.

A tese de Pébayle (1975) é um exemplo de que é possível buscar nos clássicos elementos para compreendermos questões ainda latentes. Mas, isso não significa que a teoria possa ser aplicada da mesma maneira, que no período histórico em que foi escrita. Em “o difícil encontro de duas sociedades rurais”, o autor analisou o encontro entre “duas distintas sociedades rurais”, que a nosso ver tratam-se de duas identidades territoriais distintas.

Embora o autor não se utilize do conceito de identidade territorial, entendemos que suas análises pautadas numa geografia descritiva alicerçada num intenso trabalho de campo, nos apresentam elementos importantes para identificarmos claramente a existência de duas identidades territoriais, principalmente, observáveis no âmbito do espaço camponês. Portanto, os difíceis encontros entre essas duas sociedades rurais podem ser interpretados pela ótica cultural, mas com uma forte raiz no modelo estrutural de posse e uso da terra realizado por essas duas sociedades no espaço agrário gaúcho.

No entanto, há que se destacar que, até a década de 1950, essas duas identidades territoriais eram claramente evidentes no espaço agrário gaúcho. As migrações internas aproximaram essas duas realidades, mas não destruíram completamente essas identidades territoriais. Na década de 1990, evidenciamos a continuidade desse encontro de identidades territoriais, a partir da re-territorialização de camponeses sem-terra provenientes das áreas coloniais na Campanha Gaúcha. Portanto, o difícil encontro ainda continua entre essas duas sociedades no limiar do século XXI.

Embora o contato entre a “Colônia” e a “Campanha” tivesse ocorrido com a expansão da empresa rural moderna em meados da década de 1970 com a incorporação de áreas da pecuária para o cultivo de lavouras, acreditamos que não tenha ocorrido de fato um encontro definitivo entre essas duas identidades territoriais. A nosso ver, o “verdadeiro” encontro ocorreu na década de 1990 com o processo de reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha, pois esses dois universos identitários ainda encontravam-se “isolados”, pelo menos no âmbito camponês.

Com os relatos dos camponeses e camponesas no Capítulo 4, acreditamos que seja evidente a pertinência da tese de Pébayle nesse limiar do século XXI, quando em função do processo de reterritorialização, milhares de trabalhadores rurais com forte identidade territorial associada à Colônia “encontraram” na Campanha seu novo território de vida e reprodução social. Os difíceis encontros ainda continuam, pois detectamos que nos primeiros anos, o cotidiano desses camponeses é marcado pela adaptação ao novo meio e a novos aprendizados sobre as características socioespaciais específicas da Campanha, que histórica, social e ambientalmente são bastante distintas de seus antigos territórios de vida nas regiões coloniais.

5. 3 Reterritorialização e identidade territorial: territórios simbólicos da Colônia imprimindo novas paisagens na Campanha

Os difíceis encontros entre duas sociedades rurais distintas, camponeses pecuaristas e camponeses agricultores, produziram identidades territoriais distintas no tempo e no espaço. Entendemos que esses difíceis encontros que ocorreram no decorrer do século XIX e no transcurso do XX, permaneceram latentes na virada para o século XXI, principalmente, na Campanha Gaúcha, devido ao processo de reterritorialização camponesa, “obrigando” os camponeses sem-terra a se defrontarem com uma nova identidade territorial, exigindo novas estratégias de sobrevivência, num território historicamente dominado pelo latifúndio pecuarista e seus elementos simbólicos e culturais.

Com os depoimentos obtidos durante a realização do nosso trabalho de campo, juntamente com a contribuição de Pébayle, sistematizamos, no quadro 8, as características socioculturais mais significantes dos distintos grupos sociais que configuram duas identidades territoriais específicas para os camponeses gaúchos.

Reconhecemos que na contemporaneidade, tal diferenciação polarizada tenha que ser relativizada devido à integração territorial promovida pelo avanço das relações capitalistas no campo. Mas, entendemos que alguns elementos socioculturais são mantidos pelos camponeses, pois a modernização não foi um processo homogêneo, pelo contrário, ela atingiu apenas uma parcela dos camponeses, desterritorializando os demais. Com a mobilidade camponesa, principalmente, por causa da luta pela terra e a posterior reterritorialização, que ocorreu distante dos antigos territórios de vida dos assentados, traços socioculturais foram elementos que não se perdem nessa trajetória, pelo contrário, são marcas de resistência camponesa frente às diversidades para a sobrevivência e para sua reprodução social nos novos territórios de vida.

O camponês, quando perde sua referência anterior, ou seja, sua condição de pequeno proprietário, ou de arrendatário ou sua relação com a terra, sofre um processo de desterritorialização. Na medida em que vai se constituir um novo território este camponês passará por um novo processo de organização, mas ainda manifestará os seus jeitos, as práticas, as suas experiências acumuladas em sua história de vida. (MEDEIROS, 2006, p. 285).

IDENTIDADE TERRITORIAL	CAMPONESES DA CAMPANHA	CAMPONESES DA COLÔNIA
ORIGEM	Surgiram no século XVIII, nas bordas das primeiras estâncias como agregados, desenvolvendo atividades complementares à estância pastoril. A posse da terra ocorreu por meio de concessão.	Surgiram no século XIX, nas áreas florestais desprezadas pela atividade pastoril, devido ao processo de colonização com imigrantes europeus. A posse da terra ocorreu por meio da aquisição da propriedade.
ETNIA	Sua descendência de origem é Luso-brasileira, mas com presença de mestiços, afro-brasileiros, hispanos e indígenas.	Sua descendência majoritária é ítalo-germânica e, em menor, escala mestiços.
MODO DE VIDA	Estilo de vida campeiro, com casa de torrão de barro coberta com capim. Grande dispersão entre as residências. Em função das longas distâncias, a vida social comunitária centrava-se em torno do Bolicho de campanha, no jogo de taba, na corrida de cavalos.	Estilo de vida colonial, com casa de madeira ou pedra. As residências localizadas umas próximas das outras, favorecendo a vida social comunitária em torno da igreja (católica ou protestante), e do salão de festas.
PAISAGEM	A campanha, uma extensão do Pampa. Há um predomínio de um relevo levemente ondulado para plano (coxilhas), com pouca presença de vegetação arbustiva, exceto nas margens dos rios e sangas (riachos), com predomínio de campos naturais.	As colônias foram originalmente criadas nas áreas do planalto basáltico (exceto algumas no sul do estado), em áreas de escarpas, vales abruptos, sendo a vegetação original formada por floresta subtropical.
AGROPECUÁRIA	Historicamente, desenvolveram a pecuária de corte extensiva, principalmente, de bovinos e ovinos. Portanto, são identificados como camponeses pecuaristas. A agricultura desempenhou papel secundário, apenas para o suprimento da unidade familiar.	Historicamente, desenvolveram a policultura e a criação de pequenos animais, como aves e suínos. Em relação à pecuária alguns dedicavam-se à produção de leite. Portanto, são identificados como camponeses agricultores policultores.

Quadro 8 – Modelo clássico da identidade territorial camponesa gaúcha
Org.: Chelotti (2008)

Como identificamos no capítulo 4, quando apresentamos os depoimentos dos camponeses sem-terra, uma questão bastante destacada foi a migração, pois eles são provenientes de outras regiões do Rio Grande do Sul e, numa menor escala, da própria Campanha. Entendemos que em termos socioculturais é um fator muito importante, tendo em vista que a identidade cultural do camponês da Campanha não é a mesma daqueles provenientes das áreas coloniais.

Evidenciamos, ao longo do trabalho, que a história de vida dos camponeses gaúchos não pode ser analisada sem se considerar os processos geográficos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR), principalmente, quando analisamos os camponeses das regiões coloniais formadas a partir da imigração europeia no decorrer do século XIX. A reterritorialização desses camponeses europeus imprimiu na paisagem agrária gaúcha elementos socioculturais associados aos seus antigos lugares, realizando uma transposição do modo de construir suas casas, louvar a Deus, hábitos alimentares, dentre outros.

Esses processos geográficos são importantes para compreendermos a mobilidade camponesa na contemporaneidade, que se apresenta muito dinâmica, principalmente, com a constituição dos movimentos sociais no campo, especialmente o MST no Rio Grande do Sul, que tem propiciado a esses camponeses descendentes de imigrantes (italianos e alemães) que mantenham viva a “saga” de seus antepassados, encontrando um território para viver com dignidade. Medeiros (2006), ao estudar a identidade dos camponeses gaúchos, identificou que:

São esses camponeses que hoje estão nos assentamentos que constituem estas comunidades simbólicas, o que pode explicar esta geração do sentimento de pertencimento na busca de novas raízes, na busca de sua reterritorialização. Criar uma identidade num espaço desconhecido, onde cada dia é um novo conhecer, exige desses agricultores um esforço que perpassa sua condição de camponês. Entre erros e acertos uma nova territorialidade vai sendo construída. Muitos abandonam, desistem, vão para outros lugares, mas há aqueles que ficam, resistem e começam a construir um território no qual as marcas de sua história vão sendo fixadas como marcas de sua identidade. (MEDEIROS, 2006, p. 282-3).

O processo de reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha foi capaz de materializar, na típica paisagem regional, novos elementos socioculturais associados à identidade territorial camponesa das áreas coloniais do Rio Grande do Sul. Isso é comprovado, por exemplo, pelos pequenos elementos, como a manutenção do estilo arquitetônico da residência (Foto 2) e pela preocupação com a questão paisagística do lote,

como é o caso da presença dos jardins, traços comuns da identidade territorial de áreas coloniais (Foto 3).



Foto 2 – Assentamento Nova Santa Rita/ Sant’Ana do Livramento (RS): as residências, pelo menos nos primeiros anos de assentamento, respeitam a arquitetura típica das regiões coloniais, casa é de madeira com assoalho, varanda e jardim.

Autor: Chelotti (jan/2002)



Foto 3 – Assentamento Capivara/ Sant’Ana do Livramento (RS): os jardins, tradicionais nas residências coloniais são os primeiros indicadores de que “essa gente” reterritorializada não é da região da Campanha.

Autor: Chelotti (out/2007)

Na medida em que ocorre o processo de reterritorialização, outros desafios entram em cena, principalmente aqueles associados às estratégias de reprodução da unidade familiar. Ao chegarem à área definitiva, tudo está para fazer, desde as instalações para moradia até aquelas associadas aos primeiros cultivos. Por serem áreas de campo nativo, não apresentam condições adequadas para instalar residências, torna-se necessário o plantio de árvores para proteger a residência e os pequenos animais das intempéries do tempo, sejam elas associadas ao calor ou ao frio.

Observamos a preocupação em cercar as residências com árvores, que geralmente são eucaliptos ou acácias, pois possuem um ciclo vegetativo rápido. Além da proteção, essas árvores também são utilizadas posteriormente para construção de cercados e como lenha para o fogão. Nas proximidades da residência também são desenvolvidos os pequenos cultivos e a criação de pequenos animais. Evidenciamos um significativo estranhamento dos recém chegados ao chegarem ao assentamento. Inicialmente, destacaram a paisagem como sendo muito diferente da região de onde provinham que, de certa maneira, representava uma sensação de liberdade, tendo em vista que os campos são tão abertos que se perdem de vista; onde residiam anteriormente, o relevo era mais ondulado e íngreme.

É evidente que as primeiras percepções se deram a partir da relação estabelecida com o meio. Muito se falou das características do clima, muito frio no inverno e calor intenso verão, seguido de um período de poucas chuvas. Evidenciamos que essa foi a primeira adaptação ocorrida. Assim, mudou-se a relação homem x meio, já que seus saberes ligados ao clima tiveram que ser reavaliados, como período de plantio que é diferente, o rigor do frio no inverno por ser campo aberto, e o déficit hídrico no verão que restringe o cultivo de certas lavouras.

Outro elemento importante que gerou enorme estranhamento foi o relativo isolamento geográfico do assentamento em relação à vida em comunidades, uma vez que o rural da Campanha é marcado pela baixa densidade demográfica e um número muito pequeno de comunidades rurais com uma vida social (igrejas, clubes, armazéns, campo de futebol, etc.). Esses sujeitos são provenientes de regiões onde a comunidade rural possui um certo nível de organização e articulação, típico das áreas de imigração no Rio Grande do Sul.

O encontro com uma nova realidade certamente provocará uma desterritorialização dos processos simbólicos, quebrando muitas vezes as coleções organizadas pelos sistemas culturais com novas ressignificações e redimensionamento dos objetos, coisas e comportamento e isso tudo certamente imbricado de conflitos. Ao partir, esse agricultor sem terra saiu de um universo que recebeu como herança ao nascer e que agora vai se

confrontar com o que é lhe dado nesse momento. O que ocorre aqui é um duplo processo inserido neste ato de sair e de chegar, pois, ao mesmo tempo em que expressa as ilusões daqueles que saem, expressa também o sofrimento daqueles que atravessam a fronteira do desconhecido. É a partir de então que uma nova necessidade se impõe, ou seja, é preciso mudar o modo de ver o mundo externo dando espaço para o surgimento de novos valores que lhe orientarão e lhe permitirão organizar-se no novo ambiente. Neste preciso momento é fundamental contar com a cooperação de amigos e parentes, o que lhes dará uma segurança para viver em terra desconhecida. O viver em grupo lhes permitirá um enraizamento não tão doloroso quanto foi o desenraizamento e, assim, a construção da sua identidade com o novo. (MEDEIROS, 2006, p. 283).

A incorporação de novos elementos culturais na paisagem do Pampa não se resume somente ao âmbito da vida privada da casa e do jardim, mas, também, na esfera do nível tecnológico. Os instrumentos de trabalho utilizados pelos camponeses anteriormente ao processo de desterritorialização, mas que também são reterritorializados na Campanha, reproduzem um padrão técnico típico das regiões coloniais, como o carroção (Foto 4), a trilhadeira (Foto 5) e a tobata (Foto 6).



Foto 4 – Assentamento Nova Santa Rita/ Sant’Ana do Livramento (RS): carroção típico da região colonial, foi trazido pelos camponeses sem-terra. Autor: Chelotti (jan/2002)



Foto 5 – Assentamento Capivara/ Sant’Ana do Livramento (RS): a trilhadeira de grãos que era utilizada na região colonial mantém-se como uma lembrança da época em que a lavoura era a principal atividade da família.

Autor: Chelotti (out/2007)



Foto 6 – Assentamento Figueira/ Sant’Ana do Livramento (RS): tobata é um meio de transporte “adaptado” muito utilizado nas regiões coloniais por sua versatilidade, praticidade e economia.

Autor: Chelotti (jan/2007)

No entanto, isso não significa que, no novo território de vida, esses objetos desempenharão a função anterior, pois o processo de reterritorialização é realizado ao mesmo tempo com manutenções, e, também, adaptações ao novo meio. Podemos citar, como exemplo, a trilhadeira de grãos, que se encontra subutilizada, pois os camponeses não tiveram sucesso com o cultivo de lavouras, substituíram-nas por outras atividades como a pecuária de

leite, fruticultura, dentre outras. E outros instrumentos foram adaptados para novas funções, como a tobata que servia para transportar grãos, e que adquiriu importância para o transporte do leite até o tanque resfriador.

Enquanto o típico camponês da Campanha realiza sua atividade no campo, o camponês reterritorializado proveniente das regiões coloniais, dedica-se preferencialmente, principalmente nos primeiros anos de assentamento, ao cultivo de lavouras, reproduzindo sua maior característica em relação à exploração da terra que é a policultura. Tanto o camponês da campanha, quanto o da colônia usam chapéu, mas a diferença é que o segundo usa o de palha, um símbolo do colono no Rio Grande do Sul. Essa constatação sociocultural ficou evidente durante o trabalho de campo, quando presenciamos o cotidiano desses camponeses reterritorializados (Foto 7).



Foto 7 – Assentamento São Leopoldo/ Sant’Ana do Livramento (RS): dia de colheita na agricultura. O chapéu de palha e a ajuda mútua são uma das principais características desses camponeses.
Autor: Chelotti (jan/2006)

Outra questão que deve ser ressaltada, refere-se à nova racionalidade da pequena propriedade encontrada na região que, historicamente, desenvolve a pecuária de corte (bovinos e ovinos) e não uma produção leiteira. Parece uma contradição, pois a vegetação de campos nativos permite o desenvolvimento da pecuária leiteira, mas o que está em jogo é uma questão cultural dos tradicionais pequenos proprietários da região. Percebendo essa potencialidade, dos campos nativos, os assentados passaram a investir na pecuária leiteira como estratégia de reprodução (Foto 8).



Foto 8 – Assentamento Nova Santa Rita/Sant’Ana do Livramento (RS): pecuária leiteira, atividade tradicional entre os camponeses da colônia, ganhando espaços no território da pecuária de corte
Autor: Chelotti (jan/2002).

O encontro dessas duas identidades territoriais está promovendo a construção de uma nova identidade territorial, agora muito mais híbrida, com elementos culturais tanto da colônia quanto da campanha. A nosso ver, o “sucesso”, a permanência, a adaptação do camponês reterritorializado na Campanha Gaúcha, dependerá tanto de elementos objetivos, como apoio institucional, quanto de elementos subjetivos como a adaptação aos “costumes” do novo meio, frente a uma nova identidade territorial que se aproximou de suas vidas no processo de reterritorialização.

O MST, através da criação de assentamentos na metade sul está, portanto, se territorializando na área que historicamente foi domínio do latifúndio pecuarista gaúcho. Isso, sem dúvida, tem reflexos significativos na forma como os assentados vão orientar e organizar suas vidas, pois os mesmos terão de passar por todo um processo de readaptação a um espaço que para eles era até então desconhecido; onde provavelmente não poderão desenvolver os mesmos cultivos, nem terem as mesmas técnicas que herdaram de seus antepassados e que tão bem desenvolveram nas áreas de origem. (MEDEIROS, 2006, p. 286).

É evidente que não podemos realizar uma análise determinista desse processo, pois elementos como financiamento, custeio, assistência técnica, apoio institucional são fatores fundamentais no processo de reterritorialização camponesa. Reafirmamos que são elementos que não explicam isoladamente o “sucesso” dos camponeses, pois por trás disso tudo, existem elementos subjetivos que não podem ser desconsiderados nessa análise. A saudade, a distância dos familiares, o estranhamento em relação à cultura local, a nova paisagem e seu

significado, tudo isso são elementos subjetivos que influenciam no “sucesso” da reterritorialização camponesa na região.

Somos favoráveis à premissa de que o futuro desses camponeses reterritorializados na Campanha Gaúcha estará alicerçado, cada vez mais, em experiências integradoras dessas duas identidades, pois (re)construirão, ao longo do tempo, uma identidade territorial mais híbrida, ora incorporando novos elementos, ora preservando outros. Deixando o romantismo um pouco de lado, acreditamos que nesse caso, o hibridismo cultural refletirá diretamente nas estratégias de reprodução desses camponeses em pleno território latifundiário.

5.4 Território em transformação e novas paisagens

5.4.1 A estância metamorfoseou-se em território camponês

A paisagem, pelo menos em alguns municípios, é cúmplice das transformações socioespaciais em curso no agrário da Campanha Gaúcha, onde estâncias estão sendo transformadas em assentamentos rurais, ocorrendo o que estamos chamando de uma verdadeira *metamorfose do espaço habitado*⁸⁷.

Diferentemente de como ocorre em outras regiões do Brasil, como é no caso do Pontal do Paranapanema/SP, onde as terras destinadas à reforma agrária, em sua maioria, são provenientes de grilagem ou devolutas; na Campanha Gaúcha, esse processo desdobra-se de outra maneira. Trata-se, de propriedades pastoris centenárias, muitas foram recebidas como heranças, passadas de geração em geração desde a doação das primeiras sesmarias no Brasil meridional.

Ao invés de terras griladas, encontramos propriedades que passaram por um processo de desestruturação produtiva no decorrer da década de 1980, e que foram adquiridas pelo Governo Estadual ou pelo INCRA para assentar famílias de trabalhadores sem-terra. Portanto, estamos nos referindo às estâncias pastoris, cuja importância já foi mais representativa na economia gaúcha, principalmente, durante o desenvolvimento das charqueadas e que, no decorrer da década de 1990, transformaram-se em pequenas unidades de produção familiar, que variam de 15 a 30 hectares, lotes de reforma agrária, formando verdadeiros territórios camponeses. Estamos, portanto, diante de uma ruptura na paisagem.

Temos que ultrapassar a mera análise da paisagem transformada, evoluindo para a compreensão dos distintos processos de re-territorialização promovidos pela capacidade de

⁸⁷ Alusão às contribuições teóricas de Milton Santos (1988).

organização e mobilização desses milhares de sem-terra, que conseguiram por meio da luta pela terra penetrar no cerne do espaço latifundiário gaúcho e estão reconstruindo suas vidas e seus espaços socioculturais.

Nas palavras de Santos (2002, p. 103),

paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num determinado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são as formas mais a vida que os anima. [...] A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da introdução da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significado, de valor sistêmico.

Para Santos (1988), “a paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem”. A paisagem natural da Campanha foi transformada pelo estabelecimento das primeiras estâncias e pelo cercamento dos campos. A partir desse processo surgiu um gênero de vida bem específico, o gaúcho. A utilização dos campos para a criação de bovinos e ovinos caracterizou uma das paisagens mais típicas do Brasil (Foto 9).



Foto 9 - Sant'Ana do Livramento (RS): paisagem rural da Campanha
Autor: Chelotti (maio/2006)

No caso da Campanha, a paisagem formada por estâncias pastoris transformou-se com a introdução da agricultura comercial na década de 1950, principalmente, com o cultivo de arroz irrigado nas áreas de várzeas. Desse modo, o gaúcho como gênero de vida começou a dividir espaços com o granjeiro (empresário rural), o novo, pelo menos, para aquele período histórico.

A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de diferentes momentos. (SANTOS, 1988, p. 66).

Se no século XIX, a estância era tão somente local de produção pastoril, ao entrar no século XX, transformou-se também em local de agricultura na medida em que parcelas de terras foram incorporadas, cada vez mais, à agricultura, produzindo o que regionalmente se denomina binômio “boi/arroz” tornando a paisagem mais heterogênea, tanto em funções como de atores sociais.

Em cada momento histórico os modos de fazer são diferentes, o trabalho humano vai tornando-se cada vez mais complexo exigindo mudanças correspondentes às inovações. Através de novas técnicas vemos a substituição de uma forma de trabalho por outra, de uma configuração territorial⁸⁸ para outra. (SANTOS, 1988, p. 67).

Na medida em que na tradicional estância pastoril utilizava-se pouca mão-de-obra em função de sua especificidade produtiva, com a introdução da agricultura comercial, a demanda por mão-de-obra aumentou significativamente, pelo menos até o advento do processo de modernização da agricultura, exigindo, portanto, uma nova configuração territorial, que até então, não era utilizada pela pecuária extensiva, como melhoria nas estradas para escoamento dos grãos, construção de armazéns para armazenar a produção, adequação da cidade para a nova função do campo, dentre outros.

No decorrer da década de 1990, algumas estâncias transformaram-se em áreas de assentamentos rurais. Ocorreram novas mutações na paisagem, com incorporações de novos

⁸⁸ A **configuração territorial** ou **configuração espacial** é dada pelo arranjo sobre o território dos elementos naturais e artificiais de uso social: plantações, canais, caminhos, portos, aeroportos, redes de comunicação, prédios residenciais, comerciais e industriais etc. A cada momento histórico, varia o arranjo desses objetos sobre o território. (SANTOS, 1988, p. 111).

agentes no espaço agrário⁸⁹, tornando-o mais complexo. Para Santos (1988), alterações de velhas formas para adequar às novas funções são também mudança estrutural. Portanto, a paisagem é cúmplice das transformações socioespaciais em curso.

Assim sendo, não foi difícil, durante a realização do trabalho de campo, encontramos velhas formas das estâncias, como mangueiras, galpões e habitações, destinadas a novos usos dados pelos sem-terra, conotando novas funções. Encontramos mangueiras outrora somente utilizadas com bovinos de corte, desativas ou desmontadas, ou transformadas em campo de futebol, local de pernoite de bovinos de leite. As antigas habitações, também, sofreram mutações em relação às novas funções. A casa da estância, outrora utilizada como residência fixa ou de passagem para o estancieiro (Foto 10), encontra-se abandonada. O galpão dos peões foi transformado em local de reuniões, cursos, confraternizações (Foto 11).



Foto 10 – Assentamento Bom Será/Sant’Ana do Livramento (RS): residência da antiga estância, com arquitetura encontrada na região, transformada em residência provisória para uma família sem-terra. Autor: Chelotti (maio/2006).

⁸⁹ Chelotti (2003).



Foto 11 - Assentamento São Leopoldo/Sant'Ana do Livramento (RS): instalações do antigo galpão da estância utilizado para tosquia de ovelhas, transformado em sede regional do MST, local utilizado para mobilizações, reuniões, cursos, área de lazer.
Autor: Chelotti (Jan/2006).

No campo também ocorreu uma verdadeira metamorfose. As terras, até então utilizadas para a pecuária de corte extensiva ou lavoura moderna, sofrem uma mudança de função, passando a abrigar não apenas uma residência, mas várias, modificando a paisagem regional, colorindo as colinas com novos sujeitos, ou seja, os camponeses sem-terra. (Foto 12).



Foto 12 - BR 293 Dom Pedrito - Sant'Ana do Livramento (RS): vista parcial de um barraco num lote recentemente conquistado, com suas instalações ainda provisórias, localizado em área antes ocupadas pela pecuária de corte extensiva.
Autor: Chelotti (Out/2006).

Mas o homem produz seu espaço, conforme sua tradição, suas heranças. Assim, não há espaço uniforme, igual, homogêneo. Constatamos que existem lotes com padrões diferenciados quanto a sua organização, que imprimem distintas paisagens (Fotos 13 e 14).



Foto 13 – Assentamento Bom Será/Sant'Ana do Livramento (RS): vista parcial da parte frontal de um lote, ao fundo observam-se outras residências e a paisagem formada por coxilhas.
Autor: Chelotti, (maio/2006).



Foto 14 – Assentamento Capivara/ Sant'Ana do Livramento (RS): vista parcial de lote, sendo no primeiro plano campo nativo, no segundo residência, no terceiro área destinada à criação.
Autor: Chelotti (maio/2006).

No espaço urbano, também, são perceptíveis algumas transformações. A forma permanece a mesma, mas a função muda radicalmente, como o caso da sede regional do MST na cidade de Sant’Ana do Livramento (Foto 15). A forma continua a mesma, inclusive denunciando as rugosidades do processo de urbanização da cidade, onde residiam os estancieiros. No entanto, na contemporaneidade passou a adquirir uma nova função (sede regional do MST), movimento social que tem questionado a histórica posse da terra na Campanha Gaúcha.



Foto 15– Cidade de Sant’Ana do Livramento (RS): típica construção encontrada no espaço urbano, transformada em sede regional do MST, localizada em área central, observando-se a bandeira do movimento ao centro, da Via Campesina a direita e feira da reforma agrária a direita.
Autor: Chelotti (Jan/2008)

Nas áreas onde foram realizados assentamentos rurais pelo INCRA ou pelo Governo Estadual ocorreu a divisão do latifúndio pastoril em pequenas unidades de produção familiar, que geralmente variam de 15 a 30 hectares, não ultrapassando tais dimensões. Na medida em que os assentamentos rurais foram instalados, as primeiras transformações foram inevitáveis, pois provocaram uma ruptura na hegemônica paisagem regional.

Podemos citar como exemplo, o entorno da estrada que dá acesso aos municípios de Rosário do Sul/Sant’Ana do Livramento/Dom Pedrito, que no decorrer da década de 1990, passou por uma profunda metamorfose, após a instalação dos assentamentos rurais, transformando a paisagem latifundiária, dando maior visibilidade para a produção

familiar/camponesa, introduzindo uma nova dinâmica de vida naquele território marcado pelo vazio demográfico.

Não há como negarmos, portanto, o papel desempenhado pelos assentamentos rurais na remodelação da paisagem num curto espaço de tempo. As formas tradicionais (estância) passaram a conviver com novas formas (assentamentos). Mas, as alterações na paisagem não param por aí, pois nos anos 2000 foram incorporadas novas atividades, como é o caso do florestamento. Parcelas de campo nativo transformaram-se em áreas para implementação de projetos de silvicultura, materializando no espaço um novo momento para a economia regional.

5.4. 2 Novos territórios: a silvicultura resignificando o espaço latifundiário

Nos últimos anos, observamos descontinuidades nos projetos de desenvolvimento regional para a Campanha Gaúcha. Os modelos de desenvolvimento refletiram diretamente a concepção ideológica dos governos que administraram o estado do Rio Grande do Sul. Como exemplo, podemos citar, o governo de Olívio Dutra (1999-2002), que priorizou a “reforma agrária”, e posteriormente, o governo de Germano Rigotto (2003-2007), que propôs a implementação de projetos de florestamento na região.

De 1999 a 2002, na gestão de Olívio Dutra, predominou uma política de desenvolvimento regional, que claramente visava desconcentrar a posse da terra na Campanha Gaúcha. Essa política ficou evidente na institucionalização dessa região como território prioritário para a realização da política estadual de reforma agrária, transformando latifúndios em assentamentos rurais.

Entre 2003 a 2006, no governo de Germano Rigotto, foi incentivada uma nova concepção de desenvolvimento regional, visando transformar o espaço latifundiário da Campanha Gaúcha em áreas de florestamento, favorecendo a vinda de empresas multinacionais para o cultivo de florestas exóticas, numa tentativa de “diversificação” da matriz produtiva regional.

Na atual gestão (2007-2010) do Governo Estadual (Yeda Crusius – PSDB), a silvicultura continua recebendo incentivos para seu desenvolvimento na Metade Sul. Os novos interesses econômicos colocaram a região na pauta do dia, quando empresas

multinacionais de celulose decidiram implantar áreas de florestamento incentivadas pelo Governo Estadual, por meio do Programa Estadual de Florestamento (PROFLORA):

A portaria nº 275 da SAA, de 4 de junho de 2003, criou grupo de trabalho com objetivo de incrementar o florestamento industrial no Rio Grande do Sul. A equipe integra o projeto **Proflora, lançado pelo Governo do Estado para financiar ações de florestamento econômico**. O Proflora abre créditos de R\$ 30 milhões, com valor máximo de financiamento anual (pessoa física ou jurídica) de R\$ 150 mil por safra, prazo de amortização de até 12 anos. **A meta inicial do Governo do Estado é fomentar o florestamento comercial em municípios da Metade Sul através do Programa Florestal da Região Sul**, que projeta a implantação de 40 mil hectares de eucaliptos, gerando, até 2014, receita bruta de R\$ 200 milhões para os produtores. Essa integração de 7,5 mil pequenos produtores de 27 municípios das regiões Zona Sul e Campanha à base de produção agroflorestal em implantação na Metade Sul foi viabilizada em 19 de novembro de 2004, com assinatura, em Pelotas, de protocolo de intenções entre Governo do Estado e Votorantim Celulose e Papel (VCP Florestal). (www.saa.rs.gov.br 18/11/2008, grifo nosso).

A demanda mundial por celulose cresce, proporcionalmente, à necessidade de preservação das florestas naturais, principalmente, as tropicais. Nesse sentido, o reflorestamento tem ganhado significativos espaços e despertado interesses dos grandes grupos produtores de celulose por áreas disponíveis para cultivo de florestas exóticas. No caso brasileiro, destaca-se o estado do Espírito Santo, onde as imensas florestas de eucaliptos geram controvérsias entre os interesses econômicos, áreas remanescentes de quilombolas e terras indígenas.

Na busca de novas áreas para o cultivo de florestas exóticas, o governo do Rio Grande do Sul lançou uma política de incentivo ao florestamento (eucaliptos, pinus e acácia), utilizando o discurso da promoção do desenvolvimento regional, principalmente, na Campanha Gaúcha, onde empresas como a Aracruz, Stora Enso e Votorantim começaram a fazer maciços investimentos na aquisição de terras para o cultivo de florestas.

A silvicultura encontrando terras com baixo preço deixadas pela pecuária extensiva desenvolve-se em ritmo acelerado. A ARACRUZ, VOTORANTIM e STORA ENSO, pretendem passar os 300 mil hectares plantados para a produção de celulose. Um número pequeno para o Brasil Central, mas muito grande para a realidade desse estado [Rio Grande do Sul]. (FONTOURA, 2006, p. 14).

Desde a penetração da lavoura capitalista do arroz irrigado não se observavam significativas transformações no espaço agrário regional. Portanto, as estâncias transformadas

em territórios da reforma agrária e, mais recentemente, os projetos de silvicultura indicam um evidente processo de reestruturação da economia regional. É evidente a “preferência” por parte dos empresários e políticos da região pela silvicultura, pois há promessas de significativos investimentos, como se verifica na seguinte notícia:

[...] apesar das grandes extensões de terra disponíveis, o Estado [Rio grande do Sul] tem menos de 350 mil hectares de área cultivada. Esse número, no entanto, deve mudar em breve - e os ventos de transformação sopram precisamente sobre o território gaúcho mais conhecido por seu apego à tradição: a Metade Sul, famosa pela presença do "pampa" e por sua vigorosa vocação agropecuária. Em alguns anos, o retrato econômico dessa região - caracterizado por plantações de soja e arroz e carros cheios de bois - deverá incluir bosques de eucaliptos e filas de caminhões transportando toras de madeira. Tudo graças aos anúncios bilionários feitos nos últimos meses por duas das maiores empresas de celulose e papel no mundo. No final de setembro, a sueco-finlandesa Stora Enso anunciou os planos de investir US\$ 50 milhões no plantio de árvores para produção de papel na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul- o nome dos municípios escolhidos ainda não foi divulgado. Além disso, nos próximos sete anos a multinacional deve erguer na região uma fábrica de celulose avaliada entre US\$ 900 milhões e US\$ 1 bilhão. (www.clipping.ufrgs.br/online<16/01/2006>)

Portanto, se na década de 1990, as vistorias realizadas pelo INCRA despertavam incômodo à classe latifundiária da região, tendo em vista as desapropriações que ocorreriam por causa do aumento dos conflitos fundiários no Rio Grande do Sul, a política governamental de florestamento, iniciada nos anos 2000, representou uma alternativa de reprodução do espaço latifundiário regional, respaldada pela classe latifundiária.

Nesse cenário, terras que aparentemente despertavam interesse por parte do INCRA, para serem futuros assentamentos rurais, passaram para as mãos das grandes empresas da celulose. Para o INCRA, esses grandes projetos de reflorestamento em execução no Rio Grande do Sul estariam inviabilizando o processo de reforma agrária, uma vez que áreas que seriam destinadas a este fim, mas ainda não tinham sido desapropriadas, também estariam sendo usadas no projeto.

No Uruguai, a política de florestamento encontra-se mais adiantada que no Rio Grande do Sul e, por isso, seus impactos socioeconômicos são mais visíveis territorialmente. Assim, torna-se evidente que a “onda” do florestamento não é algo pontual aplicado ao caso gaúcho, tendo efeitos também nas áreas de pampa da Argentina e, especialmente no Uruguai. Essas evidências são perceptíveis na fala do ambientalista uruguaio Carlos Santos, da Rede Amigos da Terra:

O efeito que vai ter não é só para o Uruguai, porque a demanda é tão grande que vai demandar eucalipto não só do Uruguai, mas também do sul do Brasil e da Argentina. Isso vai provocar um efeito muito grande no modelo de desenvolvimento de toda região. Além das duas fábricas finlandesas que devem se instalar, nós temos informações que existem pelo menos outras duas plantas previstas. Uma seria a Stora Enso, que está se instalando no Rio Grande do Sul, e outra seria de capital estadunidense. Mas há gente que fala em até sete fábricas de celulose para o Uruguai. Vamos deixar de ser um país que produz carne e alimentos, para ser um país produtor de monocultivo de árvores. Para nós, a preocupação não é apenas com os efeitos ambientais desse modelo, sobre a água e sobre o ecossistema do pampa, mas com os efeitos sociais que esse tipo de cultivo gera. Está se expulsando os trabalhadores do campo porque os donos vendem a terra e os trabalhadores que a ocupam se vêm obrigados a sair, ou porque os trabalhadores se vêm rodeados de eucalipto e não conseguem mais trabalhar, porque crescem as pragas e afeta-se a água. Ademais, está gerando um processo de concentração da terra que jamais havíamos visto no Uruguai. **São novos latifúndios, mas muitos mais extensos.** Os tupamaros, a guerrilha uruguaia, enfrentaram um dos maiores latifúndios do país na década de 1960, que tinha 33 mil hectares. Atualmente, uma empresa estadunidense tem 120 mil hectares no Uruguai, ou seja, **está ocorrendo uma latifundização e uma estrangeirização do país.** Os proprietários dessas plantações de eucalipto são estadunidenses, espanhóis, finlandeses, chilenos, argentinos. Portanto, está ocorrendo uma das transformações mais fortes no meio rural uruguaio e, se permitir a entrada de todas essas fábricas, esse processo será irreversível (www.mst.org.br/mst < 21/03/2006>, grifos nossos)

Alguns impasses estão ocorrendo na Campanha Gaúcha, principalmente pelo embate no modelo de desenvolvimento regional: assentamentos rurais x florestamento. Dessa forma, os interesses do MST em conquistar novas áreas na região são confrontados com os da FARSUL, que apóia o florestamento na região. Esse embate pode ser percebido a seguir:

o plantio de eucalipto realizado pela empresa Votorantim Celulose nos municípios de Candiota e Hulha Negra, no Rio Grande do Sul, tem trazido problemas às populações locais. As cerca de dezoito famílias que moram no assentamento Terra Livre, em Candiota, temem que fungicidas e dessecantes, produtos químicos utilizados na monocultura da árvore, possam contaminar a produção agroecológica dos agricultores. Na área, que fica ao lado da propriedade da Votorantim, eles produzem leite, legumes, frutas e sementes sem o uso de herbicidas e adubos químicos. A Votorantim se instalou no local no final de 2004. Atualmente, 8 mil dos 15 mil hectares pertencentes à empresa já estão ocupados pela monocultura do eucalipto (www.mst.org.br/mst <15/05/2006>).

Os conflitos pela apropriação do território na Campanha Gaúcha estão cada vez mais latentes, principalmente, em relação ao modelo de desenvolvimento para a região: reforma agrária ou florestamento? O primeiro busca sua legitimação na desconcentração da posse da

terra, uma maior diversificação da matriz produtiva regional; o segundo, busca sua legitimação no discurso da demanda mundial por celulose e a inserção da região na esfera do capitalismo global. Tal embate evidenciou-se novamente no começo do mês de março de 2008 quando os sem-terra ocuparam uma área de florestamento na região.

Via Campesina invade área de multinacional no Sul

Mais de 500 trabalhadoras rurais do movimento Via Campesina invadiram nesta terça-feira a fazenda Tarumã em Rosário do Sul (390 km de Porto Alegre, RS), que pertence à empresa finlandesa Stora Enso. [...] As mulheres invadiram a fazenda de 2.075 hectares às 5h40 para protestar contra a exploração da área pela multinacional. [...] A fazenda Tarumã é utilizada pela Stora Enso há dois anos para o cultivo de eucaliptos. A área fica a 80 km da fronteira com o Uruguai, o que a inclui nas exigências da lei de faixas de fronteira. Essa legislação exige aprovação prévia do Conselho de Defesa Nacional para a compra de terras por estrangeiros em qualquer área que fique na faixa de 150 km da fronteira. No total, a empresa adquiriu 46 mil hectares no Estado. Os trabalhadores rurais querem que essas áreas sejam destinadas à reforma agrária. Também acusam a empresa de criar uma empresa laranja como forma de regularizar a terra fronteiriça. Essa foi a terceira vez que a fazenda da multinacional foi invadida. (PENTEADO, 2008).

Na passagem do século XX para o XXI, a Campanha Gaúcha transformou-se num território em disputa, seja para áreas de reforma agrária ou, mais recentemente, para projetos de silvicultura, daí a disputa pelo território, que materializa os diferentes interesses em jogo. Nesse contexto, torna-se perceptível que o modelo, em curso, de apoio maciço ao florestamento no pampa gaúcho atende aos interesses internacionais que demandam cada vez mais celulose, e capturam significativos espaços do latifúndio gaúcho para implementar seus projetos de florestamento. Os assentamentos rurais representam a antítese do latifúndio, ao contrário dos projetos de florestamento, que resignificam o espaço latifundiário regional.

Diante do exposto, entendemos que a Campanha Gaúcha como território “mãe” do latifúndio, não se apresenta tão homogêneo como indicava o discurso da identidade regional do século passado. Embora continue sendo o cerne do espaço latifundiário, do tradicional camponês fronteiriço, do arrendamento capitalista da terra, é também palco de novas experiências de reterritorialização de milhares de camponeses sem-terra, além de novos investimentos em sua matriz produtiva como é o caso do florestamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade de um determinado lugar, território, região é construída por interesses (econômicos, políticos, culturais) que os grupos sociais imprimem num determinado espaço, num dado momento histórico. Portanto, se no decorrer do tempo formou-se uma identidade na Campanha Gaúcha, a partir do espaço latifundiário, é porque ocorreu a captura desse território por interesses da classe latifundiária, sufocando os demais interesses e outras identidades, como por exemplo, a camponesa.

O latifúndio construiu a identidade da Campanha desde o século XVIII, eliminando a possibilidade de produzir um espaço regional múltiplo. A luta pela terra, organizada pelo MST, na década de 1990, introduziu a diferença, uma vez que os camponeses sem-terra passaram a produzir um espaço regional mais múltiplo e democrático em relação ao acesso à terra.

Se toda identidade é uma construção, entendemos que, nesse início de século XXI, a Campanha Gaúcha não poderia ser identificada como outrora. Com a instalação dos assentamentos, ocorreu uma metamorfose provocada pelo embate entre os latifundiários organizados pela FARSUL e os trabalhadores sem-terra organizados pelo MST, que por meio do conflito tentam territorializar na região suas expressões políticas, econômicas e culturais.

A metamorfose, no âmbito territorial da Campanha Gaúcha, é fruto de um processo histórico que encontra suas raízes no final da década de 1970, com o enfraquecimento do regime militar, proporcionou a (re)emergência de movimentos sociais no campo. Nessas três décadas, entre idas e vindas, a organização camponesa fortaleceu-se e territorializou-se nas mais diversas regiões do Rio Grande do Sul, mas com especial destaque nessa região, que na década de 1990, transformou-se no principal território da luta pela terra no estado.

Na *escala estadual* identificamos algumas características particulares em relação à territorialização da luta pela terra. Tais desdobramentos repercutiram de maneira diferente no tempo e no espaço.

a) *Hegemonia do MST*: como movimento social que tem conquistado novos territórios para a reprodução camponesa, o MST encontra-se hegemônico no estado, diferentemente de outras regiões do país, onde ocorreram dissidências, originando novos movimentos sociais no campo. A consolidação do MST está associada com sua longa trajetória organizativa no estado, sendo capaz de se territorializar em todas as regiões, inclusive, no entorno da região metropolitana de Porto Alegre.

b) *Reorientação geográfica*: as ações do MST, inicialmente atuantes próximas dos antigos territórios de vida dos camponeses desterritorializados, possibilitou a reterritorialização na mesma região de origem dos camponeses. No decorrer das décadas, ocorreu um deslocamento geográfico dos projetos de assentamentos, primeiro em direção a região central do estado e, depois, avançando para a região metropolitana e ao sul, chegando até a Campanha Gaúcha. No decorrer da década de 1990, a Metade Sul do estado configurou-se como o principal reduto para a instalação de assentamentos no Rio Grande do Sul.

c) *Criminalização das ações*: após a territorialização do MST no estado, nos decorrer dos anos 2000, as ações do movimento foram alvos de criminalização pelo ministério público estadual, enfraquecendo as mobilizações do movimento. A sucessão de governos estaduais contrários a uma política de reforma agrária contribuiu para a evolução desse quadro institucional. As inúmeras ocupações de terras não foram suficientes para que ocorressem desapropriações, jogando “um balde de água fria” nos ânimos dos trabalhadores sem-terra.

O novo geralmente provoca medo, inquietações. E parece que foi isso que ocorreu na região da Campanha Gaúcha, que por décadas sofreu lentas transformações estruturais em seu

território. Com a modernização da agricultura, que representou o avanço das lavouras sobre o território da pecuária, a mudança foi setorial e não estrutural, com implicações diretas no território, como foi o caso da luta pela terra e dos territórios conquistados para a reprodução camponesa. A modernização da agricultura promoveu significativas transformações socioespaciais na região, dinamizando a economia, inserindo-a em circuitos mais dinâmicos da economia.

As estruturas arcaicas de manutenção e concentração do território defrontaram-se, na década de 1990, com novos agentes remodeladores do espaço que passaram a questionar essa questão histórica, que enraizada na matriz territorial da Campanha gaúcha, era considerada pelos agentes históricos como natural, linear, inquestionável.

O trabalho de campo revelou-nos que as metamorfoses em curso no agrário da Campanha: agronegócio rizícola, pecuária moderna, fruticultura comercial, florestamento, assentamentos rurais complexificaram a estrutura regional. Assim, a Campanha bucólica, a estância, o gaúcho típico, o pampa nativo são, cada vez mais, elementos de um mundo distante daquele que realmente se tem observado no campo.

A Campanha Gaúcha não é mais exclusivamente formada por paisagens de campos nativos e gaúchos andando a cavalo pastoreando o gado. Atividades como a pecuária comercial transformam a paisagem de campos nativos em pastagens artificiais. A lavoura capitalista avançou sobre áreas de pecuária tradicional imprimindo uma maior fluidez na atividade agropecuária. Os assentamentos rurais que chegaram no início da década de 1990, também, transformaram a paisagem em alguns municípios.

Na *escala regional*, detectamos que a configuração territorial da Campanha Gaúcha nesse início de século XXI é bastante complexa devido à heterogeneidade de atores envolvidos na trama territorial, apresentando-se como um espaço regional onde as rugosidades são evidentes, mas com transformações significativas em curso. Os novos agentes estão, embora lentamente, (re) configurando essa porção do território do Brasil meridional. Portanto, detectamos algumas permanências, como também algumas metamorfoses, que se configuram na contemporaneidade como *múltiplas territorialidades* nesse espaço regional:

a) *O espaço latifundiário*: herança das antigas sesmarias, foi responsável pela fixação das fronteiras no Brasil meridional e pela formação territorial

da região, pela projeção econômica da estância pecuarista no cenário nacional, utilizada como símbolo e identidade de um povo. No entanto, na contemporaneidade, observamos usos e racionalidades distintas em relação a estância pecuarista:

a.1) A estância pecuarista tradicional: mantém um sistema produtivo que pouco incorporou tecnologia desde os seus primórdios. A criação e o manejo do gado (bovinos e ovinos) seguem quase que, exclusivamente, a dinâmica da natureza, onde o tempo de abate desses animais é bastante longo, gerando poucos lucros e contribuindo muito pouco para a dinamização da economia regional.

a.2) A estância pecuarista moderna: incorporou tecnologia no sistema produtivo. Além do melhoramento genético do seu plantel, mudou para uma racionalidade mercadológica, diminuindo o tempo de abate, qualificando o quadro de funcionários; e atendida na demanda de um mercado consumidor, objetivando produzir carnes diferenciadas. Geralmente, é conduzida por indivíduos com formação acadêmica no âmbito das ciências rurais (agronomia, veterinária, zootecnia, dentre outros).

b) O espaço camponês: contraditoriamente, o território latifundiário gaúcho é também território camponês. Historicamente surgido nas margens da sesmaria/estância como atividade complementar, o camponês fronteiro permaneceu à margem, empobrecido, esquecido. Devido as suas características socioculturais que pouco se diferenciam do latifundiário, uma vez que ele também é pecuarista (bovinos e ovinos), sua produção e importância econômica jamais poderiam ser comparadas com seus semelhantes das áreas coloniais. No entanto, do ponto de vista social, evidenciamos uma significativa participação na composição da estrutura social da região. No entanto, na contemporaneidade, evidenciamos dois distintos grupos:

b.1) O camponês fronteiro (pecuarista familiar): é o tradicional pequeno proprietário de terras da região, tão antigo quanto o latifundiário. É interessante destacar que poucos estudos foram realizados sobre esse segmento, pois sua histórica subordinação ao espaço latifundiário alimentava discursos apoiados na sua inexpressiva participação no contexto regional. Esse segmento, embora empobrecido, desmitifica a territorialidade exclusiva do latifúndio na região. Apenas nos anos 2000, surgiram políticas públicas específicas para esse segmento, que se sentia marginalizado em relação aos camponeses das regiões coloniais.

b.2) O camponês reterritorializado (trabalhador sem-terra): é um sujeito que penetrou na região no final da década de 1980 e principalmente no decorrer da década de 1990, por meio das ações promovidas pelo MST na conquista de novos territórios para a produção camponesa no Rio Grande do Sul. Por sua natureza é um camponês migrante, proveniente de outras regiões do estado, principalmente daquelas com uma forte territorialidade camponesa, mas que desterritorializados pelos processos modernizantes, ingressaram no movimento social, como “último suspiro” para sua reprodução. Em função de sua histórica organização, têm-se mostrado sujeitos inovadores, introduzindo novas racionalidades produtivas, como a produção de sementes ecológicas, formação de bacias leiteiras, fruticultura, provando que existe a possibilidade da reprodução camponesa no domínio latifundiário, desde que apoiado em novas matrizes produtivas.

c) O granjeiro (empresário rural/agronegócio): territorializou-se na região na década de 1970, buscando novos espaços para cultivar arroz irrigado, que, no decorrer dos anos, transformou-se na principal atividade geradora de impostos para os municípios. Desenvolve uma atividade altamente dependente de financiamento, não é proprietário de terras, pois arrenda parcelas do espaço latifundiário para o cultivo do arroz, e dependendo da conjuntura internacional também cultiva soja. Sendo a agricultura uma

atividade mais dinâmica do que a pecuária, são pessoas influentes na política desses municípios, onde a agroindústria orizícola é uma das principais geradoras de empregos. Possuem um forte vínculo político com os latifundiários, pois são atividades que se complementam e necessitam uma da outra.

d) Novos empreendimentos capitalistas: no final da década de 1990, o poder público visando superar o processo de estagnação econômica da região, lançou políticas visando diversificar a matriz produtiva regional. Podemos destacar dois grandes projetos, o da fruticultura e o da silvicultura.

d.1) A fruticultura comercial: embora na região já existissem alguns projetos pontuais de fruticultura desde os finais da década de 1970, foi na década de 1990 que essa atividade ganhou impulso. Muitas empresas localizadas na serra gaúcha compraram grandes extensões de terras para a implementação de cultivos de uvas, transformando a região no mais novo pólo vitivinicultor do país. Algumas empresas também se dedicam ao cultivo de cítricos, frutas com caroço, dentre outros. Destacamos que, em sua grande maioria, tratam-se de grandes investimentos em projetos de fruticultura.

d.2) A silvicultura: a demanda mundial por celulose colocou o Rio Grande do Sul no cenário mundial, pois o Estado ofereceu incentivos para a instalação de indústrias. A Metade Sul foi selecionada para implantação dessa política de florestamento no Pampa gaúcho, gerando conflitos de interesses, principalmente, entre os latifundiários e movimentos sociais. A silvicultura ressignificou o espaço latifundiário gaúcho em função de sua grande demanda territorial para o cultivo de florestas.

No espaço agrário da Campanha Gaúcha, que no século XXI nada tem de homogêneo, passam a coexistir diferentes identidades, como a latifundiária e a camponesa, permanecendo em conflito pela conquista/manutenção/expansão de seus territórios.

Nessa tarefa de desvendar os assentamentos rurais, constatamos que nem tudo é feito de adaptação. Existem elementos socioculturais que são mantidos pelos sem-terra, como a maneira de construir suas casas e organizar seus lotes. São pessoas que estão reescrevendo a história de suas vidas e também a nova Geografia da Campanha Gaúcha. Por isso, consideramos os camponeses sem-terra os novos atores sociais inseridos no espaço agrário no decorrer da década de 1990.

Na *escala local*, onde os processos de reterritorialização camponesa são mais evidentes, tanto na esfera material como na imaterial, identificamos a reconstrução de territórios de vida daqueles camponeses que desterritorializados, migraram para a Campanha Gaúcha, nem sempre por suas próprias vontades, mas por força das circunstâncias políticas do momento. A Campanha, novo território de vida, apresenta-se como o novo a ser desvendado, vencido, conhecido, vivenciado. A Colônia, deixada para trás durante os processos desterritorializantes, permanece na memória, nas lembranças, nas saudades, nas gentes que ficaram.

É evidente que as primeiras percepções se deram a partir da relação estabelecida com o meio. Muito se falou das características do clima, muito frio no inverno e calor intenso verão, seguido de um período de poucas chuvas. Evidenciou-se que essa foi a primeira adaptação que teve que ocorrer. Assim, mudou-se a relação homem x meio, já que seus saberes ligados ao clima tiveram que ser reavaliados, como período de plantio que é diferente, o rigor do frio no inverno por ser campo aberto, e o déficit hídrico no verão que restringe o cultivo de certas lavouras.

Apesar das ausências do poder público, a esfera da vida cotidiana se reproduz, reconstruindo novos territórios de vida, de sociabilização, de produção, embora num ambiente natural mais hostil (solos pouco férteis, invernos frios e rigorosos, e verões quentes e secos).

Uma nova racionalidade no âmbito camponês teima em se territorializar na Campanha, podemos citar, como exemplo, a especialização na produção de leite, sementes, frutas. É uma transformação lenta, porém estrutural que reflete diretamente as mudanças verificadas em curso.

Os processos geográficos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR) apresentam-se como importante viés analítico para interpretarmos a atuação dos movimentos sociais no campo e a construção de novos territórios da produção camponesa. No caso específico do processo de reforma agrária na Campanha Gaúcha, evidenciamos os processos de TDR da seguinte maneira:

a) Territorialização camponesa: a formação e territorialização do campesinato gaúcho deu-se por duas grandes frentes no tempo e no espaço.

a.1) o camponês da campanha – surgiu a partir das atividades complementares à estância pecuarista, ocupando as margens do latifúndio gaúcho, ainda no período anterior ao cercamento dos campos. A sua territorialização ocorreu principalmente na Metade Sul do Rio Grande do Sul.

a.2) o camponês da colônia – surgiu com o processo de imigração européia (alemães e italianos) no século XIX, emergindo como um forte segmento de pequenos proprietários de terras. A sua territorialização ocorreu principalmente na Metade Norte do Rio Grande do Sul.

b) Desterritorialização camponesa: genericamente evidenciamos duas fazes distintas desse processo no tempo e no espaço.

b.1) Desterritorialização na Campanha: ocorreu com a lei de terras (1850) quando muito camponeses que viviam nas margens da estância foram expulsos por não comprovarem a titulação de suas terras. A partir daí, foram viver nas periferias das incipientes cidades da região, ou trabalhar como empregados na atividade agropecuária. Outro processo, porém, mais recente, foi o avanço da modernização da agricultura que ocupou significativas parcelas do território, gerando a expulsão desses indivíduos.

b.2) Desterritorialização na Colônia: ocorreu na medida em que os lotes coloniais (25 hectares) tornaram-se pequenos para a reprodução da família, obrigando os colonos a migrar e ocupar outras áreas. Com a industrialização, muitos camponeses transformaram-se em proletariados na cidade. Em outras regiões, foram o avanço da modernização e a construção de barragens hidrelétricas que desterritorializaram milhares de camponeses gaúchos.

c) Reterritorialização camponesa: é um processo que também ocorreu de maneira diferenciada no tempo e no espaço.

c.1) Camponeses da colônia: inicialmente reterritorializados nas novas áreas de colonização, no próprio Rio Grande do Sul, mas também no oeste catarinense, e sudoeste do Paraná, Mato Grosso do Sul, e assim por diante. No entanto, com o passar dos anos, muitos camponeses e seus descendentes decidiram não migrar, permanecendo próximos aos seus territórios de vida. Com a mobilização de setores progressistas da Igreja, de sindicatos e de alguns intelectuais ocorreu a mobilização camponesa para reivindicar sua reterritorialização nas proximidades de seus antigos territórios. Assim, os primeiros assentamentos rurais foram realizados nessas áreas. Mas com o passar do tempo, ocorreu um deslocamento geográfico desses projetos em direção à Campanha, obrigando esses indivíduos a migrarem para essa região.

c.2) Camponeses da campanha: diferentemente dos seus semelhantes das áreas coloniais, historicamente tornaram-se proletariados nas periferias urbanas. No entanto, na década de 1990, com a territorialização da luta pela terra na região, o MST incentivou a participação desses indivíduos em suas mobilizações. A partir de então, muitos indivíduos começaram a participar da luta pela terra, até conquistarem um pedaço de terra na própria região. É por isso que nos primeiros projetos de assentamentos rurais realizados na região,

não se observava a participação de trabalhadores sem-terra provenientes da própria Campanha Gaúcha, diferentemente dos mais recentes.

No entanto, gostaríamos de destacar que os processos geográficos de TDR não são estanques, pelo contrário, configuram-se como processos dinâmicos inerentes à própria sociedade. Assim, não significa que um trabalhador sem-terra assentado (reterritorializado) tenha encerrado esse processo. O que evidenciamos, durante a realização do trabalho de campo, é que muitos desistem do lote e tornam-se novamente desterritorializados. Por isso, que os processos geográficos de TDR não são encarados como uma fórmula matemática, onde o somatório de fatores gera um resultado definitivo.

Os processos de TDR na reforma agrária envolvem dimensões materiais e imateriais. As dimensões materiais dizem respeito às questões de infraestrutura que geralmente são precárias, principalmente, nos primeiros anos de assentamento, associadas à falta de uma verdadeira política de extensão rural e financiamento para as atividades agropecuárias. No plano da dimensão imaterial, entram em cena aspectos culturais, onde falam mais alto os sentimentos de saudade em relação aos familiares, de estranhamento do novo lugar, isolamento geográfico, dentre outros.

Diante do exposto, compreendemos que é bastante complexo analisar a organização do universo interno dos assentamentos apenas por um viés econômico. Falar em assentamentos que deram certo e aqueles que não deram, nos parece um tanto reducionista, haja vista que somente mergulhando no dia-a-dia desses indivíduos é que iremos compreender algumas questões, como por exemplo, o abandono do lote e a volta para região de origem. A complexidade e a contradição estão postas nas análises dos processos geográficos de TDR, sem essa premissa, pouco avançaremos nas análises sobre a reprodução camponesa nos assentamentos rurais da Campanha Gaúcha.

Portanto, é no transcurso do processo de reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha, que as identidades territoriais se encontram e os camponeses percebem que existem muitas semelhanças entre a Campanha e a Colônia. Rapidamente, porém, essas semelhanças que estão mais no plano da subordinação, exploração histórica, deparam-se com as diferenças socioculturais, com a maneira de ver o outro, de se relacionar com a natureza, com a maneira de falar, comer, vestir-se, de compreender o mundo. É durante o encontro que ocorre o

desvendar de um mundo novo ou a reclusão em seus espaços tradicionais. Mas, tudo indica, o que está em curso são encontros na busca de produzir novas identidades, agora muito mais híbridas.

Os assentamentos, territórios concretos da luta pela terra, possuem uma unidade, que em muitos casos, é fruto da organização política promovida por movimentos sociais. No entanto, dentro desse território co-existem muitas identidades que, em função da especificidade do processo de luta pela terra, ali se encontram. A identidade exerce um papel importante na articulação interna de um assentamento, porque é ela que vai dar o sentido de pertencimento a um coletivo, a um determinado grupo social.

As questões culturais (identidades) são evidentes no Rio Grande do Sul devido à particularidade na ocupação e produção do espaço agrário gaúcho, principalmente em relação à origem geográfica associada à questão étnica. Assim, a produção familiar do norte (área colonial) tem uma íntima ligação com a migração de ítalo-germânicos alicerçados na agricultura colonial. Já a produção familiar do sul (Campanha) está associada a indivíduos de descendência luso-brasileira, alicerçada na exploração da pecuária extensiva e com laços culturais com o latifúndio pastoril.

Portanto, o produtor familiar da Campanha em nada tem a ver com o das áreas coloniais. Enquanto o primeiro tem uma forte ligação com a atividade agro-pastoril, e é de descendência luso-brasileira, o segundo, tem maior identidade com o cultivo de lavouras, e é de descendência ítalo-germânica. Nesse sentido, na medida em que esses indivíduos ou seus descendentes são re-territorializados em assentamentos na Campanha, passam a conviver e dividir espaços em conjunto muitas vezes, mediados por conflitos associados à diferenciação na origem geográfica ou social.

Assim, evidencia-se que os primeiros assentamentos instalados têm por característica a presença de famílias provenientes principalmente das áreas coloniais do norte e noroeste do estado. Essa característica começa a mudar a partir do ano de 1998, quando se percebe a presença, embora tímida, de famílias da própria região da Campanha. A presença de famílias da própria região nos assentamentos foi fruto da forte atuação do MST em frentes de massa. Assim, muitos ex-trabalhadores rurais de estâncias e de granjas de arroz conquistaram sua própria terra.

Como a luta pela terra na Campanha apresentou-se como um processo tardio em relação a outras regiões do estado, o número de sem-terra da região aparentemente sempre foi menor.

Com a atuação do MST na conscientização dessa população, muitos passaram a integrar o movimento e assumiram sua identidade de sem-terra.

No entanto, os assentamentos mais recentes começaram a mudar seu perfil, agora não somente indivíduos das áreas coloniais, mas também de indivíduos da própria região, que historicamente não possuíam a posse da terra. Também, verificam-se as diferentes formas de utilização da terra entre os assentados que são da própria Campanha Gaúcha e os de outras regiões. Os primeiros desenvolvem atividades mais ligadas à pecuária extensiva, enquanto os outros se dedicam ao cultivo de lavouras (policultura).

Ao mergulhar no mundo dos assentados, principalmente no que tange à construção de identidades sociais, constatamos que indivíduos mesmo com interesses em comum, em muitos casos, não conseguem construir afinidades no âmbito das relações sociais, idéia de comunidade, ou senso de pertencimento a um grupo maior. Desse modo, os conflitos internos são dados pela dificuldade no processo de construção da identidade social e individual do assentado.

Em relação à característica das identidades sociais existentes nos assentamentos da Campanha, verificamos que os assentados com origem geográfica do norte apresentam-se mais adeptos à inserção de novas formas de exploração da terra, como a fruticultura e a produção de leite. Os assentados oriundos da própria região são mais resistentes em diversificar a produção, desenvolvendo atividades mais ligadas à exploração da pecuária extensiva.

Dessa maneira, o que se verifica são duas formas distintas de exploração e condução das unidades de produção, geridas na essência da formação sociocultural de cada grupo social e que, num curto espaço de tempo, dificilmente irão compor a mesma identidade social.

Estamos diante, portanto, de uma *nova territorialidade camponesa* que expressa suas manifestações socioculturais por meio de elementos materiais e imateriais, promovendo uma metamorfose no espaço latifundiário regional que, apesar das transformações, mantém-se simbolicamente como a identidade da Campanha Gaúcha. A partir dessas novas relações, os camponeses reterritorializados expressam nesse novo território sua identidade territorial. Na esfera territorial, as expressões da reterritorialização camponesa são perceptíveis nas três esferas: econômica, política e cultural.

a) *Expressões da reterritorialização na esfera econômica:* após a instalação dos assentamentos rurais, esses territórios que se encontravam em completo abandono, com pouco dinamismo econômico, perda de população rural, ganharam movimento, vida. Comprovamos essa afirmativa durante o trabalho de campo, quando visitamos os municípios de Sant’Ana do Livramento e Hulha Negra. O aquecimento do mercado local com as vendas para os camponeses reterritorializados representou um aquecimento do mercado local, tanto nos bens de primeira necessidade, como nos duráveis. A formação de associações de produtores e cooperativas possibilitou a inserção desse segmento no mercado, sem a presença de atravessadores. O aumento da participação da agricultura familiar na geração de divisas para os municípios, com maior evidência na cadeia produtiva do leite e produção ecológica de sementes. É evidente que não se pode falar numa completa reestruturação da economia regional, pois nos parece um pouco exagerado, mas não podemos negar que ocorreu uma diversificação na matriz produtiva desses municípios.

b) *Expressões da reterritorialização na esfera política:* historicamente, o camponês fronteiro foi submetido aos interesses dos latifundiários, mas o camponês reterritorializado por meio de suas mobilizações foi capaz de chamar a atenção do poder público para suas demandas, que são específicas, distintas do patronal. A formação de uma “força opositora” no âmbito local possibilitou uma prática democrática de acessos aos seus direitos, para uma população que por muitos anos encontrou-se à margem da sociedade. Assim, reivindicações no âmbito da saúde, da educação, da infraestrutura, são realizadas na cidade, mostrando para o poder público e para a sociedade como um todo, que no campo existe mobilização para defender os direitos dos “pequenos”. Essa nova força política já elegeu vereadores para defender os seus interesses e apoiou prefeitos favoráveis à política de reforma agrária na região.

c) *Expressões da reterritorialização na esfera cultural:* a condição migrante desses camponeses carrega uma carga simbólica muito grande.

Assim, no transcurso do processo de reterritorialização seus espaços simbólicos foram recriados, expressos na maneira de orar a Deus, construir suas casas, costumes, hábito alimentar, jeito de falar, dentre outros. A identidade territorial camponesa da Colônia encontrou na Campanha um novo território para tais práticas culturais. No entanto, como a identidade não é algo estanque, tudo indica que alguns elementos serão perdidos, mas outros acrescentados. Na esfera da cultura, tudo indica que cada vez mais a identidade desse camponês reterritorializado se constituirá numa identidade mais híbrida, tendo em vista as incorporações ocorridas pelo caminho. O ser camponês, melhor dizendo, a identidade camponesa na Campanha encontra-se em construção.

As novas territorialidades expressas pelos camponeses reterritorializados incorporaram novos elementos socioculturais no espaço agrário regional. Os camponeses passaram de uma condição histórico-estrutural de marginalidade e subordinação, para uma condição de protagonistas, evidenciando seu caráter organizacional por meio do movimento social e materializando no novo território de vida, sua cultura, suas crenças, e suas esperanças.

No decorrer da década de 1990, a Campanha Gaúcha foi cenário para diversas políticas públicas com diferentes concepções ideológicas. Entendemos que dentre as políticas, a de reforma agrária do Governo Estadual foi aquela capaz de questionar a histórica concentração fundiária encontrada na região. Do ponto de vista social, e para os camponeses sem-terra, houve a possibilidade de reterritorialização, embora distante de seus tradicionais territórios de vida. Foi essa mobilidade camponesa, portanto, que aproximou duas identidades territoriais: a Colônia e a Campanha.

No mundo contemporâneo, com a globalização da economia, as regiões “perderam” sua identidade em muitos casos sucumbindo aos interesses do capital. A Campanha Gaúcha, historicamente se consolidou na sociedade regional, com uma forte identidade associada ao espaço latifundiário, ligada a elementos simbólicos que cultuam o modo de vida campeiro. Com a desestruturação de sua economia regional no início dos anos 1990, sua matriz produtiva latifundiária foi afetada diretamente. No mesmo período, ocorreram na região intensos conflitos fundiários que, posteriormente, resultaram em centenas de assentamentos rurais. Portanto, milhares de sem-terra foram re-territorializados no espaço latifundiário. Outro marco na reestruturação do espaço regional ocorreu devido aos interesses multinacionais, ligados ao setor

de celulose, na captação de grandes extensões de terra para o cultivo de florestas exóticas, transformando a fisionomia da paisagem do pampa gaúcho. Portanto, na contemporaneidade, existe uma latente questão: em que medida ocorrerá a manutenção da identidade regional, alicerçada no espaço latifundiário?

Certezas não existem, mas podemos afirmar que discutir identidade nesse limiar de século XXI requer alguns cuidados. Em que medida a identidade difundida pela mídia, pelas agências de turismo, pelas classes dominantes, representa a realidade contemporânea da Campanha Gaúcha? Pelo que apresentamos, ao longo do trabalho, somos favoráveis à premissa interpretativa de que a identidade alicerçada no espaço latifundiário e em seus elementos simbólicos não desapareceram, pelo contrário, são ressignificadas na cidade, pois seria quase impossível apagar duzentos anos de história. Não podemos negar, no entanto, que as transformações em curso, como a reterritorialização da identidade camponesa e seus elementos simbólicos, (re) configuraram o espaço regional. Eram essas novas realidades que precisavam vir à tona, para serem interpretadas, desvendadas e conhecidas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n.11, p. 73-78. 1997.
- AB’SÁBER, A. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALENDE, C. R. M. **Estudo dos sistemas de produção dos agricultores familiares da fronteira oeste do Rio Grande do Sul**. 2006. 154 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - CCR, UFSM, Santa Maria, 2006.
- ALVES, F. D. **Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Candiota (RS)**, 2006, 137f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - CCR – UFSM, 2006.
- ALBORNOZ, V. P. L. Frigorífico Armour: um empreendimento internacional na fronteira meridional. In: STROHAECKER, T. M. et al. **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 93-100.
- ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M.D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.
- ANDRADE, M. C. de Espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções. **Geosp – espaço e tempo**, São Paulo, n. 12, p. 11-19, 2002.
- _____. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.) **Território – globalização e fragmentação**. 5 ed. São Paulo: AnnaBlume/HUCITEC, 2002. p. 213-220.
- BENEDETTI, A. C. **Na conquista da fronteira: um estudo de caso nos assentamentos rurais de Hulha Negra/RS**. 1998, 230f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Agricultura e Desenvolvimento) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- BENEDETTI, A. C.; SOARES, M. da. G.; GUEDES, G. **Assentamentos rurais na região de Bagé: da diversidade social ao projeto de desenvolvimento**. Disponível em www.cifers.t5.com.br/relatório_caompleto_social.pdf. Acesso em: 8 ago. 2007.
- BENTANCOR, G. Rivera-Livramento: particularidades de uma fronteira. In: STROHAECKER, T. M. et al. **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 75-83.
- BERGER, C. **Campos em confronto: a terra e o texto**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BERNARDES, N. Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul: os fatores culturais e a dualidade econômico-social. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n 172. p. 3-13, jan/fev. 1963.

_____. **Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997 (Coleção Ciências Sociais).

BESKOW, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: HUCITEC, 1986.

BEZZI, M. L. **São Borja - transformações no espaço agropecuário**: o processo de despecuarização. 1985. 182f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 1985.

BOGO, A. **Arquitetos de sonhos**. São Paulo: Editora Expressão Popular Ltda., 2003.

BRANDÃO, C. R. Pesquisar-participar. In: _____ **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 8-14.

BRANCO, M. T. C. **Jovens Sem-Terra**: identidades em movimento. Curitiba: Ed. UFPR, 2003.

BRUM, A J. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

CAGGIANI, I. **Sant'Ana do Livramento – 150 anos de história**. Prefeitura Municipal, 1990.

CAMPANHA o novo Pontal. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, 5 dez. 1999.

CAMPOS gaúchos estão ameaçados. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, Jan./fev./março 2007. (Entrevista com Heinrick Hasenack), p. 5.

CARDOSO, R. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. (Org.) **Aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-105.

CARVALHO, H. M. de. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. NEAD: Brasília, 1999.

CASTELL, M. **O poder da identidade**. (a era da informação: economia, sociedade e cultura). Tradução Klauss B. Gerhardt. Prefácio de Ruth C. L. Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.2

CAUME, D. J. Reforma agrária na contemporaneidade brasileira: novos termos para um velho debate. Disponível em: < <http://www.proec.ufg.br> >. Acesso em 28 abr. 2005.

CERCA de 800 integrantes do MST invadiram ontem a Estância Invernada. **Jornal Correio do Povo**, Porto Alegre, 04 maio 2002.

CHELOTTI, M.C. assentamentos rurais: novas configurações territoriais na Campanha Gaúcha. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA: MÚLTIPLAS QUESTÕES DA QUESTÃO REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL, 22, 2003, Rio Grande. **Anais...** Rio Grande: AGB, 2003. p. 177-180.

___ **A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant'Ana do Livramento/RS.** 2003, 215f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

___ Assentamentos rurais e questão regional na Campanha Gaúcha. **Caderno Fênix Ciência: ciência, diversidade e educação.** Cáceres, n.2, p. 96-104, jan./jul. 2005.

CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S Assentamentos rurais e transformações territoriais no Pampa Gaúcho/RS/BR. In: BIENAL DEL COLQUIO DE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES, 6, 2006, Santa Fé/AR. **Anais...** Santa Fé: UNL, 2006, p. 1-15.

CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S As contribuições de Raymond Pébayle para compreender a formação do espaço agrário gaúcho: os difíceis encontros ainda estão acontecendo... In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006, p. 1-25.

CHELOTTI, M. C. Assentamentos rurais em municípios urbanos: considerações a partir de Sant'Ana do Livramento/Campanha Gaúcha. In: MARAFON, G. J.; PESSÔA, V. L. S. (Org.) **Interações geográficas: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa.** Uberlândia: Roma, 2007. p. 74-86.

CICOUREL, A Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, A Z. **Desvendando máscaras sociais.** 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1990. p. 87-121.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. Acampamentos 2001-2005. Disponível em: <<http://www.cptnac.com.br>>. Acesso em: 10 jul. 2007.

COMITÊ de apoio ao MST reúne-se com prefeito. **Jornal Folha Popular**, Sant'Ana do Livramento, 20 dez. 1991.

COLONOS já estão na Fazenda Vista Nova. **Jornal Ponche Verde**, Dom Pedrito, 21 jan. 1989.

CORRÊA, R. L. Região: tradição geográfica. In: CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas.** 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 183-196.

___ Análise crítica de textos geográficos: breves notas. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n.14, p. 7-18, 2 semestre de 2003.

CLAVAL, P. **A geografia cultural.** Tradução de Luiz Pimenta e Margareth Pimenta. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

DA ROS, C. A. **As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)**. 2006. 435f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura/CPDA) - UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.

DAMATTA, R. Trabalho de campo. In: DAMATTA, R. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. 2. ed.. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 143-173.

DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária/NERA, FCT/Unesp, Presidente Prudente/SP, 2007.

DE DAVID, C. Trabalho de campo: limites e contribuições para a pesquisa geográfica. **GeoUERJ**, RJ, n.11, p. 19-24, 2002.

___ **Estratégias de reprodução familiar em assentamentos**: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu (RS), 2005. 219f. (Doutorado em Geografia) - UFSC, 2005.

DELUEZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 5

ETGES, V. E. **Sujeição e resistência**: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul: Ed. FISC, 1991.

ESTERCI, N., et al. Assentamentos rurais: um convite ao debate. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, n. 3, p. 4-15, set/dez 1992.

FERNANDES, B. M. Formação, espacialização e territorialização do MST. In: STÉDILE, P. (Org.) **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. p. 133-155.

___ Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. **NERA** (série estudos), Presidente Prudente, n.2, p.1-32, dez. 1998.

___ **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000a.

FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p. 59-85, 2000b.

___ Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979-2005. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Uerj, 2006, p. 1-20.

FERRANTE, V. L. B. Assentamentos rurais x dinâmica regional: impactos e tensões. **Retratos de assentamentos**, Araraquara, n.8, p.33-43, 2000.

FERREIRA, D. Ap. de O. **O mundo rural e Geografia. Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

FOCHEZATTO, A.; TRICHES, D.; HERRLEING JR, R.; STÜLP, V. J. Apontamentos para estudo da pecuária familiar na Metade Sul do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE

ECONOMIA GAÚCHA, 2, 2004, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: FEE/PUC-RS, 2004. p. 1-15.

FONSECA, V. P. da. S. **A hegemonia do latifúndio pastoril e sua relação com a pequena propriedade na fronteira oeste do Rio Grande do Sul:** a contradição do camponês fronteiriço e sua concepção de mundo estancieira. 1994, 140 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Centro de Ciências Rurais, UFSM, Santa Maria, 1994.

FONTOURA, L. F. M. O desenvolvimento da Metade Sul e a pecuária. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA: MÚLTIPLAS QUESTÕES DA QUESTÃO REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL, 22, 2003, Rio Grande. **Anais...** Rio Grande: AGB, 2003. p. 89-92.

___ A produção social do espaço agrário. In: VERDUM, R., BASSO, L. A., SUERTEGARAY, D. M. A. (Org.) **Rio Grande do Sul:** paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. p. 233-246.

___ Recordações do Pampa. In: SIMPÓSIO NACIONAL O RURAL E O URBANO NO BRASIL (SINARUB), 1, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP/UFRGS, 2006. p. 1-16

FOOT-WHITE, W. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, A. Z. (Org.) **Desvendando máscaras sociais.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. p. 77-86.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA/FEE Siefried Emmanuel Heuser. Resumo estatístico do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios.php > Acesso em 15 jul. 2007.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA/FEE Siefried Emmanuel Heuser. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE). Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/estatisticas_idese_php > Acesso em 15 jul. 2007.

GARCIA, M. F.; THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalhadoras rurais e luta pela terra no Brasil: interlocução entre gênero, trabalho e território. **Terra Livre**, São Paulo, n.19, p. 257-272, jul.dez., 2002.

GEHLEN, I. Estrutura, dinâmica social e concepção sobre a terra no meio rural do sul. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, p. 154-176. 1994.

GELPI, A. Emancipação municipal e desenvolvimento regional. In: STROHAECKER, T. M. et al. **Fronteiras e espaço global.** Porto Alegre: AGB, 1998. p. 101-102

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil:** política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GÖRGEN, S. A. **Marcha ao coração do latifúndio.** Petrópolis: Vozes, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Conferência Estadual de Reforma Agrária:** o uso da terra e o desenvolvimento do Estado. GRA: Porto Alegre, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 2 ed. Rio de Janeiro: FASE/ Vozes, 1987.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HAESBAERT, R. **RS: latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

___ **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: Eduff, 1997.

___ Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.

___ Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. da; COSTA, P. C. da; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 165-205.

___ **Territórios alternativos**. Niterói: Eduff; São Paulo: Contexto, 2002.

___ **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

___ Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DOS GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p. 6774 - 6792

___ Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 43-70.

HEIDRICH, A. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

HESSELN, N. E. **Diagnóstico da produção agrícola da região de Hulha Negra, Candiota e Aceguá**. Disponível em www.cifers.t5.com.br/pac_Diag_prod_veg_pdf. Acesso em: 8 ago. 2007.

IANNI, O. A desterritorialização. In: _____ **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 89-105.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. Contagem da população de 1996. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default.shtm>. > Acesso em 15 out. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. Censo demográfico de 2000. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm. > Acesso em: 15 out. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. Contagem da população de 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/default.shtm>. > Acesso em: 15 out. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. Produção Agrícola Municipal (PAM). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pamclo/default.shtm>. > Acesso em: 15 jul. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. Produção Pecuária Municipal (PAM). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/default.shtm>. > Acesso em: 15 jul. 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA/INCRA. Estatísticas cadastrais. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>> Acesso em: 15 jul. 2007.

INCRA confirma 29 assentamento em Sant'Ana, no Dom Camilo. **Jornal a Platéia**, Sant'Ana do Livramento, 10 jan. 2007. Rural, p.11. Disponível em <<http://www.aplateia.com.br/index.php>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

JACQUES, J. C. **Ensaio sobre os costumes do RS**: precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

JUSTINIANO, E. F. Registro fotográfico. In: VENTURINI, L. A. B. (Org.) **Praticando a geografia**: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental. São Paulo: Oficina de textos, 2005. p. 187-195

KAYSER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Seleção de Textos**. São Paulo, n.11, p. 25-40. ago. de 1985.

LA SALVIA, F.; HANDSCHUNCH, H. S. B. Processo de colonização no Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 17, p. 3-19, jan/dez. 1974.

LA SALVIA, F.; MARODIN, E. Evolução municipal: uma análise geográfica. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 19, p. 3-27, jan.out. 1976.

LACOSTE, Y. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Seleção de Textos**, São Paulo, n.11, 1-23, ago. de 1985.

LE BOSSÉ, M. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004. p. 157-179.

LEAL, G. Impacto socioterritorial: um novo conceito de análise da Geografia Agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, 2002, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB/AGB, 2002, 1-9.

LEITE, S. Assentamentos rurais no Brasil: impactos, dimensões e significados. In: STÉDILE, P. (Org.) **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997. 157-176.

___ Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos e sociais. Disponível em: < <http://www.dataterra.org.br> >. Acesso em: 21 out. 2001.

LEITE, S. et al. (Org.) **Impacto dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA: NEAD; São Paulo: EDUNESP, 2004.

LIBAUT, A. Os quatro níveis da pesquisa geográfica. **Geocartografia**, São Paulo, n.1, p.3-19, 1994.

LUNELLI, J. P. **Razões do desenvolvimento sócio-econômico distintivo de Colônia Nova, distrito do município de Aceguá (RS)**. 2001, 100f. Dissertação (Mestrado em Administração) - EA – UFRGS, 2001.

MALINOWISKI, B. **Argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Victor Civita, 1978. (Coleção Os Pensadores).

___ Objetivo, método e alcance desta pesquisa. In: GUIMARÃES, A. Z. (Org.) **Desvendando mascararas sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. p. 39-61.

MANZANAL, M. Polarización y pobreza em el agro argentino. Reflexiones y propuestas para el desarrollo rural. (Org.) **Reestructuración economica global. Efectos y políticas territoriales**. Buenos Aires: Ediciones CEUR, 1990. p. 185-203.

___ Globalización y ajuste en la realidad regional argentina: reestructuración o difusión de la pobreza? **Realidad Económica**, Buenos Aires, n. 134, p. 67-82, out.nov, 1995.

MARANGONI, A. M. C. Questionários e entrevistas - algumas considerações. In: VENTURINI, L. A. B. (Org.) **Praticando a geografia**: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental. São Paulo: Oficina de textos, 2005. p. 167-174.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

___ **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

___ **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2004.

MEDEIROS, L. S. de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, L. S. et al. (Org.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994.

___ **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos e região**. Disponível em: < <http://www.dataterra.org.br> >. Acesso em: 21 out. 2001.

MEDEIROS, R. M. V. O Rio Grande do Sul e a busca pela reforma agrária. In: VERDUM, R.; BASSO, L.A.; SUERTEGARAY, D. M. (Org.) **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 147-162.

___ As formas de produção no Rio Grande do Sul e sua relação com a emigração rural. **Agrária**, São Paulo, n.3, p. 69-92, 2005. Disponível em: <<http://www.usp.br/agraria>>. Acesso em: 10 mar.2005.

MEDEIROS, R. M. V.; SOSA JUNIOR, D. de O. Desterritorialização e (re)territorialização dos trabalhadores sem-terra na Campanha Gaúcha. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 1, 2006, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, 2006a. p. 1-18.

___ Camponeses, cultura e inovações. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.) **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 20006. p. 281-293

___ Re-territorialização e identidade: o significado dos assentamentos para a economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha (RS). In: IX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2007. Porto Alegre: **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 1-17.

MEGLIOLARO, A. P. **Comunicação, MST e Correio do Povo: a fazenda Ana Paula – discurso, poder e ideologia**. 2005, 130f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - FCS – PUC-RS, 2005.

MELLO, P. F. **Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. 2006, 227f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - FCE – UFRGS, 2006.

MIGUEL, S. A dura esperança dos homens sem parada. Disponível em: <<http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2003/jusp651/pag0809.htm> >. Acesso em: 28 abr. 2005.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Monoculturas de eucalipto são os novos latifúndios do Uruguai. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 21 mar. 2006.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **A questão florestal e a Reforma Agrária.** Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst>>. Acesso em: 6 fev. 2007.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Plantio de eucalipto põe em risco produção agroecológica de assentados.** Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 15 maio 2006.

MOREIRA, I. **O espaço rio-grandense.** São Paulo: Ática, 2000.

MÜLLER, G. O agrário verde amarelo, hoje e amanhã. **Revista de Geografia Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 54, p. 30-45. out.dez. 1992.

MST retoma marcha em Santana do Livramento. **Jornal O Minuano**, Bagé, 23 nov. 2006. Disponível em <<http://www.jornalminuano.com.br>> Acesso em: 12 abr. 2007.

MST e ruralista retomam guerra de nervos. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, 19 jul. 2003.

NAVARRO, Z. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Z. (Org.) **Política, protesto e cidadania no campo:** as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. p. 62-105.

NAVARRO, Z.; MORAES, M. S.; MENEZES, R. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In MEDEIROS, L.S.; LEITE, S. (Org.) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil:** processos sociais e políticas públicas. Porte Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/CPDA, 1999. p. 19-68.

NAVARRO, Z. Comédia agrária. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 abr. 2007. Tendências/Debates.

NEVES, G. R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.) **Território –** globalização e fragmentação. 5 ed. São Paulo: AnnaBlume/HUCITEC, 2002. p. 270-282.

OLIVEIRA, A. U. Renda da terra. **Orientação**, São Paulo, p. 94-95, out. 1984.

___ O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J. P. (Org.) **A questão agrária hoje.** 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 1994. p. 45-67.

___ **A agricultura camponesa no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

___ **Modo capitalista de produção e agricultura.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.

OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M.I.M. (Org.) **O campo no século XXI:** território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo.** 13. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

OLIVEN, R. G. Território, fronteiras e identidades. In: SCHULER, F.; BARCELLOS, M de A. (Org.) **Fronteiras: arte e pensamento na época do multiculturalismo**. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 157-166.

PÉBAYLE, R. A vida rural na Campanha Rio-Grandense. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n. 207, p.18-32, 1968.

___ Os difíceis encontros de duas sociedades rurais. **Boletim Geográfico do RS**, Porto Alegre, n.18, p.35-45, jan.dez. 1975.

PENALTA, M. E. L. La internacionalización del complejo soja y su expansión en la Argentina. **Realidad Económica**, Buenos Aires, n. 159, p. 133-156, out.nov. 1998.

PENTEADO, G. **Via Campesina invade área de multinacional no Sul**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u378648.shtml>>. Acesso em: 3 mar. 2008.

PIRAN, N. **Perspectivas do camponês no Alto Uruguai**. 1995, 205f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) – IGCE – UNESP, Rio Claro, 1995.

PLANTAÇÕES de eucaliptos preocupa Defensoria Pública da união. **Correio do Sul**, Bagé, 08 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.jornalminuano.com.br>>. Acesso em: 8 mar. 2007.

RIBEIRO, S. Novo ânimo para reduzir a faixa de fronteira. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 18, 30 jan. 2008.

PESAVENTO, S, J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, M. P. Burguesia Agrária: origem social e organização da propriedade. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, n. especial, p.20-41. 1994.

___ **O “novo” e o “velho” ruralismo no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os integrantes da UDR**. Santa Cruz do Sul: Ed. Unisc, 1995.

REBORATTI, C. Agribusiness y reestructuración agraria en la Argentina. In: LAURELLI, E.; LINDENBOIM, J. (Org.) **Reestructuración económica global. Efectos y políticas territoriales**. Buenos Aires: Ediciones CEUR, 1990. p. 157-163

___ La Argentina rural entre la modernización y la exclusión. In: LEMOS, A. I.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.) **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006. p. 175-187

REFORMA agrária chega a Dom Pedrito. **Jornal Ponche Verde**, Dom Pedrito, 10 dez. 1988.

RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.) **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. 2 ed. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

RIEDL, M.; NAVARRO, Z. S. Reforma agrária na Região Sul. In: SCHMIDT, B. V. et al. (Org.) **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Ed. UNB, 1998. p. 221-234.

ROCA, Z.; GANDRA, L. Identidade territorial e desenvolvimento nonexo local/global: à procura de um aprofundamento empírico. In: CONGRESSO IDENTIDADE(S) E DIVERSIDADE(S) DA REGIÃO DE LEIRA, 2003, Leira/PT, **Anais...** Leira/PT, 2003. p. 339-353.

ROCA, Z., OLIVEIRA, J. A. A paisagem como elemento da identidade e recurso para o desenvolvimento. In: X COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA, 2005, Évora/PT, **Anais...** Évora/PT, 2005. p. 1-16.

ROSA, R. Geotecnologias na geografia aplicada. **Revista do Departamento de Geografia**, n.16, p. 81-90, 2005.

Disponível em www.geografia.uniceub.br/Roberto_Rosa.pdf

ROTHMAN, F. D. A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do ri Uruguai, 1979-1983. In: NAVARRO, Z. (Org.) **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. p. 106-136.

ROFMAN, A. B. Modernización productiva y exclusión social en las economías regionales. **Realidad Económica**, Buenos Aires, n. 162, p. 107-163, out.nov, 1998.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 2 ed. Porto: Edições Afrontamento, 1988.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: HUCITEC, 1988.

___ A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 4 ed.. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, R. J. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n. 21 e 22, p. 111-125, Jan/dez, 1999.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**: o desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Edições Est, 2003.

SCHNIEDER, S.; FIALHO, M. A. V. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, n.15, p. 1-18, 2001.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Org.) **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul**: análise e recomendações de políticas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

SILVA, A. A. da; FERNANDES, B. M.; VALENCIANO, R. C. **RIST – relatório de impactos socioterritoriais**: desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal do Parapanema. Presidente Prudente: [s.n.], 2006.

SILVA, L.O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

SILVA, M. A.; PINHEIRO, M. S. de F.; FRANÇA, M. N. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos**: projetos de pesquisas, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses. 5 ed. Uberlândia: UFU, 2006.

SOMOS fortes e seremos maiores (Entrevista). **Revista Ação e Produção**, Porto Alegre, fev. 2005. 62 p. (Publicação especial do Sindicato Rural de Dom Pedrito).

SOUZA FILHO, F. R. de. As transformações no espaço agrário “sul-rio-grandense” pós 60. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, n. especial, p.74-94, 1994.

SPOSITO, E. S. **Contribuição a metodologia de ensino do pensamento geográfico**. 2000. 213 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP, 2000.

STORPER, M. Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. da F.; NABUCO, M. R. (Org.) **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p.13-26.

SUERTEGARY, D. M. A. **Deserto grande do sul**: controvérsia. 2 ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 1998.

___ Pesquisa de campo em geografia. **Geographia**, Rio de Janeiro, n.7, p. 92-99, jul. 2002.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Os colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: HUCITEC, 1978.

TAMBARA, E. **RS**: modernização e crise na agricultura. Porto Alegre. Ed. Mercado Aberto, 1983. (Série documenta)

THOMAZ JR, A. Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo. In: _____ **Geografia passo-a-passo (ensaios críticos dos anos 90)**. Presidente Prudente: Centelha, 2005. p. 31-39.

___ Se camponês, se operário! Limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: JORNADA SOBRE O TRABALHO, 7, 2006, Marechal Candido Rondon. **Anais...** Marechal Candido Rondon: UNIOESTE, 2006. p. 22-29.

TRICART, J. O campo na dialética da geografia. **Geografia ontem e hoje. Reflexões sobre geografia**. São Paulo: AGB, 1980.

TURATTI, M. C. M. **Os filhos da lona preta. Identidade e cotidiano em acampamentos do MST.** São Paulo: Alameda, 2005.

VALVERDE, O. Geografia da pecuária no Brasil. In: _____ **Estudos de geografia agrária brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1885. p. 193-260.

VERDUM, R., BASSO, L. A., SUERTEGARAY, D. M. A. (Org.) **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

VIEIRA, E. F.; RANGEL, S. S. **Geografia econômica do Rio Grande do Sul: espacialidade/temporalidade na organização econômica rio-grandense.** Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1993.

WHITAKER, D. C. A, et al. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura. In: WHITAKER, D. C. A. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes.** Presidente Venceslau: Letras a Margem, 2002. p. 115-120.

WASSERMAN, C. Identidade: conceito, teoria e história. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, n.2, p. 7-19, jul.dez. 2001.

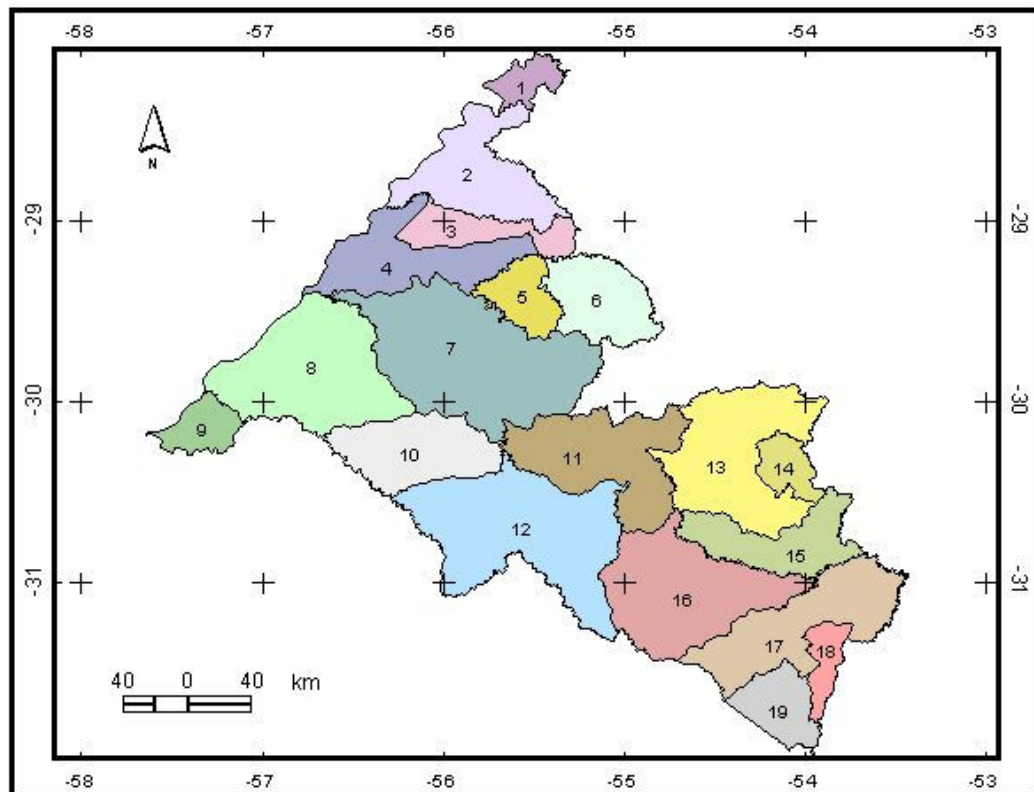
ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, R. (Org.) **Aventura antropológica: teoria e pesquisa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 107-125.

ZAMBERLAM, J.; FLORÃO, S. R. Impactos dos assentamentos na economia de 4 municípios da região de Cruz Alta. In: GÖRGEN, S; STÉDILE, J.P. (Org.) **Assentamentos a resposta econômica para a reforma agrária.** Petrópolis: Vozes, 1992. p. 11-39.

ZARTH, P. A. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

ANEXO A

MAPA DE APOIO



- Municípios do Sudoeste Gaúcho
- 1 - Garruchos
 - 2 - São Borja
 - 3 - Maçambará
 - 4 - Itaqui
 - 5 - Manoel Viana
 - 6 - São Francisco de Assis
 - 7 - Alegrete
 - 8 - Uruguaiana
 - 9 - Barra do Quaraí
 - 10 - Quaraí
 - 11 - Rosário do Sul
 - 12 - Santana do Livramento
 - 13 - São Gabriel
 - 14 - Santa Margarida do Sul
 - 15 - Lavras do Sul
 - 16 - Dom Pedrito
 - 17 - Bagé
 - 18 - Hulha Negra
 - 19 - Aceguá



Mapa 1 – Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense/Campanha Gaúcha: posição geográfica em relação ao Rio Grande do Sul e ao Brasil.
Org.: Chelotti (2006).

ANEXO C



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA



Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de Concentração Geografia e Gestão do Território

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM ASSENTADOS

a) Entrevistado(a): _____ b) Data: __/__/__

1. Nome do assentamento _____

2. Localidade _____

2.1. Distância da área urbana |__|__| km.

3. Tamanho do lote |__|__| ha.

3.1. Titular do lote |__| Marido |__| Esposa

3.2. É um tamanho ideal. Por que? _____

4. Há quanto tempo está assentado? |__|__|

4.1 É o primeiro ocupante de lote? _____

5. Quantas pessoas moram no lote. |__|__|

5.2. Descrição do núcleo familiar:

Parentesco	Sexo	Idade	Escolaridade					
	__ M __ F		__ A	__ EFI	__ EFC	__ EMI	__ EMC	__ ES
	__ M __ F		__ A	__ EFI	__ EFC	__ EMI	__ EMC	__ ES
	__ M __ F		__ A	__ EFI	__ EFC	__ EMI	__ EMC	__ ES
	__ M __ F		__ A	__ EFI	__ EFC	__ EMI	__ EMC	__ ES
	__ M __ F		__ A	__ EFI	__ EFC	__ EMI	__ EMC	__ ES

5.1. Existem pessoas que trabalham fora do PA? |__| Sim |__| Não Por que?

6. Origem geográfica. _____

6.1. Descendência étnica. _____

6.2. Afinidade religiosa. _____

6.3. Afinidade política. _____

6.4. Participa de CTG _____

7. O que fazia (condição) antes de conquistar o lote. _____

8. O que o levou a lutar pela terra _____

9. Quais foram as principais dificuldades encontradas para a adaptação no PA? _____

—

10. Indique as atividades agropecuárias do lote: Desde quando as desenvolve, e por que?

10.1. Pecuária (criação)

Espécies animais	Efetivo/cabeça	Destino	
		Subsist.	Comerc.
Gado de corte			
Vaca de leite			
Ovinos			
Suínos			
Aves			
Eqüinos			

10.2. Agricultura (lavouras)

Cultivos	Área ha	Produção anual/kg (sacas, volume, etc.)	Destino	
			Subsist.	comerc.

11. Faz parte de alguma organização coletiva? Sim Não Por que?

—

12. Qual(is) o(s) principal(is) problema(s) enfrentados para comercializar os produtos produzidos no lote? _____

—

13. Como se encontra a situação socioeconômica em relação ao período anterior ao recebimento do lote: _____

14. Qual a perspectiva para os filhos? _____

14.1. Continuar na luta. _____

14.2. Procurar outras alternativas? _____

Qual (ais)? _____

—

15. Valeu lutar pela terra, passar por todo esse processo? _____

—

16. E o futuro do campo como será?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA



Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de Concentração Geografia e Gestão do Território

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DO MST

a) Entrevistado(a): _____ Data: |_|_|_|

1) Que fatores levaram o MST atuar na Campanha Gaúcha, já que por muitos anos concentrou suas atividades no norte do Rio Grande do Sul?

2) Houve resistência à implantação dos assentamentos? Sim Não Por que?

3) Quais são os principais problemas encontrados pelo MST na luta pela terra em âmbito regional? E quais são as expectativas de conquistar novas áreas na Campanha?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA



Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de Concentração Geografia e Gestão do Território

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE PATRONAL

a) Entrevistado(a): _____ Data:|_|_|_|

1. Qual é o perfil da agropecuária (relação inovação x tecnologia) da região frente às outras regiões produtoras?
2. Nos últimos anos o INCRA realizou vistorias e aquisições de terra na região. Qual é a sua visão sobre esse processo?
3. De que maneira a classe agropecuarista está organizada frente à atuação do INCRA e do MST na região?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA



Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de Concentração Geografia e Gestão do Território

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM TÉCNICOS E EXTENCIONISTAS

a) Entrevistado(a): _____ Data: |_|_|_|

1. Na região da Campanha foram instalados muitos assentamentos. Em que medida esse processo implicaria numa mudança no perfil agropecuário regional?
2. Ao acompanhar a instalação e desenvolvimento dos assentamentos, quais são os principais problemas detectados nos diferentes assentamentos?
- 4) Quais estão sendo as políticas adotadas para propiciar e garantir a emancipação dos assentamentos em áreas típicas de pecuária de corte?

ANEXO D



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA



Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de Concentração Geografia e Gestão do Território

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezado Senhor(a):

Com o objetivo de realizar coleta de informações e dados referentes à pesquisa, em nível de Doutorado, desenvolvida pelo aluno Marcelo Cervo Chelotti; e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia/MG, vimos solicitar sua colaboração para que o aluno possa ter acesso às informações, visando o enriquecimento da pesquisa.

A referida pesquisa pretende analisar as expressões socioculturais decorrentes da instalação de assentamentos rurais na Campanha Gaúcha.

Sendo o que se apresenta para o momento.

Atenciosamente.

Prof. Dr.
Coordenador do PPGE0

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)